

Neilza Alves Barreto

NO VENTRE DA CADEIA.
Um estudo sobre os projetos futuros de mulheres
encarceradas.

TESE DE DOUTORADO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica

Rio de Janeiro
Janeiro de 2006

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Neilza Alves Barreto

NO VENTRE DA CADEIA.

Um estudo sobre os projetos futuros de mulheres encarceradas

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Orientação: Júnia de Vilhena

Rio de Janeiro
Janeiro de 2006



Neilza Alves Barreto

NO VENTRE DA CADEIA.

Um estudo sobre os projetos futuros de mulheres encarceradas

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Júnia de Vilhena

Orientadora

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Profa. Maria Inês Garcia F. Bittencourt

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Profa. Maria Helena Rodrigues N. Zamora

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Profa. Magda Diniz Bezerra Dimenstaein

Centro de Ciências Humanas – UFRN

Profa. Marilene Rosa Nogueira da Silva

Departamento de História – UERJ

Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade

Coordenador Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2006.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Neilza Alves Barreto

Graduou-se em Psicologia em abril de 1993 pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Iniciou sua prática profissional em creches da rede privada do Rio de Janeiro e de Niterói. Especializou-se em educação infantil no Departamento de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), em 1995. Iniciou o Mestrado em Psicologia Clínica na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em 2000. No Mestrado, desenvolveu pesquisa acerca da influência do discurso médico nos modos de subjetivação da mulher. Continuou o estudo acerca dos processos de subjetivação da mulher no doutorado (2002), desta vez, focando os presídios femininos do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente é professora na rede privada de ensino superior do curso de psicologia. Supervisora de Estágio em Clínica e orientadora de monografia. Participa, enquanto pesquisadora, do Laboratório de Estudos das Diferenças e Desigualdades Sociais – LEDDES – do Programa de Pós-Graduação (Stricto-Sensu) em História da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Apresenta trabalhos em Congressos e Seminários na interface: mulher, processos de subjetivação e estudos da violência.

Ficha Catalográfica

Barreto, Neilza Alves

No ventre da cadeia. Um estudo sobre projetos futuros de mulheres encarceradas / Neilza Alves Barreto ; orientadora: Júnia de Vilhena. – Rio de Janeiro : PUC, Departamento de Psicologia, 2006.

194 f. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia.

Inclui referências bibliográficas.

1. Psicologia – Teses. 2. Presidiárias 3. Projetos Futuros . 4. Processo de Subjetivação. I. Vilhena, Júnia de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Agradecimentos

As Bênçãos

Não tenho anatomia de uma garça pra receber
Em mim os perfumes do azul.
Mas eu recebo.
É uma bênção.
Às vezes se tenho uma tristeza, as andorinhas me
Namoram mais de perto.
Fico enamorado.
É uma bênção.
Logo dou aos caracóis ornamentos de ouro
Para que se tornem peregrinos do chão.
Eles se tornam.
É uma bênção.
Até alguém já chegou de me ver passar
A mão nos cabelos de Deus!
Eu só queria agradecer.

(Manoel de Barros)

A Junia de Vilhena pela presença constante e interlocução intelectual.

A Joana Novaes pela ajuda junto ao campo de pesquisa.

A Esther Arantes pelo carinho e acolhimento em momentos tão difíceis.

Ao Marco Antonio: companheiro querido a me libertar de minhas prisões internas: sem nossas “segundas-feiras” seria impossível a conclusão deste trabalho.

A Bianca, minha irmã, grande contribuidora para conclusão desta tese. Neste último ano dividimos, não só o mesmo teto, mas alguns projetos. Obrigada pela companhia e pela interlocução afetiva. Te amo!

A Beatriz pela interlocução dentro do grupo de pesquisa. Obrigada por ter visto aquilo que demorei a ver: as mulheres e seus filhos!

Ao Sergio Medeiros pela amizade e ternura explícita.

Ao grupo de pesquisa que, ao longo destes quatro anos recebeu e viu partir grandes pesquisadores. Mas entrando ou saindo, algumas pessoas foram fundamentais para a construção desta tese: Maria Vitória, Aline, Renata, Adriana

– a turma da antiga. E a turma de agora: Rochelle (terna amiga!), Lurdes (presença constante!) e Isadora (companheira de militância!). A todas vocês um obrigada do tamanho do mundo!!!!!!

A Renata, grande amiga, pelo carinho e papos infindáveis. Neste finalzinho da tese você tornou meus finais de semana menos solitários.

A Irene, Tininha e Alessandra pelas noites de lua cheia...

A minha amiga Érica Piedade: amiga de tantos anos e tão próxima em minha vida. Poucas pessoas têm o privilégio de ter amigas como você!

A Cecília Coimbra e José Novaes: “... se todos fossem iguais a você, que maravilha viver ...”.

Ao Marcelo Santana pelos anos que passam e pela amizade que permanece.

A amiga Sonia Pellegrini pela crença constante nos Direitos Humanos enquanto proposta de vida.

Ao casal de amigos Iracy e Otho: pelas atitudes afirmativas e generosas, pelas prazerosas conversas nos bares de Santa Tereza, pelo carinho constante, pela amizade eterna.

As caronas de Decílio e Ithamar : preciosa ajuda em momentos em que o trabalho e a tese se associaram.

A Marise Ramôa e Henrique: pela presença constante e contínua em prol da vida, da liberdade e da justiça social.

A todos os amigos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão da pesquisa: Ângela Podkameni, Maria Euchares, Nivia, Jacques, Letícia, Luís Felipe, Marcelo Freixo, Eduardo e tantos outros. Ao longo do doutorado pude entender que só temos um patrimônio na vida: os amigos!

A direção do Presídio Feminino Talavera Bruce, em especial ao diretor Marcos Pinheiro.

E por fim: a todas as mulheres presas em todos os estabelecimentos prisionais. A vocês não cabem apenas agradecimentos, mas o pedido que Deus desça sobre cada uma: luzes de bênçãos!

RESUMO

Barreto, Neilza Alves; Vilhena, Júnia de. **No Ventre da Cadeia. Um estudo sobre os projetos futuros de mulheres encarceradas.** Rio de Janeiro, 2006. 194p. Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente trabalho tem como objetivo investigar a existência ou não de projetos futuros em mulheres encarceradas. Partindo do pressuposto de que as instituições totais têm como característica principal a dessubjetivação do sujeito, buscou-se analisar a fala de 154 presas em suas singularidades. A maternidade e a família apresentaram-se como o fio condutor na fala da grande maioria das entrevistadas. A religião surgiu como uma categoria importante no que tange a apropriação que as presas fazem desta para minimizar as mazelas do cotidiano carcerário e estabelecer uma convivência amistosa com as companheiras e com as agentes penitenciárias. O culto ao corpo aparece como uma outra categoria no cerne da experiência de encarceramento, uma vez que se transforma numa resistência a maciça institucionalização. Os projetos futuros são construídos a partir do valor dado a família, em especial a maternidade. A religião, em especial a evangélica, é apropriada como construção de “táticas” de sobrevivência dentro da prisão. O culto ao corpo serve como uma linha de fuga aos processos de serialização instituídos no cárcere feminino. Como conclusão apontamos a especificidade do encarceramento feminino: a maternidade. O encarceramento feminino atinge a sobrevivência dos filhos que, ante a enorme precariedade em que vivem, são destinados a abrigos do Estado ou enviados burocraticamente a familiares consangüíneos da presa. Assinalamos, neste estudo, a necessidade de construção de políticas públicas que se responsabilizem pelo bem estar de filhos e filhas de mulheres encarceradas.

Palavras-chave

Presidiárias; Projetos Futuros; Processo de Subjetivação.

ABSTRACT

Barreto, Neilza Alves; Vilhena, Júnia de. **The existence or not of future projects for incarcerated women.** Rio de Janeiro, 2006. 194p. Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The current work is intended to investigate the existence or not of future projects for incarcerated women. Starting from the assumption that the total institutions have as their main characteristic the de-subjectivation of the subject, we sought to analyze the talk of 154 convicts in the uniqueness. Motherhood and family were presented as the lead in the talk of the great majority of those that were interviewed. Religion appeared as an important category in regard to the appropriation that the convicts make of it to minimize the afflictions of the day to day in jail and to establish a friendly companionship with their fellow inmates as well as with the prison agents. The cult to the body appears as another category in the core of the incarceration experience, since it transforms into a resistant to the massive institutionalization. The future projects are built from the value given to family, motherhood in particular. The religion, particularly the evangelical, is appropriated as the construction of survival "tactics" inside the prison. The cult to the body appears as escape route to the serialization processes established in the feminine incarceration. As a conclusion we point out the specificity of the feminine incarceration: motherhood. The feminine incarceration hits the survival of the children who, in view of the huge precariousness in which they live, are destined to State shelters, or burocratically sent to blood relatives of the convict. We stress, in this study, the need for building public policies which become responsible for the well-being of the sons and daughters of incarcerated women.

Keywords

Incarcerated Women; Future Projects; Subjectivation.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: PORQUE ESTAMOS CHEGANDO...	12
2	Capítulo I: POBREZA: O DELITO MAIOR!	21
	2.1. A Dinâmica da Exclusão na Cidade do Rio de Janeiro	30
	2.2. Os Desfiliaados da Ordem Social	39
	2.3. O Estado Penal	43
	2.4. Desfiliaados do Estado, Filhos da Família	46
	2.5. Os Corpos Frios da Cidade	48
3	Capítulo II: MULHER É BANDIDA?	53
	3.1. Iluminismo e Mulher	59
	3.2. Regulação Física e Moral do Corpo Feminino	61
	3.3. A mulher e o Judiciário	63
	3.4. Mulheres e Processos Criminais	65
	3.5. Mulher no Brasil	78
	3.6. Mulher, Trabalho e Tráfico de Drogas	84
	3.7. Mulher-Mãe	90
	3.8. Com Mulher é Pior?	93
4	Capítulo III: PRISÃO DE MULHERES	97
	4.1. NAE: Núcleo de Amparo à Família dos Encarcerados	98
	4.2. Adentrando o Espaço Prisional	107
	4.3. O que falta é “limite”?	110
	4.4. Marcada pela pobreza, estava predestinada a ser criminosa?	114
5	Capítulo IV: E A SEDA AZUL DO PAPEL QUE ENVOLVE A MAÇÃ. O CAMPO REVISITADO.	128
	5.1. O Cotidiano Prisional	132
	5.1.1. O Presídio Feminino Romeiro Neto	133
	5.1.2. O Presídio Feminino Nelson Hungria	134

5.1.3. O Presídio Feminino Talavera Bruce	140
5.2. Culto ao Corpo: Linha de Fuga	163
5.3. Família e Maternidade: Projetos Futuros	167
5.4. Religião: Tática de Sobrevivência	171
6 CONCLUSÃO: A ESPERANÇA EQUILIBRISTA	180
7 BIBLIOGRAFIA	188

A Cólera Esperança

Atiro-a contra as quinas erguidas desta madrugada,
contra estes edifícios enormes, parados
contra o cinza do céu sujo como o sabão que lava o piso dos botequins
ao fim da noite.

Atiro-a contra o cansaço do mundo,
contra o meu próprio e inenarrável cansaço,
atiro-me em nome da utopia que é minha, a tua, a nossa utopia.

Atiro-a com raiva, sem estratégia, sem prudência,
como hemorragia que se esvai e tinge a calçada
com esguicho do seu incêndio rubro.

Atiro-a para nadar, para nenhum resultado
do grito que precede o baque do corpo atropelado na rua,
atiro-me no ar do mar, na curva corrosiva do azul, à porta dos orfanatos e
prostíbulos,
atiro-a ao chão como bile sanguinolenta que escorre,
com quem cospe um dente arrancado por murro na boca.

Mas atiro-a, flecha turva, esperança e nojo, vida e cólera,
atiro-a com este punho fechado, com esta sede e esta fome,
atiro-a com a funda mais funda do meu sonho mais profundo,
atiro-a contra argentários e fundiários, opressores e ditadores,
atiro-a em meu nome e em nome dos que ainda não têm nome,
e em nome dos que em dores e cólicas acordam para o seu nome,
e ao rés-do-chão, em pleno pó, o desentranham.

(Helio Pellegrino)

1 INTRODUÇÃO: PORQUE ESTAMOS CHEGANDO...

Estamos chegando do fundo da terra,
estamos chegando do ventre da noite,
da carne do açoite nós somos,
viemos lembrar.

Estamos chegando do chão da oficina,
estamos chegando do som e das formas,
da arte negada que somos
viemos criar.

Estamos chegando do fundo do medo,
estamos chegando das surdas correntes,
um longo lamento nós somos,
viemos louvar.

Estamos chegando das velhas senzalas
estamos chegando das novas favelas,
das margens do mundo nós somos,
viemos dançar.

Estamos chegando dos trens do subúrbio,
estamos chegando nos loucos pingentes,
com a vida entre os dentes chegamos,
viemos cantar.

Estamos chegando do chão dos Quilombos,
estamos chegando do som dos tambores,
dos Novos Palmares só somos,
viemos lutar.

Missa dos Quilombos – Pedro Tierra/ Milton Nascimento.

Meus cúmplices são os negros de todas as raças (Heiner Muller). Este é o ponto de partida que norteia o trabalho a seguir descrito, cujo interesse primeiro é dar voz a uma senzala existente desde as mais explícitas formas de exclusão e preconceitos até as mais sutis, revestidas por belas e sinuosas palavras e/ou gestos. Senzala dos negros, índios, mestiços. Senzala de todas as raças. Senzala dos oprimidos, lembrando Paulo Freire (1989). Contudo, desta senzala pretendemos resgatar a vida, ouvir dos escombros que escondem os aparentes derrotados, uma vida que pulsa, que inquieta. E por pulsar, intermitentemente, torna-se um perigo para os que a querem sufocar.

Este trabalho pretende pontuar a possibilidade de celebração da vida em um dos espaços no qual ela é mais sufocada: o sistema penitenciário, aqui, em especial, o feminino. Utilizei o discurso de mulheres reclusas pelo sistema penitenciário para assinalar a construção de algumas táticas de sobrevivência ante a dificuldade de vislumbrar uma vida após o cárcere.

Pensarei estas táticas no que se referem à construção de projetos futuros. Por projetos futuros, grifo toda e qualquer forma de vislumbrar uma vida potente, ou seja, criadora de outras formas de existência. Ainda que a sentença para sociedade seja de condenação perpétua, quais as linhas de fuga que são utilizadas? Por este caminho é que trafega o meu objeto de estudo. Crer na vida, crer em quem ninguém mais crer, pontuar o “querer-artista” das mulheres entrevistadas.

Na busca por este “querer-artista” resgato as palavras de Foucault, em seu artigo “A vida dos Homens Infames” (1977). Este resgate se dá muito mais pela intensidade do discurso que pela proposta metodológica que Foucault apresenta. Encontro, enfim, algo que me sustente teoricamente nesta minha busca por algo belo nos escombros, sem me tornar piegas, ingênua ou reacionária.

Foi para reencontrar alguma coisa como essas existências-relâmpagos, como esses poemas-vidas que me impus um certo número de regras (...) e que do choque dessas palavras e dessas vidas nascesse para nós, ainda, um certo efeito misto de beleza e de terror (...) que houvesse em suas desgraças, em suas paixões, em seus amores e em seus ódios alguma coisa cinza e de comum em relação ao que se considera, em geral, digno de ser contado. (FOUCAULT, 1977:207)

Busco nos sonhos – palavra que por questões conceituais chamarei de perspectivas futuras. Enfim, busco nas perspectivas futuras de mulheres reclusas pelo sistema penitenciário, algo que ainda seja vibrátil, pura criação de novos caminhos, novas formas de existência.

Marco que só entrevistei mulheres julgadas e sentenciadas não necessitando, portanto, de um segundo juiz. Não imprimi em suas vidas um papel moral. Apenas acredito numa potência de vida, numa possibilidade de escultura de uma nova vida após o cumprimento da pena estabelecida por lei.

Não pretendo fazer deste estudo uma ferramenta de guerra, pois assim estaria possuída da mesma natureza dos crimes. Substituo as ferramentas de guerra pela sonoridade de uma canção inacabada, cujas notas finais ainda estão por se combinar. Pretendo trazer ao leitor a imagem de vidas singulares e seus pequenos detalhes traduzidos nos sonhos de uma vida por vir.

Ao leitor ávido por sangue, escuridão e pessimismo, eu ofereço, como contra-resposta: luz, vida, otimismo. Se estes conceitos lhe parecerem incompatíveis com mulheres delituosas, apresento a fala de “Maria Bonita” – interna do Talavera Bruce – numa conversa informal:

Ah, essa gente aí de fora que acha que aqui só tem criminosa e gente ruim, manda eles virem visitar a gente. Só pode falar quem vem aqui. (Maria Bonita).

Tento trazer suas vozes para formatação acadêmica, colocarei em suas falas um capital cultural que elas não possuem. E mais, minha voz estará imersa a delas, uma vez que não há neutralidade em nenhuma escrita.

O estudo justifica-se pela possível contribuição aos profissionais “psis” que cotidianamente se deparam com projetos despedaçados, com vidas que mais parecem mortes. Meu compromisso é afirmar a vida em momentos de não-vida, a luz quando só há trevas. E desses fluxos extrair subsídios para uma prática “psi” transformadora cujo compromisso político se faz em ampliar as frestas de luz que diariamente se anunciam nos porões da existência humana, utilizando-se de diversas formas de expressão, por vezes tímidas e frágeis, mas que iluminam o assombrado e escuro mundo dicotômico que divide o senhor do escravo, os vencedores dos vencidos. Pensar em práticas que rompam com este modelo é meu maior desafio.

Com isto, justifico o estudo pelo compromisso político que atravessa as práticas, em especial as práticas “psis”; pela possibilidade de discussão das práticas dentro do cotidiano prisional; pela problematização de discursos que fundam subjetividades e enclausuram o sujeito em seu delito.

As mulheres reclusas são narradas enquanto remetidas a amores ilícitos. O discurso contido nos processos assim como os discursos de alguns profissionais envolvidos com a realidade prisional associam estas mulheres sempre a: infância desregrada, família consideradas “desestruturadas”, etc. Há sempre alguma coisa que destoia dos valores burgueses da dita “vida correta”. Desta maneira alguns discursos, produtores de tantas práticas, circunscrevem o delito à vida das mulheres, antes mesmo destas o cometerem.

A pesquisa foi realizada entre os anos 2002 e 2005 em três estabelecimentos prisionais femininos: Romeiro Neto, Nelson Hungria e Talavera Bruce. Cataloguei 154 entrevistas ao longo de 28 meses. Como estratégia metodológica

fiz entrevistas semi-diretivas que tinham como objetivo responder a seguinte pergunta: O que você pretende fazer quando sair da cadeia? O critério para a entrevista era ser mulher e presa em regime fechado. Foram entrevistadas mulheres entre 19 a 62 anos, todas cumprindo pena no Estado do Rio de Janeiro. Apresentarei seis entrevistas na sua íntegra, já que as demais estão diluídas em citações, vinhetas e construções teóricas ao longo da tese. Assinalo ao leitor que não pretendi, propositalmente, construir um perfil das presas do Estado do Rio de Janeiro, já que estes dados podem facilmente ser disponibilizados pelas estatísticas oficiais do sistema prisional. Fatores como idade, delito e tempo de reclusão não foram por mim analisados. Como já fora dito, não enclausei a mulher ao seu delito e sim as suas inúmeras singularidades.

O interesse pelos projetos futuros surgiu em função da pesquisa feita por mim em alguns processos penais. Nestes, há um documento a ser preenchido pelo psicólogo, pelo assistente social e pelo médico. Este documento, denominado “Exame Criminológico”, consiste numa exigência oficial prescrito pela Lei de Execução Penal. O Exame Criminológico tem como objetivo acompanhar o percurso do condenado ao longo da pena de privação de liberdade. E a partir deste acompanhamento individualizar o máximo possível a pena. Neste processo de individualização há um regime que permite a remissão da pena, conferindo aos presos o livramento condicional após o cumprimento de alguns itens prescritos na Lei de Execução Penal.

A obtenção ou não do livramento condicional se dá em função de inúmeros fatores. Todavia, uma das documentações necessárias a ser enviada para o juiz é o Exame Criminológico. Neste, cabe ao psicólogo fazer uma avaliação acerca do preso. Um dos tópicos desta avaliação consiste em descrever quais os projetos futuros dos presos. Ou seja, o que pretendem fazer quando sair do espaço carcerário?

Diante deste tópico, presente nos exames criminológicos a que tive acesso em 2000, indaguei-me: será que alguma mulher presa consegue construir um projeto futuro? Se consegue, em que consiste este projeto?

Minha expectativa consistia no tema do trabalho enquanto uma possível construção de projetos futuros. Entretanto para minha surpresa este não foi citado. Por questões metodológicas assinalei a categoria mais recorrente nas 154

entrevistas. A categoria presente em todas as 154 entrevistas remetia aos filhos como uma possibilidade de reconstrução de uma vida após o cárcere.

Minha surpresa foi tamanha, pois já havia construído todo um material teórico que pretendia associar o tema da mulher ao trabalho, assim como as problematizações destes no que tange a reinserção de presas ao mundo do trabalho. Tive, em consequência do resultado da pesquisa, que adentrar num campo teórico cujo eixo estava pautado na importância que a maternidade possui para a reinserção de mulheres presas.

A maternidade e suas práticas participaram da construção da subjetividade da mulher no ocidente. Trata-se do único lugar de existência possível ao qual mulheres presas encontram legitimidade. É nesta legitimidade, conferida historicamente às mulheres, que ancoram os projetos futuros das 154 presas entrevistadas por mim ao longo de 28 meses no sistema penitenciário feminino do Estado do Rio de Janeiro. Marco que o tema da maternidade consiste numa tática de construção de projetos futuros utilizado pelas mulheres sentenciadas. Segundo Certeau (2003):

... a tática é a arte do fraco (...). Quanto maior um poder, tanto menos pode permitir-se mobilizar uma parte de seus meios para produzir efeitos de astúcia: é com efeito perigoso usar efetivos consideráveis para aparências, enquanto esse gênero de “demonstrações” é geralmente inútil (...). O poder se acha amarrado à sua visibilidade. Ao contrário, a astúcia é possível ao fraco, e muitas vezes apenas ela. (p. 101)

Assim, é importante assinalar que não pretendi resgatar a “verdade” dos discursos e sim as táticas utilizadas pelas mulheres para construir projetos futuros. A maternidade foi utilizada como tática na construção formal de projetos futuros.

Lembro ao leitor que minha pesquisa não se limitou somente as 154 entrevistas. Meu trânsito nos presídios, em especial no Talavera Bruce, produziu uma relação que ultrapassou as informações oferecidas frente ao gravador, nas entrevistas oficiais. Participei de inúmeras atividades com as presas, em especial no atelier de arte, assim como circulei nas celas e convivi, durante 28 meses, com as inúmeras particularidades do cotidiano das detentas.

As entrevistas no Talavera Bruce foram realizadas com o gravador, já no Nelson Hungria eu só pude transcrevê-las. No Romeiro Neto, entretanto, nem escrever eu pude. Neste presídio eu só pude circular acompanhada pela psicóloga do presídio, assim como nunca pude ficar sozinha com as presas. Lembro ao

leitor que, atualmente (2006), o Presídio Romeiro Neto está desativado. As principais informações ao longo da pesquisa foram compiladas em conversas furtivas e observação de situações pitorescas.

No âmbito destas particularidades, pretendi mergulhar nas inúmeras realidades e possibilidades de existência de mulheres reclusas pelo sistema penitenciário. Ouvir a quem ninguém ouve, partilhar com quem ninguém partilha e assim trazer o dito “vale dos miseráveis” para o campo do debate acadêmico. Afinal: *meus cúmplices são os negros de todas as raças*.

A imagem de mulher construída ao longo dos anos na sociedade ocidental não comporta o devir. Ao contrário, prescreve comportamentos socialmente femininos, tornando as mulheres que cometeram algum delito uma ameaça à dita natureza feminina. Tal ameaça fica maior quando não constatamos nos presídios a presença de mulheres atípicas, não sendo este um espaço das diferentes (que poderiam, com isto, ser patologizadas). Ao circular pelos corredores do presídio feminino vi mulheres e seus sorrisos. Mulheres e vozes. Mulheres e cortininhas de renda resguardando a janela da cela. Mulheres e flores de plástico ornamentando uma “quina” do banheiro coletivo. Mulheres e panos velhos alvejados: pequenos tapetes a aparar os pés da cama. Mulheres e pequenas lembranças do que chamamos lar.

Próximo às camas, em diversas versões de “criados-mudos”, pequenas fotos são expostas, muitas recostadas em frascos de perfumes baratos ou coladas na parede: imagens de vida, fragmentos de uma história. São fotos de filhos, mães, namorados, amigos: afetos resguardados, notícias de um mundo distante e, contraditoriamente, tão próximo.

Diante da realidade da nossa senzala feminina forças me afetaram, dentre elas as que me remeteram aos sentimentos que me eram familiares. Neste jogo de afetos lembro que comungamos de sentimentos afins: amamos, sentimos saudade, temos filhos, temos mães, laços que nos unem à vida, nos fazem sentir existindo.

Numa conversa com uma detenta, a mesma relata a trajetória de seus filhos desde que fora presa. Todos os seus cinco filhos não foram reconhecidos oficial e extra-oficialmente pelos respectivos pais, cabendo a ela, a guarda de todos. Ao ser presa teve que fazer o que chama de “liquidação de filhos”: passou a guarda para diferentes pessoas entre familiares, amigos e até desconhecidos. O objetivo

era evitar que fossem para uma casa de custódia de menores. Afinal, diz a detenta:

... só eu fui condenada, não meus filhos.

Assim, também a tutela dos filhos atravessa a possibilidade de reconstrução de sua vida extra-muros. Ao conversar com as mulheres reclusas que têm filhos todas esboçam, em sua fala, uma referência ao destino dos filhos pós-prisão. A questão da maternidade sempre aparece, principalmente quando se referem aos projetos futuros, ainda que seja para concluir que sua prisão deu um destino dito “melhor” aos seus filhos.

Diante da violência, de mortes, do tráfico, não quero me imobilizar na desesperança, quero, no entanto afirmar a vida. Como fazer? Ouvir as presas e dar destaque às táticas de construção de projetos futuros, aquilo que pode transvalorar os acontecimentos, negando a morte e exaltando, dionisicamente, a vida. E assim, tal como Dioniso, embriagado de forças pulsantes de vida, dar grifo ao que cria e transforma. E tal transformação se ancora em táticas de legitimidade, táticas de visibilidade. Parir, criar, gerar. Categorias recorrentes na sociedade ocidental. Tão recorrentes a ponto de se transformarem em táticas na construção formal de projetos futuros.

A partir de meu objeto de estudo – construção de projetos futuros de mulheres encarceradas – iniciarei este estudo apresentando os muros que antecedem a cadeia. Muros estes que se fazem presente no espaço cívico e nas formas de exclusão construídas historicamente. Formas estas que tem por finalidade última criminalizar o pobre. Assim, no **“Capítulo I: Pobreza: o delito maior!”** problematizarei a construção dos espaços urbanos na cidade do Rio de Janeiro e sua relação com a exclusão da pobreza. Pensarei também na construção de políticas públicas que se utilizam da vigilância e da segregação como forma de administrar as consequências excludentes do capitalismo, em especial as políticas de criminalização do pobre e sua relação com o Estado Penal.

Objetivando pensar a especificidade da prisão feminina abordo o tema da mulher e violência no **“Capítulo II: Mulher é bandida?”**. Este capítulo surgiu de um tema recorrente na cadeia na qual as presas dizem não ser bandidas por serem mães. A partir deste tema surgido nas prisões femininas inicio este capítulo pensando na construção histórica da mulher e na relação que a mesma tem com a

maternidade. Apresento alguns fatores históricos que circunscreveram a mulher ao âmbito do privado, tendo sua suposta natureza construída para o lar e para o cuidado com os filhos. Dentro deste enfoque discuto a regulação física e moral do corpo da mulher. E a partir disso, problematizo a relação da mulher com o judiciário.

O “**Capítulo III: Prisão de Mulheres**” teve como principal objetivo apresentar ao leitor os aportes teóricos balizares deste trabalho. Ou seja, da onde e com quem eu estava dialogando conceitualmente. Apresento minha entrada no espaço prisional e um episódio ocorrido no Presídio Romeiro Neto. Tendo este episódio como ponto de partida, problematizo as relações de poder e as estratégias de disciplinarização dos sujeitos. Trago para o palco de debate alguns temas que envolvem a questão judiciária e construção da idéia de verdade e suas implicações.

O campo apresenta figurado no “**Capítulo IV: E a seda azul do papel que envolve a maçã: o campo revisitado**”. Neste capítulo, é descortinado o tratamento que é dado ao campo de pesquisa. Pretendo também, mais amiúde, trazer o cotidiano prisional. Apresento a maternidade como sendo o eixo “tático” de construção de projetos futuros de mulheres encarceradas e aponto algumas categorias recorrentes nas 154 entrevistadas. As categorias são: religião, família e culto ao corpo. Estas são problematizadas a partir da experiência de encarceramento vivenciada pelas mulheres pesquisadas.

Adentrar o espaço prisional foi para mim muito difícil, já que se tornou uma aventura amorosa. Entrava na cadeia de mulheres como quem mergulhava num oceano de sentimentos. Sentimentos doces, outros tantos amargos, sentimentos obscuros ou clarificados por algum aporte teórico. *Mares nunca dantes navegados.*

Pensando na análise da implicação, afirmo que a luta pela terra atravessa este trabalho. Uma vez que é implicada com estas questões que este tema me afeta. Imiscuída no tema da terra e da exclusão, tento cartografar os indícios da motivação para pesquisa. E estes vêm de longe, de caravanas cantantes rumo ao tão sonhado Rio de Janeiro. Fugitivos da seca e sem terras, meus antepassados chegaram ao Rio de Janeiro, no início dos anos 30, acolhidos pelos clandestinos movimentos comunistas.

Aqui, fizemos histórias: militâncias, artes, canções, filhos e filhas... E muitas filhas. E é este fato que me inclina ao tema da mulher.

Na dissertação de Mestrado (2001) pretendi cartografar os modos de subjetivação do feminino a partir do discurso médico. Neste estudo, aproveitei-me do tema para adicionar a ele as senzalas femininas existentes em pleno século XXI. Dentre as muitas senzalas existentes escolhi a cadeia, como poderia ter escolhido as favelas, os prostíbulos, as mulheres do Movimento dos Sem Terra (MST), dentre outros tantos espaços de segregação social.

Cadeia: espaço perigoso, lugar de pesquisa e trabalho pouco aceitável pelos amigos, familiares e outros. Diante das milhões de dificuldades pessoais e institucionais atravessadas no início da pesquisa, a fala de Pedro Casaldáliga, padre ligado a militância dos sem-terra, serve-me como elixir de resistência a ligar-me às caravanas cantantes dos meus antepassados rumo ao Rio de Janeiro:

*Onde tu dizes lei, eu digo Deus
Onde tu dizes paz, justiça, amor, eu digo Deus
Onde tu dizes Deus, eu digo liberdade, justiça, amor.*

E é por isto que nós estamos chegando...

2 Capítulo I: POBREZA: O DELITO MAIOR!

Negros suavam carregando pesados caixotes, mas um elemento invisível que entra pelo corpo mudando a vida de pessoas e de cidades saía do porão sem que ninguém avistasse: eram alma de mulheres, de crianças, de casas, de homens pobres e ricos, de saúde e de morte, de corpos e de muitas coisas. Uma se destacava dentre as outras por ser intensa e volumosa, era a alma da cidade.

BAPTISTA, 1999, p. 57.

A cidade descortina, a cada manhã, um novo ritual de exclusão que podemos ver nos abarrotados trens de subúrbio, nas péssimas condições de moradia das classes subalternas, nos meninos vendendo balas nos sinais de trânsito, dentre outras imagens que cotidianamente se apresentam diante de nós. Espetáculo das dores sentidas pela desigualdade social. Desigualdade esta na qual sua linha de montagem pauta-se na relação simbiótica capital/pobreza. Desde o final do século XIX e início do XX, no Brasil, o desenvolvimento da urbanização associado à industrialização, cria espaços urbanos nos quais novos suplícios e penalizações estão na processualidade e dinâmica das cidades.

Os rituais modernos de punição não visam mais punir somente os corpos em praças públicas. Entretanto, apesar de não mais dar destaque à punição em praças públicas, esta ainda é explícita e se faz diariamente. Este é o ponto de partida para refletir acerca dos espaços de segregação e sua intrínseca relação com o poder disciplinar. A disciplina é uma técnica, um dispositivo, um mecanismo, um instrumento de poder, os métodos que permitem o controle minucioso dos corpos que asseguram a sujeição constante de suas forças, impondo-lhes uma relação de docilidade-utilidade. Em síntese, a disciplina seria um tipo de organização dos espaços que tem a vigilância como um dos seus principais instrumentos de controle. Na cidade esta vigilância também é presente, já que há muros, visíveis ou não, que se antecipando a cadeia, mapeiam a ordem social e punem

... os falidos, os mutilados, os deficientes, os recalcados, os oprimidos, os solitários, os indecisos, os líricos, os cismarentos, os irresponsáveis, os pueris, os cariciosos, os loucos e os patéticos. (Carlos Drummond de Andrade, “Canto ao Homem do Povo Charlie Chaplin”).

A arte de punir abandona a punição corporal de outrora, no qual o carrasco castigava publicamente o criminoso. No fim do século XVIII e começo do XIX, a despeito de algumas grandes fogueiras, a melancólica festa de punição vai se extinguindo (FOUCAULT, 1975, p.14).

A partir do século XIX se faz necessário um conjunto de comunicações simbólicas que declarem uma punição silenciosa e, por isto, bastante eficaz. O poder que pune, se esconde (FOUCAULT, 1975, p. 95) e ao se esconder não mais ocorre a estética da vingança materializada no teatro dos castigos, no qual o criminoso “paga” publicamente pelo seu delito com a mesma ou maior violência do ato criminoso. A punição, desta nova arte de punir, pretende estabelecer uma universalização do que seja delito. Neste processo, ocorreu nas sociedades ocidentais uma forma arbitrária que delegou uma dada punição a um certo delito. Contudo, a grande eficácia deste novo arsenal de punição consiste em apagar, aos olhos alheios, a arbitrariedade da pena, naturalizando-a. Ainda que os legisladores se apoiem em teorias doutrinárias que estão ancoradas em diferentes concepções de sujeito, de homem e de vida. Tais concepções não são bíblicas, oriundas de tabulas sagradas e sim de um conjunto de crenças e valores construídos historicamente.

Outro fator de extrema importância que aparece com o crescimento das cidades e suas múltiplas facetas é a marca, cada vez maior, da produção de um conjunto de crenças e valores que relacionam classes subalternizadas com a imagem de perigo.

Os resquícios da escravidão e um certo cientificismo tentou (e ainda tenta) marcar a inferioridade dos negros, mestiços e pobres. Ajuda a compor o cenário de uma cidade repartida por espaços de gente ditas do “bem” e gente ditas do “mal”. As do bem estão próximas ao conceito de civilidade higienista proposto no século XIX, no qual o ideal de civilidade é o homem branco e toda cultura européia.

... encontramos no Brasil, do final do século XIX e início do XX, o movimento higienista que extrapolando o meio médico, penetra em toda sociedade brasileira, aliando-se a alguns especialistas como pedagogos, arquitetos/urbanistas e juristas, dentre outros. Esse movimento formado por muitos psiquiatras da elite brasileira da época, atinge seu apogeu na década de 1920, quando da “Liga Brasileira de Higiene Mental”, por Gustavo Riedel. Suas bases estão nas teorias racistas, no darwinismo social e na eugenia, pregando o aperfeiçoamento da raça e colocando-

se abertamente contra negros e mestiços – a maior parte da população pobre brasileira (COIMBRA, 2003, p. 88).

Assim, nesta lógica de higienização da cidade, o pobre é ressaltado nos textos científicos da época como sendo:

... “viciosos”, por sua vez, por não pertencerem ao mundo do trabalho – uma das mais nobres virtudes enaltecida pelo capitalismo – e vivem no ócio, são portadores de delinquência, são libertinos, maus pais e vadios. Representam um “perigo social” que deve ser erradicado; justificam-se, assim, as medidas coercitivas, já que são criminosos em potencial (COIMBRA, 2003, p. 91).

As conseqüências de um registro historicamente excludente, se faz presente, na contemporaneidade, pela desestruturação econômica gerada pela pauperização da população de amplos contingentes do proletariado urbano. Tal fato tem sido amplamente discutido, contudo, a discussão pauta-se no desenvolvimento de um “Estado Penal” como resposta *às desordens suscitadas pelo desregulamento da economia* (WACQUANT, 2001-a, p. 10), na qual a prisão transforma-se, na evidência do fracasso e pauperização da população pobre.

É o estado apavorante das prisões do país, que se parecem mais com campos de concentrações para pobres (WACQUANT, 2001-a, p. 11).

A violência tornou-se uma infeliz presença nas grandes cidades. O tráfico de drogas no Rio de Janeiro pára a cidade com ameaças que ninguém ousa duvidar. Um grande traficante comanda ataques dentro de um dos principais sistemas prisionais do país. Os noticiários fazem analogias dos acontecimentos violentos no Rio de Janeiro com a Guerra no Iraque. Vivemos uma guerra civil, diz a mídia. Mídia esta que, produto e produção, participa dos modos de subjetivação da sociedade brasileira.

Como eco, produzidos e produtores da mídia, ouvimos vozes que clamam por justiça com o pedido de cadeia aos violentos, contudo pouco se fala do cotidiano deste lugar. Espaço destinado aos indesejáveis, aqueles cujo comportamento ameaça à ordem social. O espaço prisional tornou-se o lugar dos indesejáveis da cidade, a senzala de que falávamos. Lugar este cujas mazelas devem ser mantidas distante do olhar da sociedade. E por assim estarem, este espaço é mitificado: ora visto como não suficientemente ruim para os que fizeram tanto mal ora como lugar maléfico, pernicioso por definição. Os muros das penitenciárias materializam outros tantos muros presentes na ordem urbana. Eles

criam uma lixeira social cujo cheiro, aparência e destino nos recusamos a ver e sentir.

Alguns estudiosos acerca do lixo urbano nos falam que o reaproveitamento deste é de grande utilidade para a vida no planeta. Também ouvimos que para saber um pouco sobre o cotidiano de alguém basta prestar atenção ao lixo que produz. Transpor isto para o contexto social nos parece proveitoso, pois nos coloca implicados com a questão carcerária, ainda que sejamos cidadãos respeitosos e respeitáveis. Neste capítulo pretendo assinalar os muros que antecedem a cadeia. Muros inscritos historicamente, mas que se atualizam cotidianamente frente aos nossos olhos.

Segundo Vergne (2002) a segregação da pobreza no espaço urbano pode ser assinalada desde o século XVIII. Os excluídos do espaço urbano, ainda na época colonial, podiam apenas habitar numa área marginal da cidade. Os cortiços se constituíam numa possibilidade de sobrevivência na cidade do Rio de Janeiro, na era colonial.

O Rio de Janeiro, porém, passou a ter um projeto de modernização a partir da família real portuguesa, fugida de uma Europa dominada pelo império napoleônico. Mas por longo tempo ainda a convivência das diferentes classes sociais ocorria de uma forma onde suas linhas de demarcação não eram tão definidas. No espaço difuso das formas imprecisas, mas também menos pronto e, portanto, mais sugestivo da surpresa, existia uma cidade carioca onde à pobreza ainda era possível a sua participação maior na vida da cidade. Os cortiços se mesclavam aos palácios até o momento de serem considerados focos de doença. (VERGNE, 2002, p. 10).

Assim, a pobreza transitava sem maiores problemas na cidade do Rio de Janeiro antes da efetiva preocupação com as epidemias que assolaram a cidade do Rio de Janeiro. Epidemias estas que foram associadas aos cortiços e suas condições de sobrevivência. A partir daí constrói-se a relação pobreza e mal social. Pobreza esta que consistia, em sua maioria, em negros livres, mas sem nenhum lugar na *pólis*. Pereira Passos, em 1906, empenhava-se na modernização da cidade. A política higienista e de embelezamento pautava-se na ordem. Era necessário uma cidade ordenada, bonita, limpa, com suas mobílias, quadros e relicários em perfeita harmonia. Uma perfeita sala de estar, anunciando um país próspero e, sobretudo belo. A nova imagem da cidade, com suas grandes avenidas e monumentos não comportavam os bêbados circulantes, os vagabundos, os poetas e boêmios. A estes pobres moribundos era destinado, metaforicamente, os terrenos baldios da cidade.

Na dinâmica de uma nova cidade que a cada dia tornava-se mais excludente, houve uma explícita “varredura” dos pobres aos olhos da aristocracia carioca do início do século XX. Era necessário “varrer” os moribundos, aqueles que não combinavam com a estética da cidade, já tão *à francesa*. Esta “varredura” se deu, dentre outros, por instrumentos policiais no qual havia uma associação explícita entre pobreza e criminalidade:

As medidas restritivas ou coercitivas da vagabundagem e da mendicidade importam a prevenção da criminalidade. Nessa designação de vagabundos – indivíduos sem pouso certo e sem o que fazer – incluem-se não só os doentes, psicastênicos, deficientes, prole degenerada de alcoólicos e que pela necessidade e pela índole podem chegar aos crimes de furto, atentados ao pudor e até violência, como principalmente os viciosos, incapazes do trabalho útil, indolentes cuja vagabundagem já não é escusa mórbida, parasitos daninhos, certamente criminosos de um momento para outro, que ao Estado importa reprimir e até segregare. Aliás, o destino dos outros deve ser o mesmo, para tranqüilidade pública. (PEIXOTO, 1916, p. 98).

A polícia surge como um agente de controle social que visa extinguir pobres, boêmios, vagabundos. Assim, há uma associação explícita entre pobreza e criminalidade. Quando nos transportamos aos dias de hoje, a constante vigilância de bairros pobres no Rio de Janeiro e a necessidade de “mostrar serviço” por parte dos policiais, reintegra práticas do início do século XIX: faz aumentar significativamente o número de jovens negros e pobres que são detidos sem nenhuma causa aparente. Esta crescente vigilância dos bairros mais pobres é estudada por Wacquant (2001-a). Segundo este autor, há uma vigilância constante de algumas áreas, vigilância esta que acaba por aumentar significativamente o número de detidos em certas regiões em detrimento de outras, mais abastadas financeiramente.

Wacquant (2001-a) nos fala de políticas que, ante a exclusão capitalista, apenas operam “administrando” seus dejetos: a pobreza. Políticas que não se comprometem com os sujeitos, apenas aparecem para punir. Tais políticas consistem no que o autor denomina Estado Penal.

O Estado Penal utiliza a discriminação espacial como mais uma estratégia de controle e regulação social das classes empobrecidas. Esta espacialização enquanto um dispositivo do Estado Penal pode ser claramente identificado na cidade do Rio de Janeiro. A questão racial e econômica junto à construção de espaços cívicos ditos “perigosos” formam uma implícita forma de organização social da metrópole. Os locais “perigosos” nada mais são que espaços nos quais a

população é vítima do que Wacquant (2001-a) chama de “desindustrialização regressiva”. A população pobre é entregue a própria sorte, tendo a intervenção do Estado pautada na invasão militar objetivando a repressão dos espaços onde residem. Os espaços ditos “perigosos” foram construídos ao longo da história. No caso do Rio de Janeiro houve algumas especificidades que cartografaram a sua periferia e regiões pobres. Atualmente, há um sistema hierárquico das regiões e das relações que ali se operam. Quanto mais pobre a região mais punida ele é com vigilância ostensiva e prisões constantes. Estas regiões são designadas:

... “regiões problema”, “áreas proibidas”, circuito “selvagem”, territórios de privação e abandono a serem evitados e temidos, porque têm ou se crê amplamente que tenham excesso de crime, de violência, de vício e de desintegração. (WACQUANT, 2001, p. 32).

Segundo Wacquant (2001), a penalidade do estado neo-liberal pretende estabelecer a ordem pública, punindo os maus elementos, simbolizados pela delinquência de rua. Este movimento se dá em função de uma tendência a aumentar o poder do Estado no que tange a questões policiais e penitenciárias e diminuir para assuntos econômicos e sociais.

O autor nos lembra que os elevados índices de criminalidade ocorrem quando há uma sensível diminuição do trabalho assalariado

... reafirma a onipotência do Leviatã no domínio restrito da manutenção da ordem pública - simbolizada pela luta contra a delinquência de rua – no momento em que este afirma-se e verifica-se incapaz de conter a decomposição do trabalho assalariado e de refrear a hipermobilidade do capital, as quais, capturando-a como tenazes, desestabilizam a sociedade inteira. (WACQUANT, 2001-a, p. 7).

Wacquant (2001-a), numa análise sobre a condição brasileira sobre a violência e o espaço urbano, reflete acerca da ausência de uma rede de proteção social. Ausência esta que, segundo o autor, ocasiona a aproximação de jovens ao tráfico de drogas. O mesmo autor nos lembra da imensa difusão da arma de fogo e do tráfico internacional de drogas. Ambos propagam medo e violência no seio das cidades do Brasil. A população pobre, de bairros marcados pela pobreza é mais susceptível uma vez que, em função das desigualdades sociais, os moradores destas regiões são fadados ao desemprego ou ao subemprego. O capitalismo não mais precisa de mão-de-obra não-especializada e, em contra-partida, não há mais interesse em capacitar pobres. Assim delegados a pobreza e à margem do

processo produtivo, negros, pobres e favelados são, aos olhos do capitalismo, as “classes perigosas” e impossibilitadas ao consumo.

Assim, vemos nos bairros periféricos e nas ditas favelas da cidade do Rio de Janeiro, um grande número de população negra. Ao visitar a cadeia, a tonalidade da pele se repete, observamos que a grande maioria da população carcerária é negra e oriunda de bairros periféricos ou de favelas da cidade. Seria esta população naturalmente perigosa? Segundo Coimbra (2001) a partir da obra de Lobo (1997), a ciência do século XIX relaciona a raça negra a tudo que era negativo no seio da cultura ocidental.

Pertencendo a uma humanidade inferior, o negro só poderia ser utilizado para executar certas tarefas menos nobres e, reduzidas à escravidão, teria oportunidade de evoluir em contato com a raça branca. (...) o responsável por todo este atraso, por todas as mazelas sociais, considerado o tipo humano mais próximo a bestialidade. (LOBO, 1997, p. 182).

Heranças destas crenças e valores ainda se mantêm vivas nas relações que civis e militares têm com a população negra.

Sabe-se, por exemplo, que em São Paulo, como nas outras grandes cidades, os indiciados de cor “se beneficiam” de uma vigilância particular por parte da polícia, têm mais dificuldade de acesso a ajuda jurídica e, por um crime igual, são punidos com penas mais pesadas que seus comparsas brancos. (WACQUANT, 2001-a, p.9).

A etnologia francesa no início do século XVII tentou estabelecer uma “história social das raças”, nestas:

... classificações geopolíticas eram utilizadas para reafirmar a precedência de determinados povos – autores como Cabanis, Thierry e Desmoulins propunham examinar tais motivações através de uma espécie de naturalismo histórico. (CUNHA, 1999, p. 248).

Havia, nesta classificação, a necessidade de relacionar o sistema de raças com a história da humanidade. As correntes fisicalistas criam uma linguagem própria de antropologia inspirada nos ideais iluministas. A primeira definição formal de uma taxonomia racial foi criada por Carlos Lineu, em 1758. Esta taxonomia atrelava a noção de caráter com fatores cujo eixo principal eram descrições anatômicas.

... em que os negros africanos (*homo sapiens afer*) eram definidos pelo capricho e os europeus (*homo sapiens europaeus*) como governados pelos costumes. (CUNHA, 1999, p. 232).

A criação de uma antropologia física preocupada com a classificação humana remetido as ditas “raças selvagens” se deu com a criação da Sociedade de Antropologia de Paris, em 1859. (CUNHA, 1999).

Broca constrói um modelo de ciência fundado em convenções morais, utilizando a relação do desenvolvimento intelectual com o tamanho da caixa craniana. Joseph Gall, no entanto, estabeleceu uma outra relação entre raça e sociedade. O mesmo, através de uma minuciosa “geografia cerebral”, relacionou tamanho e desenvolvimento cerebral com memorização e raciocínio.

Broca também elaborou vários estudos acerca da fisionomia e a relação com o desenvolvimento intelectual da sociedade. Tais estudos abriram espaço para outros de maior amplitudes na época. O filósofo suíço Jean Gaspard Lavater publica *Essais de physiognomie e l'art de connaître les hommes par la physiognomie*.

Lavater, a partir desta publicação, estabeleceu relação entre alguns “traços” e “sinais” da face com “caráter” e “temperamento” dos indivíduos:

Esquadrinhada e dividida em pequenos pedaços, a face poderia informar capacidades e características individuais passíveis de leituras e comparações, independente dos tipos raciais sob os quais os indivíduos estariam classificados. Desse modo, obter-se-ia um inventário de bocas, narizes e expressões faciais que denotariam sentimentos (tristeza, luxúria, bondade, crueldade, esperteza), sinais, marcas patológicas e estigmas degenerativos. (CUNHA, 1999, p. 249).

Na verdade são as pesquisas craniológicas realizadas pela antropologia francesa que ganham um especial destaque. Estes estudos trouxeram para o palco acadêmico nomes como Broca, Torpinard e Bertillon. Para estes antropólogos, os criminosos eram providos de um “excesso instintivo” próximo de um estado selvagem. Estado este determinado hereditariamente. Tratava-se de um mal que se apresenta não só no corpo através de características físicas, mas também no comportamento do criminoso. Conforme Rauter (1982) a preocupação desloca-se do corpo para o comportamento. Diante desta nova visão do criminoso inicia-se um novo conceito na criminologia: a periculosidade.

Dentro desta perspectiva, há uma suposta “evolução natural” na qual, por um processo evolutivo, algumas classes ocupariam um lugar “naturalmente” superior, em detrimento de outras que se tornaram “inferiores”. A partir deste

processo “natural” de trânsito social, a hereditariedade ocupa um lugar de destaque nos estudos sobre a periculosidade dos sujeitos.

A periculosidade, no século XIX, estava associada a três itens: precedentes hereditários, condições de existência e educação. Estes três itens construíram o que se estabeleceu como periculosidade, ou seja, o grau de temibilidade ou anti-sociabilidade. A periculosidade era associada ao crime. Crime, neste contexto era sintoma de um mal individual que se tornava presente nos sujeitos. Não havia nenhuma relação social que atravessasse o crime. Ao contrário, nesta perspectiva, havia uma gradação de periculosidade que coloca a culpa do crime única e exclusivamente no sujeito, estabelecendo gradações para o criminoso.

O “criminoso de ocasião” era aquele cujas penas poderiam ser tradicionais, uma vez que, segundo esta lógica, foram ocasionalmente levados ao crime e facilmente seriam regenerados. Ao contrário dos ditos “criminosos natos” também chamados “criminosos por paixão” ou “criminosos por hábito”. Estes, segundo esta lógica, continham o germe da maldição. Maldição esta que se manifestava em seu sintoma: o crime. Rauter (1982) nos alerta para um tipo de discurso comum naquele momento histórico.

Podemos dividir as camadas sociais em três categorias: a classe moralmente mais elevada que não comete delitos porque é honesta por sua constituição orgânica, pelo efeito do senso moral (...) do hábito adquirido e hereditariamente transmitido (...) mantido pelas condições favoráveis de existência social. (RAUTER, 1982, p.28)

Voltando para o contexto contemporâneo e articulando estas teorias à realidade carioca, a noção genética já não é mais tão claramente enfatizada. Trocamos o genético por uma espacialização “perigosa”, tendo como cerne ainda a idéia de classe perigosa e a relação destas com as ditas condições favoráveis de existência social. Estas condições sociais produzem os “espaços perigosos” produtores, a partir da lógica contemporânea, de “classes perigosas”.

Os espaços ditos “perigosos” foram construídos ao longo da história. No caso do Rio de Janeiro houve algumas especificidades que cartografaram o processo de construção da periferia da cidade. Faremos a seguir um breve histórico sobre a construção histórica deste espaço, cujo produto foi a criminalização da pobreza no contexto da cidade construindo, assim, uma dinâmica da exclusão.

2.1. A Dinâmica da Exclusão na Cidade do Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro crescia. Este crescimento atraía ex-escravos da antiga região cafeeira do Vale do Paraíba assim como atraía a imigração estrangeira. Esta nova população concentrava-se no centro das regiões então denominadas Santa Rita, Santana, Candelária, acramento, São José, Santo Antônio, Espírito Santo.

Nesta área a população habitava, de preferência, o cortiço que ficava nos fundos do armazém onde o trabalhador gastava sua diária, vizinho ao sobrado do comerciante ou da casa do empregado público, ao lado da oficina em que trabalha e próximo ao porto. (SOHIET, 1989, p. 40).

Misturavam-se na mesma área: oficinas e fabriquetas junto a casa de cômodos, cortiços, estalagens e hospedarias. Para ordenar esta aparente desordem contou-se com uma nova estrutura urbana e com a medicina social para instaurar em terras brasileiras costumes europeizantes. Afinal, *o parâmetro de luxo adequado eram as ruas, bairros e praças parisienses*. (SOHIET, 1989, p. 29).

A tão promissora cidade do Rio de Janeiro precisava rever as ruelas estreitas e ruas com reclines, próprias da estrutura colonial. Esta estrutura dificultava a conexão entre o terminal portuário, os eixos ferroviários, as redes de armazém e o comércio de atacado e varejo da cidade. Além de aterrorizar os novos membros da burguesia e os estrangeiros que temiam a comunidade de mestiços residentes nestas ruelas. Eram vistos (as ruelas e os mestiços) como foco de disseminação da febre tifóide, impaludismo, varíola, febre amarela, além de outras endemias inextirpáveis. Junto ao temor pelas doenças, estes grupos de mestiços constituíam um perigo ao novo regime, uma vez que estavam em constante turbulência política contra as transformações advindas do chamado progresso.

Era preciso terminar com a imagem da cidade insalubre e insegura, no maior desconforto, imundice e promiscuidade, pronta a se armar em barricadas. (SOHIET, 1989, p. 45).

Diante de tal cenário houve a intervenção da União que, pedindo empréstimos internacionais para construção de obras, mudou a fisionomia da cidade. Houve, dentre outras, a reformulação do porto do Rio de Janeiro.

... o eixo do conjunto de realizações desse período representou a destruição de centenas de velhos trapiches e cais de madeira, a demolição de numerosos quarteirões nos bairros proletários insalubres da orla da Saúde, Gamboa, etc. (SOHIET, 1989, p. 46).

Além do porto, foi necessária a construção de grandes avenidas. O modelo de cidade era Paris. Até os prédios eram construídos no estilo “*belle époque*”.

As transformações urbanas que ocorriam mais especificamente no centro tentavam extirpar da cidade os velhos hábitos coloniais e com eles todos os que não se incluíam na nova estrutura burguesa.

Teria, então, ocorrido a transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca segundo padrões originais, quatro princípios fundamentais teriam regido tal transformação: a condenação dos hábitos e costumes ligados à sociedade tradicional; a negação de toda cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas e um cosmopolitismo agressivo profundamente identificado com a vida parisiense. (SOHIET, 1989, p. 51).

A partir da leitura da construção e da mobilidade dos grandes centros urbanos, podemos observar que o crime e a criminalidade são conceitos e valores mutáveis, não atravessam intactos pela história. Ao contrário, a criminalidade é sempre histórica, só pode ser apreendida em seu tempo de acordo com os padrões e tensões de uma certa sociedade (FAUSTO, 2001). Com isto, quando me proponho a falar do contexto da criminalidade (no universo feminino ou masculino) estou falando de um conjunto de valores e crenças, num dado período histórico, que percebem alguns comportamentos como desviantes. Ou seja, as transformações sociais vão dar o contorno ao que seja entendido como desviante e/ou delituoso. Um exemplo, no Código Penal do Brasil-Império de 1830, no art 402 a capoeira era vista como algo delituoso. Assim era justificada o delito de capoeiragem:

... fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecido por capoeiragem (Código Penal de 1830).

A letra da música citada a seguir, elaborada na segunda metade do século XX, ainda demonstra a relação lei/raça/capoeira inscrito no âmbito do delituoso oriundas da época do Brasil-Império:

Malandro, eu ando querendo falar com você
Você está sabendo que o Zeca morreu

Por causa de brigas que teve com a lei
 (...)

Malandro, eu sei que você nem se liga no fato:

De ser capoeira, moleque e mulato...

(Música composta por Jorge Aragão, gravada por Elza Soares em 1966).

A capoeiragem continha dois significados na época do Império. O primeiro: capoeiras profissionais que eram vistos como desordeiros obtendo da ação corporal uma visão de perigo social uma vez que seus corpos eram, para a sociedade da época, verdadeiras armas vivas e em movimento. A segunda visão era menos ameaçadora já que se tratava de amadores. Estes não eram perseguidos e faziam de tal prática um esporte:

Os amadores eram meninos bonitos avalentoados, filhos de gente rica e importante, ou mesmo rapazes de boa família, que praticavam e aprendiam capoeiragem por simples esporte. (FAUSTO, 2001, p. 47).

Ainda que a capoeiragem trouxesse, aos olhos da época, algo de violento, acredito que o delito maior estava no fato dos capoeiras profissionais serem oriundos de:

... verdadeiras organizações de escravos e libertinos, com dupla face a um tempo ameaçadora e instrumental para a elite branca do Rio de Janeiro. (FAUSTO, 2001, p. 47).

No fim do século XIX e início do século XX, no Rio de Janeiro e em São Paulo, as maiores contravenções que resultavam em prisões eram respectivamente: embriaguez, desordens e vadiagem. Em São Paulo, segundo Boris Fausto (2001) tanto “desordem” como “vadiagem” são temas oscilantes que, na visão do autor, transformavam-se numa maneira de punir os imigrantes e seus descendentes.

Fausto (2001), em sua pesquisa junto aos processos arquivados em São Paulo, constatou que a vadiagem não era preocupação das autoridades antes de 1892. A preocupação se deu em função não só da imigração como do fato da “vadiagem” investir contra o que chama de *lei suprema do trabalho* (FAUSTO, 2001, p. 45). As novas transformações sociais oriundas da Revolução Industrial que ocorria na Europa criavam um novo lugar social para o trabalho.

Um outro exemplo da mutabilidade do conceito de crime e delito era a perseguição aos batuqueiros de origem africana e aos que tocavam violão, ambos enquadrados como vadios.

O violão, instrumento popular por excelência, companheiro das serenatas e dos boêmios é identificado com vadiagem. Há todo um ranço preconceituoso contra sua utilização, incentivando-se contra ele e o seresteiro a perseguição policial. (SOHIET, 1989, p. 59)

Em São Paulo, na pesquisa de Fausto (2001), o autor nos fala que a questão racial também perpassava o imaginário popular, aproximando a raça negra ao que era desviante.

As informações referentes às pessoas presas na cidade entre 1904 e 1916 mostram que negros e mulatos são presos em proporção mais de duas vezes superior à parcela que representam na população global da cidade. (FAUSTO, 2001:63)

Fausto (2001) dá uma demonstração das crenças e valores acerca dos negros, no início do século XX, ao reproduzir alguns trechos de jornais com noticiários criminais.

A propósito de morte de mulher lavadeira, pelo marido cozinheiro que se suicida:
O casal apesar de sua moléstia e da cor, pois tanto o marido como a mulher era da cor preta, era estimado no lugar, visto como trabalhavam e viviam a vida honesta do trabalho.

A propósito de uma briga, em gafeira, entre valentões, da qual resulta morte:
Terencio Nogueira, morador à rua do Hipódromo, 363, é um destes mulatos de gaforinha alisada e coméstico, de violão e faca, que são o terror dos que precisam de descanso à noite e dos que têm fumaças de valentões.

Relato de um crime de morte:

Título:

Empolgante cena de sangue - Paixão Desvairada- Um preto retinto e uma rapariga branca, empolgados por uma paixão desordenada cometem uma série de desatinos – Assassinato e Suicídio.

Notícia:

Um preto retinto, latagão dos seus 25 anos de idade, deixando-se empolgar pela paixão desordenada de uma rapariga branca, moderna Desdêmona, para ele apreciados requisitos físicos, leva a sua desorientação ao extremo de assassiná-la agolpes de punhal, pondo termo à própria existência atribulada pelo ciúme. (FAUSTO, 2001, p. 63).

Negros, mulatos e pobres: a criminalidade tinha endereço certo. E é sobre este endereço que falamos neste item, pretendemos pontuar as marcas da dinâmica de urbanização que excluiu o pobre.

...as modificações ou mesmo as reflexões de cunho urbanístico sempre são posteriores a mudanças nas relações sociais destinando-se, por conseguinte, a resolver contradições engendradas por essas mudanças. (ABREU, 1984:15)

No início do século XIX a cidade do Rio de Janeiro começa a ganhar novos contornos, o Rio de Janeiro deveria ser a postagem do que o então prefeito Pereira

Passos chamava de “novo Brasil”. O surgimento do automóvel, o bonde elétrico e o surgimento das primeiras fábricas já anunciavam mudanças no espaço urbano.

Segundo Rodrigues Alves, Ministro da Indústria:

... precisavam melhorar a reputação sanitária do Brasil e de suas principais cidades, especialmente o Rio de Janeiro, não apenas para ajudar os brasileiros mas também para fazer a nação atraente aos estrangeiros que vêm para cá afim de trabalhar conosco ou investir seu capital. (HAHNER, 1989, p. 170).

A lógica higienista foi acompanhada da lógica de “embelezamento” da cidade, uma vez que esta era o cartão postal do país. O sentido Centro / Zona Sul foi revestido de largos, passeios públicos e jardins. Também neste eixo foram expulsos os cortiços e impedida a prática da mendicância.

A prefeitura do Rio de Janeiro, junto com a União, construiu o Cais do Porto e concluiu o Canal do Mangue, tendo que para isto, demolir o Morro do Senado. Era necessário abrir uma grande Avenida Central, para tal foram demolidas três mil casas familiares, gastando com isto muito dinheiro e iniciando um complexo deslocamento cidualino.

A Avenida uniu o novo Porto do Rio à Avenida Beira Mar e permitiu que o modo de vida da época se expressasse, simbolicamente, ao longo de seu percurso. As melhores casas comerciais, os principais jornais, as grandes companhias, clubes, hotéis e edifícios públicos (Escola de Belas Artes, Bibliotecas, Tribunal, Teatro Municipal, dentre outros) ali se instalaram. (SOUSA, 1999, p. 14).

Houve um deslocamento da população que vivia na região central para bairros então emergentes da Zona Norte. Cabe ressaltar que se a Avenida Beira mar ligava o Centro à Zona Sul, as Avenidas Mem de Sá e Salvador de Sá ligavam a nova Zona Norte ao Centro e a Zona Sul. Era a nova cartografia da cidade construindo elos e levantando muros. O contato da população pobre com o Centro e com a Zona Sul deveria ser de abastecimento de mão-de-obra necessário para a novo movimento civilizatório que estava em construção. Os trabalhadores que, no entanto, não conseguiram se instalar nos novos subúrbios cariocas, transferiram-se: de suas casas de cômodos para os morros do Centro da cidade, constituindo-se esta uma estratégia de ocupação de espaços em função do rearranjo urbano.

Mais tarde, esses espaços passaram a ser chamados favelas. A favela tornou-se o elemento revelador da estratégia dos empobrecidos de se manter próximo aos locais de onde tiravam o seu sustento imediato. (SOUSA, 1999, p. 15).

A Avenida Beira Mar (começava da Praia de Santa Luzia, percorria o contorno da baía até a Praia de Botafogo) era uma forma de evidenciar a influência que tinha os modelos franceses na construção da nova cidade do Rio de Janeiro. Segundo a historiadora Raquel Sohiet (1989):

Inclusive, quando de tais obras, estabeleceu-se uma legislação predial de forte influência européia, reforçando a tendência para construção de prédios no estilo *belle époque*. (SOHIET, 1989, p. 47).

Lima Barreto, diante de tais transformações, assume uma postura irônica e escreve no jornal:

Projetavam-se avenidas, abriam-se nas plantas *squares*, delineavam-se palácios e, como complemento queriam também uma população catita, limpinha, elegante e branca: cocheiros irrepreensíveis, engraxares de libré, criadas louras de olhos azuis, com o uniforme como se viam nos jornais de moda da Inglaterra. (BARRETO, 1989, p. 96).

O centro urbano se metamorfoseava de acordo com as novas exigências sociais, políticas e econômicas. E esta metamorfose desencadeou uma movimentação urbana. Enquanto as camadas mais privilegiadas iam em direção Centro-Zona Sul, os mais empobrecidos ocupavam, em princípio, os morros próximo ao centro. Com isto, *o fenômeno favela vê seus primeiros registros na última década de XIX* (SOUSA, 1999, p. 14). Fenômeno este que, de uma maneira geral, entre 1906 e 1910, não era motivo de preocupação das autoridades brasileiras. Salvo as favelas localizadas em áreas de elite, como foi o caso da ocupação de morros em Copacabana. Segundo o jornal “O Capacabana”, em 1907:

Agora a picareta demolidora tenta imigrar para estas plagas em declarada guerra de morte aos barracões de madeira, onde vivem os que não podem viver em bonitos palacetes de custosa cantaria (...) Miséria é digna de respeito. Copacabana, já pela sua topografia, já pelo seu clima tão ameno, está fadada a ser em não demorado prazo, o *bijou* dos arrabaldes, mas não é esse o motivo para se enxotar do seu seio a população pobre e exterminar os seus tugúrios. (ABREU, 1984, p. 53).

As reformas urbanas, no entanto, em vez de ordenar (como desejava o poder local) tornou-se um atrativo a mais para a migração interna. Migração esta que saía do campo, devido a deteriorização da economia rural e pela postura conservadora da oligarquia agrária nacional. E com isto, ia para os centros urbanos.

A cidade do Rio de Janeiro, por ser o centro político e econômico do país, manteve uma necessidade crescente de receber um volume expressivo de trabalhadores. Até os anos 30, esse processo mostrou-se constante. A cada quinquênio, entre 1920 a 1940, a sua população aumentou em 120.000 a 170.000, passando de 1.167.560 habitantes, em 1920, para 1.764.141, em 1940. Alguns pesquisadores afirmam que esse crescimento, de certa forma paulatino, pode ser creditado às grandes obras realizadas por Pereira Passos. (SOUSA, 1999, p. 18).

O Rio de Janeiro, capital do Estado Novo, crescia a cada dia, entre os anos 1940 e 1950. Este processo de crescente urbanização contou com quase 47% da população oriunda de outros locais. Enquanto 57% eram naturais dos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

A cidade crescia e com este crescimento surgia, cada vez mais claro, a divisão territorial atrelada a fatores econômicos. A zona Norte e os subúrbios cresciam, se transformavam num novo espaço para a população de baixa renda. A população favelada desta região também cresceu muito. No entanto, nos marca SOUSA (1999):

Na zona Norte, a população favelada, em 1950, chegou próximo a 20.000 pessoas; fato ocasionado, principalmente pela demanda de trabalhadores das indústrias que se fixaram na redondeza. Notemos que, apesar do montante ser expressivo, equivale à metade dos que ocuparam a Zona Sul (p. 20).

As favelas da cidade, de acordo com o censo de 1950, nos mostra que 67, 8% concentravam-se na Zona Sul. Tal fenômeno, segundo Sousa (1999) se justifica pelo crescimento da região. Uma vez crescida, esta região ampliou seus serviços: comércio, bancos, turismo, etc. Com isto, a Zona Sul tornou-se um local de trabalho. Outro fator que propiciou a fixação da população pobre nos morros da zona sul foram os precários meios de transporte que não motivavam os trabalhadores a irem morar em outras regiões, preferindo os barracos dos morros da zona sul.

A partir de 1930, os meios de transporte não se desenvolveram a ponto de acompanhar o crescimento populacional e de facilitar a dispersão da parte da população por áreas ao redor do centro. Diante dessa dificuldade, entre outros fatores, a favela apresentou-se como uma solução para aqueles trabalhadores que não tinham meios e nem transporte para residir nos subúrbios. (SOUSA, 1999, p.25).

Segundo Coimbra (2003), à medida que algumas regiões da cidade são valorizadas, os pobres da região se retiram para dar espaço a especulação imobiliária. A busca por estas áreas, no caso do Rio de Janeiro, é fruto da

pluralidade causal que tornou a cidade do Rio de Janeiro, em especial a Zona Sul, o centro da auto-estima do país. Segundo Lessa (2000), nos fins do século XIX os brasileiros “invejavam” Buenos Aires. Contudo, com as reformas e construção de avenidas no Rio de Janeiro:

A cidade, reformada, foi o ingrediente-chave de construção da identidade nacional e da valorização de nossa auto-estima. Aqui, ao contrário da Argentina, a metrópole não competiu com o resto do Brasil: sintetizou-a simbolicamente. (LESSA, 2000, p. 13).

Diante disto, era necessário deslocar as favelas para longe do cenário da dita “Cidade Maravilhosa”. Para tal empreitada, criou-se uma organização que retirou favelados dos locais nobres e os escondeu em bairros cujas imagens não apareciam nos cartões postais da cidade. Cria-se o Banco Nacional de Habitação (BNH)¹ que tinha como objetivo construir moradias nas quais a população de baixa renda pudesse adquirir sua moradia. Havia nesta política a crença que para que houvesse ordenamento cidual era necessário uma divisão entre os comportamentos “civilizados” das classes abastadas, dos comportamentos anti-civilizados da população pobre. Um exemplo desta crença está no trecho do Jornal Correio da Manhã de 26 de novembro de 1964:

Quem não vê no zoneamento com bairros operários, separados e distantes dos bairros ricos – sempre bem situados, aliás nos melhores recantos da cidade - uma concepção social baseada na estabilidade e na luta de classe, no domínio dos privilegiados, na condenação das classes econômicas inferiores a um gueto de inferioridade?

Esta divisão, contudo, não se deu a ponto de construir duas, três cidades dentro da cidade do Rio de Janeiro. Assistimos hoje, segundo Lessa (2000)

... a convivência sistêmica e estrutural: as classes compartilham um mesmo espaço, uma espécie de solidariedade orgânica, *à la* Durkheim. É imprescindível para a qualidade de vida dos abastados a boa convivência com os humildes. Existe uma herança de convivência que permanece com o desenvolvimento econômico. O abismo social não cancela a proximidade. (p. 29).

Este abismo é a chave de entendimento para pensar nos múltiplos muros de encarceramento das classes menos favorecidas. Ou, em outras palavras, pensar numa cidade que cria *espaços de reclusão dos excluídos* (ROCHA, 2000, p. 18).

¹ Outros órgãos foram criados, ao longo dos anos 70. Maiores informações ver: SOUSA, 1999.

Assim, a cidade punitiva é o abre-alas para o tema da tese em questão. Entender os processos históricos que constituíram as prisões sociais nos desfoca do crime e da criminalidade enquanto fatores naturalizados. Ao contrário, nos faz entender o aspecto disciplinar e excludente que se opera cotidianamente nas populações pobres. A aproximação e o paradoxo do abismo social cria relações de subserviências e crueldades silenciosas que, segundo Vilhena (2002) “fecha” as possibilidades de aproximação entre o pobre e o não-pobre da cidade. E mais, culpabiliza os moradores das favelas pela violência crescente nas nossas cidades.

Nos dias atuais, num bairro plural de Zona Sul, no qual moradores de favelas e do asfalto não só transitam pela mesma rua como freqüentam os mesmos supermercados, a presença de moradores de favelas desencadeia olhares especiais dos seguranças dos supermercados, impaciência da moça da caixa registradora (muitas vezes moradora da mesma comunidade), aspereza no trato e outras inúmeras situações que marcam o abismo social, ainda que haja uma aproximação espacial. A população pobre é transeunte, mas não transita no espaço social do asfalto.

Isso certamente reforça nos moradores da favela a tendência a se pensarem a partir da negatividade, onde os sofrimentos e os castigos são, na maioria das vezes, encarados como normais para se conseguir o perdão por se viver, ou por se pertencer ao espaço criminoso que precisa de punição. (ROCHA, 2000, p. 30).

Afinal, são negros, em sua maioria. Se não o são, são seus cúmplices. Lembro que este estudo pauta-se na seguinte afirmação: *meus cúmplices são os negros de todas as raças*. E numa sociedade escravista há chibatas para quem ousa ultrapassar o espaço da senzala. Ainda que a senzala seja invisível e que os chicotes não sangrem os corpos, mas os sonhos:

... eles querem que a gente seja gari, mas isso a gente não quer. Eu gostaria de ser um desenhista profissional. Mas sei que isso eu não vou conseguir, então me conformo. (Depoimento de Marcinho VP, então foragido da prisão a que foi condenado por comandar tráfico de drogas no morro Santa Marta). (ROCHA, 2000, p. 24).

Transeuntes de uma cidade marcada por territórios. Negros, mulatos, migrantes nordestinos e outros tantos pobres circulam numa cidade cuja marca principal é a exclusão. Brasileiros sem pátria, cariocas sem cidade. Estes sujeitos

são os desfiliaados da cidade do Rio de Janeiro. Desfiliaados e vulneráveis tornam-se o principal alvo do Estado Penal².

2.2. Os Desfiliaados da Ordem Social

A violência e o enclausuramento estão inseridos, no cenário brasileiro, no contexto da vulnerabilidade social, ou seja, da presença cada vez mais freqüente de sujeitos sociais que vivem em situação de flutuação na estrutura social. Segundo Castel (1998):

... povoam seus interstícios sem encontrar aí um lugar designado. Silhuetas incertas, à margem do trabalho e nas fronteiras das formas de troca socialmente consagradas – desempregados por período longo, moradores dos subúrbios pobres, beneficiários da renda mínima de inserção, vítimas das readaptações industriais (...) – quem são eles, de onde vêm, como chegaram ao ponto em que estão, o que vão se tornar? (CASTEL, 1998, p. 23).

Dentro deste panorama recorreremos a uma breve explanação sobre os dados fornecidos pelo Governo do estado do Rio de Janeiro junto às Secretarias de Direitos Humanos e Saúde sobre a população carcerária no período do ano 2000.

Os dados nos mostram que a população jovem – entre 18 e 25 anos – corresponde 52% dos homens que ingressaram no Sistema Penitenciário pelo regime fechado de cumprimento de pena. Deste 52%, 25% são muito jovens com idade entre 18 e 21 anos. A grande maioria (75%) tem menos de 32 anos de idade.

Com isto, tais dados nos fazem refletir sobre a vulnerabilidade social na sociedade neoliberal em que vivemos, já que a maioria da população carcerária masculina tem idade em que o homem ocidental está em plena capacidade produtiva. Daí decorre a necessidade de colocar o trabalho como fator importante na análise do estudo em questão uma vez que, conforme Castel (1998), o trabalho constrói uma “inserção relacional sólida” (p. 24) já que existe íntima relação entre divisão social do trabalho e a inserção nas redes de proteção social. Assim, segundo o autor, a ausência de trabalho ou relações aleatórias com o mesmo produz a desfiliação:

² Sobre o conceito de Estão Penal falarei no item 2.3, deste capítulo.

... zona intermediária instável, que conjuga precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade (...). Se ocorrer algo como uma crise econômica, o aumento do desemprego, a generalização do subemprego: a zona de vulnerabilidade se dilata, avança sobre a integração e alimenta a desfiliação.(CASTEL, 1998, p. 24).

Partindo para o universo feminino, a maioria das apenadas (73,8%) foi condenada por delitos relativos ao tráfico de drogas – artigo 12 do Código Penal Brasileiro – já o roubo³ (artigo 157) foi responsável por 11,3% das condenações e o furto⁴ (artigo 155) por 8,6%.

A faixa etária entre as mulheres condenadas é de 22 a 30 anos de idade (43%). A cor da pele da grande maioria das apenadas é parda ou negra (64% do total). Somente 6,3% fez o segundo grau enquanto a maioria (37,5%) estudou de 5ª a 8ª série do ensino fundamental (antigo 1º grau). Lembramos também que 20% das internas não sabem ler e 27,5% não sabem escrever. Dentro do contexto carcerário feminino 79% não tinha carteira assinada na época do delito e 36,3% exercia trabalhos relativos a serviços domésticos.

... falar de desfiliação não é ratificar uma ruptura, mas reconstituir um percurso. A noção pertence ao mesmo campo semântico que a dissociação social. Desfiliação, dissociado, invalidado, desqualificado em relação a quê? (Castel, 1998, p. 76).

Neste item pretendo articular a categoria de desfiliação desenvolvida por Castel (1998) no contexto da sociologia do trabalho e suas implicações na relação trabalho e carceragem. Por quê o trabalho? Porque ele é um dos grandes balizadores da sociedade ocidental no mundo moderno e está atrelado a construção das penas e prisões.

A primeira grande evolução do século XX diz respeito ao trabalho. Ele migra globalmente da esfera privada e ingressa na esfera pública.

Trata-se de um duplo movimento. Em primeiro lugar, um movimento de separação e especialização dos espaços: os locais de trabalho já não são mais os da vida doméstica. Mas essa diferenciação dos locais vem acompanhada por uma diferenciação das normas: o universo doméstico se liberta de regras anteriormente ligadas ao trabalho passa a ser regido, não mais por normas de ordem privada, e sim por contratos coletivos. (PROST, 1992, p. 21).

³ Roubo: Art. 157. Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzindo à impossibilidade de resistência.

⁴ Furto: Art.155. Subtrair, para si ou par outrem, coisa alheia móvel. Parágrafo 3º: equipara-se à coisa móvel a energia elétrica ou qualquer outra que tenha valor econômico.

Contudo, para clarificar nosso estudo se faz necessário a exposição de alguns conceitos que atravessam a categoria de desfiliação. Um dos grandes conceitos que atravessam a desfiliação é a noção de vulnerabilidade social. Castel (1998) atribui a esta categoria fenômenos que desestabilizam e desconstróem estatutos assegurados.

A vulnerabilidade é um vagalhão secular que marcou a condição popular com o selo da incerteza e, mais amiúde, com o infortúnio. (CASTEL, 1998, p. 27).

Essa zona de vulnerabilidade é, ao mesmo tempo, metamorfoseante e homóloga. A instabilidade na qual se encontram alguns sujeitos hoje é de diferente natureza da que se encontravam “os inúteis para o mundo”⁵ do século XV. Esses eram os ditos vagabundos antes da sociedade industrial. Há uma diferença básica na estruturação da sociedade hoje, por exemplo, com seus “inempregáveis”. No entanto é homóloga a incapacidade destes sujeitos, em diferentes momentos histórico-sociais, de serem reconhecidos como pertencendo a organização do trabalho dominante.

Veamos a inserção do trabalho assalariado na sociedade ocidental: foi necessário uma redefinição gradativa do trabalhador livre (artesão e outros) até chegarmos ao trabalhador tutelado (empregado). Neste processo gradativo, quando o trabalho assalariado se fez imperativo na sociedade ocidental não incorporou todos os sujeitos. E hoje, no entanto, o mundo assalariado está ameaçado de extinção:

E ainda hoje, não há como se espantar com a estranha reviravolta a partir da qual, após ter sido um sucesso, a condição de assalariado novamente corre o risco de se tornar uma situação perigosa. (CASTEL, 1998, p. 28).

Diante do perigo de extinção do trabalho assalariado, novas configurações vão surgindo, contudo é importante demarcar que neste novo montar social há uma nova zona de vulnerabilidade que não incorpora os ditos sujeitos empreendedores da nova sociedade em plena fase de remontagem. Sociedade esta que traz como estandarte um bem fundamental: o conhecimento (LÉVY, 1987).

Cabe ressaltar, mais uma vez, que a leitura homóloga é matamorfoseante e só se aplica à dinâmica dos fatos e não as suas manifestações.

⁵ Maiores informações sobre “os inúteis para o mundo” do século XV ver: FLAMARION, 1976.

A palavra metamorfose não é, pois, uma metáfora empregada para sugerir que a perenidade da substância permanece sob a mudança de seus atributos. Ao contrário: uma metamorfose faz as certezas tremerem e recompõe toda a paisagem social. (CASTEL, 1998, p. 28).

Assim, o termo “metamorfose da questão social” se apoia numa sociedade cujo enigma é a coesão, mas que conjura o risco de sua fratura. Esta coesão e suas possíveis fraturas põem em questão a capacidade da sociedade (ou nação) de se sustentar a partir das relações de interdependência. Segundo Castel (1998) esta questão foi explicitamente abordada em 1830 quando se tomou consciência do pauperismo que engendrava as vítimas e, ao mesmo tempo, agentes da revolução industrial.

Momento essencial aquele em que pareceu ser quase total o divórcio entre uma ordem jurídico-política, fundada sobre o reconhecimento dos direitos dos cidadãos e uma ordem econômica que acarreta uma miséria e uma desmoralização de massa. (CASTEL, 1998, p. 30).

Conforme Castel (1998) esta separação entre organização política e o sistema econômico cria um terceiro lugar que não é estritamente político nem tampouco econômico: é pura metamorfose – lugar indeterminado do Estado.

A economia autônoma desagrega a condição salarial tornando fraco o poder integrador do Estado. Aí está o que se chama de lugar indeterminado de Estado. Num primeiro olhar seria uma retração do Estado, contudo não existe uma única forma de Estado.

Quando alguém se dá o trabalho de reconstruir as peripécias que ele atravessou, evidencia-se que não está inscrita no céu das idéias uma forma única de Estado. A conjuntura após a Segunda Guerra mundial pôde dar, sobre a articulação do econômico e do social então elaborada, uma versão satisfatória o bastante para ter tido a tentação de se pensar como quase definitiva. (CASTEL, 1998, p. 35).

Lembramos, então, que estamos diante de uma outra grande questão: tornar o “Estado social à altura dos novos desafios” (CASTEL, 1998, p. 35). Uma vez que, caso contrário, correremos o risco do término da sociedade salarial o que poderá acarretar numa perda inestimável de conquistas alcançadas a partir de muito suor, sangue e lágrimas estimados ao longo de inúmeras conquistas.

Remeto-me a população carcerária, em 2000, a partir dos dados fornecidos pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. Muitos eram assalariados, seja no mercado formal ou informal, contudo estavam inscritos na zona de vulnerabilidade que não criava uma linha divisória coesa entre pobres e

miseráveis. Um Estado, seja qual for, só pode ser “harmonioso” quando não há a desfiliação de pobres e também quando ricos e pobres:

... formarem um par estável e suas posições forem complementares, isto é, se a pobreza for integrada. (CASTEL, 1998, p. 147).

Com isto, à margem da filiação, ou seja, inscritos na não integração no existir social estão aqueles cuja área de inserção está na pobreza na qual não há uma linha divisória coesa entre pobres e miseráveis, podendo o pobre, a qualquer momento, tornar-se miserável.

É nos processos de vulnerabilização que “arruínam os pobres” que se deve buscar a origem das perturbações que afetam o equilíbrio social. (CASTEL, 1998, p. 147)

2.3. O Estado Penal

O Estado Penal se faz presente, em especial, nos Estados Unidos no qual a esfera da cidade é bastante silenciada, já que a *pólis* e sua função política de troca possui mínima relevância (Wacquant 2001-a). Há uma engrenagem de silenciamento dos dominados, uma vez que a pobreza é atravessada pela idéia de carência individual. Utilizando este modelo, assistimos uma certa mobilização da sociedade americana que, ao se mobilizar, o faz movida pela compaixão, sentimento individualizante. E não pela solidariedade, sentimento de inclusão social. A compaixão se insere, segundo Wacquant (2001-a), numa não preocupação na ampliação efetiva dos laços sociais e num apaziguamento das mazelas individuais.

O Estado Penal, segundo Wacquant (2001-a), aparece como uma oposição ao Estado Social. Ele fica bastante visível nos Estados Unidos no qual vemos um “Estado híbrido” que não é o Estado mínimo dos europeus nem tampouco um Estado não-intervencionista como sonham os donos do capital. Este hibridismo do Estado tem seu lado social mais direcionado para a disciplinarização das classes inferiores e para grupos étnicos historicamente dominados:

Este Estado centauro, guiado por uma cabeça liberal montada sobre um corpo autoritarista, aplica a doutrina do *laissez-faire, laissez-passer* a montante em relação às desigualdades sociais, mas mostra-se brutalmente paternalista a jusante no momento em que se trata de administrar suas conseqüências. (WACQUANT, 2001-a, p. 21).

Wacquant (2001-a) traça quatro características básicas do estado americano. A primeira característica apresentada pelo autor é o fato do povo americano se outorgar de uma autonomia plena que transforma até o governo federal num agente externo ao país.

A campanha presidencial de 1996 nos dá uma magnífica ilustração disso: todos os candidatos afirmam que vão “limpar Washington” e o governo federal é apresentado como uma força estrangeira ao país, quiçá inimiga do povo, até mesmo por aqueles que são seus servidores. (WACQUANT, 2001, p. 21).

Uma segunda característica do Estado americano, conforme Wacquant (2001-a) é a presença de uma rede descentralizada de administração que fica dividida entre o poder financeiro e os interesses do “patrimonialismo eleitoral”. Tal política resulta numa privatização de organismos destinados a atender a pobreza.

Donde igualmente a porosidade da divisão entre o público e o privado: segundo uma tradição centenária recolocada na ordem do dia pela “guerra à pobreza” nos anos 60, uma boa parte dos programas sociais (como o plano de pré-escolarização “HeadStar”) são “terceirizados” e confiados a organismos privados que distribuem em nome da coletividade (WACQUANT, 2001-a).

A terceira característica é a existência de um Estado bifurcado institucional e ideologicamente. Num dos extremos desta bifurcação estão aqueles que gozam de vantagens em função das contribuições dadas sob o nome de *social insurance*, *responsabiliza-se pela gestão coletiva dos riscos de vida dos assalariados, desemprego, doença, aposentadoria* (WACQUANT, 2001-a, p. 22).

No outro extremo da bifurcação estão os beneficiários do seguro social, o “Social Security”, estes são mal vistos já que põe em risco o valor atribuído ao trabalho.

A quarta e última característica é o que Wacquant (2001-1) chama de “Estado Social Residual”. Consiste no oferecimento de apoio após cuidadoso estudo de cada caso. Esta análise oferece ajuda a pessoas ditas merecedoras, tais como mães com filhos pequenos, deficientes ou inválidos. Esses “merecedores” são oriundos das classes pobres. Se por um lado os Estados Unidos reservam um discurso de veneração às crianças, não controem, em contrapartida, nenhuma política de proteção à saúde das mesmas. E mais:

... uma sociedade onde se sacraliza o trabalho, mas não dispõe de nenhum instrumento nacional de formação e de apoio ao emprego digno desse nome. (WACQUANT, 2001-A, p. 23).

Ante a crescente massa empobrecida, os Estados Unidos transformou a “guerra a pobreza” numa guerra contra os pobres. Já que estes tornaram-se as causas de todos os males do país. Os pobres são considerados responsáveis pela sua própria pobreza. Objetivando “sanar” tal miserabilidade são oferecidos empregos precários.

No período de 1970 e 1990 houve uma crescente diminuição, nos Estados Unidos, de dólares destinados a pessoas que não possuem nenhuma renda. Acompanhado de uma crescente burocratização que desencoraja a busca de direitos a assistência.

Sob o pretexto de identificar os abusos e dificultar a vida dos “fraudadores”, as agências de ajuda social multiplicaram os formulários a preencher, o número de documentos a fornecer, a frequência dos contratos e os critérios de reavaliação de dossiê (WACQUANT, 2001-1, p. 25).

Estas práticas dificultam o recebimento de ajudas (já mínimas) do Estado. Até porque há um pensamento que atravessa a cultura americana de que a pobreza está atrelada a uma culpa moral, uma espécie de pobreza “patológica” que pode atrapalhar o “progresso” da sociedade ocidental. Diante disso, não é de nos assustar o fato de ter sido suprimida abruptamente, em alguns estados americanos, programas de assistência aos pobres.

Como consequência da idéia de uma “pobreza patológica” surge uma política de criminalização das consequências da pobreza. E diante desta, o Estado opera de duas maneiras: utilização de uma intensa e complexa vigilância a partir dos programas sociais e contenção progressiva ou encarceramento dos pobres.

Depois de ter diminuídos em 12% durante a década de 60, a população carcerária americana literalmente explodiu, passando de menos de 200 mil detentos, em 1970, a cerca de 825 mil em 1991, ou seja, um crescimento nunca visto em uma sociedade democrática, de 314%, em vinte anos. (WACQUANT, 2001-A, p. 25)

O crescimento da população carcerária nos Estados Unidos está pautada numa política de “guerra à droga”. Guerra esta presente contra os bairros pobres nos quais a juventude sem emprego se utiliza do tráfico como fonte de renda. Assim sendo, o tráfico é facilmente identificado e a prisão dos comerciantes de drogas também. O encarceramento nos Estados Unidos está em número cada vez

mais crescente já que se transformou numa indústria lucrativa na qual a política penal deu força ao crescimento de prisões privadas.

Um verdadeiro comércio de importação-exportação de prisioneiros prospera hoje entre os diferentes membros da União: a cada ano, o Texas “importa” vários milhares de detentos dos estados vizinhos, ao arripio do direito de visita das famílias, para renviá-los no fim da pena para suas cidades de origem, onde serão consignados sob liberdade condicional. (WACQUANT, 2001-a, p. 31)

2.4. Desfiliados do Estado, Filhos da Família

Ao longo da pesquisa no sistema carcerário, conversar com cada mulher, foi para mim algo fácil e na maioria das vezes prazeroso. Iniciei a pesquisa achando ser o trabalho a principal “fonte” de esperanças das mulheres reclusas. Todavia, após ouvir as 154 entrevistas, não conseguia ouvir o depositário de todas as esperanças das mulheres presas. Foi numa tarde chuvosa, numa conversa informal com uma sensível pesquisadora que pude ouvir o que até então não ouvia: a família. E não era difícil entender, se o Estado é Penal e não pretende ser um Estado Social, cabe voltar ao tempo feudal e preencher no espaço da família o que não fora preenchido no âmbito do Estado.

A família e seus infundáveis arranjos ainda são para as 154 mulheres entrevistadas o seu eixo de sustentação. É na família e pela família que as mulheres conseguem sonhar e ter esperanças de dias melhores. As relações que são as sustentáveis e seguras para as detentas são as que Castel (1998) conceitua de sociabilidade primária. A sociabilidade primária é aquela cuja rede de sustentação dos sujeitos está remetido a uma proteção próxima cuja base é o sentimento de aliança com a família, com a vizinhança e/ou redes remetidas a ancestralidade. Estas redes aparecem em função da ausência de outras redes de sustentação construídas pelo Estado.

Foi na sociedade feudal que este tipo de rede tornou-se mais evidente. No entanto, segundo Castel (1998) este tipo de organização pode ser vista no que este autor chama de “sociedade sem história”. Uma “sociedade sem história”, conforme Castel (1998) é aquela que o “social” não ocupa lugar nas esferas do econômico”, “político” ou “científico”. A estas sociedades Castel (1998) chama de “sociedade sem social”.

A sociedade feudal é utilizada por Castel (1998) como exemplo para estudar a sociabilidade primária. Na medida em que, historicamente, os laços familiares tornaram-se mais frouxos houve a construção de um conjunto de práticas que serviram como substituto do que outrora a família, a vizinhança ou o gueto faria mas que agora ganhara uma “especialização” prática:

Assim, o hospital, o orfanato, a distribuição organizada de esmolas são instituições “sociais”. Procedem ao tratamento particular (especial e especializado) de problemas que, em sociedades menos diferenciadas, eram assumidos sem medição da comunidade. (CASTEL, 1998, p. 57)

A sociedade cujos laços eram primários foram caminhando para uma intervenção formal de um conjunto de práticas que, num primeiro momento, tem funções protetoras e integradoras. Mais tarde incorpora também a função preventiva, podendo ter características controladoras. Ocorreu um deslocamento dos sistemas relacionais que outrora sustentavam os sujeitos em suas relações de pertencimento social. Tal deslocamento desencadeou numa sofisticação assistencial que tem por objetivo dar conta de montagens cada vez mais complexas de substituição das redes relacionais da sociabilidade primária. Neste outro tipo de sociabilidade, chamada de sociabilidade secundária por Castel (1998), ocorre o aparecimento de “especialistas” em sociabilização:

... essas práticas sempre apresentadas pelo menos esboços de especialização, núcleos de uma profissionalização futura. Não é qualquer um, de qualquer lugar, que tem a responsabilidade desse tipo de problemas mas, sim, indivíduos ou grupos de mandatados, ao menos parcialmente, para fazê-lo e identificados como tais. (CASTEL, 1998, p. 58).

Na sociabilização secundária ocorre uma profissionalização do setor social. Esta profissionalização é atravessada por uma tecnização mínima que vai orientar sua ação junto às classes necessitadas. Na falta de políticas públicas que amparem as pessoas, cabe a vontade e os esforços pessoais que, nadando contra a maré, tentam suprir o que o Estado não possibilita: a esperança por dias melhores.

Já citados, cabe aqui reintegrar a diferença entre a compaixão e a solidariedade. A compaixão é algo conferido individualmente enquanto a solidariedade tem poder de mudança, pois está remetida a transformação social. Se a família inclui e ampara, cabe às políticas públicas amparar as famílias e acolher seus inúmeros arranjos. Esta tese pretende contribuir e grifar a necessidade de efetivas políticas públicas que se comprometam com o

acolhimento de famílias de encarcerados. Se a família é um eixo de esperança e uma possibilidade de reinserção dos detentos, cabe ao Estado a construção de políticas públicas que amparem as famílias cujos pais, mães ou filhos estejam em situação de encarceramento.

2.5. Os Corpos Frios da Cidade

Diante das inúmeras exclusões que comprometem a capacidade de sonhar, ou seja, de desejar viver uma outra vida, remeto-me a Atenas e seus rituais nos quais mulheres, anônimas nas cidades, adubavam o chão numa experiência urbana de recusa ao sofrimento passivo por parte dos oprimidos. *Tesmoforesia* era um destes rituais de recusa ao sofrimento passivo. Todavia esta recusa não se rebelava contra a memória. Outra característica do ritual de *Tesmoforesia* era dar uma certa importância ao momento de descanso, não conferindo destaque apenas ao trabalho.

A *Tesmoforesia* era um ritual feminino que dignificava o corpo feminino resgatando a fala e o desejo que fora negado por Péricles, na Oração do Funeral:

Na oração do Funeral, usando palavras curiosas, Péricles falou de improviso sobre os rituais da cidade. Ele disse que “quando nosso trabalho termina podemos desfrutar de todo tipo de alegria espiritual, posto que ao longo do ano as contentas e os sacrifícios se sucedem”. (SENNET, 2001, p. 62).

Tesmoforesia é um rito de origem pré-homérica, presidido por *Démeter*. Tratava-se de um rito de fertilidade cujo no primeiro dia, as mulheres cobriam as sepulturas dos restos úmidos dos porcos com sementes. Em seguida, iam para abrigos de madeiras, lá sentavam e dormiam, numa simbologia da morte. No dia seguinte celebravam a morte: *expunham seu pesar lamentando-se e praguejando* (SENNET, 2001:65). O terceiro, e último momento, era o da recuperação da massa fétida enterrada junto às sementes. Esta era a substância sagrada. Este ritual, próprio das mulheres de Atenas, nos remete aos milhões de seres que vivem à margem de um espaço cívico dentro do contexto da cidade. Lembramos que tais mulheres:

Aproveitando os buracos naturais e erguendo abrigos atrás dos assentos que os homens ocupavam na Eclésia, as mulheres estabeleceram um espaço cívico, na

própria Pnice, perto do espaço do poder ocupado pelos homens. (SENNNET, 2001, p. 65)

Na *Tesmofores* ocorria uma transformação que dava um novo lugar cívico àquelas que eram silenciadas e anônimas, apesar dos fétidos residuais dos porcos e do lugar subterrâneo, frio e escuro ocupado pelos corpos frios⁶. Os corpos frios eram, em Atenas, aqueles mergulhados na sombra do silenciamento e da submissão à ordem social pré-estabelecida.

Escravos e estrangeiros residentes tampouco tinham autorização para falar na cidade, por serem todos corpos frios. (SENNNET, 2001, p. 61)

Ao contrário dos corpos frios, na Grécia Antiga, a possibilidade de falar, evocar idéias, *a linguagem política simbólica* (SENNNET, 2001, p. 55) abasteciam os corpos de calor. E este poder de expressão se dava na *pólis*, lugar político conferido pela dinâmica da cidade. O silêncio era, portanto, esfriamento do corpo e, portanto, sofrimento.

O sofrimento que tem origem nessa dualidade foi descrito por Froman Zeitlin como “o *pathos* de vivenciar o calor da paixão num corpo passivo”. (SENNNET, 2001, p.59).

Assim, talvez possamos entender os corpos que se esfriam cotidianamente na cidade ou que, numa atitude fétida aos olhos civilizados, se utilizam de práticas não lícitas para ocupar algum lugar na cidade excludente.

Os malditos e desgraçados corpos vivos e sem calor tinham ao seu alcance rituais que lançavam sobre eles um manto de escuridão. Essa antiga liturgia revela um aspecto eterno da nossa civilização, ou seja, a recusa do sofrimento passivo por parte dos oprimidos, como se a dor fosse um fato inalterável da natureza. Negar-se a sofrer, porém, tem suas limitações. (SENNNET, 2001, p. 62)

A cidade e seus muros pode novamente ser refletida num trecho extraído do livro de Humberto Rodrigues (2002) intitulado *Vidas no Carandiru: histórias reais*. A história é a de Luiz Alberto dos Santos Celestino, nascido em 5 de junho de 1959, no Recife. Preso durante seis vezes, tendo contra si 34 boletins de ocorrência.

Só aos 13 anos de idade teve oportunidade de ir para o colégio, onde sua mãe o buscava diariamente.

⁶ Maiores informações acerca dos rituais de *Tesmofores* ver: SENNET, 2001.

Era menino, vivo e expansivo, que tinha grande carinho por sua mãe. Certa ocasião, na caminhada diária que faziam juntos, sua mãe sofreu um mal súbito e ficou caída, inerte no chão.(...) A vida estava negando-lhe um lar, uma família, escola e perspectiva de vida. Finalmente, já exausto com maus-tratos, conseguiu fugir, andou sem rumo na estrada do ódio e da revolta.(...) Quando conseguiu dinheiro suficiente, embarcou para o Rio de Janeiro. Na Cidade Maravilhosa, perambulando aqui e ali, ficou conhecendo pessoas que praticavam assaltos e consumiam cocaína.(...) Quase sem estudo, sem emprego e com necessidades imediatas para comer e dormir, não tinha outra opção e praticava o que sabia fazer melhor: o furto.(...) Novamente em liberdade, passou a morar na “boca do lixo”(...) A Baby parecia a mulher dos seus sonhos: gostava de tudo que ele gostava, companheira e solidária em todos os momentos. Enquanto ele praticava pequenos furtos, ela traficava, e viviam sem pensar no amanhã (...). No dia 24 de maio de 1998, uma tarde em que tudo estava aparentemente tranqüilo, recebeu o comunicado para comparecer à diretoria do presídio. Quando lá chegou, tinha uma psicóloga, uma assistente social e o diretor para darem a notícia de que sua esposa tinha falecido. Foi o choque mais dramático de sua vida.(...) Há um ano, tornou-se evangélico e hoje é o zelador de uma capela no Pavilhão II. Afirma cheio de orgulho: “Sou guardião do templo de Deus”. Está convicto de que é outro homem, depois que “abriu seu coração para Cristo”(...) Ficou conhecendo Maria dos Santos que passou a visitá-lo semanalmente.(...) Vem sempre com um sorriso e o deixa muito feliz. Dizem que “um sorriso custa muito pouco e vale muito”(...) Quando sair daqui, já estará casado com Maria, que trabalha numa farmácia. Ele pretende continuar a produzir e a vender os detergentes. Sabe que assim poderá levar uma vida digna, feliz e em paz, para servir a Deus, que hoje é o seu principal objetivo. Amém! (RODRIGUES, 2002, pp. 223-230)

Talvez a igreja evangélica dê a Luiz Alberto algum sentimento de pertencimento dentro da dinâmica da cidade. Pois, sem juízos de valor ou academicismos próprios de alguns “corpos frios” que transitam nas universidades, quem sabe esta filiação possa:

... mostrar como aqueles que foram banidos do Éden poderiam encontrar um asilo na cidade. (SENNNET, 2001, p. 26)

Segundo Vilhena (2002, p. 23) o local, espaço físico onde se mora torna-se um vestígio de pertencimento que revela, segundo a autora, a *diade territorialização/desterritorialização* (VILHENA, 2002, p. 49). Neste espaço cria-se processos dinâmicos: palco dos inúmeros fluxos e nuances no qual a vida transcorre.

Cada espaço é, portanto, global e particular, expressa o mundo e condições próprias, singulares de sua constituição(...). Há o lugar onde se nasceu, aquele de onde se vem, onde se trabalha, o lugar onde se mora. (VILHENA, 2002, p. 49).

E estes lugares compõem, ajudam a construir os processos de subjetivação dos indivíduos. Deles, constrói-se verdades, valores que, por vezes, perpassam a

vida inteira dos sujeitos. E mais, são dos espaços físicos que, junto a outros fatores, buscamos pertencimento e filiação.

As condições de pertencimento dos sujeitos aos grupos sociais estão inscritas dentro e fora do lugar (...). Buscar pertencer é, para os sujeitos, incluir-se em determinados circuitos, estar em consonância com outros sujeitos na luta pela sobrevivência e pelo reconhecimento. (VILHENA, 2002, p. 15).

E, neste pertencimento, muitas vezes, as inclusões se fazem dentro ou fora do âmbito do que é legitimado pela lei. *As marcas do abandono* (VILHENA, 2002, p. 15), algumas vezes, só são minimizadas na inserção a grupos de tráfico: signo de domínio, poder e pertencimento dentro de comunidades carentes. Entrar no tráfico pode ser uma forma de trabalho, de obter dinheiro para a sobrevivência. E mais, de ganhar um lugar de pertencimento que maquie as marcas do abandono.

Assim como nos rituais de *Testemora*, a capacidade de conviver com o silenciamento, para os que buscam pertencimento e filiação dentro do espaço da cidade, talvez esteja em atos fétidos e insalubres como umedecer os restos dos porcos na terra.

Segundo Vilhena (2002) a busca por pertencimento, via caminhos não legais, só faz marcar a incapacidade das políticas públicas de oferecerem aos transeuntes excluídos do trânsito da cidade, um lugar social, no qual sua inserção social seja garantida de maneira lícita e digna, dentro dos limites da lei e da seguridade social.

Outro fator de extrema importância na construção dos muros de segregação que antecedem a cadeia é a visão que a mídia junto com a opinião pública tem dos lugares tais como periferias e favelas. Nestes:

A identidade que precede o sujeito traduz-se, em vocabulário intelectual, como carente, marginalizado, transgressor. Sua história de vida é presumida: talvez, na infância, o pai bebesse, talvez a mãe tivesse múltiplos companheiros, talvez essa criança prefira morbidamente viver na rua, este outro é “nordestino”, “paraíba”, e portanto apenas carne dócil para trabalho rude. (VILHENA e ZAMORA, 2003, p.39)

A cidade que pune, o faz, retirando dos rostos dos excluídos socialmente, sua fisionomia. Retira de sua vida suas histórias, sempre singulares. Exclui de seus “viveres”, os saberes oriundos de uma vivência rica de cultura popular, elemento precioso da história de um povo. Uma história que, numa linguagem de Thompson (1997): vem de baixo. O que seria da Revolução Industrial da

Inglaterra se não fosse a vida cotidiana dos operários? E o que seria do mundo em que vivemos se não houvesse a Revolução Industrial na Inglaterra? Não seria um mundo melhor ou pior, mas diferente. (THOMPSON, 1997)

O que será da história de nossa cidade, infelizmente punitiva, se não transcorrer a dinâmica dos segregado, dos excluídos, dos não pertencentes e abandonados? Daqueles que não são acolhidos pelas políticas públicas de inclusão? Escreve-se, diariamente, histórias vividas nos trens do subúrbio, nas favelas, na vida intra-muros de espaços nos quais a população pobre, *à priori*, já está condenada a um olhar que discrimina e cataloga, negando-lhes a singularidade e a fisionomia de rostos tão ricos de cores, de gestos, de sorrisos e de esperanças. Contudo, a dinâmica das cidades não é o tema central da tese, ela apenas o compõe e nos servem como uma das chaves de entendimento do tema em questão. Tecei este tema como mulheres renderas tecem as bases de uma rede, para logo em seguida, ir abrindo os pontos, no tecer do tema, para introduzir uma outra questão de suma importância para o desenvolvimento da tese: mulher é bandida?

3 Capítulo II: MULHER É BANDIDA?

Eu já te disse uma vez e vou repetir: a mulher não é bandida. Porque mulher atenta muito para o lado da maternidade. Mulher é mãe, mulher é avó, mulher é apaixonada(...). O delito mais forte que a mulher comete é o que? O coração, o sentimento, ela se envolve, aí a gente fala que se envolveu com um homem que era bandido, nem todo mundo acredita. Mas um beijo na boca é fatal. Dizem que foi a Eva que induziu o Adão a comer a maçã. Mas foi o desgraçado do Adão que induziu a Eva.

(Maria Bonita - interna do Talavera Bruce)

Ao entrar em contato com as mulheres no sistema penitenciário me distanciei de uma certa noção de “prisoneira”. O imaginário acerca da mulher detenta está relacionado sempre a paixões ilícitas. O modo de se pensar sua vida social e privada está enredado numa teia de delitos: aborto, prostituição, adultério. (LUDMER, 2000). Esta imagem está remetida a uma visão de desordem estabelecida a partir de uma visão-referência que percebe a mulher como detentora de uma natureza ligada ao amor, a dor e ao sofrimento (SHIENBINGER, 1998). Dentro dos presídios, há um discurso específico. Segundo o diretor do Presídio Feminino Talavera Bruce é bem mais difícil ser diretor de uma unidade feminina do que de uma masculina. Isto se dá por um motivo central: mulher nunca se acha bandida. As mulheres presas não se enxergam enquanto uma desordem, uma contra-natureza do que seja feminino. Ao meu ver, não são. Em primeiro lugar porque a noção de feminino foi construída historicamente, se não há natureza, não existe, em contrapartida uma não-natureza. Em segundo lugar porque, sendo mulheres no contexto social em que vivem, continuam participando do lugar de eixo da família, construído há séculos para as mulheres. Assim sendo, sua ausência no contexto familiar desarticula outras vidas: a dos filhos e filhas.

Durante os quatro anos em que tive contato com o sistema carcerário feminino não vi e nem ouvi dizer de nenhuma política pública destinada restabelecer o lugar deixado pelas mulheres presas frente a seus filhos. Tratar tais mulheres em pé de igualdade com os homens é, ao meu ver, uma hipocrisia sem fim. Já que todos sabemos que a construção social da mulher se dá em função da

maternidade. Questionar esta construção? Sim, muito. Mas não em momento de enclausuramento. O distanciamento dos filhos afeta diretamente as vidas das mulheres dentro do presídio. E mais, a prisão destas mulheres compromete diretamente a vidas de inúmeras crianças que são distribuídas entre parentes e amigos que, teoricamente, “guardam” as crianças enquanto as mães estão presas. Em todas as 154 entrevistas realizadas por mim, durante a pesquisa, em todos os casos havia uma clara preocupação com os filhos. Preocupação esta que se expressava em raiva, mágoa, desespero, saudade, ciúme, angústia, ausência, desamparo. Acreditar que tais mulheres não estão sob a égide do “amor materno” é destitui-las do lugar de mulher construído para nós, há séculos. Se não nos preocupamos com a relação destas mulheres com seus filhos é porque acreditamos que “bandida” não é mãe. Mas como elas se afirmam como mãe, portanto não são bandidas. Não cabe aqui julgá-las, bandidas ou não, mas pensar a relação de construção da imagem da mulher-mãe. Imagem esta que, por ser tão forte, constitui uma tática de construção de projetos futuros. Tática, como já fora dito na Introdução deste trabalho é “a arte do fraco” (Certeau, 2003, p. 101). Em outras palavras, poderíamos dizer, que a tática é utilizada quando o poder é grande e o assujeitado pequeno demais para estratégias. Sem espaços para movimentar-se estrategicamente, a tática se constitui numa linha de fuga possível.

Sem lugar próprio, sem visão globalizante, cega e perspicaz como se fica no corpo a corpo sem distância, comandada pelos acasos do tempo, a tática é determinada pela ausência de poder assim como estratégia é organizada pelo postulado de um poder. (CERTEAU, 2003, p. 101)

As mulheres presas, ao serem entrevistadas e diante de minha pergunta: O que você pretende fazer quando sair daqui? Diante desta pergunta, as mulheres divagam por inúmeros discursos evasivos, desde tomar um banho de mar até ir a Igreja. Entretanto, após estes primeiros afãs de liberdade as mesmas retomam a realidade de suas possibilidades reais de sobrevivência. E a sobrevivência destas mulheres está remetida aos filhos e famílias. Até mesmo para o ingresso ao mundo do trabalho se faz necessário a ajuda dos filhos ou das famílias. Seja para fazer sabonetes ou serem cabeleireiras, seja para ficar em casa terminando de criar os filhos. Qualquer que seja o projeto futuro este está ancorando, de maneira objetiva, aos filhos e a família. Nenhuma das mulheres sonham em entrar no mundo do trabalho formal. Já que tal sonho, aos olhos das presas, seria

absolutamente impossível. Diante desta negação social de reinserção efetiva na sociedade, cabe as mesmas a construção de táticas na construção de projetos futuros. Não pretendo discutir se tais táticas são mentiras construídas para satisfazer minha pergunta. Mas cabe aqui discutir a construção histórica e social dos elementos constitutivos da maternidade e a relação que esta tem com a legitimação da mulher presa. Conferindo as mesmas algum lugar de existência possível na sociedade.

As manchetes de jornais e a mídia, como um todo, nos falam de criminosos cruéis e sangrentos, chegando, por vezes, a mitificá-los. No entanto, pouco ou quase nada se fala de mulheres criminosas. Mulheres para a mídia e o senso comum são apresentadas como vítimas de violência e não autoras. Ainda que o número de mulheres condenadas à reclusão em regime fechado seja pequeno, elas existem. E esta existência ameaça a categoria preestabelecida ao que seja feminino: doce, frágil, sensível. Tais mulheres apresentam-se como antagonismo a uma racionalidade social que funciona a partir de uma herança histórica e social que ordena e cataloga e, ao fazê-lo, colocam a mulher enquanto “naturalmente” frágil e regida pelo princípio da maternidade. Quando tal modelo toma outra forma este é visto enquanto algo que escapa ao natural, sendo, portanto anormal.

A imagem de mulher construída ao longo dos anos na sociedade ocidental não sustenta comportamentos socialmente femininos a mulheres que cometeram algum delito. Tal ameaça fica maior quando não constatamos nos presídios a presença de mulheres atípicas, não sendo este um espaço das diferentes (que poderiam, assim, ser patologizadas). Ao circular pelos corredores do presídio feminino, vemos mulheres e seus sorrisos. Mulheres e vozes. Mulheres e cortininhas de renda resguardando a janela da cela. Mulheres e flores de plástico ornamentando uma “quina” do banheiro coletivo. Mulheres e panos velhos alvejados: pequenos tapetes a aparar os pés da cama. Mulheres e pequenas lembranças do que chamamos lar.

Próximo às camas, em diversas versões de “criados-mudos”, pequenas fotos são expostas, muitas recostadas em frascos de perfumes baratos ou coladas na parede: imagens de vida, fragmentos de uma história. São fotos de filhos, mães, namorados, amigos: afetos resguardados, notícias de um mundo distante e, contraditoriamente, tão próximo.

Diante desta realidade forças me afetaram, dentre elas as que nos remetem a sentimentos que nos são familiares. Neste jogo de afetos lembramos que comungamos de sentimentos afins: amamos, sentimos saudade, temos filhos, temos mães, laços que nos unem à vida, nos fazem sentir existindo.

Numa conversa com uma detenta, a mesma relata a trajetória de seus filhos desde que fora presa. Todos os seus cinco filhos não foram reconhecidos oficial e extra-oficialmente pelos respectivos pais, cabendo a mesma a guarda e subsistência de todos. Subsistência esta que a transformou em vendedora de “sacolés” de cocaína nas calçadas de Copacabana. Tal atividade era o emprego capaz de dar alimentação, moradia e educação para seus filhos. Ao ser presa, separou seus filhos. Mandou a filha mais velha para uma tia que morava na Baixada Fluminense e que tinha uma casa de alvenaria com chuveiro quente e banheiro dentro de casa:

... minha tia tem “situação”. Ela é merendeira de uma escola pública em Caxias. A casa dela não é de papelão não. Nossa casa lá no morro era de papelão, depois fui comprando tijolo e cimento, mas não deu pra terminar não(...). Mandeí minha garota mais velha para minha tia porque pensei: a Gisely pode pagar a comida que come e a cama que dorme fazendo faxina, ajudando minha tia a cuidar da casa. Minha tia é solteirona e velha. Não queria que Gisely tivesse que pagar com o corpo a comida que come. Não quero que ela ganhe a vida assim, porque depois pra se meter com bandido é facinho. E Gisely sempre gostou de luxo. O sonho dela era tomar banho de chuveiro quente. Aí pensei que fosse bom pra ela.

Pergunto quanto anos tinha Gisely quando foi para a casa desta tia, em Caxias, ela responde:

Era uma mocinha já: 7 anos. Mas depois de um ano todo mundo foi devolvendo meus filhos. Deixei meus 3 meninos com meu vizinho que vendia picolé na praia. E minha caçula com a dona da venda. Minha caçula tinha 1 ano e 2 meses. Depois de menos de um ano todo mundo foi deixando meus meninos com o vizinho que tinha ficado com os meninos. Deixavam lá e iam embora. Ele não agüentou... Aí uma mulher que mora lá perto falou com a patroa dela que é gringa. Essa gringa tem uma irmã que pegou minha caçula mas teve que ser de “papel passado”. Ela levou minha filha pro estrangeiro. Quando assinei o papel senti uma dor no peito pior que a dor de ter parido os cinco meninos ao mesmo tempo. Depois foram os outros... Todos foram para o estrangeiro (...), a gringa que levou meu caçula trouxe outras pessoas para ficar com os outros. Eu nem conheci as pessoas, mas tive que confiar em Deus. Dizem que no estrangeiro não se passa fome e que todo mundo tem carro e casa igual ao que a gente vê nos filmes da televisão (...) Não pude me despedir deles. O advogado disse que as famílias são ricas e que vão dá uma vida melhor pra eles (...). Meu coração diz que eles estão bem. Mas eu, colega, morri. To morta! Não tenho nada pra perder não, o que eu tinha eu perdi. Por isso, aqui dentro vale tudo: dou porrada, toco terror. Sou capaz de arrancar um olho com o

dente. Uma mulher quando perde seus filhos deixa de ser gente e passa a ser bicho. (Eunice, interna do Nelson Hungria)

Eunice teve que fazer o que chama de “liquidação de filhos”: passar a guarda para amigos, parentes e desconhecidos. Com o passar dos anos estes estavam “devolvendo” os filhos. E esta devolução, na ausência de parentes ou amigos capazes de responder pela guarda das crianças iria desencadear numa entrega das crianças à responsabilidade do Estado. Objetivando evitar que seus filhos fossem para uma casa de abrigo de menores do Estado, a mulher reclusa só teve uma saída: assinar a adoção para pais que, segundo a mesma, fossem dar uma vida melhor para seus filhos. Afinal, diz a detenta:

... só eu fui condenada, não meus filhos. (Eunice, interna do Nelson Hungria)

Diante desta e outras histórias podemos afirmar que há especificidades na prisão de mulheres: os filhos, ou, em outras palavras: a maternidade. Assim, também a tutela dos filhos atravessa a possibilidade de reconstrução de sua vida extra-muros. Ao conversar com as mulheres reclusas todas esboçam em sua fala uma referência ao destino dos filhos pós-prisão. A questão da maternidade sempre aparece no seu discurso, principalmente quando se refere aos projetos futuros ainda que seja para concluir que sua prisão deu um destino dito “melhor” a sua prole.

A maternidade surge aqui com um eixo fundamental para a discussão da relação mulher e reclusão. Lembramos que na história do ocidente a mulher foi construída sob a égide de uma natureza biológica que a liga a maternidade. Esta suposta natureza¹ foi criada por múltiplos agentes ao longo da história. No caso da mulher ocidental foram utilizados fatores orgânicos para construir uma certa subjetividade no qual houvesse a relação mulher e natureza. Esclareço, no entanto, quando esta relação é abordada, ao longo do capítulo, falo dos modos de subjetivação, a partir de uma perspectiva foucaultina e em confluência com a abordagem teórica de Félix Guattari:

A subjetividade não é passível de totalização ou de centralização do indivíduo. Uma coisa é a individuação do corpo. Outra é a multiplicidade dos agenciamentos

¹ Lembramos ao leitor que o conceito de natureza está imerso numa crítica que recusa toda e qualquer idéia de origens e verdades imutáveis. Maiores informações ver: Nascimento da Clínica (1976), Microfísica do Poder (1988).

da subjetivação: a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro social. (GUATTARI E ROLNIK, 1992, p. 31)

Um dos importantes contribuidores para a construção de uma imagem de mulher remetida a uma certa natureza foi o discurso médico junto a todo um contexto político que se configurou ao longo do século XVIII. (NUNES, 2001). Com isto, criou-se uma concepção de mulher enquanto portadora de paixões desmedidas no qual somente uma boa educação poderia remetê-la aos limites do meio termo.

Nesta relação mulher e paixões desmedidas houve uma maciça contribuição para aproximação da mulher à natureza. Essa tentativa foi tanta que, em 1758, na 10ª edição do *Systema Natural*, Carlos Lineu introduziu o termo *Mammalia* na taxonomia zoológica. Tratava-se de uma classificação revolucionária para o reino animal. A classificação “mamíferos” seguia critérios que enfatizava um elemento do corpo humano importante para construção da família (um dos sustentáculos do Estado Moderno): as mamas (SHIENBINGER, 1998).

A cunhagem do termo mamífero assim como outros tantos temas que foram socialmente construídos colocam a mulher prisioneira de uma suposta natureza. Lembramos que violência simbólica é conceituada por Bourdieu como sendo uma forma de relação de dominação a partir da naturalização de constructos elaborados na esfera social:

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural. (BOURDIEU, 1999, p. 47).

A mulher contemporânea encontra-se remetida a algumas “naturezas”, contudo ao meu interesse é mapear o campo simbólico que atravessa estas construções, para com isto desconstruir a noção de natureza e me remete a uma construção histórica e social da mulher.

3.1. Iluminismo e Mulher

Se a mulher está remetida a uma certa natureza, esta se inscreve no corpo e é a partir do Iluminismo que se estabelece, com clareza a construção desta diferença. O corpo, no final do século XVIII, passa a ser convocado ao cenário social. Agora de diferente maneira, legitimado pela ciência que ganhava contornos próprios a partir de significados recém instaurados pelo Iluminismo. (NUNES, 2000).

O corpo é agora chamado por diferentes visões a expressar novas demandas surgidas em novos contextos sociais, econômicos, políticos, culturais e eróticos. O debate ganha novos termos: as diferenças que antes eram expressas em termos de gênero, agora são evidenciadas pelo sexo, pela biologia. E aqui, o papel da ciência torna-se cada vez mais fundamental. Médicos e cientistas não só fornecem dados para o debate ideológico, como também expressam o seu prestígio em ascensão. (p. 69)

Os órgãos femininos e masculinos passaram a ser distinguidos. Contudo, não só os órgãos sexuais são diferenciados um do outro, mas outras estruturas como o esqueleto e o sistema nervoso. O corpo e suas especificidades passam a ter relevância. Isto se dá devido à mudança epistemológica que rompe com a “grande cadeia do ser” e com uma mudança política. Esta mudança política consolidou o Estado Moderno e instaurou uma nova concepção epistemológica, incorporou o conceito de verdade que a ciência moderna lhe atribuiu. Sistemas filosóficos propostos por Platão e por Aristóteles encontraram cada vez mais ressonância a partir da importância que passa a ter a produção da verdade². Com isto, passa-se a classificar a multiplicidade para aplainar as diferenças. Busca-se a verdade das coisas, cria-se sujeitos de conhecimento e verdades para eles. (LAQUER, 2001). Várias correntes intelectuais participaram de um processo que desembocaria numa mudança conceitual de mundo. Este conjunto de correntes científicas ficou conhecido como Revolução Científica. Faziam parte destas correntes o baconismo, o mecanicismo cartesiano, epistemologia empírica e a síntese newtoniana. A Revolução Científica destruiu radicalmente a visão de Galeno que compreendia o corpo com relação ao cosmo. O isomorfismo repleto de metáforas passou a ser substituído por uma linguagem que se propunha científica e, portanto,

² Maiores informações sobre construção do pensamento ocidental, corpo, saúde e desejo. Ver:

neutra e exata, cujo entendimento pertencia aos iniciados nesta nova língua: a linguagem científica.

A geração passou a ser menos considerada em termos de fermento e queijo; o ferro e o ímã perderam sua ressonância como metáforas do sêmem e do ventre. (LAQUER, 2001, p. 194)

Segundo Laquer (2001), a construção de uma diferença entre homens e mulheres a partir do sexo se dá porque a antiga visão de uma diferença entre os gêneros entra em colapso. Os corpos passam a ser o fundamento da sociedade civil. Diante do ideário de igualdade, estava no sexo a naturalização da diferença. Não mais o gênero e sim o sexo determinava a natureza ontológica que diferenciava os homens das mulheres. Com isto, por mais democrática que fosse a sociedade a subordinação das mulheres aos homens seria garantida a partir da diferença dos sexos. Ou seja, de uma diferença natural que transcende à questões sociais e políticas.

... Tocqueville argumentou que nos Estados Unidos a democracia havia destruído a velha base da autoridade patriarcal e que ela era necessária para delinear mais uma vez, e com grande precisão, duas linhas bem distintas de ação para dois sexos. Em suma, onde quer que as fronteiras fossem ameaçadas ou novas fronteiras fossem criadas, o material era fornecido pelas diferenças sexuais recentemente descobertas. (LAQUER, 2001, pp. 196-197)

A ciência e seu estatuto de verdade ajudou a construir uma sociedade que contém o modelo de dois sexos. A partir desta concepção atribuía-se à natureza o caráter divisório entre homens e mulheres, assim como seus atravessamentos. Cabia, no entanto, à sociedade “respeitá-la e promover um comportamento adequado pertinente a estas diferenças” (ROHDEN, 2000, p. 102).

A partir do século XIX tais concepções passam a ser verdades absolutas e dão conta de respaldar os contratos sociais entre homens e mulheres. E, cada vez mais a medicina se preocupou em assinalar as diferenças entre o corpo feminino e masculino para explicar através da biologia o lugar da mulher na sociedade.

É o caso da afirmação de que a mulher tem um crânio menor, conseqüentemente menos capacidade intelectual e, portanto, menos condições de participar dos domínios do governo, comércio, educação, ciência. Ou, então, da constatação de que ela tem a pelve maior, o que prova que é naturalmente destinada à maternidade. (ROHDEN, 2000, p. 103.)

Rohden (2000) aponta o caráter cultural e ideológico nas afirmações biológicas, uma vez que anatomistas já dissecavam corpos de mulheres e não tinham, antes do século XVIII, qualquer preocupação com as estruturas mais profundas.

Cabe assinalar que a concepção de uma sociedade de dois sexos coexistia com correntes de pensamentos cujo modelo era o de um único sexo. Um bom exemplo de tal coexistência, segundo Laquer(2001), foi Freud, homem do Iluminismo, que se utilizou do modelo de um só sexo para pensar o clitóris e sua relação com o pênis, construindo uma mulher que se organiza psiquicamente a partir da falta simbólica do pênis.

3.2. Regulação Física e Moral do Corpo Feminino

A partir da elaboração de constructos biológicos que se aliavam a nova ordem social foram prescritos comportamentos ditos “normais” e, conseqüentemente ideais para as mulheres. E, em contrapartida, houve uma tentativa, desde o século XVIII, de patologizar os comportamentos sexuais que não estavam circunscritos ao casamento, à reprodução ou não estavam voltados para a manutenção da ordem social então vigente. *A medicina era, nessa perspectiva, um instrumento privilegiado de regulação física e moral do corpo* (NUNES, 2000, p. 93). A psiquiatria transforma-se num saber importante nesta catalogação do que era normal ou patológico no comportamento da mulher. Cabe ressaltar que a preocupação incidia sempre sob o caráter sexual do comportamento.

O discurso psiquiátrico sobre a patologização do comportamento feminino se utilizou, segundo Nunes (2000), de duas vertentes. Uma baseava-se na constituição anatômica e fisiológica da mulher e a outra *em estigmas degenerativos que existiriam de forma latente no corpo feminino* (p. 93)

Algumas das muitas relações que se fazia com a fisiologia feminina dizia respeito a uma natureza orgânica voltada à sensibilidade. Um dos autores que contribuíram e influenciaram para tal concepção foi Pierre Roussel, em sua obra *“Système physique et moral de la femme”*, publicado em 1775 e reeditado durante vários anos (VILA, 1995).

A obra de Roussel teve grande influência, ainda no século XIX, na construção de outras teorias médicas, já que desenvolve um estudo que diz respeito não tão somente à diferença entre os sexos, mas a relação desta diferença a partir da sensibilidade.

Roussel faz uma relação entre homem e mulher cuja discussão sobre a natureza sexual tem o foco de análise em fatores orgânicos e morais. Segundo ele a sensibilidade é motriz criadora, transforma idéias em sensações e coisas vivas no mundo. Contudo pode ser patológica já que induz a uma fraqueza física e a uma perversão moral que, em última instância, são causadas por uma degeneração hereditária. Assim, aquilo que é princípio de evolução é também de involução.

As mulheres estariam regidas pela sensibilidade em função da relação que Roussel faz entre sensibilidade e mucos. Os mucos, nesta visão, seriam os agentes primários de uma economia orgânica. Neste contexto, o fluxo menstrual e o leite materno desencadeiam processos orgânicos que determinam uma suposta natureza feminina mais sensível. E tal susceptibilidade a sensibilidade que os fluxos desencadeiam seria o eixo da diferença entre homens e mulheres. O corpo das mulheres seria, desde a adolescência, mediado por líquidos e fluídos responsáveis pelo equilíbrio mental relacionado ao sistema nervoso. A sensibilidade gerada pelos mucos seria responsável pela natureza infantil do universo feminino.

Delicada e carinhosa, ela sempre retém alguma coisa do temperamento próprio das crianças³

Os homens, na adolescência, desenvolveriam a musculatura e a força física, imprimindo ao sexo masculino atributos de proteção no que tange à mulher. Assim, para Roussel o sistema nervoso está para mulher como a musculatura está para o homem.

A distribuição das qualidades físicas e morais de Roussel, baseada no gênero, pareceriam confirmar o que a historiadora Ludmila chamou de feminização do sistema nervoso e masculinização da musculatura.⁴

³ VILA, (1995, p. 52), pp. 76-93. Tradução livre de: Delicate and tender, she always retains something of the temperament proper to children.

⁴ VILA, (1995, p. 52), p. 83. Tradução livre de: Roussel's gender-based distribution of physical and moral qualities might appear to confirm what historian Ludmilla has called the feminization of the nervous system and the masculinization of the musculature.

No século XIX Esquirol defende a teoria da degeneração e aponta os fluídos como motivo da loucura feminina.

Esquirol explica que a loucura feminina é derivada da associação entre sensibilidade nervosa e uma constituição sexual cuja periodicidade, com respectiva expulsão de fluxos mensais, coloca a mulher em uma posição de fragilidade em relação às excitações do mundo externo. (NUNES, 2000, p. 93).

A disfunção do sistema nervoso feminino estaria, nesta visão, interligada a uma disfunção na regulação dos fluídos que compõem o corpo da mulher. Psiquiatras do século XIX que se dedicaram a estudar um tipo de loucura puerperal, utilizando a idéia dos fluídos e líquidos, relacionavam a loucura a um quadro cíclico que iria da concepção à extinção do fluxo lácteo. Segundo Nunes (2000), (...) *a loucura puerperal é vista como comprovação de que a fisiologia feminina poderia ser a porta de entrada para a alienação*” (p. 94).

Além das questões fisiológicas que fundariam uma predisposição à patologia, a psiquiatria também se utilizou da teoria da degeneração. Esta teoria considera a degenerescência como sendo hereditária, constituindo num processo no qual os sujeitos degenerados apresentavam comportamentos irracionais, selvagens e que punham em risco a ordem moral e social. Sendo vista como algo próximo ao primitivo na associação da tríade mulher/criança/selvagem, a mulher também estaria mais propensa à degeneração. Nota-se também que a prostituição, assim como a criminalidade e a perversão são inseridos dentro deste quadro.

As produções médicas tentaram circunscrever a mulher num padrão feminino, reafirmando sua deficiência biológica através da degeneração (NUNES, 1982) e reforçando sua natureza voltada ao amor.

3.3. A mulher e o Judiciário

O judiciário, segundo Mariza Correia (1983) reproduz, nos autos do processo, modelos normativos acerca do papel social feminino. E esta reprodução está quase sempre pautada no atributo principal da mulher: a reprodução da espécie e seus atravessamentos. No que tange aos atravessamentos da construção social da mulher a partir da maternidade é levado em conta a crença numa certa natureza feminina que muitas vezes beneficia, segundo a autora, as mulheres

acusadas de algum delito grave, como homicídio, por exemplo. Ou as condena a um manicômio judiciário, já que a loucura, relacionada a paixões desmedidas também entra no contexto da chamada natureza feminina.

Mariza Correia (1983) grifa que, na maioria dos homicídios em que mulheres matam seus companheiros as mesmas são vistas por sua natureza maléfica ou por sua frágil essência feminina. O que, para autora, consiste num ciclo vicioso que recoloca a mulher no lugar de inferioridade original.

A contradição entre o papel passivo adscrito à mulher nessa sociedade e o papel ativo por ela desempenhado ao matar é resolvida pela argumentação que a recoloca em seu papel original. (CORRÊIA, 1983, p. 290)

Outro dado relevante na pesquisa de Mariza Correia (1983) é o fato de nos autos do processo, assim como no caminho percorrido para o mesmo (desde o inquérito policial ao júri) são descritos elementos da ordem do doméstico e do privado, remetendo sempre o cotidiano da ré ao que seja *a uma imagem completa de mulher* (CORRÊIA, 1983, p. 295) Com isto, a construção do processo, segundo a autora, segue um percurso que visa detectar se a ré segue ou não o seu destino de mulher.

A imagem incompleta é a dos casos onde a mulher não cumpriu com alguma de suas fidelidades básicas ao âmbito doméstico, sendo mais duramente punida aquela acusada infiel ao companheiro em termos sexuais. E a imagem rompida, nos casos femininos (...) onde a mulher escapa dos limites domésticos e públicos, quer dizer, seu comportamento é o oposto da esposa e mãe e também da cidadã. (CORRÊIA, 1983, p. 296)

Os dados compilados por Mariza Correia (livro publicado em 1983) são relativos a crimes ocorridos em família no qual a mulher mata seu companheiro. Contudo, hoje, ao analisarmos os dados da Secretaria de Justiça sobre a população carcerária feminina observamos que 73,8%⁵ das condenações até o ano 2000 foi por tráfico de drogas.

A maioria absoluta das apenadas foi condenada por práticas relacionadas ao tráfico de entorpecentes (73,8%). O roubo (art.157) foi responsável por 11,3% das condenações, o furto (art.155) foi motivo em 8,6% dos casos e o homicídio (art. 121) ocasionou 2,5% das sentenças. (Superintendência da Saúde-SEDHUSP/RJ-2000)

⁵ Dado oficial fornecido pela Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro em 2000.

Os processos contidos no Arquivo Judiciário do Rio de Janeiro mostram especificidades no trato com mulheres condenadas, em especial nos pareceres dos psicólogos na feitura do então “Exame Criminológico”⁶.

Analizamos quatro processos, em todos a ré havia sido condenada por envolvimento com tráfico de entorpecentes e não houve, no entanto, nenhum atenuante, por parte do juiz, ao longo do processo, pelo fato do delito ter sido cometido por uma mulher. Contudo, havia nos pareceres questões remetidas a questão do feminino e os modos de subjetivação da mulher ocidental.

Modos de subjetivação (FOUCAULT, 1984), numa perspectiva foucaultiana, participam da composição dos “jogos de verdade” que engendram o repertório existencial dos indivíduos. Ou seja, a maneira pela qual os sujeitos se reconhecem, como vivem e percebem tanto a si mesmo como o mundo que os cerca. Antes de ampliarmos o estudo acerca dos elementos que participaram da construção dos processos de subjetivação da mulher no ocidente apresentaremos os quatro processos analisados do arquivo judiciário.

3.4. Mulheres e Processos Criminais

Uma vez que a obra de Mariza Corrêa (1983) levanta a hipótese que as mulheres recebem um tratamento diferenciado, ao longo do processo, fui, então, a procura de processos criminais para analisar o tramite de um processo cujo réu fosse do sexo feminino. Analizamos quatro processos, entre os anos de 1970 a 1990, em todos a ré havia sido condenada por envolvimento com tráfico de drogas.

Processo A:

O mais recente a que tive acesso. O motivo de reclusão a sistema de regime de reclusão fechado foi o tráfico de entorpecentes. A ré, primária, no momento do julgamento tinha 30 anos, solteira, branca, brasileira, oficialmente com 1º grau completo (nos dados sociais, diz ter o 2º grau completo), oriunda de classe média baixa de Nova Iguaçu. Seu processo inicia assim:

⁶ Exame previsto da Lei de Excução Penal que tem por objetivo o acompanhamento do preso durante a pena.

No dia 14-10-2000, policiais civis, previamente cientificados por informantes de que a moça conhecida como X de Tal estava traficando entorpecentes nas mediações da boite X, em Nova Iguaçu, rumaram para lá afim de investigar os fatos. Em lá chegando, por volta das 16:30, tiveram atenção despertada pelo veículo X de placa X, dirigido pela denunciada, a qual foi abordada pelos policiais. Os policiais revistaram a denunciada, apreendendo com a mesma, três “trouxinhas” contendo 2, 73 de maconha, assim reconhecida no laudo prévio de flsX, bem como R\$340, 00 em espécie. Diante das evidências, a denunciada confessou adquirir a droga em boca de fumo para revendê-la na localidade; que o dinheiro apreendido era produto da venda do entorpecente e que a maconha, igualmente apreendida, era a sobra da última partida adquirida para traficância, motivo pelo qual os policiais deram voz de prisão em flagrante à denunciada. Assim agindo está incurso nas penas do art.12 da lei 6.368/76.

Teve sua sentença promulgada em 2001. O delito foi equiparado pelo juiz a crime hediondo:

Ante ao exposto, julgo procedente a pretensão punitiva estatal para condenar X de Tal às penas de 3 (três) anos de reclusão e 50 (cinquenta) dias-multa, no valor mínimo, em regime integralmente fechado, por infração ao art. 12, caput., da Lei 6.368/76. (...) Por derradeiro, em que pese a acusada ser primária, de bons antecedentes, o que lhe conferiria, em tese, o direito de apelar em liberdade, tendo em vista o permissivo legal contido no art. 594, do Código de Processo Penal, deixo de determinar sua soltura, tendo em vista que sua prisão é necessária por garantia da ordem pública, já que encontra-se presa em flagrante delito desde o início do feito, sendo certo que os motivos ensejadores da manutenção da prisão cautelar ainda não desapareceram. Além do mais, trata-se de crime equiparado a hediondo e de suma gravidade, sendo certo que a disseminação do entorpecente no seio social agride, de forma incontestável, a ordem pública. (SENTENÇA PROFERIDA PELO JUIZ)

O advogado (particular) da ré entrou com o pedido de *habeas corpus*, sendo, no entanto negado uma vez que a Lei concederia, em tese, tal pedido. Contudo consta também no art. 35, da Lei dos condenados por infração aos arts. 12 e 13 da mencionada Lei junto ao parágrafo 2º, do art.2º da Lei 8072/90:

... estabelece que o réu só poderá apelar em liberdade, em casos como o presente, quando o Juiz fundamentar tal decisão. (AUTO DO PROCESSO EM QUESTÃO)

Ocorre, de maneira breve, uma explanação do juiz sobre o corpo teórico do código penal, demonstrando sua notável fluência sobre o mesmo, tornando inviável a apelação de *habeas corpus* por parte do advogado da ré. O juiz, a todo momento, refere-se ao código penal e suas atribuições legais. E, ao fazê-lo não faz nenhuma referência a condição feminina da ré e nem tampouco a sua condição de sujeito do delito. As leis e sua habilidade em aplicá-la é o que está em jogo e que designa-o detentor de um saber sustentado pelo discurso da competência.

Consta nas avaliações sociais que a ré tem uma filha de 5 anos e que morava com a mãe e que apesar disto não teve sua pena atenuada. O que estava em pauta na sentença do juiz e nos autos do processo era a repressão ao tráfico de drogas.

Processo B:

Processo cuja ré foi condenada por fornecimento de entorpecentes a vendedores ambulantes de droga. A promulgação da pena se deu em 1997 e o término da pena estava previsto para o final do ano 2000. O vendedor da ré acrescentou no processo que minutos antes do flagrante:

... elementos ligados ao tráfico passaram pelo local, dele recolhendo a quantia de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) referentes as vendas realizadas naquela noite. (AUTOS DO PROCESSO EM QUESTÃO)

Nos autos do processo consta que os policiais foram para o morro X, no Rio de Janeiro, chegando lá encontraram o acusado X vendendo cocaína. Ao ser interrogado o mesmo revela que a ré X de tal era a fornecedora. A mesma fugiu e só foi capturada após mandato de busca e apreensão. Constam nos autos várias evidências de que a mesma era interceptadora de cocaína na região. Interessante é grifar que no processo não consta que a ré se envolveu no tráfico em função de nenhuma figura masculina. Nas avaliações realizadas pelas assistentes sociais, após a condenação, também não consta que o envolvimento com o tráfico ocorreu em função de algum tipo de ligação afetiva. Rompendo, então, com o estereótipo da ligação da mulher com o crime via uma grande paixão, relacionando o envolvimento com algo que fuja do âmbito do espaço privado ao amor, sentimento socialmente visto como feminino.

Neste caso foi a pena promulgada pelo juiz de 4 anos, em regime de reclusão fechado. No processo não há defesa de advogado particular, foi a defensoria pública que intercedeu. Não houve, das partes, nenhuma apelação. E o processo do vendedor e da fornecedora ocorreu concomitantemente, sendo a pena conferida aos dois. Não houve interpelações e portanto não observamos, ao longo do processo, nenhuma evidência de brilhantismo por parte do juiz. Apenas justifica a pena que deveria ser de 3 anos para sua ampliação para 4 anos:

Por força da qualificadora, aumento as penas 1/3 (um terço), assim passando para quatro anos e sessenta e seis dias multa, no valor unitário mínimo que trata o artigo 38 da Lei 6368/76, que torno definitiva. Os réus cumprem a pena privativa de liberdade em regime fechado integral. (...) Após o trânsito em julgado, lancem-se os nomes dos réus no rol dos culpados.

E assim defere a sentença, como de praxe, lançando os nomes dos réus no rol dos culpados. A ré, que teve seu nome lançado no rol dos culpado tinha uma assinatura oscilante, própria daqueles cuja porta das oportunidades foi trancada. Consta no relatório social, realizado após a condenação, que a mesma era filha de uma lavadeira e de um pedreiro. O pai sumiu quando tinha 6 anos e aos 12 foi trabalhar para ajudar a mãe a criar os 7 irmãos. Estudou até a 2ª série, parou porque teve que trabalhar. Ainda assim relata que teve uma infância feliz. Mas teve seu nome lançado no rol dos culpados por ter percebido, logo cedo, que sua formação e condição social a lançaria num mercado cuja mão de obra seria altamente desvalorizada. Entrou no mundo do crime, segundo seu relato, por influência de amigos: seus vizinhos eram envolvidos no tráfico de drogas. Ou seja, numa cidade esquadrinhada a partir de fatores sociais e econômicos, a pobreza e a criminalidade são vizinhas.

Processo C:

O terceiro processo diz respeito a um flagrante de venda de cocaína nas ruas de Niterói realizado por uma mulher de 50 anos. Após o flagrante, consta nos autos do processo:

... a denunciada foi detida, tendo esta, de pronto, retirado da blusa sete saquinhos com pó branco e entregue aos policiais, bem como a quantia de trinta e oito reais em espécie, provenientes da venda de tóxico. A denunciada teria dito, ainda que adquirira no Morro X, em Niterói e que estava revendendo para conseguir dinheiro para o Natal. (AUTOS DO PROCESSO EM QUESTÃO)

A ré, primária, sem antecedentes criminais foi condenada a 3 anos de reclusão em regime fechado. Sem mais explicações do juiz e sem apelações, a mulher foi declarada culpada e condenada. Após condenação, no relatório social é que se tem informações mais pessoais acerca da mesma. O processo é curto e muito sucinto. Notamos que o juiz que estabeleceu a sentença é o que se chama no sistema prisional de “mão leve”, ou seja, cumpre a lei, contudo delega a pena mínima. Vemos que ao longo do processo, o promotor queria processá-la também por falsidade ideológica, uma vez que a mesma, ao ser presa, se identificou com um nome fictício, tentando proteger-se. No entanto, o juiz não considerou tal ato como criminal e só a condenou pelo tráfico de drogas. Caso o mesmo julgasse a ré por dois delitos sua pena seria acentuada. Observamos que este processo é “silencioso”, ou seja, não há interpelações e nem tampouco estrelismos no que

tange a eloquência e conhecimento do Código Penal. Ainda que este caso tenha recebido especial atenção da mídia por se tratar de uma pessoa cuja idade não é comum no sistema carcerário.

Esta mulher, que tem nome de Santa da Igreja Católica, é tratada como tal nos pareceres sociais e psicológicos como veremos a seguir, uma vez que tem aproximadamente 50 anos, tem filhos e foi casada durante 10 anos. Isso lhe confere um lugar de credibilidade nas transcrições dos serviços sociais. Contudo, apesar de sua idade, acima da média das que cometem delitos, não há evidências nos autos do processo de protecionismo, por parte do juiz, em função de sua idade e de sua condição feminina. Analisando processos deferidos pelo mesmo juiz em outros casos que envolvem homens, verificamos que o mesmo é “mão leve”, ou seja, não aplica penas altas e tende a atenuar algumas evidências que julga como defesa pessoal. E mais, seus processos não constam de grandes “estrelismos”, tende a aceitar as interpelações dos advogados de defesa: dos 12 processos que analisamos e que foram deferidos por este juiz somente 2 foram negados as apelações dos advogados de defesa. Verificamos que não existe uma visão globalizante do Código Penal.

Os julgamentos visam reafirmar as normas dominantes, sendo que os envolvidos não serão julgados nem tanto pelo ato criminoso em si, mas pela adequação de seu comportamento às regras de conduta moral consideradas legítimas. (SOHIET, 1989, p. 4)

Ainda que o Código Penal retrate as normas dominantes, há em sua aplicabilidade uma certa elasticidade, há um espaço, ainda que pequeno, para a não objetividade. Neste espaço o saber “psi”, assim como o laudo social exerce grande influência no ato do livramento condicional, como veremos a seguir.

Processo D:

O quarto e último processo a ser analisado diz respeito a um caso amplamente divulgado nos fins dos anos 80, pois se tratava da filha de um político. A ré era de classe média alta, residente na Lagoa. Apesar de constar nos autos do processo brigas entre as partes (promotoria e defesa) assim como a interferência dos jornalistas, não consta, no entanto, nada do ponto de vista judicial que remeta o seu delito a uma suposta natureza feminina.

A ré foi condenada por encobrir, facilitar e dissimular as atividades de tráfico de drogas para seu companheiro (um famoso traficante de drogas).

Também foi condenada por emprestar seu nome para altos depósitos bancários. À mesma foi conferida uma pena de 6 anos em regime de reclusão fechado.

Verificamos que seu processo é “grosso”, consta de várias petições da defesa. Notamos também que os advogados envolvidos na sua defesa exibem seus nomes timbrados nas folhas do processo. Com isto, percebemos o quanto este caso conferia *status* aos advogados envolvidos. Também percebemos a desenvoltura na escrita, com várias citações do Código Penal. Observamos que há um cuidado tanto com a estética do processo quanto com as construções gramaticais. Há, em suma, um grande rigor em todo o processo. No entanto nem a defesa e nem a promotoria se utiliza da condição feminina da ré. Há sim, algumas exposições excessivas no que tange ao domínio do Código Penal. Este processo é considerado, nos meios judiciais, como uma “pérola do Código Penal⁷”.

No corpo de alguns processos, muitas vezes, os dados da ré fica no masculino. Ex: casado, “o réu é declarado culpado”, dentre outros. Enquanto em outros processos os dados estão no feminino. Atribuímos este descaso com a especificidade de dados ditos femininos a natureza e *status* que o direito Penal possui no cenário jurídico, assim o cerne são as técnicas e não as pessoas. Analisando outros processos verificamos que há compromisso com o brilhantismo a ser exposto pelos advogados das partes envolvidas, assim como também observamos que muitas vezes há o mesmo compromisso por parte do próprio juiz. Numa visão auto-centrada, as especificidades dos réus nos parecem menores que os excessos do conhecimento do Código Penal a ser evidenciado nos autos do processo.

No entanto, passado o julgamento, no âmbito da execução penal a situação nos parece outra. Uma vez condenado, o réu, agora denominado apenado (ou apenada), vai estar submetido ao regime da Lei de Execução Penal (Lei nº7.210 de 11-07-1984). A Lei de Execução Penal passa a ser, em 1994, um novo ramo jurídico: O Direito de Execução Penal e contém no seu 1º artigo o que chama de “duas ordens de finalidade” (LEP, 1999, p. 03), são elas:

... a correta efetivação dos mandamentos existentes nas sentenças ou outras decisões, destinados a reprimir e prevenir os delitos, e a oferta de meios pelos quais

⁷ Informação concedida pelo funcionário do Arquivo Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

os apenados e os submetidos às medidas de segurança venham a ter participação construtiva na comunhão social. (LEP, 1999, p. 03)

A lei de Execução Penal tem em um de seus artigos algo que para nós, psicólogos, nos interessa: o exame criminológico e o exame de cessação de periculosidade. Ambos partem de noções e saberes “psis” para sua formulação. O primeiro é realizado mediante a sentença do juiz e a inserção do réu no sistema de apenado. Ou seja, uma vez condenado, em sua entrada no sistema prisional, após a sentença, é realizado o exame criminológico. Este exame tem como objetivo:

...a convicção da necessidade desse tipo de exame para o conhecimento mais aprofundado não só da relação delito-delinquência, mas também da essência e da circunstância do evento anti-social. (LEP, 1999, p. 05)

A Lei de Exame Penal difere o exame criminológico do exame de personalidade, já que o exame criminológico:

...parte do binômio delito-delinquente, numa interação de causa e efeito, tendo como objetivo a intervenção médica, psicológica e social. (LEP, 1999, p. 05)

O exame de personalidade, no entanto, visa, segundo a Lei de Execução Penal, a uma avaliação dita “mais profunda” para além da vida intramuros. A cessação de periculosidade, no entanto, ocorre no fim do prazo mínimo para o pedido de livramento condicional, ou seja, quando o apenado cumpriu uma fração da pena que o permite cumprir a pena num regime mais leve. Um exemplo: se foi condenado a reclusão em regime fechado, uma vez cumprida uma fração da pena, após ser liberado pelo exame de cessação de periculosidade, pode o apenado transferir sua pena para regime de prisão albergue-domiciliar.

A Lei de Execução Penal prevê que o exame de cessação de periculosidade deve ser realizado por um psiquiatra. Observamos, no entanto, que em muitos processos, os mais recentes, o parecer do psicólogo ajuda a compôr o parecer final da Comissão Técnica de Classificação que, em última instância, é que vai aprovar a cessação de periculosidade. Contudo, nos deteremos ao exame criminal, uma vez que é previsto por Lei a avaliação psicológica.

O exame criminal consta da avaliação do psiquiatra, do assistente social e do psicólogo. Sendo esse exame um dos elementos imprescindíveis para o livramento condicional. São necessários para o livramento condicional os

seguintes documentos: Sinopse do Exame Psiquiátrico; Relatório Social; Transcrição da Ficha Disciplinar; Ficha do Término da Pena; Ficha de Comportamento Carcerário; Parecer da CTC (Comissão Técnica de Avaliação), Atestado Comprobatório de Trabalho; Prova de Aptidão para Prover sua Subsistência mediante Trabalho Honesto; Prova de Reparação de Dano ou Demonstrativo da Impossibilidade de fazê-lo; dentre outros de cunho mais burocrático.

Desses itens muitos se inter-relacionam: assim como o assistente social faz menção a sanidade mental do apenado, o psicólogo recorre a capacidade de trabalho do mesmo. Verificamos que o parecer do psicólogo, junto com os dos outros técnicos envolvidos, era fundamental no sistema penitenciário do Estado do Rio de Janeiro (“era” porque atualmente, no Estado do Rio de Janeiro não se faz mais o exame de cessação de periculosidade). E mais, que é no regime discursivo psicológico que se evidenciam a especificidade de um delito cometido por uma mulher. O psicólogo, profissional historicamente do âmbito privado, resgata questões de gênero para construir o perfil da apenada, remetendo-se a maternidade, ao lar ou as paixões. Como podemos ver a seguir nos pareceres psicológicos dos processos das quatro mulheres já citadas.

As técnicas e objetos “psi”, cristalizados em espaço privado, representam o destino de um pensamento e de uma época. Cabe-nos perguntar se esses instrumentos produzem subjetividades que possam, partindo de seus limites, ultrapassar a si mesmos gerando novas formas de subjetividade e criando condições para que os objetos não identificados não impeçam a produção de uma nova sociedade. Uma sociedade em que a lua cheia não paralise os enfeitiçados e assim possamos descobrir novas formas de solidariedade. Não a de “irmãos”, fundada em compactas identidades, no medo e na culpa que assassinou os índios, negros e os que transgrediram a Ordem dos corpos e dos afetos, mas uma solidariedade gerada pelas interpelações do diverso e da indignação. (BAPTISTA, 1999, p. 30)

Faremos a seguir a transcrição e análise de alguns trechos dos pareceres dos psicólogos dos processos já citados.

Com relação ao processo A inicia o parecer:

Trata-se de interna jovem, estrangeira, presa há 02 anos.

O primeiro nome da detenta é estrangeiro, mas a mesma é brasileira, tendo sobrenome e pais brasileiros. Acreditamos que o psicólogo, ao elaborar o parecer, associou o nome estrangeiro ao delito (tráfico de drogas), uma vez que há um

número significativo de estrangeiras presas no aeroporto por tráfico de drogas. Contudo este erro pressupõe a não-escuta da apenada e nem tampouco a leitura do prontuário da mesma.

Continua o parecer:

... Inicia a entrevista afirmando ter sido presa por portar apenas “baseado”. Mostra-se paciente em cumprir sua pena. Apresenta-se de bom humor. Demonstra consciência em relação a realidade a sua volta, buscando compreender o mundo interno no Talavera Bruce.

O parecer, em seguida, remete-se a sua vida no cárcere e as perspectivas ao sair da prisão. Notamos que o psicólogo grifou as possíveis potencialidades de X. O que nos chamou atenção foi que em um parecer do Serviço Social a detenta relata para a assistente social que:

... tem o “dom” para vendas.

Constatamos, todavia, que a mesma foi condenada por vender drogas na porta de uma boite. E que, por profissão, pretende ser vendedora, futuramente.

Muito inteligente, demonstra potencial na criação de idéias novas. Fala do desejo de estudar informática e atuar na área de vendas (...). Sobre o passado: afirma Ter tido vida normal sem traumas na infância ou adolescência (...). Conta com o apoio paterno para recomeçar, principalmente, com relação a continuidade nos estudos e possibilidade de cursar uma faculdade.

O parecer transcorre tentando assinalar que a apenada

... parece ter facilidade na adaptação ao mundo extra-muros.

Neste parecer os aspectos de gênero não são marcados, contudo vemos claramente que o psicólogo colocou em evidência o aspecto cognitivo, a vida familiar “sem traumas” e a capacidade de adaptação da detenta ao mundo externo ao Talavera Bruce. Notadamente, vemos aí transcrito um discurso que tentou se respaldar de saberes psicológicos para “atestar” a capacidade da mesma em viver em sociedade.

O processo C, no entanto, apresenta questões que incluem gênero, idade e valorização da vida familiar.

O parecer começa com a seguinte frase:

X de Tal é uma senhora de 50 anos, traços europeus, boa aparência...

Pautado em quais perspectivas teóricas, tais observações são relevantes no exame criminal? O psicólogo continua grifando que a mesma é viúva e que foi casada durante 10 anos, teve seus três filhos com um mesmo homem, não tendo tido nenhuma relação extra-conjugal durante o casamento. Também é assinalado que a mesma cuidou dos filhos até casarem e que estes, junto a uma tia da apenada, vão visitá-la todas as semanas. Quanto às perspectivas futuras diz que pretende dedicar-se aos filhos e netos. Contudo, o trecho que se segue desassossega nossa vã e preconceituosa tendência à coerência moral que não consegue unir a senhora dona-de-casa e mãe zelosa de seus filhos com a seguinte informação:

Veio presa após ter sido pega com cocaína. Relata que havia ido comprar para ela e um grupo de amigos. Costumava freqüentar bailes funks com os amigos e sempre bebiam e faziam uso de cocaína.

No entanto, o parecer assinala que a apenada:

... revela traços depressivos e personalidade com tendência à depressão.

O psicólogo não explicita, no entanto, os critérios para esta conclusão. Termina o parecer com um texto que tende ao arrependimento, a sanidade da mesma e as suas condições econômicas. O trabalho não é mencionado. Até mesmo no relatório do serviço social é indicado que a detenta se dedicará aos filhos e netos. Notamos que a perspectiva da mulher está intimamente relacionado ao espaço privado. Aliado ao fato da mulher em questão receber pensão do marido, já falecido.

(...) O tempo na prisão certamente a possibilitou uma melhor avaliação dos rumos de sua vida. Possui vida relativamente estável em termos econômicos e condições psicológicas dentro da normalidade, apresentando, portanto, condição para retornar sua vida.

Este parecer difere do anterior uma vez que no final do mesmo é apresentado a metodologia utilizada para o parecer: observação no cotidiano prisional, entrevista de ingresso, entrevista para o parecer psicológico.

No processo C, talvez por ter sido um parecer elaborado no fim dos anos 80 existem itens que não constavam, literalmente, nos anteriores, tais como: ambiência familiar e histórico “psicoevolutiva”.

Este parecer traz relatos minuciosos sobre a vida da detenta na infância. É um texto mais descritivo e quando, em alguns momentos, relata algo que remete a fatores psicológicos o faz atrelando ao discurso da informante.

(...) Com o falcimento materno, X de Tal e seus dois irmãos se separaram, indo cada qual residir com famílias diferentes. A examinada revela que essa separação foi-lhe muito traumática e talvez pela fantasia de se ver novamente reunida a eles entregou-se a um rapaz com quem viveu pouco mais de um ano, tendo um filho dessa relação.

Algumas expressões mapeiam a natureza do juízo de valor que é dado ao comportamento da apenada. Exemplo: “pela fantasia de se ver novamente reunida a eles **entregou-se** a um rapaz”. No relatório do serviço social, o **entregar-se** é substituído por **perdeu a virgindade**.

Este parecer psicológico utiliza alguns elementos de interpretação de cunho psicanalítico a um espaço e contexto não analítico. E mais, alia-se a fatores cujo regime discursivo remete-se a fragilidade feminina ante ao ato sexual.

Lembramos que tal tema aparece na Reforma do Código Penal discutida no Rio de Janeiro, no período de 1918 a 1940. Com as transformações sociais advindas da urbanização das cidades e da industrialização, a honra da mulher passa a ser tema de discussão de juristas. Ainda que adotando posturas distintas, estes juristas tinham como ponto de referência à preocupação com o significado da honra sexual e da virgindade. Havia, segundo Sueann Caufield, um consenso entre os juristas de que a vida urbana trouxe não só a criação do que considera “mulher moderna” como uma degeneração moral, oriunda dos estímulos sensuais que os novos meios de comunicação próprios das cidades traziam.

Cabe ressaltar que neste mesmo período conviviam barulhentas campanhas contra os “crimes de paixão”, o sensacionalismo dos escândalos sexuais da imprensa e a himenolatria (a obsessão com o hímem). (NUNES, 2000, p. 168).

Se em 1890 o Código Penal considerava as ofensas sexuais crimes contra a família, em 1914 tais ofensas constituem crimes contra os costumes sociais. Assim, a virgindade física continuou sendo muito valorizada pela lei, embora tenha passado a ser uma virtude individual e não necessária à manutenção da integridade da família, como era anteriormente. Tal mudança tinha a preocupação de punir os crimes de paixão, já que não mais se sustentavam mortes de mulheres ou de amantes em nome da integridade da família.

Os crimes de defloração foram considerados pelo novo código penal como “crimes de sedução”, cabendo a vítima comprovar sua “inexperiência ou justificável confiança” (CAUFIELD, 2000, p. 167).

Em meio a turbulentas discussões cria-se o Conselho Brasileiro de Higiene Social (CBHS) formado em 1925 com o objetivo de “elevar” a população brasileira, numa época em que se pretendia enfraquecer o poder exercido pelas oligarquias rurais durante a Primeira República. Almejando romper com a autoridade patriarcal característica da sociedade agrária oligárquica, o CBHS propunha famílias nucleares higienizadas. Assim, com apoio de juristas proeminentes como Roberto Lyra e Nelson Hungria, era finalidade do CBHS:

... transformar as paixões desregradas em relações sexuais racionais e higiênicas. Mesmo que para Hungria isto significasse a defesa da fidelidade sexual e o casamento indissolúvel e, para Lyra, significasse a autorização do divórcio por mútuo consentimento, ambos os juristas concordavam na necessidade de intervenção do Estado no controle do desejo erótico. (CAUFIELD, 2000, p. 170)

Atrelada a noção de bem-estar social ao devido controle das paixões exacerbadas, em especial da paixão feminina cuja moral a natureza havia selado com o hímem, disseminava-se uma educação que propunha civilizar as práticas sexuais contendo e evitando a união dos “loucos de paixão”, em nome da saúde, da disciplina e da moralidade.

Retomando ao parecer em questão, observamos que o termo “entregar-se a um rapaz” relacionada a primeira relação sexual tendo como justificativa uma compensação da vida em família nos remete a um ideário que destitui a mulher de seu próprio desejo. E mais, imprime ao sexo a conotação de um passo em falso ou de uma fraqueza feminina. No que tange ao contexto jurídico vimos que há uma procedência neste ideário. Contudo, nos intriga os atravessamentos que ganha quando pretende se fundamentar em elementos ditos psicológicos. É a apropriação do discurso “psi” a serviço de uma ordem que aprisiona e cataloga as diferenças para, em seguida, marginalizá-la.

Este parecer que ganha, em seu término, feições de exame de cessação de periculosidade tem como conclusão:

X possui uma história familiar fragmentada, repleta de perdas e separações. Constitui sua personalidade marcada por esses reveses, deixando lastros em várias áreas. É uma pessoa extremamente carente, insegura e imatura. Mantém relações amorosas sempre numa tentativa de encontrar um contingente afetivo que a

ampare, que a suporte, que a dirija. Seu crime foi expressão clara desse tipo de relação que constrói, pois entrega-se de maneira cabal ao indivíduo com quem se encontra. Essa situação de envolvimento e carência, associado a um baixo nível intelectual, fica-lhe difícil discernir episódios que possam por em risco a “pseudo” segurança conquistada. Assim prefere negar circunstâncias a acreditar naquilo que lhe é conveniente.

Tal parecer nos coloca numa posição de reflexão acerca dos discursos ditos psicológicos e sua tentativa de estabelecimento da relação de causa e efeito. E nesta tentativa selam os sujeitos em sua própria subjetividade a partir de um discurso dito científico falsamente respaldado por uma suposta verdade transcendental a serviço do massacre das singulares e da sobrevivência de uma ordem fraudada a partir da negação das diferenças. É a diferença que desequilibra um certo regime discursivo. O que foge ao pré-estabelecido como normal é jogado ao fogo, para queimar no caldeirão das anomalias sociais.

Além de patologizar e estabelecer um veredicto, ou seja, uma verdade para a informante, o psicólogo que elaborou o parecer coloca o delito associado à carência feminina, tendo como eixo a passividade e a fragilidade da mesma. Com isto, acaba por reproduzir o lugar de submissão estabelecido, há décadas e décadas, para as mulheres.

A relação mulher, crime e natureza foi citado por Lambroso (*apud* 2002). Este teórico nega a associação mulher e crime, associando a prostituição enquanto o único crime feminino:

Se pudéssemos provar que a mulher é intelectual e fisicamente um homem parado em seu desenvolvimento, o fato mesmo é que ela é mais piedosa e menos criminal que ele compensa vantajosamente esta inferioridade(...). Se os casos de prostituição aparecessem na estatística criminal, desapareceria a diferença da criminalidade dos dois sexos e até se deveria notar o predomínio numérico das mulheres. (LAMBROSO, 1896, p. 121)

Outros teóricos como Lemos de Britto e Nelson Hungria também pensaram nas possíveis especificidades da criminalidade feminina, estes, tais como Lambroso relacionavam a mulher a sua natureza biologizante.

Todos os fragmentos remetidos a um registro de gênero, no discurso jurídico o fazem utilizando algumas referências ditas científicas, ainda que estas tenham caído no senso comum. Estas referências estão, ao meu ver, atreladas a seguinte pergunta: mulher: natureza ou cultura?

O diálogo acerca desta pergunta se faz a partir do estudo sobre como e em quais condições a mulher passou a ser objeto de conhecimento. E assim o sendo, analisar a montagem de uma mulher constituída a partir de um discurso científico atravessado por outros tantos discursos de ordem política, social e econômica.

A construção de saberes sobre o corpo são sempre datados historicamente. Assim cabe

... determinar sob quais condições alguma coisa pode se tornar um objeto para um possível conhecimento, como isto tem sido problematizado como um objeto para conhecer, para quais métodos de análise foi susceptível e quais aspectos desta alguma coisa foi considerado pertinente. (FOUCAULT, 1984 a, p. 112)

Torna-se relevante, portanto, o entendimento de como o corpo feminino se constituiu como objeto de um dado saber, uma vez que este saber é que vai legitimar um certo conjunto de verdades acerca da mulher. Uma vez que a mulher está no âmbito da natureza esta se faz presente em sua genética, sua fisiologia, ou em outras palavras, em sua natureza.

Como ponto de partida nos utilizaremos das relações de poder que constroem diferentes estratégias de dominação dos sujeitos. Tais estratégias acoplam processos e técnicas que modelam e dirigem os indivíduos, ou melhor, normatizam e inscrevem os sujeitos dentro de uma certa estratégia global.

Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. É a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico. (FOUCAULT, 1979, p. 149)

3.5. Mulher no Brasil

A indústria têxtil deu início a industrialização no Brasil, na segunda metade do século XIX e contou, inicialmente, com o trabalho feminino para seu crescimento. O crescimento formal da indústria têxtil substituiu as mulheres pelos homens. Muitos eram os empecilhos para a participação das mulheres no mundo dos negócios, independente da classe social ao qual eram pertencentes

Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido – pelos homens- como “naturalmente” masculina. (RAGO, 2001, p. 81)

Os obstáculos começavam no interior da família no qual casar e ter filhos confrontava-se com as aspirações de ter sucesso profissional. Ocorreu uma “expulsão”, não-explicita, das mulheres das fábricas de tecidos. Uma vez que em 1872 ocupavam 76% da força de trabalho nas indústrias têxteis e em 1950 passaram a ocupar apenas 23%.

A partir da Primeira Guerra Mundial intensificou, no Brasil, o processo de industrialização. No entanto, a crescente população operária não contemplou o contingente feminino. Em especial, as negras, como já fora dito, ficaram à margem das poucas possibilidades de entrada no mercado formal das fábricas.

O conceito que atravessava a imagem da mulher negra era inspirado nas teorias eugenistas que se formulavam na Europa e nos Estados Unidos. Surgia, neste momento, a preocupação com o perfil do “novo trabalhador brasileiro”:

... dedicavam muitas horas discutindo o “embranquecimento e o fortalecimento da raça”. Muitos esforços foram feitos para que os imigrantes viessem predominantemente dos países europeus, e “não da Ásia, nem da África”, conforme afirmavam os defensores dessa tese. (RAGO, 2001, p. 83)

A rotina de trabalho nas fábricas têxteis, no início do século XX, era composta de 10 a 14 horas de trabalho diário. Neste cotidiano, ao contingente feminino era reservado as tarefas menos especializadas e mal remuneradas. Aos homens cabia os cargos de direção e de concepção, tais como os de mestre, contramestre e assistente. Havia várias denúncias contra fábricas de tecidos:

Sem uma legislação trabalhista que pudesse proteger o trabalho feminino, as reclamações das operárias contra as péssimas condições de trabalho, contra a falta de higiene nas fábricas, contra o controle disciplinar e contra o assédio sexual encontram espaço na imprensa operária. (RAGO, 2001, p. 84)

Contudo toda e qualquer reivindicação feminina, desde o século o início do século XX, era alvo de descrédito e motivo de caricaturas. Lembramos que havia um empenho em satirizar as mulheres que fugiam do seu dito destino: cuidar da casa e dos filhos. A fábrica era vista como lugar pernicioso, lugar que afastava a mulher do lar e, conseqüentemente, dos seus hábitos ditos femininos. Era explícita a idéia de que lugar de mulher era em casa. Ainda mais claro ficava a relação entre mulher e espaço privado.

O que salta aos olhos é a associação freqüente entre mulher no trabalho e a questão da moralidade social. No discurso de diversos setores sociais, destaca-se a ameaça à honra feminina representada pelo mundo do trabalho. (RAGO, 2001, p. 85)

O trabalho feminino colocava a ordem social ameaçada. Uma vez que a partir do discurso higienista, conferia às mulheres a responsabilidade pela criação e manutenção da principal instituição ocidental, até então: a família burguesa.

Muitos acreditavam, ao lado dos teóricos e economistas ingleses e franceses, que o trabalho da mulher fora de casa destruiria a família, tornaria os laços familiares mais frouxos e debilitaria a raça, pois as crianças cresciam mais soltas, sem constante vigilância das mães. As mulheres deixariam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas, se trabalhassem fora do lar, além do que um bom número delas deixaria de se interessar pelo casamento e pela maternidade. (RAGO, 2001, p. 85)

No começo do século XX, diante da urbanização das cidades e da industrialização crescentes, novas perspectivas se abriram diante das mulheres. Perspectivas de um novo estar no mundo, longe da clausura do lar e do estereótipo de feminilidade. Surgia, em consequência, uma indagação social. Seduzidas pelas facilidades do mundo moderno, pelo discurso radical do feminismo e do anarquismo, surgia a questão: as mulheres deixariam de serem mulheres?

Mulher que reivindicava, que se negava a reproduzir papéis seculares, impostos e que queria algo para sua vida diferente do que o imposto socialmente tinha contra a si a produção de um imaginário que a associava a algo irônico, dentro do âmbito do excludente.

Segundo Rachel Sohiet (2004), a imprensa, desde o século XIX, utilizou o recurso da ironia para esvaziar a luta feminista por seus direitos trabalhistas, políticos e sociais. Aproximou-as a um “não-ser mulher”, numa equação perversa: militante feminista = infeliz = não amada. E, portanto, à margem da ordem vigente que tinha na família e no casamento seu principal alicerce.

O recurso da ironia e da comédia foi um poderoso instrumento para desmoralizar a luta feminina e reforçar o mito da inferioridade e passividade da mulher. (SOHIET, 2004, p. 15)

Muitos eram os artigos, no início do século XX, que satirizavam e estereotipavam a emancipação da mulher. O movimento de ridicularizar a luta feminina por igualdade de direitos ultrapassou a “galhofa” da imprensa e foram incorporadas por criminalistas e médicos da época que remetiam os problemas ocorridos com filhos e maridos à conduta feminina frente ao trabalho fora do lar e aos conhecimentos adquiridos.

Para grande parte dos estudiosos em comportamento, da virada do século XIX para o século XX, a intelectual emancipada era mau exemplo para as outras mulheres, pois faria com que acreditassem que poderiam sobreviver sem o auxílio do marido. Ao se recusarem a restringir seu universo à maternidade e ao lar, desprezando suas funções naturais, essas mulheres de comportamento diferenciado seriam a fonte de todos os flagelos sociais (SOHIET, 2004, p. 15)

As idéias contrárias ao feminismo também atingiam as camadas populares. Utilizava-se de caricaturas para remeter a mulher feminista a mulheres feias, pesarosas e de rostos endurecidos.

A ciência, o discurso psicológico e psiquiátrico do século XIX utilizado por Lambroso servia como fundamento para combater a capacidade de reflexão das mulheres. Segundo Lambroso (SOHIET, 2004), mulheres dotadas de grande capacidade intelectual estariam propensas a crimes e outras anomalias.

Seriam incapazes da abnegação, paciência e altruísmo que caracterizam a maternidade, função primordial que comandaria toda organização biológica e psicológica da mulher. (SOHIET, 2004, p. 17)

Além de tentar persuadir a não-adesão das mulheres aos movimentos feministas através dos efeitos negativos às famílias, também utilizavam, como já dissemos, o feminismo como algo similar ao feio e ao não-feminino.

Esta maneira “debochada” de apresentar as mulheres empenhadas na luta por seus direitos se confrontou com a seriedade das inúmeras reivindicações que minimizariam a diferença social e econômica que separava homens de mulheres. Em especial as mulheres das classes subalternas.

A consequência desta maciça produção da rejeição da luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres foi a rejeição que muitas mulheres tiveram com relação às lutas feministas, adotando um discurso conservador. Discurso este, sempre presente nos diversos meios de comunicação, que acusava as reivindicações femininas de serem incompatíveis com

... o ideal vigente de beleza, meiguice, paciência e resignação(...) identificava as mulheres engajadas como viragos, pesadas como elefante, perigosas e inclinadas a cometer atos criminosos. (SOHIET, 2004, p. 20)

No século XX, nos anos 20, no Brasil, os pais já deixam suas filhas trabalharem fora do lar, mas em profissões consideradas femininas, cuja característica básica era o “cuidar”. Tratava-se de um réplica de suas atividades

em casa, lugares em que o “outro” estava em foco, reafirmando, em última instância a vocação para a maternidade e o cuidado com a prole.

As trabalhadoras pobres, no entanto, continuavam a ocupar serviços tais como: operárias, costureiras, floristas, garçonetes. Contudo, o seu trânsito pelas ruas era visto em outros termos. As trabalhadoras pobres eram vistas como irracionais. Mulheres oriundas das senzalas, já libertas, não consistiam em preocupação social. Sua incapacidade intelectual já as colocava numa “natural” degeneração moral.

Desde a famosa “costureirinha”, a operária, a doceira, a empregada doméstica até a florista e a artista, as várias profissões femininas eram estigmatizadas e associadas a imagens de perda moral, de degradação e de prostituição. (RAGO, 2001, p.589)

No início do século XX, o médico português Ferraz de Macedo realizou uma pesquisa sobre a prostituição na cidade do Rio de Janeiro. Segundo sua pesquisa, havia profissões que eram favorecedoras para a atividade da prostituição. São elas: floristas, modistas, costureiras, vendedoras de charutos, figurantes de teatros, etc. Continua, afirmando a partir de sua pesquisa:

Eram as viúvas, casadas, divorciadas ou solteiras que, em sua classificação, apresentavam atributos comuns, como o tipo de habitação ou os costumes, as horas de trânsito, o modo de se renderem, o modo de expressão (voz, estilo, termos, gestos, etc...). (RAGO, 2001, p. 590).

Cautelosas e oriundas de classes favorecidas, as feministas não atingiam as operárias. Nos anos 30, periódicos feministas falavam de sua preocupação com a classe operária feminina. No entanto, segundo Margareth Rago (2001) estas eram personagens vitimizadas pela baixa renda, pelo grande número de filhos e o pior, presas as suas ditas “impossibilidades intelectuais e biológicas”.

... eram consideradas até mesmo pelas feministas como incapazes de produzir alguma forma de manifestação cultural. (RAGO, 2001, p. 589).

Tal concepção adentrava a vida das mulheres pobres. Era necessário, em meados dos anos 20, criar hábitos “civilizados” que convergissem a nova situação econômica e social, na qual o trabalho, outrora compulsório, transformara-se em trabalho livre. Fazia-se necessário adequar homens e mulheres das classes subalternas às novas condições de trabalho. Diante disto era necessário:

... rígida disciplinarização do espaço e do tempo do trabalho, estendendo-se às demais esferas da vida. (SOHIET, 2001, p. 362)

Objetivando a disciplinarização do comportamento das classes populares houve um movimento de coerção violento das classes populares sobre a população pobre. A imagem das mulheres, enquanto mantenedoras da família, exigia dessas características que, muitas vezes, não contemplavam as mulheres das classes subalternas.

As imposições da nova ordem tinham o respaldo da ciência, o paradigma do momento. A medicina social assegurava como características femininas, por razões biológicas: a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal. (SOHIET, 2004, p. 363)

A imagem de mulher resguardada pelo lar não contemplava as mulheres pobres. Estas muitas vezes sozinhas e mantenedoras do próprio lar: autônomas ou precariamente assalariadas. Suas moradias eram espaços de tensões permanentes, já que nos cortiços e nas outras condições de residência não havia privacidade, obrigando-as a conviver *com pessoas com as quais não experimentavam qualquer tipo de identificação*. (SOHIET, 1989, p. 148)

As precárias condições de existência, a total falta de privacidade, as tensões e conflitos que muitas vezes chegavam ao âmbito da violência física tornavam a moradia e os espaços freqüentados pelas mulheres pobres alvo de constante vigilância policial.

Nenhum respeito era devido a inviolabilidade de suas moradias, estalagens, casas de cômodos, etc., a qualquer momento invadidas por “representantes da lei”. (SOHIET, 1989, p. 160)

Estes acontecimentos junto as idéias reinantes de Cesare Lambroso (médico italiano que influenciou a criminologia) colocavam as mulheres pobres na âmbito de uma categoria perigosa, em função de seus comportamentos incompatíveis com as características atribuídas as mulheres

Aquelas dotadas de erotismo intenso e forte inteligência, seriam despidas do sentimento de maternidade, característica inata da mulher normal, e consideradas extremamente perigosas. Constituem-se nas criminosas natas, nas prostitutas e nas loucas que deveriam ser afastadas do convívio social. (SOHIET, 2001, p. 363)

Apesar de algumas mulheres pobres estarem à margem do esquema de organização social burguês, na virada do século, elas conseguiram bastante

autonomia. Vendiam seus serviços lavando roupa, engomando, cozinhando, fazendo e vendendo doces e salgados, bordando, prostituindo-se.

Explica-se, assim, a significação que emprestavam ao trabalho. Em São Paulo, por exemplo, em meio à tradicional ausência masculina, as mulheres pobres lutavam pela sobrevivência submetendo-se a atividades mal vistas pelos poderosos, como artesanato caseiro e o comércio ambulante que na concepção daqueles só sujavam e enfeivavam a cidade. (SOHIET, 2001, p. 380)

Segundo Sohiet (2001) era claro a liderança que estas mulheres pobres e trabalhadores exerciam em seu grupo familiar. Criavam linhas de fuga e apesar das influências e estereótipos que regiam aquele momento histórico, eram elas as grandes matriarcas, já que os pais, por questões financeiras, estavam longe de possuir o *status* de patriarca.

3.6. Mulher, Trabalho e Tráfico de Drogas

Fazendo um salto histórico para os dias atuais amparados pelo tema mulher e trabalho, assistimos uma liderança feminina que aparece nas diversas classes sociais nas quais a presença feminina no mundo do trabalho se faz presente. Alguns autores acreditavam que a inclusão da mulher no contexto do espaço público (trabalho) podia significar um mal para o dito “sexo frágil”. Todavia, o tema mulher e trabalho, enquanto questão a ser discutida, só ganhou destaque quando entra em cena a mulher das classes não-populares (BARROSO, 2001).

Se as mulheres pobres sempre participaram da produção, muito pouco se discutia sobre a especificidade de tais condições de trabalho. Foi com a delimitação do conceito de gênero que mudanças significativas aconteceram no campo das ciências sociais, possibilitando questionar a invisibilidade da mulher no trabalho (BARROSO, 2001, p. 35)

O conceito de gênero e suas implicações no mundo do trabalho expressam as nuances sociais e suas variações históricas na qual homens e mulheres estão inseridos⁸. Dentro do sistema penitenciário feminino podemos vislumbrar a relação mulher e trabalho quando o delito é tráfico de drogas. Já que a relação com o tráfico se dá, em sua maioria, pelo retorno financeiro que esse oferece.

⁸ Maiores informações sobre o tema mulher e trabalho ver: BARROSO, N. “Muito Barulho por Nada? - Um estudo sobre as formas de inserção da mulher contemporânea no trabalho”. Puc-Rio, 2001.

A pesquisa no sistema carcerário feminino no Estado do Rio de Janeiro começou em 2002. Naquela época o grande vilão das estatísticas das apenadas era o tráfico. Em 2005 ainda é o tráfico o responsável por mais de 70%⁹ das penas conferidas a mulheres em regime fechado no Estado do Rio de Janeiro. Todavia há uma alteração na relação da mulher com o tráfico. Em 2002, a mulher se envolvia com o tráfico a partir da venda no varejo (avião), no empacotamento ou transporte (mulas). Estas funções não conferiam nenhum destaque da mulher no processo do tráfico de drogas. A mulher ocupava um lugar de subalternidade. Hoje, em 2005, posso perceber uma mudança: existem algumas mulheres no tráfico que são fundamentais para o mesmo. Há um número significativo de mulheres no tráfico que são as responsáveis pela contabilidade. Uma vez que os “chefes” não sabem escrever (alguns só lêem, segundo informação de algumas “contadoras”). E se sabem ler e escrever o fazem com grande dificuldade, dificuldade esta que os impede, por questões práticas ou psicológicas, de estabelecer relação com contas bancárias, caixas eletrônicos ou qualquer outra relação com o sistema bancário e afins.

- O “X” tem medo de entrar no caixa eletrônico.

Tem medo de ser preso?(eu pergunto)

Não, não é isso! Tem medo mesmo da máquina. Acha que é coisa de “granfino”. Um dia ele entrou comigo, aí a máquina falou “Boa Noite!”, ele quase se cagou de medo. Ele é burro que nem um porco. Não sei porque todo mundo tem medo dele, não sei o porquê deste escarcel todo. Se tiram a arma dele, ele é um cagão. (Elaine - interna do Talavera Bruce)

Elaine é jovem, cursou o 2º grau numa escola Estadual da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Recém-chegada na cadeia ainda está se ambientando e por não me conhecer bem, ainda tenta dissimular algumas conversas para não ser julgada por mim.

- Quando eu fui presa eu estava fazendo comida pros meus filhos.

Mas o que você estava fazendo antes de fazer comida? (eu pergunto)

(Eu estava conversando com elas informalmente enquanto confeccionávamos trabalhos manuais. Minha presença no atelier da cadeia era muito comum, assim como era comum meu trânsito e contato com as presas do Talavera Bruce.)

Quando falei isso a risada foi geral. Haviam, aproximadamente, 30 presas no atelier.

⁹ Esta porcentagem foi feita a partir da consulta aos arquivos do presídio Nelson Hungria e Talavera Bruce.

- Fazia a contabilidade do tráfico (disse Elaine).

Outra presa interpelou:

- Roubava um pouco, porque traficante é burro (rindo)
 - É, pegava pra mim uma parte. A outra era minha também. O resto pagava os vapores, os gerentes e ainda sobrava muito pro “cara”.

Elaine só foi se soltando quando percebeu meu contato com as outras presas. Eu havia ficado três meses sem visitar a cadeia. E três meses no sistema carcerário é uma eternidade: muita coisa acontece, algumas vão embora em regime aberto ou semi-aberto, outras tantas entram em regime de reclusão fechado. Havia ali muitas presas recém-chegadas, todas consideradas muito perigosas. Mas eu não sabia disso. Entrara na cadeia muito saudosa de algumas presas, afinal três meses já haviam transcorrido. Fui direto para o atelier encontrar “Maria Bonita”, a presa mais antiga do sistema, idealizadora e coordenadora do atelier. Fui recebida com muito carinho e com brincadeiras de sempre:

- Ela apareceu! Tava sumida!(fala Maria Bonita)
 - Ah...não quero papo com vocês não...Só quero gente perigosa...Chega de assaltinho de banco, seqüestro...eu quero é perigo!Cadê uma perigosa, Maria Bonita?(falo brincando enquanto me oferecem bolo)
 - Aqui ninguém é perigosa. Come o bolo que a gente fez lá na padaria¹⁰.O sistema quebra todo mundo. (Comenta “Maria Bonita”)
 - Cadê a “Bela”?(pergunta)
 - Ela foi embora ontem. Fizemos este bolo pra ela. (Falou “Carla”)

Vou me acomodando no atelier, pego algo para bordar. Havia muito material ali e coisas bonitas (lantejolas, tecidos modernos e alegres) sendo feitas pelas presas.

- Isso aqui tá diferente... Quanta coisa bonita! (falo)
 - Foi a perigosa aí do seu lado que trouxe. (falou outra presa antiga)

Me reporto para a pessoa indicada e a cumprimento.Pensei que ela fosse uma instrutora. Falo brincando:

- É você a perigosa?
 - Sim, sou. Noventa e três anos tá bom pra você? (disse a mulher indicada)
 - O quê? Você pegou noventa e três anos, figura? O que você fez? (falo ainda assustada)

¹⁰ O Presídio Feminino Talavera Bruce possui atelier, padaria, oficina de jornal, dentre outras atividades oferecidas dentro do sistema carcerário.

- Ah, dois latrocínios, três assaltos, um assassinato, omissão de cadáver, formação de quadrilha e mais tanta coisa que nem lembro.

Todas riem.

- Putz! (falo, recuperando-me do susto)

Não escondo minha surpresa com a “Perigosa”, até porque ela é uma mulher atípica dentro do presídio: branca, roupas caras, muitas jóias, perfume e aparência de colonizadora, ao contrário das demais presas. Utilizei toda a minha transparência para falar com a “Perigosa” (a transparência foi meu escudo na maior parte das vezes no presídio). A “Perigosa” exibia uma tatuagem enorme nas costas. Tratava-se da imagem de seus filhos. A dita “Perigosa” preocupava-se com o destino de seus filhos. A “Perigosa” era a “Luana” (pseudônimo escolhido por ela). E Luana foi muito agradável comigo. Fazia questão de falar de quem era filha (bicheiros e traficantes) assim como apresentar as novas presas do presídio.

- Esta aqui é a namorada do “Fulano” (preso “muito” famoso).

- Aquela ali, é o “braço” do “Ciclano” (traficante “ultra” famoso)

O relato de Luana, assim como a apresentação que ela fazia estava remetida a uma suposta importância das mulheres recém-chegadas. Tal atitude se contrasta com o comportamento de “Maria Bonita” que já está no término de sua pena e sairá em liberdade em dezembro de 2005 (portanto, daqui há 2 meses). “Maria Bonita” é a “dona” da cadeia. A entrada de Luana a apagou, como se de uma maneira silenciosa ela tivesse acabado de passar o título para Luana. “Maria Bonita” se prepara para sair. Sobre “Maria Bonita” falarei no próximo capítulo. Por hora, este relato pretende pontuar a especificidade de alguns relatos ali feitos que envolvem o tema aqui desenvolvido. A cadeia é pulsante. São muitos acontecimentos, descreve-los linearmente se torna impossível.

As apresentações estavam sendo realizadas por Luana, eu estava conhecendo cada uma das novas presas. Não através de relatórios e/ou processos, mas pelos seus sorrisos, suas falas, suas identificações mais próximas. Era a fala de Luana que era representativa para aquele grupo de mulheres que acabara de entrar na cadeia. E em todas as falas havia uma tentativa de dissociação do delito do espaço público e uma aproximação ao âmbito do privado, “a cozinha da casa”, por exemplo, citada pela contadora do tráfico. As presas, em quase sua totalidade,

não se utilizam da relação tráfico e trabalho como justificativa para seu delito. Num primeiro momento falam de sua infância, da relação familiar, dos filhos e do desamparo afetivo. Não articulam, entretanto, o delito a ausência de dinheiro (são todas moradoras de favelas e oriundas de famílias muito pobres). Justificam seus delitos por questões afetivas (ausência de pai, mãe, família) não apresentando uma relação direta entre falta de dinheiro e delito. Aos meus ouvidos, ficou evidente a miserabilidade em que viviam e a ausência do Estado em questões básicas: moradia, saúde, educação. Mesmo diante de situações de extrema pobreza, as mulheres, **na intimidade**, não justificam desta maneira os seus delitos. Ainda que tenham se envolvido com o tráfico para pagar o aluguel do barraco, comprar comida ou comprar remédio de seus filhos, ainda assim isso não torna, aos seus olhos, um bom motivo. Não relacionam a falta de trabalho ao tráfico.

Meu filho tava com bronquite com aquela aguaceira toda dentro de casa – cheio de goteira. Deixei o moleque na vizinha e fui falar com o “ZÉ”. Pequei mil reais adiantado com ele e fui fazer o depósito do “movimento”. Depois, fui na boca cheirei a metade do dinheiro. Cheirada eu desci o morro e fui levar o moleque no Miguel Couto. (...) Dinheiro de faxina não dá pra pagar os remédios não! (Jéssica-19 anos - Interna no Talavera Bruce)

Jéssica, assim como as outras riem das próprias atitudes ilícitas. Mas não percebem que tais atos tem como base a má remuneração dos trabalhos subalternos a que estão condenadas. Os discursos não-oficiais das presas não apresentam nenhuma justificativa material para o envolvimento com o tráfico. Em última instância falam que poderiam não ter se envolvido com o tráfico. Atribuem o seu envolvimento a “Cabeça Fraca”. Reafirmam o que chamo de “culpa risonha”.

O que seria uma “culpa risonha”? Culpa risonha é aquela que não chora pelo delito, não há um arrependimento, mas também não há perdão. Não constroem nenhuma justificativa objetiva para a realização do delito. Ainda que estejam passando fome, sem moradia ou remédios para seus filhos. Este estado de miserabilidade já é tão recorrente que se “naturaliza” na vida delas. A miséria naturalizada se constitui em algo normal, tentar ultrapassar ao dito “normal” é ter “Cabeça Fraca”. A naturalização da miséria é tão recorrente que as presas acham que o correto é passar fome e não cometer nenhum ato ilícito. Não colocam em questão suas misérias materiais como justificativa para entrada no crime. Ao contrário disso, justificam seus delitos por questões familiares e parentais, sempre

de cunho privado. Como por exemplo: “entrei no crime porque minha mãe me abandonou quando eu tinha 3 anos de idade”; “meu pai me batia muito quando eu era pequena”; “eu me perdi com 9 anos de idade, daí parti para o crime”, etc. As presas internalizam uma passividade e não se enxergam como vítimas da sociedade e sim como vítimas da família.

E esta concepção atravessa as agentes penitenciárias. Em uma das minhas visitas ao Talavera Bruce, encontrei uma mulher grávida na sala da assistência social. Ela estava presa há cinco meses e estava sendo preparada para a saída, já que havia cumprido sua pena. Luciana (nome fictício dado pela mesma) havia sido presa da primeira vez por ter roubado um quilo de açúcar. Da segunda vez, já com antecedentes criminais, foi condenada por ter roubado um cd do “Zezé de Camargo e Luciano” num grande supermercado em Caxias (Baixada Fluminense).

Da primeira vez a gente rouba por necessidade, depois o olho vai crescendo.
(Luciana - Interna do Talavera Bruce)

A agente que estava sentada na mesa expedindo os documentos para a soltura da Luciana, entra na conversa:

É ... mas ela precisa é arrumar um tanque de roupa para lavar. (agente penitenciária do Talavera Bruce)

Em nenhum momento a temática da falta de dinheiro entra em questão. Mesmo quando sabemos, através de Luciana, que a mesma morava numa favela em Duque de Caxias e que ganhava mensalmente quarenta reais (renda total mensal) para lavar a roupa da vizinhança, antes de ser presa.

Como já fora dito, pouco a pouco, algumas mulheres ocupam, cada vez mais, lugares importantes no contexto do tráfico, já que são as mulheres que fazem a contabilidade do tráfico e acabam por movimentar todo o dinheiro: pagam os fornecedores das armas e das drogas, assim como todo o pessoal envolvido. Acabam por ter uma visão panorâmica do processo de tráfico. Entretanto, o tráfico de drogas é algo eminentemente masculino.

Elaine (presa já citada) é o “braço” de um temido traficante. Elaine é dócil, sempre risonha e prestativa. Elaine tem dois filhos que estão fora do país por medida de segurança estabelecida pela mesma. Numa das nossas conversas pude ficar a sós com a mesma. Entre enormes tesouras e outros objetos cortantes, confeccionávamos juntas, no atelier do Talavera Bruce, um grande tapete branco

de retalhos. Entre risadas e conversas descomprometidas, entramos numa conversa mais séria cujo teor era companheirismo e a finitude da vida. O grau de intimidade foi tanto que pude perguntar a Elaine coisas que jamais perguntaria numa circunstância formal. Ali, naquele momento, ela era somente uma mulher de 27 anos morrendo de saudades de seus dois filhos. Uma mulher como qualquer uma das possíveis leitoras.

- Sei que não vou durar muito não. Meus meninos vão ficar bem porque to deixando dinheiro com minha mãe pra cuidar deles.
- Elaine, por que você não sai dessa vida? Eles não deixam?(eu pergunto)
- Agora não dá não. Eu devia ter ficado fazendo faxina pra madame, preferia, Neilza. Mas fui cabeça fraca. Queria dar luxo pros meninos, comprar tijolo pra minha mãe. Agora não dá mais. E meus filhos? Se eu saio, eles ficam como? Vão virar trombadinha? Não, isso não. Eu morro mas quero que meus meninos virem gente. Não peço nada pra eles, só quero que eles tenham diploma.

Terminamos, a quatro mãos, o tapete branco de retalhos. Saí do Talavera Bruce e fui para minha casa: precisava escrever a tese. Elaine seguiu para sua cela: precisava manter o “movimento” de pé!

3.7. Mulher-Mãe

Um dos fatores que teceu tal rede a relação mulher-mãe foi a emergência de uma visão idealizada de família. A família como valor teve início no século XV, contudo só no século XVIII estendeu-se a todas as camadas sociais. O sentimento de família, como entendemos hoje, não existia na Idade Média e nem no início dos tempos modernos:

... o movimento da vida coletiva arrastava numa torrente as idades e as condições sociais, sem deixar a ninguém o tempo da solidão e da intimidade. Nessas existências densas e coletivas, não havia lugar para um setor privado. A família cumpria uma função – assegurava a transmissão da vida, dos bens e dos nomes – mas não penetrava muito longe na sensibilidade (...). A densidade social não deixava lugar para a família. Não que a família não existisse como realidade vivida: seria paradoxal contestá-la. Mas ela não existia como sentimento ou como valor. (ARIÉS, 1978, p. 275)

A família como valor traz em seu bojo o sentimento da infância e, em consequência, um olhar particular sobre o infantil. Este olhar particular pressupõe um aumento no tempo da formação das crianças. Crianças estas que, neste momento, assumem o lugar central na família. Os sentimentos de infância junto

aos cuidados destinados ao infante diminuía a mortalidade e se convertia em força de trabalho. Assim, em última instância, a criança passou a ter um valor potencial de “riqueza econômica”.

Nesta relação família e cuidado com a infância, atrelado a fatores sociais e econômicos, a mulher assume um lugar importante no qual cria-se e relaciona-se sentimento materno à natureza feminina.

A nova ênfase na criança bem criada e educada exige uma nova relação entre pais e a criança: a criação dos filhos nestes novos termos e o prolongamento do período de socialização da criança junto à família terminaram por implicar também em ter menos filhos para poder criá-los melhor. Por outro lado filhos bem criados exigem boas mães. (CINTRA, 1998, p. 54)

A família transformou-se na base da sociedade e a mãe tornou-se o centro desta nova instituição. E se a responsabilidade pelas crianças dependia da mãe, a quantidade e a qualidade também.

No final do século XVIII, a partir da reorganização da família burguesa, um muro começa a ser erguido entre a família e a sociedade, era o espaço privado sendo construído. A santificação e glorificação da maternidade serviu não só ao confinamento da mulher na esfera do lar, mas às ideologias pró-natalistas como as de Rousseau¹¹. Todavia também serviu as controlistas de Malthus. Estas duas correntes subordinavam a sexualidade da mulher à maternidade.

Em síntese diríamos que, por um lado, o aumento da dependência da criança à mãe tem como consequência um igual aumento de sua responsabilidade, o que estimula o interesse em limitar filhos. Por outro lado, a ênfase na limitação dos filhos está vinculada à uma expansão dos deveres maternos. Assim, esses dois termos de um mesmo processo se reforçam, tendo como básico a subordinação da sexualidade à maternidade. (CINTRA, 1998, p. 34)

É importante salientar que a maternidade como um papel de mulher no lar, ainda que circunscrito ao âmbito do espaço privado, tem uma importante dimensão política e econômica uma vez que participa da montagem de um painel de divisão sexual que contribui para o crescimento do capitalismo, até então emergente.

Tais afirmações nos são úteis como chave de entendimento na construção de uma subjetividade cujo lugar da mulher é no espaço privado e seu lugar social é afirmado a partir da maternidade.

¹¹ Maiores informações sobre este tema ver: CINTRA, 1998.

Assistimos, ao longo dos anos, a construção maciça da relação da mulher-mãe. E na cadeia estas mulheres permanecem afirmando este lugar. É na maternidade que as reclusas fogem da institucionalização e marcam uma possibilidade de construção de algo novo. A construção de um projeto futuro, nas 154 entrevistas oficiais e nos espaços não-oficiais, estão sempre remetidos aos filhos. Até porque estes ficam desamparados e muitas vezes são destinados a abrigos do Estado.

Em pesquisa junto ao Juizado da Infância e Adolescência do Rio de Janeiro pude acompanhar o caso de duas crianças, ambos filhos de uma mesma presa. Um menino de 12 anos e outro de 2 anos. O segundo foi concebido em uma das visitas íntimas que a mãe obteve dentro do sistema penitenciário. O menino de 12 anos, com a prisão da mãe, ficou absolutamente desamparado sendo remetido a um abrigo de menores em São Gonçalo (município do Grande Rio). Segundo o relato da psicóloga responsável pelo caso, o menino apresenta um sofrimento psíquico intenso e uma vez que o ambiente do abrigo não é favorável. Após 4 anos, o quadro do menino não obteve nenhum progresso. Tive possibilidade de conversar com o mesmo, mas ante ao quadro tão pesaroso, não tive coragem de adentrar no assunto com o menino. Segundo o relato da psicóloga, o menino só apresenta melhoras quando recebe ligação telefônica da mãe que está presa.

O menino de 2 anos está num outro abrigo de menores do Estado do Rio de Janeiro. Em conversa com a psicóloga, a mesma me disse que a equipe de assistência social está tentando colocar os dois irmãos num mesmo abrigo para assim, minimizar a dor de ambos.

Este caso é o retrato de tantos outros. Os abrigos para menores são deploráveis. Estes casos só aparecem em números, nos quadros estatísticos. Para além de números, há sofrimento e um sofrimento intenso. Na prisão de mulheres há uma especificidade: os filhos. A mulher, na sociedade ocidental, ganhou lugar social a partir do valor que foi dado a maternidade. Desconsiderar isso é destituir estas mulheres dos processos de subjetivação que compuseram a mulher do ocidente: presa ou não.

Partimos do pressuposto de Guattari para entender subjetividade como algo produzido nas instâncias sociais e que vão determinar maneiras de viver e estar no mundo. Assim compreendida, a subjetividade não é algo individual e interior ao indivíduo e sim *uma multiplicidade de agenciamentos da subjetivação: a*

subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro social. GUATTARI e ROLNIK (1992, p. 33). Nesta produção de subjetividade o conceito de agenciamento nos é relevante, já que é ele que põe em movimento os enunciados, dando-lhes sentido.

Com isto, o “estar no mundo” da mulher no ocidente é cartografado através da elaboração de um enunciado que, ainda que singular, é fruto da articulação de vários agenciamentos no qual estão imbricados os fatores históricos e sociais que montam verdades tais como auto-percepção corporal, concepções de sexualidade e maternidade, visão de mundo e outros tantos conjuntos de crenças que constituem o repertório existencial da mulher em questão.

O enunciado coloca em pauta um universo rico de significados, põe em evidência a pluralidade das palavras. E palavra, segundo Bakhtin (1999) apresenta-se em sua forma elástica. Ela ganha significação e importância a partir do fenômeno ideológico que o compõe. Nesta composição, os afetos são partilhados. A partir desta partilha elaboramos: *subjetividade em estado nascente que não cessamos de encontrar no sonho, no delírio, na exaltação criadora, no sentido amoroso.* (GUATTARI E ROLNIK, 1992, p. 78)

A subjetividade assim pensada não está circunscrita a agentes individuais, ou seja, não está relacionada ao funcionamento de instâncias intrapsíquicas e egóicas. Ao contrário, remete-se a máquinas de expressão cuja natureza é extra-pessoal e extra-individual.

3.8. Com Mulher é Pior?

A escolha do tema carcerário e sua relação com o feminino suscitou várias curiosidades de psicólogos e pesquisadores. A pergunta implícita sempre era: é verdade que com mulher é pior? Esta pergunta está imersa na afirmação que uma mulher presa é mais “perigosa” que um homem preso. Ou, no fato de ser mais difícil se relacionar com uma mulher presa já que a “natureza” feminina é astuta como Eva no paraíso do Éden.

Uma vez que a construção do feminino está ancorado numa perspectiva de mulher-mãe, tudo que foge deste enfoque é visto com algo “não-natural”. Mas como ser “não-natural” se também as presas foram construídas sob a égide da

maternidade? Se também no presídio é o tema do “amor” que pauta as relações? Se é o “mito do eterno feminino” que transita nas galerias do presídio feminino?

O mito do eterno feminino¹² diz respeito ao único destino natural da mulher: a maternidade. Assim, ela até pode se ausentar do lar, trabalhando fora, mas o cerne de sua existência está na maternidade. E o mito do eterno feminino fica claro quando em todas as 154 entrevistas o tema que se repete e que participa da elaboração de projetos futuros são os filhos.

O tema do “amor” está presente no presídio quando as relações de afeto são amplamente buscadas, seja através de visitas íntimas com outros detentos, ou seja, entre as próprias presas. E mais, não há, no presídio feminino uma divisão de facções, muito comum nos presídios masculinos. E quando falo de “amor” falo de uma construção histórica que relaciona a mulher ao sentimento amoroso.

“Amar, diz ela”¹³. Assim Gilles Lipovesty inicia seu livro sobre a mulher contemporânea. O autor problematiza o amor em relação a sua diferença histórica entre homens e mulheres.

Apesar de exaltar a igualdade e a liberdade dos amantes, o amor não deixa de ser um dispositivo que se edificou socialmente a partir da desigualdade estrutural dos lugares dos homens e das mulheres (...) ao longo da história, os homens e as mulheres não conferiram ao amor o mesmo lugar, não lhe deram nem a mesma importância nem a mesma significação. Assim, um Byron dizia que o amor, no masculino, é apenas uma ocupação entre outras, ao passo que preenche a existência feminina. (LIPOVESTY, 2000, p. 21).

A mulher do ocidente foi construída por um discurso organicista que teve como ponto de partida uma predisposição biológica ao amor e a vida em família. Com isto, o sexo e outros tantos prazeres femininos estiveram sempre relacionados com um apego a marido e filhos, além de construir todos os seus laços afetivos e rede de relações dentro do espaço privado, território conhecido que lhe garantia lugar social e segurança emocional.

As presas são mulheres e mulheres como qualquer outra: construídas historicamente. E esta construção, por vezes, não comporta associações que

¹² O mito do eterno feminino é relatado na obra de MUEL-DREYFUS, Francine. “Vychy et l’éternel féminin. Contribution à une sociologie politique de l’ordre des corps” Paris. Seuil, 1996. Muel-Dreyfus estuda o contexto francês que combinava eugenia e política natalista. Neste enfoque, aborda e critica a construção de papéis sociais embasados na biologia para ordenação social dos indivíduos, no qual uma certa percepção sobre o masculino e o feminino estruturam a organização da vida social. Com isto a mulher estaria presa a um discurso biológico que define seu único destino natural: a maternidade.

¹³ LIPOVESTY (2000), pág. 18

vemos diariamente nos presídios: maternidade e crime; homicídio e amor; armas e batons.

Há uma estética já pré-estabelecida para os comportamentos femininos e uma vez que as presas ocupam um lugar do feminino, mas estão, diariamente, ameaçando esta estética elas colocam em evidência uma necessidade de reinvenção contínua do que seja feminino. Exercitar o olhar, reinventar lugares antes cristalizados pode significar, para alguns, o “pior”.

A seguir transcreverei a entrevista com “Morena”, uma presa que deixa explícito as oposições entre batons e armas e coloca em evidência a não existência de um perfil de presa. Morena é uma mulher bastante vaidosa: repleta de colares, cabelos escovados e sempre arrumada. Possui inúmeras habilidades manuais e isto a faz ganhar algum dinheiro dentro da cadeia, já que seus artigos são facilmente vendidos por instituições que comercializam artesanatos das presas. O produto desta venda sustenta suas vaidades pessoais. Além disso, a fala de Morena explicita a coexistência de atributos aparentemente adversos: crime e feminino. Já que a mesma foi chefe de uma quadrilha de assaltos a bancos e, ao mesmo tempo possui atributos socialmente considerados femininos: doçura ao falar, habilidade com bordados e culinária. Outro dado que a assemelha das demais presas: possui filhos e constrói seus projetos futuros a partir das relações com os mesmos. Segue a fala de Morena como desfecho deste capítulo.

Entrevista com Morena.

Morena tornou-se uma presença marcante em minhas visitas dentro do presídio Talavera Bruce. Sempre atenciosa fazia pequenos objetos para me presentear. Ano passado, em 2004, organizou, junto com outras presas e a direção do presídio uma festa surpresa de aniversário para mim.

A entrevista com ela foi muito difícil já que a nossa relação de amizade impedia maiores perguntas junto ao gravador.

Qual seu pseudônimo?

Morena.

Morena, me conta aqui, o que fez você vir pra cá?

Foi assalto, assalto a banco. Eu era chefe de uma quadrilha de banco.

Você está aqui há quanto tempo há 11 anos, entrei com 24 anos e estou com 35 anos. Particpei deste assalto. Neste, a vítima era um delegado que estava assaltando junto com a gente. Ele era da nossa turma, mas como era delegado e acabou morrendo pareceu que ele era a vítima.

Mas como ele morreu, Morena?

Foi uma troca de tiro, o alarme tocou e apareceu a patrulhinha. Ele acabou trocando tiro com um parceiro meu. A patrulhinha chegou e prendeu todo mundo.

A história ficou “mau” contada, mas não dei continuidade.

Caramba, você estava armada, não estava?

Claro, você acha que eu ia fazer um assalto num banco daqueles desaramada?

Caramba, Morena, você sabe mexer numa arma?

Pô, Neilza, sei. Meu pai era polícia. Eu sempre mexia em arma. Eu amo armas.

Que doideira, Morena. Não podia gostar de outra coisa?

Mas eu gosto, adoro pintura, adoro bordar mas também gosto de arma.

Cada um com seu cada um, né, Morena? Me conta, você já trabalhou antes dos assaltos?

Ah, já. Trabalhei como frentista num posto de gasolina. Trabalhei como faxineira no jornal "O DIA".

Só uma curiosidade de uma "mulherzinha" que tem medo de barata: como você entrou neste lance de assalto a banco?

Entrei por causa de uma aposta com uns amigos. Eles disseram se eu perdesse eu ia ter que fazer um negócio. Eu perdi a aposta. Aí tive que fazer o assalto. Aí eu gostei. Pura adrenalina. Continuei até que fui presa.

Você vai sair daqui quando?

Em 2009 pego condicional.

O que você vai fazer quando sair daqui?

Minha família tem lanchonete. Eu sei cozinhar muito bem e minha mãe quer que eu cozinhe na lanchonete. Mas o principal mesmo são meus filhos, quero voltar para ficar com eles.

Putz, quero está aqui quando você sair naquele portão. Tipo assim: tchau, galera, fui. Caramba, Morena, aí, já pensou no depois?

A primeira coisa que eu vou querer fazer é saber se é verdade mesmo que estou livre. Aí quero ir pra minha cidade, Vitória. É lá que meus filhos moram. Tenho 4 filhos: um de 20, um de 18 anos, um de 12 e uma outra de 14. Há onze anos eu estou aqui. Eu tenho um filho que está na Marinha, os outros estão trabalhando com minha mãe na lanchonete. Mas é minha filha de 14 que me preocupa muito. Ela vem me visitar quando vem pro Rio. Mas é muito triste. Não sei o que é pior, ficar longe de vez ou ter que morrer de dor quando eles vão embora. Minha filha fica um pouco deprimida quando vem aqui, depois tem que ir pro posto de saúde tomar remédio pra depressão. Porque ela fica sem comer. Ela não gosta de comer porque tem doença dos nervos. E por causa dos nervos ainda faz xixi na cama. Minha mãe está fazendo uma festa de quinze anos para ela. Aí ela me perguntou se eu ia na festa. Eu disse que talvez. Mas eu sei que não vou poder sair daqui. Isso dói. E ela sabe que eu não vou estar.

Ela tem madrasta lá?

Não, ela não deixa o pai botar mulher dentro de casa. Mas, ela sabe que não vou poder estar no aniversário dela de quinze anos. Eu posso mas não posso estar lá.

Eu, que já conhecia esta expressão, mais especificamente este sentimento de ser uma morta viva, complementei: Você pode porque está viva mas não pode porque está presa. Não é isso?

Isso.

Sorriu e disse:

Tu é malandra, heim! Tu tá sabendo tudo de cadeia, heim, colega!

Pois é, né. Fazer o quê. Eu disse, brincando.

Agora ela tá com uma idéia que não quer a festa dos quinze anos. Isso tudo por mim. Puxa, eu trabalho, tenho bom comportamento. Nestes onze anos eu só tive uma falta disciplinar leve. O juiz podia conferir minha visita a minha filha. O que complica é que ela mora fora do Rio. Aí sair do estado fica difícil.

Amiga, estão te chamando pro "Confere". Vai lá, depois a gente conversa.

Se cuida. Cuidado lá fora. Fiquei sabendo que lá na Avenida Brasil tá dando assalto adoidado. Põe o dinheiro da passagem no bolso pra não ter que abrir a bolsa dentro do ônibus.

Valeu, amiga. Fica com Deus!

4 Capítulo III: PRISÃO DE MULHERES

Pode dizer pra gente lá de fora que aqui não tem bicho não. Aqui tudo é mulher. Tem vaidade, tem amizade, tem briga. Tudo igual ao lá de fora. Põe aí e não esquece de dizer não.

(Lúcia - Interna do Talavera Bruce)

Uma prisão de mulher é o lugar onde o filho chora e a mãe não vê.

(Mariana - Interna do Nelson Hungria)

O meu primeiro contato com uma casa de detenção ocorreu no Presídio Feminino Romeiro Neto¹, presídio semi-aberto, em Niterói. Neste, havia mulheres em fim de pena, prestes a obter livramento condicional e outras já em situação de livramento condicional.

O Romeiro Neto era localizado na região central de Niterói, na saída da ponte Rio-Niterói. Num prédio discreto, próximo a estação de água da cidade se escondia o presídio semi-aberto feminino do sistema penitenciário do Estado do Rio de Janeiro.

Digo “se escondia” porque, enquanto moradora da cidade, sei que a grande maioria da população desconhecia a existência do mesmo. “Descobri” o Romeiro Neto através de um presidente de uma Organização não-Governamental (ONG) destinada ao apoio aos familiares dos presos.

Esta ONG possuía uma rádio comunitária financiada pelas igrejas evangélicas, além de um pequeno apoio da prefeitura de Niterói. O presidente da ONG, atualmente pastor evangélico, advogado e conselheiro tutelar do município de Niterói, tinha sido preso por tráfico internacional de drogas. Havia cumprido sua pena e, na época da pesquisa, militava em prol de melhores condições de vida para os apenados após cumprimento da pena. No entanto, segundo o mesmo, não podia explicitar esta preocupação. Luiz, pseudônimo escolhido para o presidente da ONG, preferia tornar pública somente sua preocupação com a família dos detentos. Assim, sua ONG chamava-se Núcleo de Amparo à Família dos Encarcerados (NAE).

¹ O presídio Romeiro Neto foi desativado em 2003.

4.1. NAE: Núcleo de Amparo à Família dos Encarcerados

Numa segunda-feira, pela manhã, recebo a ligação de uma amiga. Esta, professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, me ligou para um convite. Tratava-se do convite para elaborar um programa na rádio comunitária para detentos de Niterói. Havia necessidade que alguém fizesse um programa destinado a mulheres. O tema da mulher, processos de subjetivação e discurso médico havia sido meu tema na dissertação de mestrado.

A rádio comunitária recebia uma pequena verba da prefeitura de Niterói para trabalhar com o tema das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs). Uma vez que a rádio comunitária era ouvida por moradores das imediações dos presídios, o tema seria abordado para todos, detentos ou não.

Fui chamada porque já havia trabalhado com o PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher) no posto de Saúde do Caramujo – periferia de Niterói. E mais, porque o tema da mulher atrelada ao discurso médico havia sido meu tema na dissertação de mestrado. Aceitei o convite. Muito menos pela capacidade que achava que tinha e mais, muito mais, por uma curiosidade cuja natureza não sei nomear.

O NAE ficava numa das regiões mais pobres e quentes da cidade de Niterói. O prédio do NAE era antigo, tratava-se de um antigo cinema desativado há mais de 10 anos. Luiz havia recebido o prédio como doação da prefeitura.

O velho prédio do NAE ficava numa movimentada rua do proletário bairro do Barreto. O prédio era composto por uma parte plana e por um sobrado. Todas com as janelas permaneciam constantemente fechadas. Ao chegar, percebi que a porta de entrada permanecia aberta e que não se fazia necessário que eu me anunciasse (tocar algum sinalizador, falar ao interfone, bater palmas, etc). Em frente à porta principal havia uma escada de cimento. Em baixo da escada, uma porta de madeira bruta. Mais tarde soube que se tratava da residência de Luiz.

Subi as escadas. O panorama sensível era composto por um cheiro de temperos e comidas. O som: de panela de pressão. E um cinza a me invadir a alma. Cinza de cimento. Cinza que me oprimia os olhos e me tomava de um sentimento inédito. Por seu caráter inédito, mais uma vez não sei nomear.

Ao chegar da subida da longa escada encontrei um local que muito pouco se parecia com a imagem de ONG que eu tinha até então. Havia dois ambientes ou dois momentos. À direita, numa entrada cuja porta estava aberta, era a ONG propriamente dita. Em frente, na parte central, existiam mesinhas de bar, um pouco enferrujadas com alguns homens conversando e comendo. Era a imagem de uma pensão popular. Entrei na porta à direita, onde havia a ONG propriamente dita. Lá havia algo que por fim clareava aquele espaço cinzento: a Cris!

Cristina era colaboradora do NAE e me recebera com um sorriso cuja alegria preencheria de luz e cor aquele espaço cinzento. Pronto! Se o espaço era a cinza, as pessoas, em contrapartida, eram coloridas.

Cristina estava a minha espera. Muito agradável e solícita foi minha anfitriã: me mostrou a ONG e me levou para o estúdio no qual havia os equipamentos da rádio. Luiz estava com o programa no ar. Silenciosamente fiquei observando a desenvoltura do mesmo. Luiz desenvolvia um trabalho na rádio cujo teor era religioso. Nos intervalos, só apresentava músicas evangélicas.

Ao término do programa, próximo a hora do almoço, Luiz se despediu dos ouvintes falando sobre a alimentação dos detentos. Falava de uma “Carne Chernobil”. Imaginei uma carne verde e fria. Luiz me falou, depois, que se tratava da carne apodrecida que se estragava, em tempos de temperatura elevada, no transporte do Rio para Niterói.

Luiz era um homem alto, de meia-idade, negro e forte. Até então eu não sabia que ele havia sido preso. Sua imagem e comportamento eram de um pastor evangélico cuja vida nunca fora maculada por coisas mundanas.

Luiz me apresentou sua filha que entrara no estúdio, após o término do programa. A adolescente vestia o uniforme escolar da rede pública de ensino. Rosana. Era este seu nome. Bela como todas as negras e mestiças, Rosana exibia um sorriso largo e cabelos crespos trançados. Personificava a afirmação angelical das negras². Mais tarde eu saberia que Rosana havia sido concebida no presídio em uma das visitas íntimas do casal. A esposa de Luiz me contou que Rosana havia sido programada após a conversão do casal para a religião evangélica.

² Em contraposição a imagem sexualizada das negras. Nunca ou quase nunca se relaciona a imagem de anjo a uma negra.

Luiz e sua esposa me convidaram para almoçar no local. Agora eu entendia o cheiro da comida, as mesas e os homens na parte central da ONG. Para contribuir com o sustento do NAE, a esposa de Luiz oferecia refeições a três reais, com direito a suco de caju oferecido num copo de plástico.

O local onde havia as mesas já estava vazio. Os homens que outrora conversam já tinham ido para seus afazeres nas redondezas da ONG (Segundo Luiz, a comida era servida aos pedreiros das obras nos arredores). Fiquei conversando com Luiz, com sua esposa, com Cristina e com Rogério (outro colaborador da ONG). Nesta conversa soube que Rogério havia sido condenado por 3 anos em regime de reclusão fechado por tráfico de drogas. Luiz revelava sua história: ficou 18 anos na cadeia. Veio para Niterói quando foi transferido para o regime semi-aberto. Conta que em uma das visitas sua esposa revelara que gostaria de morar na cidade.

Luiz contou seu percurso no crime. No entanto, procurou grifar os malefícios de se estar à margem. Nunca houve, em nenhum momento, um discurso heróico acerca do feito anteriormente. Ao contrário, conta que quando participava do tráfico internacional vivia no inferno. No entanto, Jesus lhe salvou. Cumpriu sua pena e, segundo seu relato, vivia dignamente com sua família há 10 anos, longe da prisão e do crime.

A esposa de Luiz nos traz um prato de saladas de alface e tomate. Senta-se ao meu lado e, pedindo um elogio, diz: “A comida está boa?”. “Sim, uma delícia”, respondo. Eu que não sentia fome sentia-me obrigada a comer. Diante das conversas ali desenvolvidas, tudo me assustava. Pensei: será que há armas escondidas lá embaixo? Será que eles guardam cocaína aqui? Me meti numa encrenca! Ninguém se recupera assim. Pensei. Olhava para o prato com a alface verdinha e pensava: será que esta alface está lavada? Diante do ineditismo daquela situação achei que tudo ali era pernicioso, até mesmo a alface podia conter algo de ruim.

Sem saber, eu passava por um “rito de passagem” uma vez que me confrontava com meus próprios preconceitos. Era um mundo nunca antes visto por mim. Saí de lá teatralizando o papel de “politicamente correta”. No entanto, não via a hora de avistar o mar: chegar a zona sul da cidade!

Naquele mesmo dia contei a experiência vivida a uma amiga. A mesma carinhosamente me falou: “sai disso, é muito baixo astral. E não tem nada haver com você.” Pensei sobre o que ela me falou durante muitos dias.

O que é a vida senão o acordo entre o bom e o ruim, o bem e o mal, a alegria e a tristeza, o lícito e o ilícito? Não estaria desencarnada da vida ao buscar só práticas e discursos acadêmicos considerados “limpos” e “alto-astral”? A vida guarda a ordem e a desordem³, o amargo e o doce, o alegre e o triste. Perder o amargo contido na vida é, ao meu ver, perder a própria vida. A luz e a treva compõem, ambas, a própria vida.

As concepções apolínea e dionisiaca presentes na tragédia deram a possibilidade ao homem grego de suportar o peso da existência e do sofrimento, e mesmo assim, sentir uma “imensurável alegria primordial da existência”, pois o que representa o incompreensível, o injustificável, o obscuro, não seria excluído da vida. (MIRANDA, 1996, p. 83)

E mais, havia naquele homem algo desastrosamente humilde. Uma miserabilidade que dava a sua história uma conotação poética. Poética porque triste, de uma tristeza que transcende as lágrimas. Tristeza que invade não só o peito, mas afeta ao corpo inteiro. E por ser tão grande é assim tão bela. Há algo de belo na tristeza. Utilizarei da “legitimada” competência de Michel Foucault (1977) para fazer valer minha afirmação. Seja Michel Foucault (1977) meu porta-voz:

Este não é um livro de história. A escolha que nele se encontrará não seguiu outra regra mais importante do que meu gosto, meu prazer, uma emoção, um riso, a surpresa, um certo assombro ou qualquer outro sentimento, do qual teria dificuldade, talvez em justificar a intensidade, agora que o primeiro momento da descoberta passou. (p. 203)

Voltei ao NAE e a partir daí inicia meu percurso em direção a questão penitenciária. Dei início ao programa da rádio comunitária para assuntos das DSTs, cujo público alvo eram mulheres, reclusas ou não – já que a amplitude da rádio atingia os presídios e imediações. No entanto a questão do encarceramento era o tema base de todos os programas.

Recebi diversas cartas da população residente próximo aos presídios, já que as ondas da rádio comunitária invadia estes lares. Dentre estas regiões havia

³ Até estes conceitos são questionáveis em si.

favelas e regiões bastante empobrecidas. Mulheres destas comunidades me enviavam cartas contando suas histórias cotidianas. Amores, paixões, dramas pessoais: histórias comuns. Só respondia as cartas nas quais o tema era DST, já que a resposta era enviada por um médico da secretaria de saúde de Niterói.

Um dia, na porta do NAE, uma mulher foi a minha procura. Dizia que era ex-presidiária e que precisava de emprego. Fiquei inerte, impotente. Não havia nada que eu pudesse fazer. A mesma tinha um discurso bastante preocupado com as filhas e com o neto. Helena (nome fictício dado a mesma) tinha, na época, 37 anos e já era avó de um menino de 2 anos. Tinha 2 filhas: uma de 18 e outra de 19 anos.

Helena se preocupava muito com sua família, parecia ser uma mãe presente em todos os momentos de suas filhas. Após alguns encontros no NAE, Helena tornou-se uma colaboradora: vendia cartões telefônicos na Av. Amaral Peixoto (centro da cidade) e após esta atividade ia para o NAE ajudar em serviços burocráticos. Helena reclamava da vida de camelô, sonhava em ter uma carteira assinada e trabalho formal.

Com a aproximação de Helena ao NAE fui conhecendo a família inteira. Eu ia duas vezes por semana a sede da ONG e, nestes dias, Helena levava sempre algum membro de sua família para eu conhecer. Pude presenciar cenas de dramas familiares comuns a qualquer família: brigas entre mãe e filha, brigas entre irmãs, etc. Indiscutivelmente Helena era a grande matriarca daquela família que trazia em si uma grande marca: um elo de ligação que os dava um sentimento de pertencimento.

Problemas de dinheiro, desemprego, gravidez indesejada, genros, namorados: tudo bastante comum. No entanto, havia algo que marcava Helena com uma diferença: havia matado o marido – pai de suas duas filhas. Após a condenação Helena cumpriu pena de 13 anos em regime de reclusão fechada.

Ali estava Helena e sua família: só contavam consigo mesmos, com o afeto que as unia. Estavam abandonadas pelas políticas públicas. As filhas ficaram com uma amiga de Helena enquanto a mesma estava na prisão. Esta amiga era pobre, se prostituía na Praça Tiradentes (centro da cidade do Rio de Janeiro) e o máximo que podia oferecer era uma refeição diária para cada uma das filhas de Helena e um quartinho alugado na Rua do Lavradio (centro da cidade do Rio de Janeiro). Segundo as filhas de Helena, elas sempre foram muito bem tratadas pela

mulher que as cuidou enquanto Helena estava presa. Conforme relato, esta mulher não podia ter filhos e cuidou das duas como se fossem suas próprias filhas. Segundo Vanessa, uma das filhas de Helena, a mulher que as criara tinha muita preocupação com a virgindade. “A gente só se perdeu quando fomos morar com a mamãe”. No entanto, não houve nenhuma preocupação ou condição financeira desta mulher para oferecer educação formal para as meninas. Vanessa e Michelli (filhas de Helena) só estudaram até a 4ª série. Em contrapartida, haviam freqüentado aulas de culinária, ornamentação de bolos e costura de vestido de noivas. Estes cursos eram oferecidos em escolas públicas do centro da cidade, nos arredores da Lapa (bairro da região central do Rio de Janeiro).

A mulher que criou Vanessa e Michelli morreu de câncer logo após o livramento condicional de Helena. Esta ficava sempre muito emocionada ao falar de Dolores (nome da mulher que cuidou de suas filhas). “Ele levava as duas toda quarta-feira, lá no Talavera para me ver. Dolores podia ser uma puta mas para mim foi uma santa”.

Lembramos ao leitor que quarta-feira é dia de visita no presídio e que “Talavera” é o Presídio Feminino Talavera Bruce, em Bangu.

Diante desta saga, o Estado não se comprometeu com nada acerca do bem estar das filhas de Helena. Vanessa e Michelli estavam jogadas a própria sorte. O Estado só se fez presente para fazer cumprir a lei e prender Helena.

Helena havia estudado até a 3ª série do 1º grau. Precisou interromper os estudos para trabalhar, ainda criança, numa pensão, lavando panelas. O Estado nada pôde fazer sobre isso, ainda que fosse garantida, por lei, a educação a toda e qualquer criança.

Helena morou numa comunidade extremamente pobre. Sua casa era composta por um só cômodo que dividia com mais quatro irmãos, a mãe e o padrasto. O banheiro era do lado de fora do “quarto-casa” e era compartilhado por mais três famílias que moravam nas mesmas condições. O Estado? Não, nada pôde sobre isso.

Helena sofreu diversos abusos sexuais, o mais marcante foi o sofrido pelo padrasto. Abuso este que resultou numa gravidez quando a mesma tinha 12 anos. Helena após contar para sua mãe que sua “regra não havia descido” recebeu uma surra de cinto. Após a surra a mãe mandou Helena se vestir e ambas foram para a

fila do Hospital Salgado Filho, no Méier (bairro da zona norte do Rio de Janeiro). O médico que as atendeu nada podia fazer: Helena estava realmente grávida.

Diante da confirmação da gestação Helena, com 12 anos, foi levada, ainda na mesma tarde, a uma “Curiosa”. “Curiosa”, segundo Helena, eram chamadas as mulheres leigas que faziam abortos nas comunidades pobres. Segundo Helena, a “Curiosa” pediu cinquenta cruzeiros para realizar o aborto. Como a mãe de Helena não tinha este dinheiro, precisou de dois meses para juntá-lo, fazendo faxinas e ainda tendo que “colocar comida em casa”.

Helena, já com quatro meses de gestação foi a “aborteira”. Sua mãe já tinha os cinquenta cruzeiros guardados no sutiã. Helena relata que sua mãe guardava o dinheiro dentro de uma latinha, junto com outros pertences de grande valor afetivo: fotos de seus avós, um pedacinho de cabelo de Helena, o dente de leite do seu irmão mais velho, a chupeta velha do irmão caçula de Helena e uma carta antiga, com papel amarelado cujo remetente Helena desconhecia. Sua mãe era analfabeta e fazia faxinas para sobreviver. Enquanto guardava o dinheiro para o aborto não deixava que Helena fosse trabalhar e reservava para ela a melhor parte da comida.

Chegando na “Curiosa” Helena viu ser introduzida em sua vagina uma fina “sonda”. Diz ter sentido uma dor quando a “aborteira” introduziu a sonda. Esta dor piorou nas próximas horas. Contrariando as orientações da “curiosa”, Helena retirou a sonda durante a madrugada. A “aborteira” havia dito que a sonda deveria ficar dentro de sua vagina durante dois dias. No entanto, Helena não agüentou as cólicas e foi ao banheiro puxar a sonda, buscando aliviar a dor. Quando puxou sentiu “um jato de sangue” e muita dor. Desmaiou. Acordou no pronto-socorro. Fizeram-lhe uma curetagem. Segundo Helena, não houve nenhuma anestesia para o procedimento. Ao término da curetagem a médica jogou-lhe os restos do feto nos seus seios e falou: “Olha só o que você fez, assassina!”

A médica ali era a porta-voz de um Estado que só se faz presente nos processos acusatórios. Helena voltou para casa no dia seguinte. No pequeno “quarto-casa” dormiu espremida com seus irmãos.

As histórias de Helena eram contadas por ela de maneira esporádica. Foram pequenos fragmentos que, costurados, construíram esta narrativa. Este trecho, por

exemplo, foi contado na porta do NAE enquanto esperávamos o estio de uma das chuvas fortes do mês de janeiro.

Sentindo o cheiro de terra molhada, eu e a mangueira que havia na porta da NAE fomos as ouvintes daquela parte da história de vida de Helena. Olhando para as mangas que amadureciam em pleno mês de janeiro, Helena interrompeu a conversa para falar de uma manga, amarelinha de tão madura, prestes a cair:

- Olha só ... aquela tá prontinha pra ser comida. Se cair eu levo para o Diogo (nome de seu neto).

E de maneira completamente descontextualizada continuou com a história da noite em que voltou do hospital:

- E naquela noite tive que tapar os ouvidos para não morrer ouvindo os gritos da minha mãe “trepando” com meu padrasto.

Eu não disse nada, nada podia ser dito. A chuva cessou. Tomamos rumos diferentes, eu em direção a minha casa e ela em direção a dela.

Helena havia queimado o marido jogando álcool e atando fogo em seguida. Helena me contou, algumas semanas antes, que matou seu marido porque este estava dando banho em uma das suas filhas. Ela desconfiou que o mesmo estivesse abusando sexualmente da menina.

Surpreendia-me, a cada dia, com as histórias de Helena. Surpreendia-me com a miséria, com as dores vividas por ela, por sua mãe, por suas filhas. E mais: me surpreendia com a omissão do Estado em todos os momentos da vida dela.

E toda aquela surpresa me convencia de que aquelas histórias, aqueles temas, aquelas lutas me atravessavam. Aquilo tudo me atingia o corpo. Atingida, precisei transformar o afeto (capacidade de afetar e ser afetada) neste estudo.

Alguns meses após o início do programa acerca das DSTs na rádio, Luiz foi chamado para trabalhar na prefeitura de Niterói, numa casa de recepção de população de rua. Para minha surpresa um terço da população de rua de Niterói era composta por ex-presidiários. Os presídios de regime semi-aberto do sistema penitenciário do Estado do Rio de Janeiro ficavam em Niterói. Com isso, segundo Luiz, aqueles que não tem mais contato com a família e nem pertencem a alguma “gangue do crime” ficam à deriva, jogados nas ruas de Niterói.

A saída de Luiz “esvaziou” as atividades na ONG. Entretanto, a militância de Luiz saiu do âmbito não-governamental e religioso para fazer parte do contexto

das políticas públicas. Uma vez que Luiz deu início a criação do “Conselho da Comunidade para Assuntos Penitenciários”, dentre outras medidas junto à prefeitura que beneficiaram direta ou indiretamente a população carcerária. Uma das medidas foi a verba da prefeitura de Niterói destinada ao NAF (Núcleo de Amparo à Família). Um dos NAFs ofereceu cestas básicas às famílias cujo o mantenedor ou mantenedora estivesse preso. Ainda que tal medida tenha tido um cunho assistencialista, este movimento estabelece uma relação de visibilidade aos encarcerados.

Helena conseguiu um emprego como faxineira na Estação de Água de Niterói. Deixou de ser camelô. Esta Estação de águas ficava ao lado do presídio semi-aberto feminino de Niterói. Esta proximidade permitiu um intercâmbio dos funcionários com as reclusas. As presas do Romeiro Neto lavavam as roupas no presídio e entregavam ao lado, na Estação de Águas. Esta atividade era considerada uma atividade laborativa e, para algumas, a única forma de subsistência lícita no sistema semi-aberto. Assim, este contato dos funcionários com as reclusas tornava a administração da Estação de Água mais “porosa” ao problema do encarceramento e da reinserção social das presas.

Helena, tatuada com o estigma da carceragem, conseguia, enfim, um emprego com carteira assinada.

Muito feliz, Helena me ligou, pediu que eu escrevesse “umas palavras” para seu chefe. Nos encontramos na minha casa e a mesma me mostrou um cartão com a imagem de um sol nascente, na capa. Dentro, havia um salmo bíblico que não me recordo qual era. Helena pediu que eu escrevesse as seguintes palavras. Trouxe escrito num papel com sua letra e alguns erros ortográficos. Disse ter ouvido na televisão:

“Só eu posso, mas não posso sozinha. Obrigada pela oportunidade. Helena.”

Helena era surpreendente, pensei.

Nunca mais a vi. Sei, todavia, que ainda trabalha na Estação de Água de Niterói.

4.2. Adentrando o Espaço Prisional

Com o término do NAE e com minha entrada no doutorado se fazia necessário a inserção num campo de pesquisa. Acessei Luiz e o mesmo foi comigo ao presídio masculino Edgard Costa, em Niterói.

Fui recebida com bastante afabilidade. A diretora, naquela época, era uma psicóloga. Havia sido psicóloga do sistema prisional na época em que Luiz estava preso. Naquela época (2001), era a diretora do presídio Edgard Costa. Luiz e a diretora do presídio falavam saudosos do tempo em que Luiz era “faxina” na prisão no qual ela era diretora.

“Faxina” são os presos com bom comportamento que desempenham atividades laborativas dentro do presídio. Tornam-se responsáveis pela limpeza, higiene e bem-estar dos funcionários do presídio.

A diretora (cujo pseudônimo será Rowena) e Luiz pareciam grandes amigos num espetáculo de reencontro. Rowena falou que havia passado por um “sufoco” naquela manhã. Relatou que ao chegar, pela manhã, assistiu um pequeno movimento de fuga. Alguns presos estavam no pátio atirando. O pior, segundo ela, é que a mesma teve que atirar para o alto.

“Foi um sufoco, Luiz!” – relatou a diretora.

Luiz esboçou um tímido sorriso. Rowena continuou:

“A coisa aqui está braba, estes meninos de tráfico atormentam a vida da gente”.

Rowena fala para Luiz fazer um regime porque, segundo o olhar dela, o mesmo estava muito “barrigudo”. Enquanto expectadora, me surpreendi com o diálogo. Afinal, ela, diretora de um presídio tratando de maneira bastante afetuosa um ex-presidiário. Rowena foi bastante solícita, fez uma ligação e pronto: garantida minha entrada no Romeiro Neto.

O presídio Edgard Costa fica muito próximo ao Presídio Feminino Romeiro Neto. Aproveitei a proximidade para ir caminhando com Luiz. Caminhar na rua com Luiz era algo tranquilo aquela altura da nossa amizade. No entanto, ainda imbuída de preconceitos, não esquecia a fala veemente de minha mãe que me alertava para que eu não andasse na rua com o “ex-presidiário”.

Chegamos ao Romeiro Neto. Já não tão bem recebidos, a diretora nos apresenta a psicóloga do estabelecimento prisional e sai de cena. A psicóloga me

pergunta sobre o estudo que eu estava fazendo, fala de suas dificuldades pessoais como se precisasse se desculpar por não estar inserida na vida acadêmica. Trava comigo uma conversa amigável. Procura saber sobre minha vida pessoal. Dou-lhe informações acerca da minha vida pessoal como se fora uma relação, silenciosa, de troca: falo quem sou e ela me deixa pesquisar ali!

Após a barganha implícita, a psicóloga me mostra as instalações do presídio. Pude perceber, mais tarde, que só me mostrara as partes possíveis de serem vistas. O Romeiro Neto parecia uma grande casa mal-cuidada. No pátio principal havia uma grande poça de água parada em pleno verão da mais cruel epidemia de dengue do Estado do Rio de Janeiro. Pergunto sobre o perigo da água parada e a psicóloga me diz que já avisou a prefeitura e nada havia sido feito até então. Continua a psicóloga, justificando a ausência de uma atitude da secretaria de saúde diante daquela água parada:

“Há poucas internas aqui!”
Pensei na matemática realizada pela psicóloga:
Dengue + poucas presas = tudo bem!

Algumas mulheres que estavam no Romeiro Neto estavam em regime semi-aberto. Segundo a psicóloga, apesar de estarem em regime semi-aberto algumas não podiam sair porque “faziam besteiras” e recebiam medidas disciplinares, nas quais seriam impossibilitadas, durante alguns dias, de saírem.

Uma presa em regime semi-aberto se aproximou de nós. A mesma estava com o rosto completamente disforme de tanta inchação e machucados. Repleta de hematomas pelo corpo e muito magra. Era mulata, alta e repleta de tatuagens. Esta mulher chorava muito e se dizia deprimida. Aproximou-se da psicóloga porque dizia querer “atendimento psicológico”. A psicóloga pediu que ela fosse caminhando na frente enquanto conversávamos.

“Esta não tem jeito” – falava a psicóloga – “conseguiu o semi-aberto, mas a primeira vez que saiu foi para a favela. Lá, sem conhecer ninguém, eles a estupraram. Voltou depois de três dias. Recebeu castigo. Depois quando recebeu novamente o direito de semi-aberto ficava no muro da cadeia deitada, chorando. Ela queria, inconscientemente, nos agredir. Nós, psicólogos, sabemos disso. Eu mesma fui a diretora e pedi uma medida disciplinar para ela. Os guardas foram lá, a pegaram e quando a trouxe expliquei que estava querendo se vingar de sua mãe através da gente. Sabe que ela entendeu? Insight! Tá vendo, eu tinha razão.

Depois disso, começou o atendimento psicológico comigo. Ontem saiu e ficou chorando de novo, deitada, desta vez, naquele banquinho, da pracinha aqui em frente. Agora foi demais. Precisa de limite.”

“O que vão fazer?” – perguntei.

“Vou conversar com ela agora e colocar no “castigo”.”

“Em que consiste o “castigo” – continuo indagando.

“Um quatinho fechado no qual ela fica pensando, refletindo acerca de seus erros. Refletir exige constrição. Arrependimento exige lágrimas. E lágrimas só são úteis no silêncio e na solidão.”

Não acreditava no que estava ouvindo. O pior é que ela falava com a propriedade dos ditos sábios. Falava baixo, pausadamente. Antes, havia me falado que não comia carne porque era uma violência contra os animais e que não queria que seu corpo fosse contaminado com a violência da morte dos animais. Na conversa que travamos, a mesma me disse que morava em Santa Tereza (bairro histórico e alternativo da cidade do Rio de Janeiro), que fazia “Yoga” e era simpatizante do budismo. Havia em sua entonação de voz algo que tentava se assemelhar aos monges budistas misturado a uma verdade dogmática dos padres católicos.

“Mas ir para o castigo só porque ficou deitada no banco da praça próximo ao presídio e ainda por cima porque estava chorando?” – continuei indagando.

“Sim, você é psicóloga e sabe: precisamos impôr limites! Essa gente não sabe o que é limite. Quando eu ou você choramos é por um motivo justo. Essa gente não. Choram para agredir, para chamar atenção de quem está passando na rua. Essa não teve pai. Pai é a “lei”. Se não teve pai e nem nenhuma figura paterna ficou sem o “nome do pai”. Já viu, né? Agora sou eu que tenho que descascar este abacaxi.”

Fiquei perplexa com a apropriação dos conceitos psicanalíticos em prol de um discurso fascista. A psicóloga foi fazer o dito “atendimento psicológico” com a mulher. O fez numa sala cuja parte superior da parede era vazada e eu podia ouvir tudo que era dito. A presa e a psicóloga sabiam que eu estava ali. No dito “atendimento psicológico” eu só ouvia a voz da psicóloga e seus “conselhos” intermináveis. Nada ouvia como resposta às colocações da psicóloga. O guarda chegou para levar a mulher para o “castigo”. Fui junto para ver como era o tal lugar. Tratava-se de um minúsculo cubículo com um buraco no chão que serviria como vaso sanitário. Vi alguns insetos e pequenos camundongos se escondendo da luz que a abertura da cela produzia. Não havia nenhum colchonete e a mulher dormiria durante quinze dias no chão. Afinal, era a única forma, segundo a

psicóloga, de dar-lhe limites. O mais violento daquilo tudo era que a presa, aparentemente deprimida pela situação do semi-aberto, estava “aparentemente” conformada, achando que aquilo era o melhor para ela.

Abriram a cela e a mesma entrou. Acenou “adeus” para a psicóloga e me lançou um olhar: um aceno triste. Fecharam a cela de “castigo”. Por só haver uma entrada de luz e ar na parte inferior da cela era necessário que a mulher deitasse no chão e espremesse seu rosto para fora, buscando ar e luz. Ao sair dali, pude ver, naquela cela escura, o rosto da mulher naquela pequena fresta da cela. Ela só queria ar e luz!

Alguns meses após minha visita ao Romeiro Neto a cela de “castigo” foi condenada pela Comissão de Direitos Humanos.

O discurso da psicóloga estava pautado na idéia de que a presa vinha de uma família pobre e desestruturada e, portanto, predestinada ao crime e à violência⁴.

4.3. O que falta é “limite”?

Assim, os condenados ao cumprimento de pena privativa de liberdade, principalmente aqueles que cumprirão em regime fechado, serão submetidos a diagnósticos para obtenção de elementos necessários à adequada classificação, objetivando estabelecer os parâmetros do tratamento penal. (CARVALHO, 2005, p. 141)

A Lei de Execução Penal regula a estadia do preso após a sentença proferida pelo juiz. Para tal se institui a Comissão Técnica de Classificação (CTC). Esta tem como objetivo requisitar informações necessárias para o acompanhamento do preso ou presa.

O trabalho da CTC é presidido pelo Diretor da instituição carcerária e sua estrutura é composta, no mínimo, por dois chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social. (art7º, LEP)

Além da CTC que tem como objetivo acompanhar o cotidiano do condenado há o COC (Centro de Observação Criminológica) que realiza exames periciais construindo o “perfil” do preso ou presa. Vimos no capítulo II alguns

⁴ Sobre o mito das “classes perigosas” ver: COIMBRA, C. “Operação Rio – o mito das classes perigosas”, 2001.

pareceres realizados por psicólogos. Tratava-se de pareceres contidos no corpo criminológico:

O COC deverá realizar prognósticos de não delinquência, requisito subjetivo para a concessão do livramento condicional. (CARVALHO, 2005, p. 142)

Atualmente, no Estado do Rio de Janeiro, há controvérsias sobre o que se chama de exame criminológico. A idéia de cessação de periculosidade já foi extinta no estado desde 1982. Há um boato de que o exame criminológico está *ad judice*, podendo ser reformulado. Todavia, ao procurar os órgãos legais acerca desta reformulação, as informações não me foram dadas. Cabe ressaltar que, conforme Foucault (1986), tais exames fazem parte de uma estratégia disciplinar de classificação e controle.

Segundo Foucault (1975) a disciplina:

... supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam. (p. 153)

Este olhar, sempre vigilante, é travestido por um saber – no caso saber psicológico – que legitima uma verdade. Este saber garante o enquadramento destes sujeitos e neste enquadramento o seu assujeitamento. No caso da presa em questão é o suposto saber psicológico, no contexto penitenciário, que garante o enquadramento e o assujeitamento. A inserção deste saber garante um outro tipo de vigilância, uma disciplina sobre o comportamento (FOUCAULT, 1975).

Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e as pequenas humilhações. (FOUCAULT, 1975, p. 59)

A prisão é, segundo Foucault (1975), um espaço de produção de corpos dóceis. A simples clausura de mulheres num mesmo espaço não produz uma cadeia feminina, se faz necessário a disciplinização dos corpos. A disciplina é a produtora dos corpos dóceis. Esta produção se dá através de um constante e minucioso controle do corpo. A disciplina se difere da apropriação direta dos corpos que ocorria na época da escravidão. A obediência, no registro disciplinar, não ocorre por violência e sim por técnicas minuciosas de domesticidade:

... relação de dominação constante, global, maciça, não analítica, ilimitada é estabelecida sob a forma da vontade singular do patrão. (FOUCAULT, 1975, p. 127)

Historicamente, a disciplina é produto de um momento histórico no qual nasce uma certa “arte do corpo humano”. Nesta arte, o ator principal são os mecanismos sutis de sujeição que participam da engrenagem de uma “mecânica do poder”. Mecânica esta já presente antes da industrialização nos colégios, hospitais, espaços militares e religiosos. Nestes espaços, não bastava recolher os indivíduos num mesmo espaço físico, era necessário a utilização de certas técnicas. Estas deviam neutralizar os possíveis imprevistos: roubos, agitações, interrupções do trabalho. O importante era garantir a ordenação do espaço físico, garantindo, em consequência, a disciplinarização dos corpos. Para tal, torna-se fundamental o controle das mínimas partículas do espaço.

O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quando corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antidiserção, antivadiagem, de antiaglomeração. (FOUCAULT, 1975, p. 131)

Faz-se necessário, na lógica disciplinar, a apropriação e apaziguamento de todo e qualquer “aformigamento humano”. Já que somente uma clara e justaposta visualização das singularidades pode contribuir na disciplina dos corpos.

Nas fábricas que aparecem no fim do século XVIII, o princípio do quadriculamento individualizante se complica. Importa distribuir os indivíduos num espaço onde se possa isola-los e localiza-los; mas também articular um aparelho de produção que tem suas exigências próprias. (FOUCAULT, 1975, p. 32).

A psicóloga, legitimada pela sua teoria do “limite”, se utilizou de um certo saber psicológico para fazer valer o poder disciplinar. Reintegrou uma disciplina através de um olhar similar a um Deus-Panóptico que pune caso não cumpra sua vontade.

O Panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-se visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto.(FOUCAULT,1975:78)

O Panóptico atravessa o caráter arquitetônico e, conforme Foucault (1975), torna-se um dispositivo onde tudo se sabe e tudo se vê. Trata-se de uma maquinaria do poder que pode ser exercido por possíveis olhos que vejam e

surpreendam o prisioneiro em uma situação considerada não-disciplinar. O ato de espionar e punir é próprio do panóptico:

Pouco importa, conseqüentemente, quem exerce o poder. Um indivíduo qualquer, quase tomado ao acaso, pode fazer funcionar a máquina: na falta do diretor, sua família, os que o cercam, seus amigos, suas visitas, até seus criados. Do mesmo modo que é indiferente o motivo que o anima: a curiosidade de um indiscreto, a malícia de uma criança, o apetite de saber de um filósofo (...) ou a maldade daqueles que tem o prazer em espionar. (FOUCAULT, 1995, p. 178)

Em nome do exame em psicologia, no âmbito do contexto prisional, estabeleceu-se, neste caso, um discurso clínico-disciplinar.

Foucault entende este processo como uma técnica de normalização do poder que não é apenas resultado do encontro entre o saber médico e o poder judiciário, mas da composição de um certo tipo de poder – nem médico, nem judiciário, mas outro – que colonizou e repeliu tanto o saber médico como o poder judiciário. (CARVALHO, 2005, p. 149)

O exame, segundo Foucault (1975) é acompanhado de um conjunto de técnicas que vigia e normaliza. Trata-se de uma vigilância *que permite qualificar, classificar, punir*. (FOUCAULT, 1975, p. 64). Contudo, para que ocorra tal classificação se faz necessário uma visibilidade constante. A partir desta visibilidade os sujeitos são diferenciados e sancionados. Em outras palavras, marcados com a própria diferença. Foucault (1975), afirma que o exame, nos dispositivos disciplinares são altamente ritualizados.

Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. No coração dos processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam. A superposição das relações de poder e das de saber assume no exame todo seu brilho visível. (FOUCAULT, 1975, p. 65)

Cabe a presa, objeto do regime disciplinar, isolar-se, mortificando-se por sua culpa. E mais, movida pelo sentimento de culpa aquietar-se diante do ambiente repleto de ratos, baratas e fezes. Neste ambiente propício ao arrependimento, fazer seu exame de consciência. Já que culpada precisa se redimir frente ao mundo social internalizado cujo pastor interno exerce o maior e mais eficaz patrulhamento. Neste caso une-se ao poder pastoral o poder de coerção da própria instituição prisional⁵.

⁵ Não me estenderei acerca do poder pastoral em função de serem raros os momentos em que o mesmo aparece no sistema prisional. O caso desta presa e de sua conformidade frente ao

4.4. Marcada pela pobreza, estava predestinada a ser criminosa?

Os infratores, uma vez captados pelas malhas da lei, serão submetidos a uma operação que antes de visar corrigi-los, vai transforma-los em delinqüentes. Não importa se o infrator foi premiado pela necessidade, ou foi flagrado no seu único crime. A máquina penitenciária irá traga-lo por uma de suas entradas possíveis e quando o devolver, se um dia o fizer, já será na qualidade de delinqüente. (KOLKER, 2005, p. 168)

O delinqüente, segundo Foucault (1975), se diferencia do infrator, já que este é tão somente o autor e responsável por um ato fora da lei. O delinqüente guarda em si o título de infrator, no entanto está amarrado por seu delito. O delinqüente pertence a uma outra esfera: a de uma realidade incorpórea cuja biografia torna-se um elemento de suma importância.

O correlativo da justiça penal é o próprio infrator, mas o do aparelho penitenciário é outra pessoa; é o delinqüente, unidade biográfica, núcleo de periculosidade, representante de um tipo de anomalia. (FOUCAULT, 1975, p. 126)

Foucault (1975) afirma que sob o conceito de delinqüência para uma concepção de “natureza criminosa” e não é à toa que o “delinqüente” permite unir dois campos de saberes: o da psicologia e o da medicina. É respaldada pelo estatuto de ciência que a noção de delinqüência se ampara. E assim sendo, ao serem proferidas as sentenças não só o corpo do infrator é condenado ao regime de reclusão mas sobretudo a sua biografia. Com a criação do que se chama “delinqüente”, surge, em conseqüência, inúmeras técnicas inspiradas na doutrina positivista⁶

Aproveitando a reação da psicóloga diante das suas crenças acerca da criminosa lembramos que a criminalidade, para alguns, é sinônimo de uma “anormalidade moral”. Rauter (1982) nos alerta para um certo discurso que insere questões morais e fascistas ao tema da criminalidade:

...os criminosos são insensíveis, imprevidentes, covardes, preguiçosos, vaidosos e mentirosos. Manifestam incapacidade para amor fino e delicado. Seu apetite sexual é exagerado e tende para o homossexualismo e para promiscuidade. (RAUTER, 1982, p. 27)

castigo é bastante singular. Todavia acerca do poder pastoral ver: DREYFUS e RABINOW, 1985.

⁶ Sobre tais doutrinas ver: RUSCHE e KIRCHHEIMER, “Punição e Estrutura Social”. São Paulo, Ed. Revan, 2004.

A citação acima é feita como crítica a uma concepção de anormalidade e sua relação com o crime. Segundo Clóvis Bevilacqua (1896) há no criminoso uma suposta natureza que o impele para o crime. Tal idéia foi incorporada por nossos juristas no século XIX. A partir desta racionalidade, acredita-se que o criminoso é desprovido de controle moral e sua “natureza” aproxima-se a um estado selvagem cuja gênese está na hereditariedade. Ao contrário de Lambroso, este “mal” não mais se exterioriza nas características físicas e sim no comportamento (RAUTER, 1982).

Neste momento, os criminosos eram providos de um “excesso instintivo” próximo a um estado selvagem. Estado este determinado hereditariamente. Tratava-se de um mal que se apresenta não só no corpo através de características físicas, mas também no comportamento do criminoso. Conforme Rauter (1982) a preocupação desloca-se do corpo para o comportamento: *seja dos criminosos do cárcere, seja dos criminosos em potencial, em sociedade* (RAUTER, 1982, p. 28).

Diante desta visão do criminoso dá início um novo conceito na criminologia: a periculosidade. Dentro desta perspectiva, podemos dividir as camadas sociais em três categorias: a classe moralmente mais elevada que não comete delitos porque é honesta por sua constituição orgânica, pelo efeito do senso moral do hábito adquirido e hereditariamente transmitido e mantido pelas condições favoráveis de existência social. Outra classe mais baixa é composta de indivíduos refratários a todo sentimento de honestidade, porque privados de toda educação e impregnados da miséria material e moral. Herdam de seus antepassados uma organização anormal que une a condição patológica e degenerativa a uma verdadeira volta às raças selvagens. É nesta classe que se recruta o maior número de delinqüentes natos. A terceira classe é a dos que não nasceram para o delito, mas não são completamente honestos.

Dentro desta perspectiva, há uma suposta “evolução natural” na qual, por um processo evolutivo, algumas classes ocuparam um lugar “naturalmente” superior, em detrimento de outras que ocuparam um lugar supostamente “inferior”. A partir deste processo “natural” de trânsito social a hereditariedade ocupa um lugar de destaque nos estudos sobre a periculosidade dos sujeitos.

A periculosidade, no século XIX, estava associada a três itens: precedentes hereditários, condições de existência e educação. Segundo estes três itens era estabelecido o “grau de temibilidade ou anti-sociabilidade”. Estes itens eram

associados ao crime. Crime, neste contexto era sintoma de um mal individual que se tornava presente em alguns sujeitos.

Havia, nesta visão, uma gradação de periculosidade que colocava o sujeito criminoso em algumas classificações. O “criminoso de ocasião” era aquele cujas penas poderiam ser tradicionais. Uma vez que, segundo esta lógica, fiam ocasionalmente levados ao crime e facilmente poderiam ser regenerados. Ao contrário dos ditos “criminosos natos”, também chamadas de “criminosos por paixão” ou “criminosos por hábito”. Estes continham o germe da maldição. Esta manifestava em seu sintoma: o crime. Em função disto ocorre o interesse em se estudar a personalidade do criminoso e atribuir as penas um caráter individual.

Dado que o crime era algo hereditário cabia a polícia e sua vigilância à prevenção da desordem social. À polícia cabiam medidas “higiênicas e pedagógicas”. Neste caso, relaciona-se o sintoma “crime” a um mal de origem psicológica, com algumas especificidades:

Enfatiza-se o parentesco do crime como um mal psicológico de natureza específica que não se confunde com a enfermidade, no dizer de Ferri. É uma anormalidade no terreno da degeneração, das raças e do temperamento. (RAUTER, 1982, p. 31)

Em função deste novo ideário que relaciona degeneração moral ao comportamento criminoso elabora-se uma teoria própria no que tange a população brasileira.

Os juristas encontram um vasto campo de observação para comprovar a tese de que o crime é resultante de uma anomalia biológica atávica, que afeta a moral. Não é ainda de doença mental que se fala, na acepção moderna do termo, mas desta outra forma de anormalidade, calcada na noção de “evolucionismo às avessas”. (RAUTER, 1982, p. 31)

Neste contexto, os criminólogos tornam objeto de atenção algumas práticas sociais próprias dos brasileiros: os carnavais, o samba, os capoeiristas, os cangaceiros nordestinos, a miscigenação. Seriam estes indícios de uma clara tendência a indolência e sua relação com a falta de controle, estabelecendo a relação entre estas práticas e seu afastamento do trabalho. E, afastamento do trabalho estaria, nesta perspectiva, próximo ao crime. Longe do trabalho, próximo do crime. Segundo Beviláqua (1896):

... grande número de crimes violentos tem origem nos sambas, se não mesmo durante eles praticados. (p. 94)

Este mesmo autor faz uma clara relação entre algumas raças e sua tendência ao crime. As raças com maior predisposição ao crime seriam as negras e indígenas:

São estágios inferiores de um processo evolutivo que culminariam com a raça branca, ariana, menos propensa à criminalidade (...). Em razão das características degenerativas trazidas pela miscigenação, justificar-se-ia um aumento constante no rigor de nossas leis, sempre ameaças pela propensão inata do povo ao crime. (RAUTER, 1982, p. 32)

A questão racial, no contexto brasileiro, se alia a noção de periculosidade e se transforma num dispositivo a mais de exclusão desde o século XIX. A própria escravidão fora explicada naturalizando a raça negra como próxima a indolência, a imbecilidades, a doenças físicas e morais. Segundo Debret (1988):

... os negros não passam de grandes crianças cujo espírito é demasiado estreito para pensar no futuro e indolente demais para se preocupar com ele(...). O negro é indolente, vegeta onde se encontra, compraz na sua nulidade e faz da preguiça sua ambição, por isso a prisão para ele é um asilo sossegado em que pode satisfazer sem perigo sua paixão pela inação, tendência irreprimível que o leva a um castigo permanente. (p. 203)

A relação que se fazia entre negro e degenerescência moral atingiu seu apogeu em meados do século XIX, na Europa, quando foram desenvolvidas teorias com bases científicas que pretendiam comprovar cientificamente a superioridade da população branca. Os testes de inteligência usados no século XX tiveram a mesma função que os exames de “craniometria” no século XIX. Ambos pretendiam excluir os ditos menos capazes de viver em sociedade. A antropometria pretendia fazer (...) *a medição de ossos, crânios e cérebros para, através de comparações, provar a inferioridade das mulheres, negros e índios*. (COIMBRA, 2003, p. 84)

Os estudos de Paul Broca (1824-1880) e Cesare Lombroso (1835-1909) pretendiam contribuir para identificação dos criminosos através da identificação física. A etnologia francesa no início do século XVII tentou estabelecer uma história social das raças, nesta:

... classificações geopolíticas eram utilizadas para reafirmar a precedência de determinados povos – autores como Cabanis, Thierry e Desmoulins propunham examinar tais motivações através de uma espécie de naturalismo histórico. (CUNHA, 1999, p. 248)

Havia, nesta classificação, a necessidade de se relacionar o sistema de raças com a história da humanidade. As correntes fisicalistas criam uma linguagem própria de antropologia inspirada nos ideais iluministas. A primeira definição formal de uma taxonomia racial foi criada por Carlos Lineu, em 1758. Esta taxonomia atrelava a noção de caráter com fatores cujo eixo principal eram as descrições anatômicas.

... em que os negros africanos (*homo sapiens afer*) eram definidos como “governados pelo capricho” e os europeus (*homo sapiens europaeus*) como “governados pelos costumes”. (CUNHA, 1999, p. 235)

Paul Broca – médico fundador da Sociedade de Antropologia de Paris – é um dos incentivadores dos estudos acerca da classificação das ditas “classes selvagens”. Broca (CUNHA, 1999) constrói um modelo de ciência fundada em convenções morais.

A craniologia, criada por Franz Joseph Gall e Carl Camper no final do século XVIII, desencadeara uma série de abordagens em meio a pesquisas comparativas sobre a morfologia, as propriedades da massa cefálica e exames de capacidade intelectual das diferentes raças. (CUNHA, 1999, p. 248)

Joseph Gall, no entanto, estabeleceu uma outra relação entre raça e sociedade. O mesmo através de uma minuciosa “geografia cerebral” relacionou tamanho e desenvolvimento cerebral com memorização e raciocínio. Brocca, no entanto, complementou as teorias de Gall realizando vários estudos acerca da fisionomia e relacionando-a ao desenvolvimento intelectual da sociedade. Em 1807, o filósofo suíço Jean Gaspard Lavater publica *Essais de physiognomia e L’art de connaître les hommes par la physiognomie*. Lavater, a partir desta publicação, estabeleceu relação entre alguns “traços” e “sinais” de face com o “caráter” e “temperamento” dos indivíduos.

Esquadrinhada e dividida em pequenos pedaços, a face poderia informar capacidades e características individuais passíveis de leituras e comparações(...) Desse modo, obter-se-ia um inventário de bocas, narizes e expressões faciais que denotariam sentimentos: tristeza, luxúria, bondade, crueldade, esperteza. Sinais, marcas patológicas e estigmas degenerativos. (CUNHA, 1999, p. 249)

Na verdade são as pesquisas craniológicas realizadas pela antropologia francesa que ganham especial destaque. Estes estudos trouxeram para o palco acadêmico nomes como o próprio Brocca, Torpinard e Bertillon. Tais teorias, segundo Coimbra (2003) ainda encontram adeptos em pleno anos 80, uma vez que

alguns teóricos e membros da sociedade brasileira ainda relacionam crime a uma suposta patologia. Esta autora afirma que tais teorias ainda são acolhidas em pleno século XX.

Ainda hoje, segundo a Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210, de 11.07.1984) a questão da personalidade atrelada ao crime está assim citado:

Artigo 33- Com a adoção do exame criminológico entre as regras obrigatórias da execução da pena privativa da liberdade em regime fechado, os projetos de reforma da Parte Geral do Código Penal e da Lei de Execução Penal eliminaria a controvérsia ainda na exaurida na literatura internacional acerca do momento processual e dos tipos criminológicos de autores passíveis desta forma de exame. Os escritores brasileiros tiveram o ensejo de analisar mais concretamente este ângulo do problema com a edição do Anteprojeto do Código de Processo Penal elaborado pelo Professor José Frederico Marques, quando se previu o exame facultativo de categorias determinadas de delinquentes, no curso do processo ou, conforme a condição de autor, no período inicial do cumprimento da sentença (Álvaro Mayrink da Costa, Exame Criminológico, São Paulo, 1972, p. 255 e s.). As discussões amplamente travadas a partir de tais textos revelaram que não obstante as naturais inquietações e da fase em que deve processá-las, a soma das divergências não afetou a convicção da necessidade desse tipo de exame para o conhecimento mais aprofundado não só da relação delito-delinquente, mas também da essência e da circunstância do evento anti-social. (Lei de Execução Penal, BRASIL, 1984)

Assim, segundo a Lei de Execução Penal (LEP), podemos ver que a noção de uma “personalidade perigosa” ainda permeia entre linhas em pleno anos 80 do século XX. Tal lei ainda vigora até os nossos dias, no entanto o exame criminológico não é realizado em algumas instituições prisionais. Já que está *ad judice*, ou seja, está em tramitação jurídica no que tange a legalidade ou não da sua utilização.

Exame criminológico é um acompanhamento do percurso do preso após sua condenação. Trata-se de um relatório acerca do preso de diferentes tipos de “especialistas”⁷: o médico, o assistente social e o psicólogo.

A Lei de Execução Penal (LEP) institui a avaliação criminológica como elemento daquilo que a doutrina penal denomina “individualização administrativa da pena”. Após a aplicação da sanção pelo juiz (individualização judicial), caberia aos agentes do sistema carcerário classificar os condenados com intuito de determinar o programa “ressocializador”. (CARVALHO, 2005, p. 141)

⁷ Sobre a produção dos especialismos e sua relação histórica com o poder no Brasil ver: COIMBRA, C. “Os Guardiães da Ordem”, São Paulo, Ed. Hucitec, 1993.

Lembramos que o processo de execução das penas, no Brasil, está pautado no sistema progressivo de penas. Assim, após um certo tempo de cumprimento da pena cabe ao apenado obter méritos a partir de uma certa avaliação de sua personalidade. Esta avaliação ocorre a partir da elaboração constante de laudos e pareceres.

A Comissão Técnica de Classificação (CTC), para obtenção dos dados reveladores da personalidade, poderá requisitar informações, entrevistar pessoas e realizar as diligências que considerar necessárias (art.9º, LEP) (...). O trabalho do perito, principalmente do psicólogo, é fundado na técnica de “reconstituição da vida progressa”, que via de regra vem a confirmar o rótulo de criminoso (CARVALHO, 2005, p. 141)

Lembro ao leitor que o objeto de estudo foi “inspirado” no exame criminológico, no qual a questão da perspectiva futura é de grande importância para obtenção de livramento condicional e, posteriormente, nas subseqüentes remissões de pena.

3.0. Em homenagem ao princípio da presunção de inocência, o exame criminológico, pelas suas peculiaridades de investigação, somente é admissível após declarada a culpa ou a periculosidade do sujeito. O exame é obrigatório para condenados à pena privativa da liberdade em regime fechado.

3.1. A gravidade do fato delituoso ou as condições pessoais do agente, determinantes da execução em regime fechado, aconselham o exame criminológico, que se orientará no sentido de conhecer a inteligência, a vida afetiva e os princípios morais do preso, para determinar a sua inserção no grupo com o qual viverá no curso da execução da pena. (Lei n. 7.210, de 11-07-1984- Lei de Execução Penal)

No contexto acima descrito trata-se de “conhecer” o sujeito delituoso, atribuindo a ele uma certa “verdade” fundada em certos saberes. Ou, em outras palavras, é a partir de um dado saber que o sujeito é objetivado. O estudo se baseia nas práticas que são fundamentadas em certos discursos.

Na segunda parte do meu trabalho, estudei a objetivação do sujeito naquilo que eu chamarei de “práticas divisoras”. O sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros. Este processo o objetiva. Exemplos: o louco e o são, o doente e o sadio, os criminosos e os “bons meninos”. (Foucault In: DREYFUS e RABINOW, 1985, p. 118)

A questão do poder atravessa toda a obra de Michel Foucault, seja quando analisa as práticas explícitas ou as mais difusas, nos quais o poder está engendrado em outras forças. No que tange ao campo do domínio do saber:

Foucault demonstra como as práticas sociais podem chegar e engendrar domínios de saber, que objetos, novos conceitos, novas tecnologias, mas também fazem aparecer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento. (BASTOS, 2002, p. 53)

Foucault coloca em pauta as ciências humanas, o porquê de seus objetos, seus conceitos e suas estratégias. Lembramos que Foucault nos alerta para o fato das ciências humanas não poderem explicar a matriz que a institui (DREYFUS E RABINOW, 1985). Na abordagem de Michel Foucault o que está em foco é a descrição, em termos teóricos, das regras que orientam as práticas discursivas. Contudo, Foucault pretende pensar a formação das ciências humanas a partir

... de um conjunto maior de práticas organizadas e organizadoras, em cuja expansão as ciências humanas desempenham um papel crucial. (DREYFUS E RABINOW, 1985, p. 114)

Cabe ressaltar que, nesta perspectiva, o investigador não é mais *o espectador desligado dos momentos discursivos* (DREYFUS E RABINOW, 1985, p. 115). Ao contrário, no interior de sistemas discursivos, sendo produto deles é que o investigador compreende os significados das práticas sociais. Assim, a teoria não está subordinada a prática, ou vice-versa. Contudo, é através da teoria que se operam as práticas.

A verdade para o genealogista:

A verdade mais profunda que o genealogista deve revelar é o segredo que (as coisas) não têm essência, ou que sua essência (foi) construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas (DREYFUS E RABINOW, 1985, p. 119)

A partir de Nietzsche, o genealogista não deve buscar, como o fez Platão, a verdade ideal. Uma vez que o faça, o mesmo terá em suas mãos o fundamento da moralidade. Nietzsche, que foi o genealogista por excelência, coloca a impossibilidade do desenvolvimento da “verdade”, já que a história da verdade é a “história do erro e da arbitrariedade”.

A fé sobre a qual nossa crença na ciência repousa é ainda uma fé metafísica...É a fé cristã que era também a fé platônica, no princípio Deus é a Verdade, e a verdade divina. (DELEUZE, 1976, p. 121)

Foucault, no entanto, não demonstrava indignação com a construção de verdades estabelecidas pelo discurso científico. Foucault estava interessado em entender como se operam as práticas sociais a partir de um certo regime

discursivo. Segundo Foucault, o genealogista deve *destruir a primazia das origens, das verdades imutáveis* (DREYFUS E RABINOW, 1985, p. 121)

Uma diferença entre Foucault e Nietzsche é que este último funda criticamente a moralidade nas práticas dos atores sociais, enquanto Foucault retira todo aspecto psicológico da abordagem, uma vez que este aspecto não é a fonte, ao contrário, já é produto de uma estratégia sem estrategista. Assim, entende-se o poder como conjunto de estratégias

... disposições, manobras, táticas, técnicas, funcionamentos; que deciframos nele uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade mais do que um privilégio que poderíamos deter. (FOUCAULT, 1975, p. 31).

Com isto, um jogo de forças se torna possível pelo espaço que as define. Este espaço é entendido como resultado de certas práticas que ocorrem há algum tempo.

O genealogista não pretende descobrir entidades substanciais (sujeitos, virtudes, forças) nem revelar suas relações com outras realidades deste tipo. Ele estuda o surgimento de um campo de batalha que define e esclarece um espaço. Os sujeitos não preexistem para, em seguida, entrarem em combate ou em harmonia. Na genealogia, os sujeitos emergem num campo de batalha e é somente aí que desempenham seus papéis. O mundo não é um jogo que apenas mascara uma realidade mais verdadeira por trás das cenas. Ele é tal qual aparece. Esta é a profundidade da visão genealógica. (DREYFUS E RABINOW, 1985, p. 122)

O que está em jogo para o genealogista não é somente a relação entre dominantes e dominados. É sim o ritual no qual se impôs procedimentos minuciosos de poder. Como veremos nas obras “Vigiar e Punir” e “História da Sexualidade”, no qual Foucault vai destacar o *Panopticon* de Bentham e o ato confessional dos confissionários. As regras e os códigos destes rituais estão presentes na lei civil, nos códigos morais, nas leis universais da humanidade. Estas (...) *tentam prevenir o homem contra a violência supostamente existente na ausência de coerções impostas pela civilização* (DREYFUS E RABINOW, 1985, p. 123).

E neste contexto, a partir das relações de poder vemos o corpo como um dos grandes componentes da operação de poder na sociedade moderna. Foucault, a partir de Nietzsche, apresenta a maleabilidade do corpo, recusando uma visão de corpo composto por estruturas e necessidades fixas. E mais, o corpo é entendido imerso na díade saber-poder no qual cria-se uma tecnologia política do corpo.

Sobre os discurso de poder nos fala Foucault:

Existe atualmente um grande desconhecido: quem exerce o poder? Onde o exerce? Seria necessário saber até onde se exerce o poder, através de que revezamentos e até que instâncias, freqüentemente ínfimas, de controle, de vigilância, de proibições, de coerções. (FOUCAULT, 1979, p. 75)

Nas prisões, no entanto, o poder não se esconde, ele é deliberadamente reconhecido nas práticas cotidianas. No entanto, quando partimos para o “exame”, ou seja, o que é dito, no exame criminológico sobre a ré, vemos um discurso normativo e com propriedades específicas. Estas remetem ao poder de determinar algo para uma certa decisão judicial. O exame participa de um discurso maior que determina a liberdade ou a reclusão do apenado. Segundo Foucault (1999), os discursos disciplinares nos quais os exames se ancoram trazem consigo um poder sobre a vida e a morte do examinado.

Fazer viver e deixar morrer, eis a linha de programação fundamental desta máquina disciplinar. (BASTOS, 2002, p. 120)

A máquina disciplinar fundamenta-se numa certa ortopedia do sujeito delituoso, em conseqüência, num humano com características priorísticas que excluem atravessamentos econômicos, sociais e políticos. Trata-se de um sujeito já dado. Esta concepção de um sujeito já dado compreende a subjetividade como

... algo a ser preenchido, ocupado e gravado, assim como fazemos com um disquete do computador. (BASTOS, 2002, p. 54)

Adoto o conceito de sujeito no qual a subjetividade é maquinica, ou seja:

... essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida. (GUATTARI E ROLNIK, 1992, p. 25)

Assim pensada, a subjetividade não pode ser totalizada, nem tampouco centralizada no sujeito. Ao contrário de um sujeito que detém uma subjetividade, há, no entanto, agenciamentos coletivos de enunciação:

A subjetividade é produzida por agenciamentos coletivos de enunciação (...). A subjetividade não é passível de localização ou de centralização no indivíduo. A subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro social. (GUTTARI E ROLNIK, 1992, p. 31)

A noção de produção vem de encontro com um sujeito dado. Não há antigas dualidades sujeito x objeto, indivíduo x sociedade, interno x externo, temos, no entanto

... planos de encontros em que sentidos são criados, em que fluxos de acontecimentos formam hibridações. (BASTOS, 2002, p. 55)

Somos resultantes das forças que se apoderam de nós. Forças que são de múltiplas intensidades. Não há somente um vetor hegemônico na produção de nós mesmos. Somos produzidos, mas não há nisso nenhuma passividade. A subjetividade está sempre buscando novas conexões e agenciamentos.

... os agenciamentos são povoados de devires e de intensidades, de circulações intensivas, de multiplicidades quaisquer. (DELEUZE, 1979, p. 95)

Assim, podemos dizer que a subjetividade não é interior ao sujeito ela está remetida a registros sociais através dos agenciamentos coletivos de enunciação. Na leitura deleuzeana de Michel Foucault as práticas discursivas emergem na superfície dos acontecimentos.

Um tanto perplexos, nos damos conta que dentro, aqui, nada é do que o interior de uma dobra da pele. E reciprocamente, a pele, por sua vez, nada mais é do que o fora do dentro. (BENEVIDES, 2002, p. 124)

Neste tema, lembramos que Michel Foucault entende pensamento enquanto um ato que coloca um sujeito e um objeto em suas inúmeras e possíveis relações. Com isto, o pensamento é uma relação de reflexão no qual estão em pauta as condições em que certos sujeitos tornam-se objetos a partir da construção de um possível saber.

Mas a questão é também e simultaneamente, determinar sob quais condições alguma coisa pode se tornar um objeto para um possível conhecimento, um objeto para conhecer, para quais métodos de análise foi susceptível e quais aspectos desta coisa foi considerada pertinente. (FOUCAULT, 1984, p. 54)

Assim, não existem verdades, *à priori*, e sim uma relação de poder que permite que este ou aquele conhecimento se torne possível. Um exemplo clássico é a sexualidade. Em “História da Sexualidade II” (1984), logo no início do livro, Foucault nos fala das condições em que a sexualidade tornou-se objeto de interesse e assim operou mudanças na forma como indivíduos começaram a se

reconhecer. O termo sexualidade, segundo Foucault (1984), surgiu no início do século XIX:

O uso da palavra foi estabelecido em relação a outros fenômenos: o desenvolvimento de campos de conhecimentos diversos (que cobriram tanto os mecanismos biológicos de reprodução como as variantes individuais ou sociais do comportamento); a instauração de um conjunto de regras e normas, em parte tradicionais e em parte novas, e que se apóiam em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas; como também as mudanças pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor a sua conduta, seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos. (FOUCAULT, 1984, p. 09)

Com isto, estamos falando de uma experiência de uma sexualidade e entendemos experiência:

... correlação numa cultura entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetivação. (FOUCAULT, 1984-a, p. 10)

Entendemos, então, a experiência como uma intercessão entre os campos de saber, os tipos de regulações que são criadas a partir de tais campos e seu produto final: a construção de uma subjetividade. E neste aspecto cíclico não existe uma subjetividade que é interior e, à priorística:

... a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro social. (GUATTARI E ROLNIK, 1992, p. 35)

Contudo, ainda que a subjetividade seja construída nos diversos registros sociais através dos agenciamentos coletivos de enunciação, há processos de singularização que são as formas peculiares de se apropriar de uma forma serializada de subjetivação. Diante de uma subjetividade serializada podemos ter uma apropriação assujeitada ou singular.

Os processos de singularização citados por Deleuze e Guattari aproximam-se da chamada estética da existência de Michel Foucault. Nesta, Foucault enfatiza as formas de se relacionar com os códigos prescritivos:

... práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra de arte que seja portadora de certos valores estáticos e responda a certos critérios de estilo. (FOUCAULT, 1984, p. 67)

É a partir desta relação com “certos critérios de estilo” que lemos a seguinte afirmação de Deleuze frente a obra de Foucault:

Mas o duplo nunca é uma projeção do interior, é, ao contrário, uma interiorização do lado de fora. (DELEUZE, 2005, p. 31)

Esta dobra de um de fora para ser um de dentro que é produção do fora é a força pelo qual o sujeito, na constituição de si, põe na relação com as regras prescritivas (o fora) um estilo. Estilo este que, nesta lógica, é uma forma de dobrar as linhas de força e constituir, com isto, novas formas de existência. Sobre a subjetivação estabelece-se um fora/dentro:

Trata-se de uma relação da força (...) trata-se de uma dobra da força. Segundo a maneira de dobrar a linha de força, trata-se da constituição de modos de existência, ou da invenção de possibilidades de vida. (DELEUZE, 1979, p. 29)

Invenção de possibilidades de vida, de formas inúmeras de vivenciá-la. A partir da experiência de estar numa prisão é que pretendo dar continuidade ao capítulo. Falar de uma prisão objetivada é fácil, basta fotografá-la e lançar sobre a mesma um olhar supostamente objetivo. Entretanto há, no espaço prisional uma experiência de encarceramento singular, vivida cotidianamente por inúmeras mulheres que lá estão. É desta experiência que me proponho a discorrer:

Em suma, o espaço é um lugar praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres. (CERTEAU, 1990, p. 202)

Se a prisão deixa rastros na vida das mulheres, estas mulheres deixam rastros na prisão. Me tomo de Benjamim (1996) para assim adentrar o espaço da experiência de estar presa:

Pois qual o valor de todo nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais se vincula a nós? (...) Se entrarmos num quarto burguês dos anos oitenta, apesar de todo o “aconchego” que ele irradia, talvez a impressão mais forte que ele produz se exprima na frase: “Não tens nada a fazer aqui” (BENJAMIM, 1996, p. 117)

Trazendo para a prisão a noção de experiência, pretendo trazer imagens e composições, através do meu discurso, da experiência de estar no cárcere. Mas lembro ao leitor que trata-se do meu olhar e da minha narrativa que, quando construída está repleta de mim mesma.

A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio artesão – no campo, no mar e na cidade - é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do

narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. (BENJAMIN, 1996, p. 205).

A seguir, no próximo capítulo, artesanalmente, apresento ao leitor o cotidiano dos três espaço prisionais nos quais tive contato, assim com as particularidades de cada um.

5 Capítulo IV: E A SEDA AZUL DO PAPEL QUE ENVOLVE A MAÇÃ. O CAMPO REVISITADO

A franja da encosta,
cor de laranja, capim rosa-chá.
O mel destes olhos, luz!
Mel de cor ímpar.
O ouro ainda não bem verde da serra,
A prata do trem.
A lua e a estrela,
Anel de turquesa.
Crianças cor de romã entram no vagão.
O oliva da nuvem chumbo ficando pra trás a manhã.
E a seda azul do papel que envolve a maçã.
(Caetano Veloso)

Moradora de um bairro calmo em Niterói preciso atravessar a baía de Guanabara para chegar até uma das cadeias pesquisadas: O Presídio Feminino Talavera Bruce, em Bangu, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro.

No entanto, antes mesmo de nele chegar já estou bem perto. Não só pelos sinais de pobreza que transitam cotidianamente em nossas vidas marcando a diferença entre os incluídos e os que ficam de fora da farta ceia oferecida pela dinâmica do capital. Não só assim, mas na contramão disto.

De Santa Rosa, bairro de Niterói em que moro, até Bangu são exatamente 2 horas e 55 minutos. Indo de ônibus.

Ao sair de casa, acendo uma vela para São Jorge – é preciso estar protegido pelo caminho. Em seguida, me vejo na rua, numa manhã ainda escura. Abençoada pela lua que ainda está no céu, percebo algumas estrelas já tímidas pela proximidade do sol e procuro, pacientemente, o cruzeiro do sul: é preciso ter norte nesta vida!

Ônibus é assim: muitas pessoas, muitas vidas que silenciosamente parecem seguir seu destino. Como se houvesse um destino para ser seguido. Lembro do título de um filme que está em cartaz: “*A pessoa é para o que nasce*”. Será? Será que somos para o que nascemos? Não entendo esta afirmação, preciso ver o filme.

Contemplativa, saio da imagem do filme e fico imersa no cenário do amanhecer visto da ponte Rio-Niterói. Sinto-me dentro de um quadro pintado por

um artista famoso. Ou, pelo efeito das cores, me sinto dentro de um filme de Almodóvar, ou trafegando numa canção de Caetano Veloso que relata, minuciosamente o trajeto de um trem.

E a seda azul do papel que envolve a maçã. Quem nunca viu uma maçã envolvida por um papel de seda azul? Forma delicada e eficiente de apresentar as maçãs. Já que elas precisam ser apresentadas que sejam com papéis de seda azul. Poderiam ser apresentadas em caixas de madeira ou enroladas em papel de pão, até mesmo com jornais marcadas pelo “nanquim” de suas notícias.

Eu escolho a seda, *seda azul do papel que envolve a maçã*. E num papel de seda azul me proponho apresentar minha pesquisa de campo. E cunho, a partir da *seda azul do papel que envolve a maçã* o tratamento estabelecido com o campo de estudo. As vidas aqui apresentadas não serão biografias de delinquentes, ao contrário, serão vidas delicadamente apresentadas. E nesta apresentação não seremos tomados por forças semelhantes aos dos delitos e sim por outras forças que numa perspectiva foucaultiana: *fazem viver e não deixam morrer* (FOUCAULT, 2002-a, p. 285). Legitimada pela apropriação que faço desta frase de Michel Foucault, revindico aqui a possibilidade de me tomar de azuis:

Aquele tom azul, quase inexistente, azul que não há, azul que é pura memória de algum lugar. (Caetano Veloso – *Trem das Cores*)

E tomada por esta memória recupero o azul que guardo nas minhas memórias de graduação. E lá de longe, num tom azuladamente brilhante, vejo Cláudio Ulpiano, grande professor de filosofia, lembrado na citação de Bastos (2002):

Numa de suas belíssimas aulas ele se dirigiu a alguns alunos do curso de psicologia e perguntou: “- O que vem a ser a psicologia?” “Para que serve?” Ante a nossa confusão, perplexidade e demora, Cláudio Ulpiano nos disse: “- Depende das forças que se apoderam dela! Coloquem suas forças em batalha para produzirem uma psicologia afirmativa” (p. 58)

Afirmção da vida! Naquele momento assistia a afirmação da vida. Ali mesmo onde a vida começa: nas manhãs! E é lambuzada de manhãs que inicio este capítulo e porque não dizer, esta tese. Acredito que só construímos perspectivas futuras quando somos possuídos por manhãs. Contaminei-me de manhãs: de falas, de sorrisos, de histórias, de memórias, de vidas. Uma pesquisa participante foi o que fiz? Sim, talvez. Todavia não me preocupei em conceituar

o que observava, não separei em categorias, não tenho a ilusão confortável de que a vida na cadeia, as tantas vidas ali circulantes, possam ser categorizadas. Entrei na cadeia buscando responder uma pergunta: Quais os projetos futuros das mulheres ao sair da cadeia? Há formulação de projeto futuro? Fiz mais de 154 entrevistas gravadas com meu velho gravador. Entretanto, eu era um elemento estranho ao entrar naquele espaço. E eu, enquanto estrangeira, fui observadora informal de inúmeras situações. Enquanto estrangeira, naquele espaço sei que inúmeras respostas já “prontas” me foram dadas em função deste meu lugar “de fora”:

É bem possível que algumas das pessoas entrevistadas tivessem opiniões individuais divergentes das idéias e crenças típicas de seu bairro. Mas as entrevistas de tipo convencional são métodos aproximativos de avaliar as atitudes e opiniões das pessoas. Raramente fazem mais do que arranhar a superfície. Em comunidades como essas, era de se esperar que, em entrevistas com pessoas relativamente estranhas, os entrevistados fossem mais propensos a exprimir a idéia-padrão do que quaisquer opiniões individuais que se desviassem destes padrões. (ELIAS, 2000, p. 54)

Assim, pretendo relatar o campo. Um relato respeitoso com cada mulher. Respeitoso e cuidadoso, assim como *a seda azul que envolve a maçã*, estabeleci com as vozes e impressões um cuidado especial. Antes mesmo do leitor, este relato já fora lido para as mulheres presas. Só serão abordados os assuntos autorizados pelas mulheres presas. E tais assuntos estão sendo convertidos em “oficinas” que farei com as mulheres do Talavera Bruce ao longo de 2006.

Ao longo dos 28 meses em que estive no espaço penitenciário para a construção da pesquisa, era evidente a elaboração de linhas de fuga. Linhas estas que tentavam buscar uma criação singular diante de tamanho apaziguamento das forças pulsantes. Apaziguamento este que tem como objetivo construir “corpos dóceis” e marcar a exclusão social: função maior da cadeia. Há linhas de fugas sendo construídas diariamente na cadeia, todavia há também o desejo explícito que a imagem de mulheres presas não esteja associado ao “mau”, a dita “bandidagem” e nem tampouco ao “feio” e ao “descuidado”. Como se precisassem “higienizar” suas imagens. As mulheres presas internalizam uma certa idéia que associa o “higiênico” ao civilizado. Uma vez civilizado, supostamente mais aceitável socialmente. Inúmeras vezes fui convidada para visitar suas celas para que eu visse o quanto eram “limpinhos” seus pequenos espaços. Muitas faziam faxinas para que eu visitasse. Quando eu entrava e

sentava em suas camas havia um orgulho expresso no olhar, no sorriso e nos comentários com outras presas e agentes penitenciárias. Precisavam contar que eu havia bebido água no seu copo ou que eu havia ficado um tempo significativo na cela desta ou daquela.

A minha entrada nas celas era cercado de cuidados e mimos por parte das presas que sempre me ofereciam o que tinham de melhor. Sempre mostrando seus pequenos objetos de valor: uma pequena tv, um ventilador quebrado que haviam ganhado, um shampo cheiroso, um sabonete. Lembro ao leitor que estes objetos de uso pessoal tais como sabonete, shampo e outros são artigo de alto luxo no presídio. Um sabonete “Lux de Luxo” que custa menos de um real na farmácia é marca de *status* dentro do presídio. Um shampo “Seda” é altamente cobiçado por todas. Quando algum familiar consegue driblar a pobreza e levar um só artigo deste para uma das mulheres há uma partilha do mesmo. O sabonete se divide em seis unidades no qual a embalagem fica guardada com uma das mulheres. Algumas exibem as embalagens de sabonete que guardam em seus armários. Uma delas já me ofereceu a embalagem de um sabonete “Phebo”, tratava-se de uma oferenda preciosa dentro do presídio, signo de muito afeto e carinho. Pequenos fragmentos de afeto. E se eram afetos, me afetavam. Me afetei por seus sofrimentos e dores. Meu fascínio consistia na intensidade de suas vidas, suas pobres e esquecidas vidas:

Vidas singulares, tomadas por não sei quais acasos, estranhos poemas, eis o que eu quis juntar numa espécie de herbário. (Foucault, 1977-a, p. 204)

Traduzir os “mimos”, decodificar os afetos. Como seria possível? Eram, como já disse, Foucault (1977-a) estranhos poemas. Havia nesta alegria em me mostrar sua cela “limpinha” algo de muito triste. Transformar esta tristeza em ação no mundo era sempre meu alento ao sair de cada cela. Elas que tanto se empenhavam em me agradar, elas nada podiam ter de mim. Eu sim, precisava delas, suas dores me moviam:

Ora, o que esses intelectuais descobriram depois da recente arremetida é que as massas não necessitam deles para saber, elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, interdita, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não está apenas nas instâncias superiores da censura, mas que enterra muito profundamente, muito sutilmente em toda rede de sociedade. (FOUCAULT, 1972-a, p. 39)

Quando o assunto é sistema carcerário, há um desejo acadêmico que o estudo seja regado de “sangue” e denúncias. Esta é minha denúncia: as mulheres presas são mulheres. Mulheres que cometeram delitos (não cabem a nós julgá-las) e que vêm na maternidade uma tática para construção, ainda que fictícia, de um projeto futuro.

Enquanto uma estratégia metodológica busquei uma categoria que fosse recorrente em todas as falas, uma possibilidade de formulação de um conceito de uma certa categoria de pessoas (ELIAS, 2000). E esta só foi possível quando a resposta a minha pergunta se dava em função da maternidade. O tema da maternidade era a resposta a pergunta acerca das perspectivas futuras. Algumas nuances individuais foram observadas, mas tais nuances são por demais singulares. Estão pautadas em duas vertentes: as presas que tem seus filhos “criados” e, portanto, sentem-se amparadas ou desamparadas pelos mesmos e as presas cujos filhos são menores de idade cujo paradeiro e bem-estar é a tônica de seus projetos futuros.

Não adianta nada o “Viva Rio” vir aqui no Natal se a gente não sabe se nossos filhos vão ter o que comer o ano inteiro. (Clarice – Interna do Talavera Bruce)

A angústia é sempre presente quando o assunto são os filhos. Transcrever tais angústias é, por deveras, difícil. Uma vez que uma coisa era o que falavam frente ao gravador, outras eram o que diziam os rostos, as lágrimas, o desânimo ante a ausência da visita de um filho. Ou a “fala” presente na preocupação com o paradeiro ou o destino conferido pelo juiz aos filhos menores. E a angústia em sua antítese, se fazia presente nas falas e na elaboração de uma possibilidade de vida fora da cadeia.

5.1. O Cotidiano Prisional

A pesquisa foi feita em três estabelecimentos prisionais: Presídio Feminino semi-aberto Romeiro Neto, Presídio Feminino Nelson Hungria e Presídio Feminino Talavera Bruce. O Presídio Romeiro Neto foi extinto. E o Nelson Hungria, que na época da pesquisa ficava na rua Frei Caneca (centro da cidade), atualmente está associado ao complexo penitenciário de Bangu (periferia da cidade). A maior parte da pesquisa, entretanto, foi realizada no Presídio Talavera

Bruce, dada a abertura da direção do mesmo à pesquisa. Após os meus comentários (meu olhar) acerca da cadeia, utilizei de entrevistas de algumas presas para apresentar ao leitor a especificidade de cada cadeia visitada. As entrevistas apresentadas foram escolhidas a partir de temas abordados. Ou seja, minha escolha se deu em função de algumas falas que eram características da realidade apresentada.

5.1.1. O Presídio Feminino Romeiro Neto

O transito no Romeiro Neto foi bastante dificultado pela direção. Tratava-se de um presídio localizado em Niterói, região reconhecida como local dos semi-abertos (feminino e masculino). A localização do mesmo já foi descrita anteriormente. Tratava-se de uma grande casa com muitas árvores, aparentemente um ambiente tranquilo de final de pena. Mas que escondia a pior cela¹ de “castigo” do sistema carcerário do Rio de Janeiro. Cela esta descrita no relato do caso já citado. As mulheres que lá estavam se recusaram a falar comigo e quando o faziam tinha que ser na presença da psicóloga. Mais tarde, com a intervenção do Romeiro Neto pela Comissão dos Direitos Humanos, pude saber que havia represálias para quem demonstrasse algum tipo de descontentamento.

Sobre o cotidiano naquele espaço, pude apenas constatar que as presas podiam entrar e sair, tendo apenas que respeitar um horário para retornar. Constatei, entretanto, que estas saídas eram dificultadas pela psicóloga que, em seu olhar panóptico, só considerava lícita e “saudável” a saída de algumas mulheres, em detrimento de outras. Quando perguntei o motivo de algumas terem tido seu direito de semi-aberto suspenso a mesma não me respondeu. No dia seguinte, fui impedida de dar continuidade à pesquisa no Romeiro Neto.

¹ Uma vez descumprida medidas disciplinares, há uma gradação para a punição. A cela de castigo (também conhecida por “solitária”) é a última medida disciplinar a ser dada, seguindo a LEP (Lei de Execução Penal).

5.1.2. O Presídio Feminino Nelson Hungria

O Presídio Nelson Hungria, quando no momento da pesquisa, ficava localizado na rua Frei Caneca (região central da cidade) no mesmo complexo penitenciário do Presídio Masculino Lemos de Brito. As janelas da galeria da prisão feminina ficavam próximo de algumas janelas das galerias da prisão masculina. Havia comunicação visual entre as duas prisões: masturbações simultâneas entre os presos e as presas nas janelas gradeadas das respectivas celas, troca de olhares no pátio, festas nas quais os presos e presas podiam estabelecer contato. Não soube, entretanto, de nenhuma notícia sobre visitas íntimas entre os presos do Presídio Feminino Lemos de Brito e as presas do Presídio Nelson Hungria.

O Nelson Hungria mantinha as presas enclausuradas 24 horas do dia, podendo circular pelo presídio somente as que por bom comportamento possuem alguma atividade laborativa. Estas são chamadas de “faxina”. As demais ficavam dentro de celas coletivas com 12 mulheres aproximadamente.

A rotina do Nelson Hungria era muito repetitiva, havia conferência das presas três vezes ao dia. Esta conferência era chamada, no sistema carcerário de “confere”. O “confere” consistia na chamada do nome de cada presa e esta, no Nelson Hungria, devia estar próximo de cada cama. As que dormiam nos beliches no andar de cima ficavam ao lado da cama, em baixo. Elas precisavam ser vistas e deviam responder a uma chamada que ocorria nos seguintes horários: às oito horas da manhã, às onze e meia da manhã (horário do almoço) e às dezessete horas, horário em que todas, até as “faxinas” são recolhidas.

As “faxinas” não só cuidavam da limpeza da cadeia, elas cozinhavam ou trabalhavam na enfermaria. Ser “faxina” numa cadeia, seja feminina ou masculina, significa *status* entre os detentos, assim como significava que estavam mais próximas de uma recuperação.

Uma vez que só as “faxinas” podiam circular, pude entrar em algumas celas, contudo não podia entrar com gravador. As celas nas quais era permitida a minha entrada eram as celas “evangélicas”. Na cadeia feminina, as celas das evangélicas são as consideradas mais calmas e seguras. Nestas não há *funk* e nem tampouco há circulação de drogas. Cabe lembrar que muitas presas são evangelizadas pelas

inúmeras igrejas protestantes que, cotidianamente, adentram o espaço prisional. Muitas presas que se diziam evangélicas, na verdade professavam a fé porque não queriam estar envolvidas no tráfico que ocorria dentro da cadeia, porque queriam estar longe do crime ou porque queriam dormir durante a noite. Coisa difícil, já que o *funk*² impedia a pernoite nas celas não evangélicas. E o funk no Nelson Hungria tornava-se um comunicador com o Presídio Masculino Lemos de Brito, já que haviam festas à distância no qual, segundo a fala de uma presa: “rolava de tudo”! Os presos e presas do Complexo Frei Caneca transpunham a distância entre os dois presídios através do som do *funk* e da afirmação que tais letras faziam. Naquela época (2002) o Presídio Lemos de Brito era um presídio no qual eram presos os pertencentes do Comando Vermelho (CV). Nesta facção, às seis da tarde, havia uma reverência ao espírito do fundador da facção, designado RL. Às seis horas da tarde a facção do Comando Vermelho reverenciava, falando todos numa só voz: “Paz, Justiça, Liberdade, Comando Vermelho, RL, Fé em Deus, Fé nas Crianças”.

A chamada oração do Comando Vermelho foi introduzida nas cadeias por Ricardo Duram, que desde a época da Ilha Grande dizia para os presos que eles tinham que tirar pelo menos um minuto por dia para pensar em Deus, na família, nos companheiros do crime. Nos dias em que algum irmão morre, a oração e o tempo são maiores, chegando a durar cinco minutos. (LUDEMIR, 2002, p. 37)

As minhas informações sobre a cadeia masculina são precárias, dado que meu campo de pesquisa ter sido a cadeia feminina. O pouquíssimo que sei é através da voz das presas do Nelson Hungria, na época em que ele ficava situado no Complexo Frei Caneca e sua conseqüente aproximação do presídio masculino.

As entrevistas do Nelson Hungria não puderam ser gravadas, somente transcritas. Eu pude ficar a sós, numa sala com as presas durante as entrevistas, o que já se constitui, para mim, naquele momento, um avanço na minha pesquisa. Uma vez que no Presídio Romeiro Neto até isso me foi impedido. No Nelson Hungria minha circulação era tutelada por agentes carcerários. Em nenhum momento pude ficar sozinha nas celas ou nas dependências do presídio. O único momento em que pude ficar sozinha com as presas foi no momento das entrevistas.

² Por escolha pessoal utilizei a palavra “funk” ao invés de “fanque”, que seria mais abrigado.

A seguir transcreverei uma entrevista realizada no Nelson Hungria. Escolhi esta entrevista pelo fato da entrevistada, naquele momento, está se relacionando com um preso do Presídio masculino Lemos de Brito e assim demarcar a especificidade do cotidiano prisional dada a aproximação do Nelson Hungria do Lemos de Brito.

As entrevistas apresentarão em negrito a minha fala e em itálico a fala das presas.

Entrevista com Pâmela.

Pâmela está no início da pena, com 3 anos de reclusão cumpridos, sendo 2 anos cumpridos na delegacia, antes do julgamento e 1 ano no Sistema Penitenciário Feminino Nelson Hungria.

A entrevistada escolheu ludicamente este nome. O nome foi escolhido a partir de um seriado norte-americano exibido nos anos 80 na TV Globo, cujo nome era “Dallas”. Pâmela pediu para ser entrevistada, uma vez que me via no Nelson Hungria conversando com outras mulheres reclusas. O resto, prefiro que Pâmela mesmo conte:

Nasci em Mangaratiba. Fui criada com uma senhora que pensei que fosse minha avó. Nunca pensei em minha mãe. Uma vez, quando eu estava num ônibus, minha madrinha falou que a cobradora era minha mãe.

Minha vida com minha avó era boa, eu tinha uma vida boa financeiramente. Estudei até a 5ª série e me lembro que tinha até professora particular.

Quando eu tinha 14 anos engravidei do grande amor da minha vida. A mãe dele achava que eu queria segurar ele. É que ele estava entrando na Marinha. Ela achou que eu queria ficar bem de vida.

Minha avó ficou chateada no começo mas depois aceitou. Quando minha avó morreu tentei me aproximar da minha mãe, cheguei a morar com ela e com minha filha que na época tinha menos de 6 meses.

Aí, nesta época, comecei a namorar um rapaz que foi uma coisa muito engraçada. Começamos a namorar quando ele me pediu para eu ir com minha filha ao churrasco. Isso porque minha mãe ficou com raiva disso, quando voltei do churrasco ela mandou eu levar meus panos de bunda para casa dele. Aí ele me pegou e me levou para casa dele. Morei com ele 7 anos e meio.

Pergunto se ela foi feliz com ele.

Olha, ele nunca me deixou faltar nada e nem nunca levantou a mão para mim. Fomos morar, de princípio, num quartinho na casa do pai dele. Depois ele fez uma casa de aguada no quintal da casa do pai dele.

Pergunto o que é aguada, a mesma responde que é uma casa feita de cimento grosso e chão batido.

Ele era o marido que pedi a Deus. Engravidei e perdi um casal de gêmeos quando estava com 4 meses de gravidez. Não engravidei mais porque estava fraca e tinha que fazer um tratamento. Me separei porque, depois de 7 anos, Luan me traiu. Todo mundo me falava, ele estava com um comportamento diferente. Antes era de casa para o trabalho e só saía comigo e com a Flávia (filha de Pâmela)

Nós tínhamos 3 carros na garagem. Ele era frentista e vendedor de carro. A gente vendia laranja e peixe com microfone e tudo.

Num dia, nós fomos para praia, eu lavei o carro dele para ele se encontrar com outra. Eu arrumei minha filha e fui atrás. Peguei! Peguei ele saindo da casa dela. Ele estava com duas mulheres. Aí eu perguntei: qual das duas? Ele respondeu: ela! E esta com ela até hoje.

Quando me separei voltei para casa da minha mãe. Nesta época o meu cunhado se separou da minha irmã, aí foram dizer que eu e ele tínhamos separado porque estávamos juntos.

O Luan estava frequentando um barzinho em frente a casa da minha mãe. Acho que ele queria me vigiar. Um dia, pediu para eu voltar me raptado. Só que antes ameaçou meu cunhado e foi me pegar de carro na casa da minha prima. Ficou o dia inteiro rodando de carro dizendo que se eu não voltasse para ele, ele ia jogar o carro no barranco. Eu não voltei, pedi um tempo para pensar. Quando a gente estava retornando ele viu o carro daquele meu cunhado em frente a um motel perto da casa da minha mãe. Aí ele deu um cavalinho de pau. Dentro do carro, na frente do motel, estava minha mãe e minha filha. O carro da polícia estava lá porque minha mãe já tinha dado parte do meu desaparecimento.

Fui embora com meu cunhado, minha mãe e minha filha. Fiquei pensando naquela confusão toda. Minha mãe me contou que estavam dizendo que eu estava com meu cunhado.

Um dia, meu cunhado veio me convidar para ir a uma festa. Fui eu, meu cunhado, minha irmã e um amigo do meu cunhado.

Luan me vigiava 24 horas do dia. Poxa! Ele me vigiava mas não ia até o final para ver que não tinha nada haver.

Aí, nesse meio tempo, meu cunhado se declarou: falou que estava apaixonado e que queria morar comigo. Falei que não. Ele me segurou no braço e tascou aquele beijo! Aí já começaram a falar que eu já estava morando com ele. Aí me criou uma revolta, convidei, então, ele para morar comigo. Nessa época eu já tinha uma casa que fiquei da separação de Luan. Só que meu cunhado entrou numa 3ª feira e saiu na 6ª feira.

Por que? Pergunto. O que houve? (Pergunto sorrindo)

A festa foi boa, transamos muito. Mas foi coisa rápida, coisa de corpo. Vinha uma coisa de culpa. Tanto que ele voltou para minha irmã, teve mais um filho e eu não voltei para o Luan.

Aí eu comecei a sair, a conhecer gente. Acabei reencontrando um antigo namorado. Ele era filhinho de papai: não gostava de fazer nada, trabalho pra ele não existia. A família dele tinha dinheiro. Ele me apresentou a uns 3 rapazes amigos dele. Eles já haviam bolado esse assalto.

Eu, em nenhum momento, falei do delito nem tampouco fiz menção ao mesmo.

Perguntaram se eu queria dirigir um carro para ganhar dois mil reais. Eu não tava tendo apoio da minha família. Eu estava precisando de dinheiro e era só dirigir um carro.

A minha mãe me cobrava muito, ela queria que as filhas sustentassem ela. Eu estava morando num kitnet porque minha mãe tinha me tomado a minha casa. Ela queria que eu vivesse nos pés dela. Minha filha dizia: tô com fome! Eu vou dar o quê? Aí apareceu este cara me oferecendo dois mil só para colocar e tirar o carro. Você sabe qual foi meu crime?

Não, eu respondo.

Peguei 157.

Não sei, qual é a referência? Pergunto

Latrocínio, assalto seguido de morte. Sabe quem me entregou a polícia? Minha prima. Fiquei dois anos na delegacia. Fiquei sabendo por um advogado que eu tinha pego 25 anos. O promotor recorreu para minha pena aumentar. Não tive defesa, fui sumariar e ouvir a testemunha de acusação.

As vítimas eram pessoas conhecidas em Mangaratiba. Uma das vítimas era mãe de santo de um dos rapazes. Os outros participantes confessaram que eles que mataram e que minha única participação foi colocar e retirar o carro.

Pamela muda de assunto repentinamente.

Eu fiquei louca pra vir pra cá (se referindo ao presídio). Porque lá na delegacia a gente dorme no chão, não faz nada, fica trancada. Todo mundo dizia que aqui no

presídio era melhor. Falavam que eu ia poder trabalhar e pegar remissão de pena.

Logo que vim, trabalhei na cozinha. Foi ótimo. Agora estou no ambulatório. Adoro vestir branco e descer para o ambulatório. Me arrumo direitinho. Ta vendo meu cabelo? Eu pinto todo mês.

E quem corta seu cabelo? Pergunto

Uma cabeleireira que está aqui. Ela corta o cabelo até da “X” (uma detenta famosa pela mídia). Ah, sabe a X? Viu no fantástico uma mão? Viu uma manicure? Era eu. O rapaz que veio filmar, filmou eu passando creme nas minhas mãos, mas só passou minha mão na televisão, foi rápido. To com 30 anos, já pensou se eu sair daqui acabada? O defensor está recorrendo, vai para Brasília e eles estão pedindo para cair a pena. Sou primária, tenho bons antecedentes.

E o que vai fazer quando sair daqui? Pergunto

Vou reconstruir minha vida. Me correspondo com uma pessoa maravilhosa. Maravilhosa não. Super Maravilhosa. Ele é da Lemos de Brito.

(No antigo complexo penitenciário, extinto em 2003, o presídio feminino, Nelson Hungria, era vizinho do masculino, Lemos de Britto)

A gente se vê. Ele é faxina também.

“Faxina” são os presos que têm bom comportamento e são responsáveis pela manutenção do presídio. Estes têm status dentro do sistema prisional e gozam de maior liberdade, não ficam encarcerados e podem circular pelo presídio.

Ele me dá tchau lá da porta da Lemos de Britto. Manda beijinho. Conheci ele quando ia para o HCP (Hospital Central do Presídio). Bati o olho nele e me apaixonei.

Sabe, queria ter minha casa, poder terminar de dar o que eu dava para minha filha: amor, carinho, compreensão. Explicar pra ela. Sabia que ela me defende? Coitado de quem falar mal de mim. Ela tem muitos problemas na escola por minha causa, qualquer coisinha que ela faça, vão logo falando que a mãe dela está na cadeia, que é uma criminosa. Um dia desses aí, ela brigou com uma amiga, aí a mulher do SOE foi falar pra ela que se ela continuasse assim, ela ia ficar como eu. Imagina... Pode isso? Aí ela xingou a mulher do SOE. A diretora queria expulsar ela da escola. Ela veio aqui me visitar, contou tudo, fiquei irada. Sou mãe dela, não sou? Então, escrevi uma carta para a diretora. Pena que joguei o rascunho fora. A X me ajudou a colocar as leis, é proibido, por lei, qualquer discriminação, sabia? O resto, as coisas de coração de mãe, eu coloquei. Ficou bonito. Me emocionei muito. O pior é estar trancada aqui e ver minha filha, que já está uma mocinha, tento que responder lá fora por tudo. A coitada não pode dar um espirro que o espirro dela é igual ao meu. Espirro de assassina! Isso eu não agüento. (CHORA COPIOSAMENTE) Ela quer estudar para entrar na Marinha. Ela estuda direitinho, tem o material todo arrumadinho. Vai toda arrumadinha para a escola, cheirosa e limpa. A sociedade é muito cruel, Neilza. Imagina, o que ela têm haver com que eu fiz? Ela é tão menina, tem uma vida pela frente. Você tem filhos?

Eu digo que não.

Quando você tiver você vai ver, ninguém pode ralar a mão no seu filho que é pior do que se fosse com a gente.

Quero sair daqui, procurar minha prima que está com minha filha. Tentar reconstruir tudo, ter um trabalho, aí quando eu tiver alguma coisinha eu pego ela pra mim. Ela é tudo na minha vida. Se ela não existisse eu já tinha me matado aqui dentro. Quero sair daqui e fazer um curso de enfermagem. Trabalho no ambulatório e gosto mundo do trabalho. Quero ter meu canto e tentar achar um amor. Eu tive pensando em construir minha vida com este rapaz da Lemos de Britto. Ele me mandou uma carta perguntando se eu queria encher o vazio da vida dele. Quer que eu pegue as cartas dele para você ver?

Pega, quero ver! Eu respondo. Daí, ela foi até a cela pegar. Trouxe uma pasta rosa, transparente, toda organizada, com todas as cartas que recebe do rapaz da Lemos de Britto. Ela me oferece a pasta. Eu digo que são cartas pessoais, não vou me sentir bem lendo. São coisas suas, falo.

Que nada, aqui na cadeia não têm coisas nossas não, Neilza.

Ah, mas para mim tem sim, não vou ler. Leia os trechos que você achar mais legal para mim. Posso transcrever aqui o que você for lendo? Ela responde sim, com um sorriso e com a cabeça. Ela inicia a leitura das cartas.

“... são onze horas da noite, acabo de sair do banho e resolvo lhe escrever estas poucas palavras. Está tocando uma música gostosa e linda no Good Times 98. Ai me veio na mente como seria gostoso estar neste momento ao lado de uma bela mulher como você. Acho que uma noite seria pequena para podermos nos conhecer melhor mas confesso que sou capaz de diminuir alguns dias da minha vida para que isso saísse de um sonho e se tornasse realidade.”

Ela pára de ler. Já bastante íntima de mim. Coloca a mão sobre a minha e fala, num tom de confissão:

Olha só como os juízes são injustos, Neilza, eu fui condenada a 25 anos e ele, por homicídio, só foi a 13 anos. Ele já cumpriu 6 anos. (suspira) Daqui há pouquinho ele sai. Ele é de Angra, perto da minha casa.

Se ele me quiser, eu quero ficar com ele. Ele é lindo, faz capoeira na cadeia e virou um capoeirista.

Se a gente esquecesse do passado. Queria escrever um livro que falasse de abandono, sinto falta da minha mãe. Já escrevi uma carta pra ela no aniversário dela. Não pretendo procurar minha mãe no começo não. Não pretendo sair da cadeia e procurar ela. Ela só vai me ver quando eu estiver bem. Quero falar pra ela que ela nunca me ajudou na cadeia. Ela já ajudou outras pessoas na cadeia. Ela não vem aqui me visitar nunca. Aqui faço unha. Cobro dez reais. Só faço para as meninas que moram na cela. Tem um salão no refeitório mas eu não estou classificada. Lá as meninas saem da cela para fazer a unha no refeitório.

Recebemos a notícia de que se aproxima a hora do “confere”. Já anoitece na cadeia. Os murmúrios da noite no presídio já se aproximam. Sinto medo, pois não gostava de ficar no complexo penitenciário até aquela hora. A cadeia é como a Floresta Amazônica, à noite, tem um barulho próprio. A esta altura, estou ansiosa para terminar a entrevista. Ouço o som das chaves e o “timbrilar” das mesmas nos ferros da cela. Era a hora do fechamento oficial da cadeia e reclusão total de todos os presos, “faxinas” ou não.

Só tenho um desejo: sair dali. Diante deste meu desconforto, Pamela fala que a agente vai me acompanhar até a saída do portão. E fala para eu não me assustar com o barulho que os “meninos” fazem no Lemos de Britto.

Neilza, você bota um recado aí para a sociedade?

Mas, Pamela, isso aqui é para faculdade, não é para jornal e nem para televisão.

Mas, bota, se uma pessoa só, uma umazinha só, ler, já tô satisfeita.

Tá bom, Pamela, diga ...

Escreve aí. Não é porque a gente está num lugar desses que a gente é animal. A gente é ser humano. Eles deveriam, o governo, né... O governo deveria colocar mais coisas para gente fazer. Eles só julgam, julgam, julgam...

Obrigadão, Pamela.

Nada, menina, quando você volta?

Semana que vem.

Tá bom.

Ela se despede e sai da sala. Ao sair fala para a amiga, também “faxina” do presídio que encontra no corredor:

Ela é doidinha

Essa doidinha era eu. Penso, Foucault é que estava certo. Tudo é uma questão do lugar de onde se olha.

Sou tomada por uma angústia. Era julho e o dia já estava escurecendo através de uma tempestade que se anunciava em trovões e numa escuridão explícita. Precisava sair dali. Saí sozinha, naquela quase-noite, do presídio. Passo pelo pátio que, aquela altura, me parecia interminável. Não consigo levantar os olhos. Vejo rostos na janela do Presídio Masculino Lemos de Britto e o silêncio que minha presença produzia. Um silêncio assustador. Depois de uma eternidade, chego ao portão de saída. Nunca pensei, um dia, que a imagem do agente penitenciário da recepção fosse ser, para mim, tão cara. Quando coloco meus pés fora do presídio tento me controlar. Nunca havia ficado lá até aquela hora. O presídio se matamorfoseia à noite, principalmente o masculino. Nem consigo pensar, só sinto que preciso voltar para aquele lugar novamente. Voltei, outras tantas vezes. Saí dali e fui para Lapa (bairro boêmio da cidade do Rio de Janeiro), precisava respirar... Precisava sentir a cidade de perto, pulsar com ela.

5.1.3. O Presídio Feminino Talavera Bruce

O Presídio Feminino Talavera Bruce fica no Complexo Penitenciário de Bangu e eu não havia conseguido um contato para entrar lá até 2003. Numa segunda-feira havia ido a Rodoviária Novo Rio, já que tinha um compromisso pessoal numa cidade vizinha. Uma vez que o compromisso havia sido desmarcado resolvi, então, ligar para o diretor do Talavera Bruce. Já havia realizado alguns contatos com o diretor do presídio Talavera Bruce. Liguei novamente, lá mesmo da Rodoviária Novo Rio, a fim de agendar um dia para visitar o Presídio.

Fiz a ligação para o diretor do presídio. O mesmo me atendeu com bastante educação e distância. Houve uma certa hesitação no que tange a minha visita ao Complexo Penitenciário de Bangu. Eu já havia realizado a pesquisa-piloto no Nelson Hungria, no centro da cidade, longe do Complexo Penitenciário de Bangu e das inúmeras rebeliões que mobilizaram a mídia e a opinião pública, naquela época.

Na época da rebelião no Talavera Bruce (presídio feminino do Complexo Penitenciário de Bangu) eu fazia pesquisa no Nelson Hungria (presídio feminino localizado no centro do Rio, hoje transferido para Bangu). Haviam transcorrido alguns meses. E o sistema penitenciário, em especial o de Bangu, estava cada vez mais tensionado. A mídia comparava o Rio de Janeiro a um palco de guerra civil. Demonizasse, neste momento, o sistema carcerário. E aos olhos da sociedade civil, o Complexo Penitenciário de Bangu era a filial do inferno.

Após a hesitação inicial, depois de minha insistência, o diretor do Talavera Bruce disse: “Tá bom, vem agora!”. Tremi. Se o sistema carcerário havia passado por mudanças, eu também. Eu não era a mesma. E mais, o presídio não era o mesmo! Era Bangu, a dita “filial do inferno”. Era agora ou nunca, não pensei e confirmei minha ida.

Para a viagem desmarcada que eu iria fazer, havia colocado um livro de Michel Foucault, uma das traduções do “*Ditos e Escritos*”. O livro estava na bolsa, assim como minha vestimenta estava propícia a uma viagem a uma cidade serrana: sapatos altos e roupas para clima frio.

A locomoção até o bairro de Bangu, de ônibus, é longa para quem está no centro da cidade do Rio. Uma aventura dolorosa quando se tem um livro pesado na bolsa e uma sandália de salto alto nos pés.

Em frente à Rodoviária Novo Rio, zona portuária do Rio, enquanto esperava o ônibus, pensei em desistir. Mas vi pessoas, muitas pessoas no ponto do ônibus. Aquele entrecruzar da cidade suja, virada ao avesso remexia meu próprio avesso. O cheiro do churrasquinho do camelô que me embrulhava o estômago, o livro de Foucault que me pesava a bolsa, o salto alto da sandália que me doía os pés e a emoção que me suscitava a presença, no ponto do ônibus, de uma senhora, de aparência pobre, que conversava com um senhor. Este ambiente de sensações me conduzia a Bangu. Eu ia, não tinha outro jeito: tinha que ir.

A decisão de ir para Bangu, naquela manhã, não só me inspirava medo, mas também implicava numa longa viagem urbana até Bangu (zona oeste da cidade do Rio de Janeiro).

O local onde fica localizado o Complexo Penitenciário de Bangu fica numa sub-região do bairro de Bangu denominada Praça da Vila Kennedy.

A Praça da Vila Kennedy é atravessada pela Avenida Brasil: uma das principais avenidas que serve de acesso aos bairros periféricos da cidade. A Avenida Brasil parece não ter fim. Quanto mais me distancio do centro da cidade mais forte os sinais da metamorfose que se operava frente aos meus olhos. Entre favelas, a aridez das margens da Avenida Brasil só era rompida com a presença marcante de inúmeros motéis, algumas indústrias e inúmeras igrejas evangélicas.

Desço no ponto da Praça da Vila Kennedy e, ao sinalizar minha descida, percebo olhares que me examinam dos pés a cabeça. O ônibus que sai do centro da cidade e passa pela Praça da Vila Kennedy tem seu percurso seguinte o bairro

de Campo Grande. Mais tarde, pude saber, através do relato de uma amigo (residente em Campo Grande) que os passageiros desta linha de ônibus ficam de sobressalto quando o ônibus pára no ponto da Vila Kennedy. Já que este ponto é o único acesso, para quem vai de ônibus, ao Complexo Penitenciário de Bangu. Em consequência disto, cada parada naquele ponto transforma-se numa brecha de entrada ou saída a possíveis resquícios do complexo penitenciário mais temido do país.

Após inúmeras visitas ao Talavera Bruce e consequente retorno aquele caminho, acostumei-me com os olhares dos passageiros quando eu sinalizava a descida. E mais, estabeleci uma relação amigável com os motoristas e trocadoras (sempre mulheres) da linha de ônibus que me transportava até o Talavera Bruce. Estas acabaram se acostumando com minha presença constante naquele percurso.

Apesar da relação amigável nunca me perguntavam o que eu fazia na Praça da Vila Kennedy, uma vez que era explícito, através da linguagem verbal e corporal, que eu não era moradora do bairro. Havia um pacto de silêncio no qual qualquer pergunta no espaço público no qual o ônibus se constitui, consiste num perigo em potencial.

Descendo na Vila Kennedy, entrei num cenário singular que associava imagens, odores, temperatura e sons. A imagem era de uma praça com algumas barracas feitas de um material similar ao material usado nas bancas de jornal: uma pequena casinha de alumínio. Estas barracas vendiam cachorro quente, hamburger e refrigerante. Alguns bancos de cimento contornavam um terreno de terra batida, na qual algumas crianças e adultos jogavam futebol. Em uma das barracas havia uma grande caixa de som espalhando uma música religiosa que anuncia um paraíso para os justos. “Exageradamente aguda”. Pensei ao ouvir a voz daquela cantora gospel. Além da canção, esta barraca apresentava um odor forte de carnes e frituras. Aproximei-me do rapaz que fritava os hamburgers e pedi informação. “Como eu chego ao Talavera Bruce?” Com bastante naturalidade, ele me disse que não havia ônibus até lá e nem dava para eu chegar caminhando. Eu só poderia chegar até lá de “van” (transporte coletivo e alternativo) ou de táxi. Ambos ficavam do outro lado da praça.

Num verão de janeiro no Rio de Janeiro, num sub-bairro de Bangu, a sensação térmica era de 50 graus (a sombra!). A elevada temperatura tornava o

sapato mais doloroso. O peso do livro de Foucault que estava na minha bolsa tornava-se quase insuportável.

A passagem para o outro lado da praça consistia num túnel para pedestres, em baixo de um viaduto. A sombra do túnel seria agradável se não fosse a água parada de esgoto e o ambiente escuro, repleto de camundongos.

Atravessar aquele túnel, com pouca luminosidade, com fezes de esgoto e pequenos camundongos não foi, para mim, uma tarefa fácil. Mesmo após as inúmeras passagens pelo mesmo lugar, o cheiro daquele lugar e o medo dos camundongos sempre foi um grande entrave para a realização da pesquisa no Talavera Bruce. Entrave este só superado pelos laços afetivos que eu havia estabelecido no presídio e pelo imenso desejo de concluir a pesquisa.

Em uma das minhas passagens por aquele lugar, vi um cachorro morto dentro deste túnel, com a cabeça esmagada. Junto a ele, dois cachorros disputavam os restos da cabeça do cachorro morto. Junte-se a esta imagem o cheiro desesperador de decomposição orgânica do animal associado ao cheiro de carne frita que vinha das barracas de *hamburgers*, localizadas na praça já descrita.

O que sempre me intrigou foi a presença de vendedores ambulantes (camelôs) naquele túnel. Entre fezes, esgotos, camundongos, havia camelôs vendendo espelhos, bijuterias, calcinhas, cigarros, desodorantes, sabonetes, pentes, cigarros e outros.

Depois de repetidas passagens por aquele lugar, pude saber, através de conversas informais com alguns transeuntes do bairro, que o túnel era o único lugar permitido pela prefeitura para os vendedores ambulantes. Segundo estes informantes, só as barracas (tipo banca de jornal, já descrita) eram permitidas nas redondezas. Restava apenas o túnel para o comércio de objetos. Afinal aquele lugar é um ponto de venda importante em dias de visitas no presídio.

Atravessando o túnel, encontrei o “outro lado” da Praça da Vila Kennedy, tratava-se da continuidade da praça anteriormente descrita. Havia, no entanto, uma diferença: a presença das vans e de carros pintados de amarelo, similares aos táxis. Tais táxis não eram oficiais, na época da pesquisa. Não havia taxímetro e cobravam 7 reais para me levarem ao Talavera Bruce. Segundo alguns funcionários do presídio, além de ilegais, eram carros roubados (pintados de amarelo para se assemelharem aos táxis oficiais) e de placa adulterada. Mesmo

antes de saber que se tratava de carros roubados, entrar num carro daquele não era algo confortável.

A Vila Kennedy é, segundo a fala de alguns moradores, uma “favela plana”. A construção urbana se assemelha muito às favelas cariocas. O tráfico se faz presente no bairro, todavia, suponho que haja especificidades na ação do tráfico naquela região, dada à proximidade do Complexo Penitenciário que torna o bairro um lugar de circulação de familiares de presos de diversas facções do crime. Após saber da situação dos “pseudo-táxis” continuei fazendo uso dos mesmos. Melhor num “pseudo-táxi” que numa Van que transportava parentes de presos da Praça da Vila Kennedy até o Complexo Penitenciário de Bangu. Nestas Vans o percurso, em dia de visitas, do Complexo Penitenciário até a Praça da Vila Kennedy era extremamente tensionado. Já que era o meio transporte de familiares de diversos parentes de diferentes facções. A lei do silêncio imperava e, segundo informações das presas, algumas vezes havia mortes de familiares de facções rivais dentro destas vans. Mas sobre isso imperava também a lei do silêncio. Nos dias de visitas, meu retorno do Talavera até a praça da Vila Kennedy era feito por estas vans. As vans vinham “lotadas” de mulheres, em sua maioria. Todas mudas, silenciadas pela dinâmica e compartimentalização do tráfico de drogas no Rio de Janeiro.

Atualmente (outubro de 2005) há dois táxis credenciados e emplacados oficialmente na Praça da Vila Kennedy.

O Talavera Bruce é o primeiro presídio do Complexo Penitenciário de Bangu. Apesar de não fazer parte do mesmo. Ou seja, o Talavera Bruce está próximo (bem próximo) da região demarcada pelo Complexo Penitenciário de Bangu, todavia foi construído antes da construção do Complexo Penitenciário.

Cheguei ao Talavera e pedi para falar com o diretor. Na entrada do presídio um cenário recorrente: detector de metais, agentes penitenciários “ultra” armados, pequenas câmeras a filmar tudo e todos, televisores mostrando a circulação interna da cadeia. Todavia, algo peculiar me preenchia a visão: um ambiente espaçoso (um grande pátio) podia ser visto da entrada da cadeia. E, em frente, anunciando aquela imagem: um Igreja Católica. Soube, mais tarde que se tratava apenas da construção que se mantinha, já que fora desativada. O Talavera Bruce havia sido um reservatório religioso de meninas no início do século XX.

Fui recebida por um agente penitenciário que perguntou quem eu era. Me identifiquei como “Pesquisadora da Puc”. O mesmo me tratou com bastante hostilidade. Estabelecendo comigo uma posição hierárquica no qual ele era, efetivamente, superior. Enquanto tentava localizar o diretor do presídio, gritou com uma presa que varria o pátio:

- O que você tanto alisa aí?

A mesma conclui seu trabalho e saiu do pátio. Ele fala:

- Se correr eu atiro, depois pergunto o que foi.

Havia, nesta fala, um desejo de demonstração de poder. Ele queria me intimidar. Após o contato com o diretor e a devida autorização para minha entrada, pediu que eu mostrasse minha bolsa. Jogou todos os objetos contidos na mesma no balcão. Ouvi o “timbirilar” de objetos que estavam dentro da minha bolsa se quebrando. Estraçalhou o absorvente que eu guardava na bolsa e esmiuçou minha carteira de documentos. Tudo estava tranqüilo, aos olhos dele. No entanto, algo o incomodou o livro de “Michel Foucault” que estava na bolsa. Daí, ligou novamente para o diretor, falou do livro e de mais algo que não pude ouvir. Após esta comunicação (via telefone interno), falou irritado:

- Ô, o “homem” falou para eu aliviar este livro grosso. Mas eu não estou engolindo isso não. Um livro tão grosso só pode ser bíblia ou esconderijo de cocaína.

Após a ligação, recuperei minha bolsa e meus pertences (óculos quebrado, celular rachado, embalagens de maquiagem estraçalhados). Meu corpo não foi revistado. Passei por baixo do detector de metais com as mãos para cima (tática para que não “apitasse” ao detectar meu relógio, brincos e anéis).

Esta ordem do diretor se deu em função da pessoa que me encaminhara, sendo esta remetida a Comissão de Direitos Humanos e considerada, pelo diretor, acima de qualquer suspeita.

Fui recebida por uma agente penitenciária. Tratava-se de uma mulher de meia-idade. Eu já havia conversado com a mesma ao telefone, já que fora ela que, a pedido do diretor, havia me dado às instruções geográficas para chegar ao Talavera Bruce.

Aquela altura dos acontecimentos não conseguia me manter de pé com a sandália que já me sangrava os pés. Movida pela dor física, pedi um chinelo emprestado. Fui levada pela agente ao dormitório das agentes femininas: espaço

em que descansavam, guardavam objetos pessoais. Muitas ficam em longos plantões e as camas facilitam o descanso na alternância dos horários noturnos.

Cansada, adentrei o espaço das agentes levada por Tereza (pseudônimo da agente penitenciária). Havia três agentes penitenciárias no espaço, fui muito bem recebida por todas. Emprestaram-me uma sandália “havaiana” azul. Aliviada da dor fui conhecer o presídio, guiada por Tereza.

O primeiro espaço a ser apresentado por Tereza foi a creche do Talavera Bruce. A creche ficava atrás da Igreja Católica desativada. A creche era um alojamento de mães e filhos com menos de um ano de vida. Tratava-se de uma casa ampla com vários quartos. Nestes quartos havia inúmeras camas, berços, armários de madeira. Os armários eram pequenos, próprio de mobília infantil. Os móveis estavam envelhecidos, assim como os objetos que os circundavam. Apesar da empobrecida aparência, a presença daquela mobília pretendia descaracterizar aquele espaço do contexto prisional.

As camas de madeira (raridade dentro da cadeia) possuíam cabeceira, tornando aquele espaço mais similar a uma casa. A presença de alguns objetos quebram a estética já tão massificada da cadeia. Uma cama com cabeceira era um exemplo disso.

O alojamento não estava muito cheio, havia somente 13 mães com crianças. Segundo Tereza, a maioria das mães que “pariam” no sistema penitenciário haviam sido presas enquanto grávidas:

- Elas aproveitam que estão grávidas para fazer besteira. Aí colocam um inocente aqui.

Uma mulher havia chegado da maternidade naquela manhã, estava deitada com seu bebê ao lado, na cama de madeira com cabeceira.

Outras transitavam com seus bebês ao colo. E umas duas conversam enquanto as crianças engatinhavam próximo.

Uma das mulheres, com um bebê no carrinho, se aproximou de Tereza:

- Você sabe se vai ser amanhã?

- Não, não sei, calma! (responde Tereza)

O filho desta presa já estava partindo, deveria se ausentar da mãe e a mesma estava angustiada, já que ainda não havia localizado nenhum parente que pudesse ficar com a criança.

Esta presa será nomeada por mim de “Maria”. Maria foi presa por tráfico de drogas, era empacotadora de cocaína: pesava e embalava. Foi presa enquanto embalava cocaína em sua casa, numa favela carioca. Maria tinha 21 anos, sua mãe, já falecida era empregada doméstica. Tinha mais 3 irmãos. Um deles havia sido morto numa chacina na favela do Jacarezinho. E os outros irmãos ela não sabia o paradeiro. Quando engravidou trabalhava como empregada doméstica no Leblon. Sua patroa quando soube da gravidez a mandou embora.

Maria morava de aluguel na favela da Rocinha, zona sul do Rio de Janeiro. Alugava uma casa de três cômodos: sala, quarto, cozinha. O banheiro era coletivo (para outras casas) e ficava fora de casa. Segundo o relato de Maria, morar onde morava havia sido um grande avanço na sua vida material e pessoal. Era a primeira vez que tinha uma casa só para ela.

Contou que, aos 13 anos foi “fazer a vida” em Copacabana. Prostitua-se numa boite na orla de Copacabana. Nesta época, sua mãe morava no morro do Jacarezinho (zona norte da cidade) e devido à distância a mesma dividia um “quitinete” na Rua Prado Junior (Copacabana) com mais 15 meninas que, como ela, se prostituíam.

Disse que quando sua mãe morreu prometeu para si mesma que largaria aquela vida: ia estudar e constituir família. Daí, foi trabalhar como doméstica no Leblon (zona sul da cidade). Trabalhou nesta casa durante 2 anos sem carteira assinada. E ao engravidar, foi despedida pelos seus patrões. Maria relata não ter visto outra solução senão a de embalar cocaína em sua casa. Afinal, era um emprego lucrativo no qual podia executar sua tarefa dentro de casa. Já que, segundo a mesma, havia tido sangramentos no início da gravidez. Sangramentos estes que a impediam de trabalhar, ocasionando a demissão.

Maria contou que havia planejado aquela gestação. Ela queria um filho, uma vez que, após a morte de sua mãe, se sentia sozinha. E uma vez tão “desejada” havia feito tudo para manter a gravidez. Trabalhar em casa era a solução: salvar-guardava seu filho, ganhava dinheiro para pagar o aluguel e se manter, enquanto o bebê não nascia. Todavia foi presa quando tinha 8 meses de gestação. Teve o bebê na cadeia, ou seja, em estado de encarceramento. As mulheres grávidas encarceradas fazem o pré-natal na cadeia (com os médicos do sistema prisional), todavia, dada as contrações são encaminhadas para maternidades públicas. Segundo Tereza, quando Maria foi presa ela já tinha todo

o enxoval do bebê pronto. Não necessitou de roupinhas de bebês usadas e nem doadas por outros.

O bebê nascera e havia ficado com ela até um ano. Pela lei, as crianças só podem ficar com as mães durante o período de aleitamento. Todavia, segundo Tereza:

- Esse diretor aí faz vista grossa. Deixa a criança ficar até um ano. Aí não tem jeito, tem que ir embora.

Tereza fazia aquele relato já bastante comovida. Contou-me que nos dias das saídas das crianças ele preferia nem ver. Ficava lá atrás trabalhando e nem aparecia pela creche.

Mais tarde, ao longo da pesquisa no Talavera Bruce, pude perceber que os aniversários de um ano na creche eram acompanhados de “festinhas” realizadas pelas agentes penitenciárias. Todavia, estas “festinhas” eram sempre angustiantes, já que anunciavam a separação da mãe do bebê.

Maria estava claramente preocupada, pois já havia vindo da Vara de Execução Penal o pedido para a separação de seu filho. Na ausência de parentes ou amigos que se dispusessem a cuidar de seu bebê, Maria se desesperava com a idéia de ter que deixá-lo num abrigo para menores do estado.

O bebê, um menino de olhos grandes, sorria em seu colo. Pedi para pegar no colo, mas a agente penitenciária falou que não podia, já que “todo cuidado era pouco com aquelas crianças”. Afinal, segundo a agente as crianças eram responsabilidade do Estado. Peguei o bebê no colo, apesar da interferência da agente. Depois de um certo tempo o devolvi a mãe que saiu com ele nos braços, cantarolando uma música de funk para que o mesmo adormecesse em seus braços. Lembrei-me, então de uma música de Chico Buarque:

E por não se lembrar de acalantos,
a pobre mulher,
me ninava cantando cantigas de cabaré.

Após aquele episódio, sai da creche e chorei muito. Foi a única e última vez que eu chorei dentro do presídio. Todavia, foi a última vez que pisei na dita “creche” do Talavera Bruce. Este não era meu objeto de estudo, portanto não havia motivo para adentrar aquele espaço. Deixo este espaço como fonte para estudos posteriores de outros tantos pesquisadores mais corajosos que eu. Meu

objeto de estudo eram os projetos futuros de mulheres presas – pensei. Pobre de mim, ainda não sabia que as mulheres só constroem algo similar a projeto futuro a partir do valor que dão à maternidade. Naquela época, o livro de Michel Foucault me pesava na bolsa. Foucault ainda não havia se transformado num interlocutor íntimo, cujo objetivo primeiro era de fazer perguntas e não dar respostas.

Dado o adiantado da hora, após a visita à creche fui visitar o diretor para, enfim, obter a autorização de fazer as entrevistas no Talavera Bruce. O mesmo estava ocupado, me disseram que em reunião com as presas para a elaboração da festa de Natal. Todavia pediu que eu entrasse. A secretária do mesmo já havia me adiantado que ele não autorizaria minha pesquisa. “Impossível”, disse a secretária.

Entrei na sala do diretor e lá haviam algumas presas. Quando entrei o mesmo me falou com ar sarcástico:

- Aqui estão as presas mais perigosas! Entra, pode entrar!

Aquela altura dos acontecimentos e dada a hierarquia do sistema prisional, eu já me sentia absolutamente silenciada. Junto a ele, na frente de sua mesa, estavam algumas mulheres presas. Ele me apresentou às presas. Me perguntou o que eu queria estudar. Eu respondi. Daí, uma das presas, a Maria Bonita, falou:

- Você estuda na PUC? Na PUC são todos ricos. Essa gente de lá pensa que nós somos bichos.

Ele, bastante defendido, diante das presas, me negou a pesquisa. Disse que muita gente chegava ali para pesquisas similares, mas as presas se recusavam a dar algum tipo de entrevista.

A fala do diretor fez desabar minha vida, naquele momento. E ainda não sei se tomada pelo calor de Bangu que me entorpecia o juízo ou se pela extrema necessidade de concluir a pesquisa. Naquele momento me tomei de uma força cuja natureza desconheço e me dirigi às presas. O livro de Michel Foucault já nem mais pesava na bolsa. A psicóloga há muito tempo havia ficado lá na rodoviária Novo Rio. A pesquisadora? Não sei aonde estava. Ali era eu, Neilza, precisando do título de doutora para trabalhar, para ganhar dinheiro, para prover meus sustentos e meus sonhos pessoais. E mais, para construir com elas algo que pudesse ser dito daquele lugar chamado prisão feminina. Não saberia reproduzir o

que fora dito por mim, só lembro de uma frase final dita, desesperadamente, por mim: “Preciso de vocês, por favor me ajudem!”

A resposta a isso foi um acolhimento de proporções nunca vistas por mim. A mulher que havia feito a crítica acerca da PUC era uma presa importante dentro da cadeia. Havia sido presa por inúmeros seqüestros e consistia numa liderança dentro do sistema carcerário. Sua figura suscitava algumas fantasias. Segundo as agentes ela era “perigosa” e já havia tentado fugir por diversas vezes. Era respeitada e temida pelas outras presas. Diz a lenda do sistema carcerário que ela é a “dama” do Comando Vermelho, a última reminiscente da era da “bandidagem romântica³”. A partir do acolhimento das presas presentes na sala do diretor, o mesmo me autorizou a pesquisa no Presídio Feminino Talavera Bruce.

Após este dia, fui construindo, paulatinamente, uma relação singular com aquele espaço. Construí uma relação de confiança com as presas e uma relação de respeito com a direção e as agentes penitenciárias. As nuances desta construção se constituiria num outro estudo. Todavia, procurei lançar mão de elementos básicos para me relacionar dentro do espaço prisional:

- No que tange a administração do presídio, respeitar a verticalização dos poderes e a hierarquia explícita. Nesta hierarquia eu era sempre “pedinte”. Pedia autorização para tudo e ao fazê-lo ganhava, como prêmio a “confiança” por parte da direção e agentes penitenciários.
- No que tange às presas, não reduzi-las ao crime e tratá-las de maneira igualitária. Sem julgar, sem temer e sem, sobretudo, mentir. Toda verdade é bem recebida pelas presas. Entretanto, algum vestígio de mentira podia “macular” minha relação com elas.

Em pouco mais de um mês eu estava circulando dentro do Talavera Bruce com liberdade e tranquilidade necessária para construção da pesquisa. A pesquisa no Talavera Bruce se deu ao longo de 18 meses. Nestes, pude estabelecer alguns laços afetivos, dentre os quais se destaca a presa que me recebeu, a dita “dama” do Comando Vermelho. Esta se intitula “Maria Bonita” por ter tido, um dia, o seu “Lampião”. Os contatos com Maria Bonita foram inúmeros, assim como foram

³ Bandidagem romântica, segundo o relato de presas e agentes, eram os bandidos que apresentavam atos heróicos tais como grandes façanhas pessoais e o valor dado aos pactos de amizade. Hoje, segundo as mesmas: “se mata por qualquer dez reais e não se tem amigo no mundo do crime”. Não consegui, ao certo, definir o que seria isto, aos olhos das presas e agentes penitenciários. Uma vez que cada uma fala algo diferente acerca da mesma coisa.

inúmeros os acontecimentos assistidos por mim dentro da cadeia: histórias comuns de netos que nasciam, filhos que casavam, presas que entravam, presas que saíam. Tornei-me expectadora de vidas, de histórias singulares.

O Presídio Feminino Talavera Bruce possuía inúmeras atividades internas, tais como: um jornal construído pelas presas, um salão de beleza também construído pelas presas, uma confecção, uma biblioteca, um teatro, uma horta com hidroponia, dentre outros espaços que minimizavam a dor do encarceramento. Um mero apaziguamento da situação do encarceramento. Havia, todavia, um espaço idealizado, nomeado e dirigido por Maria Bonita. Espaço este que, segundo a mesma, tornou-se de suma importância para o que chama de “recuperação” da presa. Sobre este espaço e outros assuntos que envolvem o encarceramento apresento, a seguir, a entrevista oficial, realizada com Maria Bonita. Em seguida, transcrevo a entrevista com Bella. Em ambas entrevistas, a situação do encarceramento e suas singularidades aparecem claras. Apresento-lhes, então, duas vozes do Talavera Bruce, vulgo TB:

Maria Bonita

E a questão da violência se dá em virtude da desigualdade social. A gente só entende isso quando vive nos dois lados da vida, eu já vivi isso. Vivia de uma lado e tudo era muito belo e maravilhoso. Quando eu entrei pra dentro de uma comunidade carente, ou seja, uma favela, eu entendi o que...

Interrompo e peço para Maria Bonita falar mais desta entrada na favela.

Eu era classe média alta, morava na Av. Atlântica. Me apaixonei por um seqüestrador e comecei a namorar ele. Quando eu conheci este lado da favela, aí eu entendi o que é desigualdade social. As meninas que eles chamam hoje me dia de “Patricinhas”, entram na favela e vêm um portando um fuzil, colar de ouro, tênis “Nike”, bermudão da “cyclone”. E vem aquele outro que ta lá de chinelinho de dedo, todo desarrumado: elas nem olham. Aí ele tem uma oportunidade de se igualar aquele que está de tênis Nike, portanto colar de ouro e fuzil, todo arrumado, com as menininhas todas olhando. Isso desencadeia em quê? Um grande envolvimento. Eles descem para praia e vêm o quê? Um monte de playboyzinho, aí se infiltram no meio da onde eles podem ter o mesmo dinheiro para andar igual ao Playboy do asfalto. A desigualdade social gera a violência.

Ouvi você, outro dia, falando com muito carinho dos menores infratores que você vê daqui. Me fala um pouco disso?

Porque, justamente, quando eu entrei na favela eu vi a questão da carência, da fome, da necessidade. Aqui, ao lado tem o “Santo Expedito” e vi diversas rebeliões deles, eu vejo como eles são maltratados. Morei numa cela que dava fundos pra lá e isso, de uma certa forma, chamou minha atenção. Eu pretendo, quando sair daqui, fazer um tipo de trabalho social com menor infrator, porque eles são o nosso futuro. Daqui há mais 20 anos se continuar do jeito que está, o mundo acaba e a gente não vai ter futuro. Porque se o nosso futuro são os menores e eu vejo uma grande parte vindo para a instituição, só vai está sempre no poder o filho do ex-presidente, de geração em geração só deles? E ninguém mais vai ter oportunidade? A classe baixa, o pobre não vai ter oportunidade? O

pobre não vai ter oportunidade? O preto e o favelado não vai ter oportunidade? Só quem já está lá dentro é que vai ocupar sempre os mesmos lugares? Então eu tenho sim um ideal, que pode parecer até besteira, de fazer um projeto de montar um projeto social nas instituições de menores.

Você tem contatos, né? Dentro da cadeia, você fez contatos com muita gente legal, de lá de fora, não é?

É, fiz sim. Uma das pessoas que quando a gente sempre tem problemas a gente chama e mesmo os menores quando tem algum problema a gente chama daqui é o Marcelo Freixo, Simone Menezes, dona Paula. Eles nos dão apoio dentro do que é certo. Não fazem nada que seja fora da lei. Essa direção também me dá muito apoio, e você também. Quando você esteve aqui, semana passada, eu estava na “tranca” e nem por isso eu saí de lá.

Maria Bonita, explica pra gente o que é “tranca”?

Quando a gente comete uma falta disciplinar, sendo que dentro disso eu não tive culpa. Mas foi minha palavra contra a da funcionária, aí eu fui pra “tranca”. Mas isso é prova que aqui não tem protecionismo. Se tivesse eu não teria ido para “tranca”. Mas aqui, tá lá no papel, ele (o diretor) vai seguir o que está lá.

Eu tô aqui há 14 anos e já passei por 8 direções e nenhuma delas desempenhou o trabalho que ele vem desempenhando aqui. Se eu disser para você que ele é bonzinho eu estaria mentindo, se ele fosse bonzinho ficava com pena de mim e abria a porta para eu sair daqui, mas dentro da questão de um ser humano, ele é um ser humano maravilhoso. Chegou aqui e arregaçou as mangas com vontade. Seria muito simples, né, manter a cadeia trancada sem nenhum curso, sem nada. Ele não, ele procura curso, ele vê emprego. Ele deu este espaço aqui pra gente, que é um espaço cultural chamado “Mãos a Arte”, no qual eu sou coordenadora, pra gente trabalhar. Se a gente não tem retalho, ele vai atrás de retalho.

Este espaço era um projeto que eu durante 11 anos sonhei com ele e direção nenhuma nunca tinha me dado oportunidade. Um dia, eu fui brincar com ele e ele disse: “Essa sala daí serve?”. Daí a pouco ele chega com 800 metros de pano que ele havia ganhado de doação, arrumou duas máquinas de costura do “Santa Cabrine” e daí já vai fazer 2 anos de espaço cultural. Me descobri, aprendi a fazer coisas que eu jamais pensava que eu fosse capaz. O valor da auto-estima então, é assim ...

Começa a lacrimejar e continua...

O salão de beleza é um show: secador, escova, tinta, tesoura, depilação... Tudo na gestão dele. Tudo que você vê funcionando aqui foi na gestão dele. Tem a Carmem que montou um grupo de dança: Street Dance! Tudo com apoio dele: o teatro.

Já sabendo da paixão de Maria Bonita pela bateria, pergunto: e a bateria? Absolutamente descontraída, se entusiasma e me responde:

Ah... a bateria, nossa, essa para mim foi um sonho. O melhor que me aconteceu nestes 14 anos de cadeia. É um curso de percussão e eu toco surdo. Uma coisa que eu sempre tive vontade mas eu também sou um pouco tímida, entendeu? Eu não tinha coragem. Mas quando veio pra cá eu pensei: eu não vou perder esta oportunidade. Aí fui, tô e quando saí daqui eu vou continuar.

Fica desconcertada e muda de assunto. Grifo ao leitor esta passagem, já que, quando fui vê-la no presídio e a mesma estava na “tranca”⁴ o que mais lamentava era não poder ir às aulas de percussão.

Tem o jornal “Só isso” também aqui. Eles vieram depois de uma rebelião e depois que eles chegaram está tudo funcionando aqui. Eles chegaram aqui e foi até

⁴ Maria Bonita sabia que eu iria fazer a entrevista com ela, pois havia marcado uma semana antes. Daí, na tranca, simulou uma terrível “dor de dente”. Foi assim que consegui falar com ela: no ambulatório dentário. Falamos rapidamente e ela me pediu pra voltar quando o “castigo” terminasse. Voltei e ela me concedeu esta entrevista.

engraçado, porque 3 homens, né, com 300 presas... Eles chegaram e foram fazer uma reunião no auditório com as presas. São 3 diretores e um responsável pelo presídio. Quando vi os 3 pensei: eles vieram para dar “porrada”, matar e destruir todo mundo! Eles vieram porque houve uma fuga, depois uma rebelião. Aí a antiga direção caiu. Eles de diretores não tinham nada: eram inoperantes. Era uma mulher e 2 homens. Quer dizer, uma sapatão e dois homens. Bem dizer, 3 homens!

Ri muito...dá gargalhadas disso.

Pensei: a porrada vai comer com estes 3 homens aí! Até que um dia uma pessoa me mandou uma carta dizendo: “Maria Bonita, fica fria que eles são de idéia mas se você for fazer graça vai rolar porrada todo dia”.

Peço para ela “traduzir”.

Na ideia é no diálogo, eles são de diálogo, de idéia, de conversa. Mas se for fazer gracinha você vai entrar na porrada todo dia. Daí eu escrevi dizendo que estava “devagazona” e que não estava afim de fazer gracinha não. Aí eu não vinha nem mais pra cá, ficava lá no meu pavilhão. Aí, um dia, eu vim pra buscar um sedex que vinha pra cá...

Pergunto sobre as correspondências. Ela não me fala muito sobre o assunto, só diz:

Esses aqui entregam tudo sem ler, só entregam aberto pra ver se não tem nada.

Morre o assunto.

Aí eu dei de cara com o diretor. Sem graça e sem ter o que falar, falei: Dr, o senhor não quer dar um espaço aí pra gente fazer um artesanato. Eu trabalho com artesanato e nunca tive uma oportunidade. Aí ele abriu essa sala aqui e falou: “Essa sala aqui serve?” Olhei pra cara dele, pensei que fosse sacanagem, mal chegou e já ta querendo tirar onda com minha cara. Ele disse: “Tô falando sério”. Falou duro, sabe. Aí arrumou 800 metros de pano.

Eu achava que nunca ia sentar numa máquina para costurar nada e nem cortar pano.

E vocês têm tesoura aqui. É bom as pessoas saberem que estou numa sala fechada com você e inúmeras tesouras grandes. Assim como já fiquei com outras presas aqui e com as tesouras e outros objetos cortantes e nada acontece.

Morre aí a noção de perigo. Fico, aqui, absolutamente a vontade, com vocês.

Maria Bonita fala de maneira didática:

Tem tesoura, tem estilete... e só tesoura grandona.

E ninguém me matou...

Depois ele (o diretor) viu a necessidade da creche também, e ele conseguiu doação para uma máquina de fazer fraldas. Fizemos uma brincadeira um dia, um torneio de futebol que veio gente de fora. Aí uma das internas falou que a gente podia ter uma mesa de ping-pong. Aí uma senhora doou pra gente. Depois, uma outra senhora muito rica quis doar outra mesa de ping-pong. Aí o Dr. Marcos Pinheiro me chamou na sala dele e me perguntou: “Maria Bonita, o que você acha de trocar esta segunda mesa de ping-pong por uma máquina de fazer fraldas? Eu falei, não, tudo bem... Vamos fazer fraldas, mas com qual material? Aí o Dr. Marcos conseguiu que esta mesma senhora doasse, todo mês, o material para fazer as fraldas. Então, não posso falar dele... Pra mim, ele não é bonzinho porque não abre o portão e não me deixa ir embora. Porque ele dá uma condição de ser humano pra gente, da gente trabalhar, de viver fora da ociosidade, de resgatar a nossa auto-estima. Muito melhor que muitas diretoras mulheres que passaram por aqui. Não só como diretor: como ser humano! Eu sei o seguinte: ele é bom mas não é bombom, se eu seguir os caminhos que vão contra as ordens disciplinares, não vai ser ele que vai estar me punindo, mas eu mesma. Então eu tenho que saber o que é melhor pra mim. Se eu seguir este caminho que eu tenho condição a partir desta oportunidade que ele está me dando ou vou seguir por um atalho e arcar com as conseqüências.

Mas vou te falar uma coisa, querida, eu não sou santa e nem isso aqui é um convento. Tem uma hora que a gente desliza e escorrega na banana. Mas se escorregar muito aqui vai lá pro “chilindró”.

Pergunto o que é o chilindró...

É a “tranca”, o isolamento.

Aí entra na sala o sub-diretor para me perguntar se estava precisando de alguma coisa. Já que algumas internas estavam circulando no presídio e toda hora interrompiam a entrevista. Quando o sub-diretor sai, Maria Bonita diz que “aquela bunda” ainda ia matá-la de paixão. Eu entro no clima de brincadeira de Maria Bonita, uma vez que minhas repetidas idas ao presídio me tornaram próxima de Maria Bonita, sendo esta uma grande facilitadora da pesquisa no Talavera Bruce. Após a brincadeira retomo a entrevista e peço para Maria Bonita me falar o que pretende fazer quando sair dali.

Quando você vai sair daqui? E quando sair o que vai fazer lá fora?

Eu vou sair daqui no ano que vem (2006). Quando eu sair daqui a primeira coisa que vou fazer é ir para uma igreja rezar e agradecer a Deus por ter conseguido chegar aos 46 anos em plena forma física, com saúde, com uma família que está perto de mim, com amigos super maneiros que me apóiam, me ajudam, me orientam... E depois...

Sorri, solta o cabelo e sinto que seus olhos ganham um brilho diferente.

Depois vou na praia dar um mergulho. Vou ver o mar...

Depois sim, vou ver meus netos, ficar com minhas filhas, vou traçar um meio de vida que nunca mais me traga pra cá. Quero ficar com minhas filhas, elas vão me ajudar a viver uma vida melhor. Isso aqui eu não quero mais não...

Por experiência própria e tudo que eu te falei aqui não é teoria é por experiência própria. Eu ouvia falar em desigualdade social mas só fui entender mesmo disso quando fui morar na favela com meu namorado. Eu fui do luxo ao lixo e quando eu cheguei ao lixo entendi porque tanto se falava de desigualdade social, até então eu só ouvia teoria. Eu vivi na prática, aí eu entendi bem o que era desigualdade social. Fui entender a relação entre o playboy do asfalto e o favelado, fui entender as conseqüências da fome, da miséria, disso tudo. Tudo de falo por ter vivido na prática. A gente paga o que deve a justiça, mas para sociedade nossa cadeia é perpétua. O lixo tem mais valor do que eu. Isso aqui, ô, era lixo, ta reciclado virou uma caixinha.

O que era isso aí?

Isso era papel de revista que é encontrado no lixo e nós reciclamos.

Foi me mostrando e enumerando os objetos reciclados que haviam no espaço cultural criado pela mesma.

Isso é retalho que ia para o lixo. Isso aqui é de latinha de refrigerante que as famílias catam do lixo e trazem pra gente. Isso aqui é de jornal velho. Isso aqui é de ovo, também do lixo. Até cocô vira adubo. Se cocô é aproveitado, porque nós não seríamos?

Me sinto muito mal diante da colocação de Maria Bonita. Sinto que ia ser estrangulada por um choro incontrolável. Assim, como fuga, desvio o assunto. Eu não podia chorar. Precisava de um tempo para me recompor. O único jeito era mudar de assunto. Então, falei, enquanto a mesma mostrava, num desabafo, os objetos produzidos pelas presas no espaço cultural com materiais encontrados no lixo.

Puxa.. não trouxe máquina fotográfica. Mas acho que se trouxesse o diretor não ia deixar entrar. Eu queria fotografar o que vocês fazem aqui.

Ah, fala com ele. Se for dentro da lei, ele vai deixar. Se não for, pode ficar certa que ele vai te barrar. Mas, olha, tudo que é para somar ele ajuda, mas pra isso é necessário estar na lei, né... Sabemos as regras do jogo, precisamos cumprir. Ele não é bonzinho não... Quantas vezes vou pedir uma coisa pra ele e ele diz não: tem que ta na lei!

Recuperada, olho para Maria Bonita e ouço em sua voz outras tantas vozes... Pergunto: Você aprendeu algo aqui, Maria Bonita? Isso aqui serviu pra alguma coisa?

Puxa... Primeiro eu saí de um bom apartamento na Avenida Atlântica para vir para um lugar desses. Isso aqui eu vou dizer pra você é o fim da estrada, é o último lugar que um ser humano chega, não tem pior. Mas hoje eu digo pra você, aos 46 anos eu me sinto mais plena e mais segura. Hoje, eu sei o que eu quero e o que eu não quero. Eu podia ter aprendido com tudo o que minha mãe me falou. Eu não falei pra você, mas quando eu vim presa ela morreu do coração. Te falei?

Sim, você já havia dito no outro dia.

Ela não agüentou com o pancadão e faleceu. Não gosto de falar disso.

Você era filha única, não era?

Era a única filha dela. Quando eu nasci ela já tinha idade, dizia que tinha preparado a vida para minha chegada. Ela queria tirar todas as pedras do meu caminho. Antes de vir pra cá eu nunca havia lavado uma calcinha.

Chora muito, muito mesmo... Pego um copo com água pra ela. Saio da minha cadeira e vou abraça-la. Identificada com Maria Bonita, sinto com ela uma parte de sua dor. Maria Bonita continua e eu pergunto se eu posso ligar o gravador novamente. Ela me autoriza.

Eu aprendi caminhando pelos espinhos: chorando, sofrendo, sentindo saudade...

Muito íntima de suas dores, pergunto como foi sua primeira noite ali na cadeia?

Ah... é complicado. Eu não vou te falar como foi minha primeira noite aqui, eu vou só te falar que depois desta oportunidade que o Dr Marcos Pinheiro me deu de criar este espaço cultural eu catei os caquinhos. Só o fato de alguém ter me dado uma oportunidade de criar isto aqui eu juntei os pedaços, me reconstruí e voltei a ser eu. Eu digo a você: eu to pronta pra sair e enfrentar as feras!

Se der uma oportunidade para as pessoas, elas conseguem?

Antigamente, para mim, mesmo já presa, ressocialização era uma utopia. Depois do que o Dr. Marcos fez aqui, você vê ressocialização não é utopia basta que alguém queira trabalhar. Eu tenho muita vontade de quando sair daqui, ir fazer uma palestra para os diretores de outras unidades para que eles façam realmente um trabalho de ressocialização. Olha só a nossa saída: é melhor ter um vizinho reabilitado do que ter um monstro criado no Bangu III ou em Benfica. As “pessoas de bem” podem ser a próxima vítima deles. Quando eu digo pra você que sou a favor de um trabalho que reabilite o interno, não é porque sou presa não, é porque eu tenho família na rua e não quero que minhas filhas e nem meus netos sejam vítimas destes monstros. Porque o sistema penitenciário é fábrica de criar monstros. Entendeu? Então eu acho sim, se der oportunidade... Eu digo por experiência, eu era insuportável, nojenta, rebelde não, meus atos poderiam ser rebeldes, mas eu não sou uma pessoa rebelde. Eu sempre fui muito nojenta, muito contestadora, eu perturbava todo mundo, eu gostava de afrontar os outros. Eu ia pra ali pra mexer com os PMs só porque as guardas não gostavam. Eu fazia isso só porque não podia, mas também nunca ninguém tinha me dado uma oportunidade de nada. Você ta me entendendo? Nunca me deram... Quando eu cheguei aqui, em 91, todo mundo podia fazer tudo e eu nada. Sabe o que o sistema penitenciário me obrigou? A querer pular o muro. Eu pulei o muro, eu pulei o muro porque estava apavorada com medo de pegar uma cadeia de 100 anos. O funcionário não conversava comigo, entendeu? Eu não sabia nada do meu processo... Me via morrendo aqui. Cria-se um monstro, eu só pensava em sair e fazer muita atrocidade. Quando a gente vê certas atrocidades não é porque a pessoa tem aquela índole não, ela cria aquela índole. Eu, de classe média, não tinha nenhuma índole, só quando passei a ser presidiária é que as pessoas falavam que eu tinha índole mal. O que é índole? Já vi muito psicólogo aqui do sistema falar de índole. O que é índole, Neilza? Será que só nasce gente de índole ruim na

favela? Não é muita consciência só nascer bebezinho mal na favela? A índole má tem endereço e cor da pele, não é?

O sistema é que cria aquela índole. Eu já estava ficando totalmente diferente do que eu era. Eu já te disse uma vez e vou repetir: a mulher não é bandida. Porque mulher atenta muito para o lado da maternidade. Mulher é mãe, mulher é avó, mulher é apaixonada.

O delito mais forte que a mulher comete é o que? O coração, o sentimento, ela se envolve, aí a gente fala que se envolveu com um homem que era bandido, nem todo mundo acredita. Mas um beijo na boca é fatal. Dizem que foi a Eva que induziu o Adão a comer a maçã. Mas foi o desgraçado do Adão que induziu a Eva. Esses malditos “tudo gostoso”... Entendeu? Homem é coisa que dá água na boca.

Um dia, veio uma moça de um jornal e, na entrevista, ela me perguntou qual era a atriz que eu achava sensual, eu disse que era a Sharon Stone, aí ela me perguntou: e o homem? Respondi, aquele que dá água na boca. E tem certos homens que você olha pra ele e ele dá água na boca. Esses são os desgraçados, fazem a gente de “ralo”. Se você perguntar a metade da caieira porque que está presa, elas vão dizer: por causa de homem. A minoria está porque precisava comprar um leite para o filho para sustentar. A maioria é o homem.

Primeiro, hoje pra mim, isso já não é mais novidade. Mas quem chega pela primeira vez numa favela. Você um homem com fuzil atravessado, aquela calça mostrando as costelinhas, todo gostoso...

O fuzil te seduzia?

Eu nem tanto, mas as meninas sim. Já te disse que arma para mim não era novidade, pois meu pai trabalhava com arma, desde seis anos de idade eu sabia o que era uma “45”. Eu cresci vendo uma “45”. O pai das minhas filhas, um mero trabalhador, andava armado. A gente viajava com as crianças e sempre levava a arma. Era uma forma de proteger as crianças. Você ta me entendendo?

A maioria das garotas do asfalto quando chegavam na favela queriam ficar do meu lado, pois elas sabiam que eu conhecia os rapazes, então ia para perto de mim para depois ir para perto deles. Elas dizem: “ah... tudo gostoso!”

Então eles, esses desgraçados, malditos levam a gente de “ralo”. Mas também não dá para viver sem eles.

E você, quando sair daqui, não quer casar?

Não, eu já sou casada.

Meu marido é um “fofucho” porque pra me aturar, minha filha... Ele é lindo!

Ele vem te visitar?

Não, ele ta preso agora. Ele vai sair na minha frente. Ele só foi cumprir o mandato de prisão de coisas do passado. Daí ele estava trabalhando, já totalmente recuperado quando teve que cumprir uma coisa do passado. A mãe dele era uma grande estilista da sociedade carioca e o pai almirante da Marinha. Eles já morreram.

Vocês sonham com uma vida lá fora?

É aquela coisa, a gente tem uma cumplicidade muito grande um com outro. Independente da parte marido e mulher nós somos muito amigos. Então a gente pretende sim, morar junto. Ele é bem família também, porque eu não me envolveria com uma pessoa que não fosse família porque uma coisa que eu preso muito são minhas filhas, meus netos. Se eu não quero mais problema eu não posso carregar comigo uma pessoa que me traga problema. Minhas filhas conhecem ele e gostam muito dele. Antes de ser preso por estas coisas do passado, todo final de semana ele estava na casa das minhas filhas.

Entendeu? Não sei... por enquanto nós temos esse ideal. Mas é aquela velha história: tudo na vida muda. Não sei se ele vai se encantar com uma mulher e se envolver por ela, se eu vou encontrar um homem e aí vai me dar água na boca. Eu acho que eu não porque, hoje em dia, eu sou diferente. Já não vivo de aventura não. Até porque que hoje em dia eu me separasse dele eu ficaria sozinha. Homem

pra mim só ia ser como objeto: usar e jogar fora. Eles só prestam pra isso, eles são uma delícia, se vendesse no mercado, nossa! Eu ia comprar todo dia um!

Você já teve algum namorado aqui?

Já, mas nada sério não. Alguns por correspondências, mas eu só pensava em ir embora: fugir, fugir, fugir... Ninguém pode se acostumar com a idéia de que pode ficar preso. A única coisa que eu acho que o interno não deveria levar “a parte” é quando o interno tentasse fugir. Porque isso aqui não é bom! Dizer que prende para ressocializar, hoje eu até acredito porque estou passando por este processo mas eu to porque tenho uma família me aguardando. Não adianta abrir aquele portão ali, sem expectativas. Você ta me entendendo? A pessoa sai daqui e não tem expectativa. Eu penso assim, tinha que ter um trabalho aqui mas também tinha que ter, tipo um galpão, que pudesse levar o “Mãos a Arte” para fora. Eu tenho este projeto de levar para uma ONG lá fora... Por quê? Você sai daqui, não tem para onde ir. Ai você vai para onde? Vai subir o morro, vai pegar uma arma emprestada ou pegar uma mercadoria para traficar. Você vai ter que comer, comprar uma roupa, ter um lugar para dormir. A sociedade te rejeita. Sabe quem te abraça? O traficante. O que era para o governo fazer, o governo não faz, são os “donos” de morro que fazem. Se eu não tenho a minha família, se eu saio daqui hoje e vou na Secretaria de Justiça, o doutor não consegue nenhum lugar para eu dormir. Mas se eu subo o morro, vai ter um barraco para eu dormir. O Lula que foi pobre, necessitado, trabalhador tinha que se preocupar com isso. Mas isso não é conveniente. Investir em educação e vida digna pra pobre não é conveniente. Se o povo for educado, ele sabe reivindicar, eles querem mesmo esses garotos “tudo” burro.

Entrevista com Bella

Início uma conversa informal com Bella e a mesma permite que esta conversa seja gravada. Minha relação com algumas presas, dentro do Talavera Bruce, é bastante amigável: conversamos muito. Em uma de nossas conversas perguntei se eu podia ligar o gravador, pois eu já estava cansada e precisava terminar as entrevistas. Bella permitiu. Ela me contava sobre o concurso de miss que participou. Fala de como mantém seu cabelo loiro e quando pergunto a cor de seus olhos fala com orgulho: verdes!

Neste dia, quando cheguei na cadeia Bella estava com a irmã que é advogada conversando numa pequena cabine destinada à conversa com advogados. Era quarta-feira, dia de visita na cadeia. Antes da visita dos familiares, ocorrem as visitas dos advogados. Quando pergunto com quem Bella estava falando o sub-diretor fala: com a irmã, mas na condição de advogada.

Logo que a irmã sai, Bella vem em minha direção, travamos uma conversa informal. E a mesma me diz que estava tentando conseguir, após a pena, o indulto. Começamos a gravar a conversa: Qual seu pseudônimo?

Bella.

Bella é bela mesmo... Você pegou pouco tempo, né, Bella?

Sim, vou sair na condicional no dia 26 de junho deste ano. Peguei 4 anos. Vou ficar 2 anos e 4 meses pelo regime de remissão de pena.

Eu ia ficar 2 e 8 meses mas 4 meses eu ganhei de remissão.

A entrevista foi realizada em janeiro de 2005.

Você está aqui há um 1 ano e 8 meses, então?

No Talavera eu estou há 1 ano e 2 meses. Presa eu estou há 1 ano e 11 meses.

Você foi para o Nelson Hungria primeiro?

Fui, fui para o Nelson Hungria primeiro.

Poxa, ta perto de você sair daqui, heim... O que você vai fazer da vida lá fora?

Falo com mais tranqüilidade e intimidade devido as nossas conversas anteriores Vou cuidar da minha filhinha, vou retomar a vida que eu tinha antes.

O que você fazia antes?

Antes eu trabalhava na prefeitura mas agora o meu esposo se mudou e ele abriu uma locadora. Vou trabalhar na locadora.

Vai continuar casada com ele?

Vou, claro! vou carregar minha cruz. (fala sorrindo...)

Ele é sua cruz? (pergunta sorrindo, também..)

Ele é... (sorri...)

Por que?

... porque é, agora tenho que aturar...

Por que isso?

Porque tenho...

Não sei se tem... não precisa ser assim, pode ser de outro jeito.

Você gosta dele?

Gosto.

Então não é cruz...

... mas mesmo assim pesa. Pesa mas dá para levar.

Por que pesa, Bella?

Ele é uma pessoa ótima mas tem um gênio, assim, terrível! Mas dá pra levar...

Você pode falar aqui no gravador como você veio pra cá? Mas só se você quiser, se não tiver afim ta tranquilo. Fica a vontade, ta?

Meu esposo é usuário de drogas, então ele ficou preso no “Plácito”.

Onde é o “Plácito”?

Aqui no Complexo de Bangu.

Ele tava preso no Plácito só que ele fuma maconha mais do que bebe água e gastava muito dinheiro com isso e chegou a me pedir para levar. Como o dinheiro da maconha era meu eu achei que não tinha problema levar. Assim, a mãe dele dava dinheiro pra ele mas esse dinheiro que a mãe dele dava não dava pra ele ficar como ele queria. Porque aqui a gente gasta fortuna. O dinheiro vai aqui que nem água. Preciso de dinheiro aqui para comer, o que mais precisa. A unidade dá comida mas a comida não é boa. Na cantina vende comida, refrigerante. Quem pode come. A comida lá é quatro e cinquenta. Você vai almoçar com sede, não? De tarde você quer um lanche, depois você quer um refrigerante. Depois vem uma vendendo uma calça, outra vem vende um brinco, uma blusa. E pinta cabelo e corta e faz vida. Eu vivo como vivo lá fora: eu faço unha, eu pinto cabelo. Só que aqui as coisas são mais caras.

Quanto é para fazer a unha aqui?

A unha aqui é quatro reais. E assim vai. Aqui eu não me rendo a cadeia, vivo como vivo lá fora, eu tento. Muitas se entregam a cadeia.

Como é acordar aqui e saber que tem o dia inteiro para viver aqui?

Puxa, agora tá até mais fácil porque eu já sei que estou indo embora mas no começo era horrível, horrível, horrível... Eu digo que agüentei por causa da minha filha. Eu era uma pessoa muito fraca antes de ter ela.

O que é uma pessoa muito fraca?

Não aguentava muito a pressão, quando via que a coisa era muito grande eu não bancava. Já até tomei chumbinho, uma vez. Por causa disso, depois que vim presa eu achei que não ia agüentar. Mas cada vez que ela vinha e me perguntava: mãe quando você vai sair? Eu digo pra ela que eu estou trabalhando. Aí, no começo ela chorava muito. Ela agora tem 3 anos, vai fazer quatro. No começo, quando eu vim presa ela tinha 1 ano e 11 meses e ela era muito agarrada comigo. Tem uma coisa que eu não esqueço nunca mais. Eu fui presa com ela, numa quarta-feira. Ela foi embora. Na quinta eu fui para Bangu 6. Quando foi na sexta minha mãe levou ela para eu ver. Só que a gente era muito agarrada... Na visita, ela veio correndo e ficou no meu colo. Segurava meu rosto, não deixava ninguém falar comigo. Puxava meu rosto. Segurava no meu rosto e falava: “mãe, mãe, mãe”. Na hora dela ir embora eu quase morri do coração. Como a visita já

estava terminando eu fui colocar ela no chão e ela encolheu as perninhas. Falei: “vai filha, vai com a vovó...”. Ela grudou no meu pescoço e não saiu mais. Gritou: “eu quero a minha mãe, eu quero a minha mãe”. e eu tive que tirar ela do meu pescoço... Foi a pior coisa daqui, fiquei fraca, quase desmaiei. Não sei como cheguei na cela.

Ela ficou muito tempo assim, só no Bangu 7 que ela foi melhorar. Até hoje ela ainda chora muito na hora de ir embora. Às vezes ela vem, brinca e vai embora feliz. Hoje em dia depende. A coisa mais linda é quando ela fala pra mim: “Mãe, eu te amo muito, ta?” É ela que me dá força!

Quando ela chega no portão ela fala: Mãe, Eu vou morrer de saudade. Eu falo: “Vai filha, sábado que vem você volta”. Ela me pergunta: “Mãe quando você vai sair daqui deste trabalho?” Porque eu digo que estou aqui trabalhando, né? Ai, eu falo: “Falta pouco, filha, falta pouco”.

Quem cuida dela?

Meu marido.

Ele dá conta de cuidar sozinho?

Ele mora com a mãe dele, a mãe ajuda a cuidar. Ela vai pra escola, tem lá os afazeres dela, não fica tanto tempo só com ele não.

Você a teve ela com quantos anos, Bella?

Eu tive ela com 18 anos.

Você estava contando que foi presa com ela. Você pode contar como foi isso?

Posso. Eu fui pra visita. Eu ia pra visita sábado, quarta e domingo. Quarta eu ia com ela e com os pais dele e sábado e domingo eu ia sozinha. No dia que eu fui levar foi numa quarta. Ai, a maconha estava no meu tênis e quando eu fui para a sala para revista, ela estava comigo. Mas engraçado, dizem que quando a gente vai ser presa, a gente sente. Isso é a maior verdade. Porque quando eu estava um dia antes, em casa. Já sabia que eu ia levar, já estava conformada. Já estava tudo arrumado. Ai me deu uma tremedeira danada, quando foi assim umas 5 horas da tarde, deu uma tremedeira. Ai eu liguei para meu marido, disse que tava com medo. Ele disse: “Faz o que você quiser”. Eu liguei de novo e falei: “Poxa, ta me dando uma agonia, eu acho que vou ser presa!”. Ele falou assim: “Garota, pára de se agorar!”. Ai eu falei: “Eu to falando sério!”. Ele falou: “Faz o que você quiser!”. Ai eu falei: “Olha só, só quero que você saiba de uma coisa, se eu for presa: Eu te amo, tá?” Ai ele falou: “Garota, você é louca!” Quando eu cheguei na porta do presídio entrei e quando eu entrei eu percebi que uma das funcionárias tinha mudado. Eu já sabia o esquema do presídio e eles nunca revistavam o tênis. Eu ia lá, tava indo já há 6 meses e eles davam aquele mole de não tirar o tênis. Nesse dia quando eu olhei tinham trocado a funcionária, eu olhei e putz... Não tinha como voltar, minha sogra já estava na fila, minha filha no colo. Eu ia falar o quê? Não tinha desculpa para voltar. Eu já sabia que não ia passar na revista. Se eu te disser que achava que ia passar, eu estaria mentindo. Eu sabia que ia ser presa.

Entre na sala de revista com minha filha no colo. Ela me revistou, ai eu virei para trocar a fralda da minha filha. Ela pediu para tirar o sapato, ai eu tirei. Mas já tava tremendo toda, ai ela percebeu. Ai foi que eu vim pra cá. Eu não posso ter flagrante, que eu acuso, dou tremedeira.

Quanto de maconha?

66 gramas. Ele ia fumar em uma semana. Se eu tivesse com uma grama ali eu ia pegar o mesmo tempo de cadeia. Não importa a quantidade, só de etrar com droga na cadeia é caracterizado como 12.

Somos interrompidas por algumas presas que entram na sala onde estávamos

Mas... não vou dizer pra você que eu gosto de estar na cadeia. Mas isso aqui foi bom pra mim. Não vou dizer pra você que eu era ingênua, eu era muito boba, qualquer coisa me comovia, qualquer coisa me deixava triste. Agora, não. Aprendi, cresci mais. Aqui a gente aprende a dar valor a muitas coisas. Dar valor

a minha mãe, dar valor a minha família, dar valor a vida mesmo. Depois que eu sair daqui, do portão para fora qualquer coisa vai ter valor, antes não tinha. Eu só pensava em mim na minha filha. Aqui a gente fica sabendo quem gosta da gente e quem não gosta. Porque é muito mole, né? Só passa daquele portão aqui pra dentro quem ama, porque quem gosta não vem. Porque posso dizer por experiência própria, eu tenho visita quarta, sábado e domingo. Só quem vem é minha mãe, meus irmãos, meu marido e minha filha. Primos e primas não vêm.

Por que?

Falta de tempo. (Em tom de ironia, mas bastante emocionada, com olhos brilhantes de lágrimas). Mas eu não culpo eles não, eu escolhi estar aqui. A culpa foi minha e não deles. Mas, às vezes, eu dava mais valor a eles do que a minha mãe. Às vezes eles vem em festas, em comemorações, mas não vem pra fila da carteirinha. Minha avó, minha avó não consegue entrar aqui. Virava e mexia, ela vinha. Aí me diziam: “Sua avó tá aí, mas não quer entrar”. Eu respondia: “Mas pra quê que ela veio?” Ela dizia que era para ficar mais perto de mim.

Ela tem medo de entrar aqui?

Não é medo, acho que se ela entra aqui ela vai passar até mal. Porque vai ter que ir para revista, é muito constrangedor. Tem gente que sei que não vem porque não vai conseguir. Eu tenho uma tia que não vem porque vai entrar sair e sabe que não vai poder me levar de um lugar desse.

Somos interrompidas por presas que circulam o corredor. Um homem entra e cumprimenta Bella. Ela responde: “Te conheço?”. Soube pela própria Bella que ele era professor de artesanato. Desprezando a presença do homem. Continua a entrevista:

Deixa eu ver como vou te explicar... Pra mim não é tão difícil assim estar aqui dentro. Quando meu marido foi preso, eu não conseguia dormir em casa. Ficava apavorada achando que tinham posto ele num meio de bicho. Tinha um dia que eu tava em casa, no dia 6 de outubro, tava passando uma reportagem na televisão, que tava dando aquela rebelião em Bangu 1, aí ele tava dizendo que bandido bom é bandido morto. Eu falei: “Isso mesmo, joga uma bomba nesse lugar, Mata eles... pra quê vai deixa essas coisas vivas?”. Aí no dia 29 de outubro meu marido é preso. Fiquei desesperada.

Ele foi preso porque?

Foi assalto.

Você sabia?

Não. Ele foi dar um bonde para um garoto que ia assaltar

O que é dar o bonde?

Ele tinha o carro e ia dirigir pro cara. E ele foi.

E você, sabia?

Não, desta vez eu não sabia. Mas ele adorava dar o bonde.

(Há uma interrupção...)

Aí ele foi preso. Fiquei desesperada. Primeiro eu não acreditava que ia ficar preso. Me disseram que ele tinha ido par Polinter. Pensei puseram meu marido no meio daquele montão de bicho. Porque pra mim eles eram tudo bicho.

Isso foi numa segunda-feira. Quando foi na terça eu fui vê ele. A revista lá é normal, igual a qualquer discoteca quando a gente entra. Lá, eles chamam de maracanã. Tem uma tela que dá pra você vê aonde eles ficam. É uma sala pequena com mais de cem presos e quarenta vistas. Pra você falar você tem que gritar. É uma sala pequenininha. Aquelas pessoas maltratadas, pessoas descuidadas, pobres, sujas. Olhei lá pra dentro e pensei meu marido vai morrer aqui. Ainda mais com duas facções ali dentro. Fiquei desesperada. Quando eu entrei ali fiquei apavorada... mas depois fui vendo que do mesmo jeito que meu marido era gente, os outros também eram. Da mesma maneira que meu marido cometeu um delito os outros também cometeram. Então, porque meu marido era melhor que eles? Porque tinha uma visita, porque lá fora ele era melhor? Não,

eles são todos iguais. Depois fui conversando, fazendo amizade e fui entendendo que eles não eram bicho. Depois meu marido foi para uma cadeia um pouco melhor e fui entendendo que as pessoas não são o que eu pensava. Hoje ele tem amizades da cadeia que vão na casa dele. As pessoas do bem. Existe os do bem e aqueles que vai e volta. Do mesmo jeito que o meu marido prestava, tinha gente que prestava também.

Mas, como foi pra você vir pra cá, com toda esta idéia?

Eu conhecia a cadeia de homens. Já aceitava melhor os presos. Mas quando vim pra cá achava que só ia encontrar aquelas mulheres barraqueiras da favela. Aquelas da pior espécie. Quando eu cheguei, veio uma outra presa: uma negra alta, forte, sem dente, falou: essa é minha. Elas falam brincando. Mas eu não sabia, fiquei desesperada, pensei: “agora, elas vão me matar”. Eu deixava ninguém chegar perto de mim, ia me afastando. Elas vinham falar comigo e eu ficava com medo. Mas depois eu fui vendo que muitas tinham a mesma vida que eu, outras tinham sofrido mais que eu. Vi que umas tinham família igual a mim, eram mães igual a mim. E estou aqui até hoje, não arrumo confusão. Acordo, trabalho e vou direto pra minha cela. Nunca arrumei confusão com ninguém.

Você vai sair daqui e vai fazer o quê?

Vou pra minha casa, dormir na cama com a minha filha.

E no dia seguinte?

Vou direto grudada com minha filha, pelo menos um mês. Tudo normal. Eu não tenho medo de ser discriminada. Não vou esconder nada de ninguém.

Você vai falar?

Pode ter certeza, eu não devo nada pra ninguém! Eu não ia falar se eu tivesse matado algum inocente, tivesse seqüestrado uma criança, espancado uma criança. Mas aí eu não ia dizer não, ia ter vergonha. Mas o que eu fiz? Ninguém tem nada com isso. Ninguém me sustenta na cadeia. Quem me sustenta aqui é minha mãe e meu marido. Olha, cadeia é para todos. Eu to aqui porque fui pega neste delito, tem muita gente que faz e não é pego. Tem muita gente que está numa situação se a polícia chegar, vai preso. Não disse pra minha folha agora, pq ela não vai entender. Se eu te disser que ela não sabe, eu vou estar mentindo. Ela sabe mas não entende. Ela vê polícia aqui. Ela diz que eu estou trabalhando. Mas o pai dela trabalha e não está aqui, a avó dela trabalha e não está aqui. No fundo, no fundo ela sabe. Ela não entende, mas sabe. E daqui pra frente eu vou falar com ela. E acho que daqui pra frente eu não vou ser discriminada não.

Porquê?

Primeiro, vai depender da maneira como você age. Se você fala com medo, você mesmo se discriminando, as pessoas vão te discriminar. Se você falar assim como se você pagou por algo que você se arrepende, aí tudo bem. Não vou chegar falando, mas se rolar um assunto eu não vou ter vergonha de dizer. Tanto não tenho vergonha que minha cara já saiu em muitos lugares pelo concurso de miss.

(Fomos interrompidas novamente. Bella deveria ser recolhida para o intervalo da hora do almoço, no qual há um intervalo.)

Tá ansiosa, Bella, pra sair?

Eu estou até me estranhando... Não to ansiosa, estou paciente. Vou quer levar amigos, aqui a gente faz laços de amizade bem forte. Só pra você ver. Quando fui presa eu fiz uma primeira amizade com uma amiga que estava grávida aqui. Ela saiu. Outro dia eu recebi uma carta dela com a foto do filho. Atrás estava escrito assim: “para minha dinda”. Na hora pensei que ela tivesse trocado de foto. Dentro da carta é que fui ver que ela havia me dado o filho dela para batizar. E ela dizia que não ia querer saber de ninguém quando saíssem daqui.

Bella saiu da cadeia e visita, constantemente, suas amigas de prisão.

Quando estava presa estabelecia um culto ao corpo, participando, em

consequência disso, de concursos de miss Talavera Bruce. O culto a beleza é uma forma de construção de linhas de fuga a institucionalização. Um discurso recorrente é aquele que diz que não pretende se “acabar” na cadeia. Há uma luta constante de não institucionalização, esta luta ocorre de diversas maneiras:

- não utilização de vocabulários próprios da cadeia (gírias de cadeia, palavrões);
- não namorar outras mulheres dentro da cadeia;
- não utilizar drogas;
- não ouvir funk;
- cuidar do corpo e não se “entregar” a cadeia.

Estes não eram excludentes, algumas presas se utilizavam de duas ou mais estratégias de não-institucionalização. Acredito que a forma mais evidente de criação de linhas de fuga era o culto ao corpo. Neste, as presas diziam, através de seus corpos que estavam vivas. E mais, que eram mulheres como qualquer outra. Nada irritava mais uma presa que a surpresa de outras pessoas frente a vaidade delas:

As pessoas chegam aqui e olham pra gente como se a gente estivesse num jardim zoológico. Um dia uma mulher chegou aqui e disse assustada para a amiga: “Olha só, elas fazem a unha!”. Eu, heim... Ela pensa que depois que a gente entra aqui nós deixamos de ser mulher e viramos bicho? (Lenice – Interna do TB)

A luta pela desinstitucionalização se dá a partir da manutenção de um corpo que mantinha características sociais vigentes de beleza feminina⁵, tais como manter-se magra, usar adornos e bijuterias, cortar cabelos, pintar unhas e cabelos, dentre outros cuidados efetivamente conferidos ao universo das mulheres. Esta manutenção se fazia cotidianamente e de maneira clara ou sutil. Especificidades que só o cotidiano pode apresentar para um atento pesquisador. Ler este cotidiano foi meu maior desafio. A partir das 154 entrevistas, assinalei algumas categorias recorrentes nas falas das mulheres.

⁵ Sobre a relação da beleza com as estratégias de poder na contemporaneidade ver: NOVAES, 2004.

5.2. Culto ao Corpo: Linha de Fuga

A aparência passa então a ser o que de mais particular, único e singular o indivíduo possui. Paradoxalmente, o que há de mais íntimo, pessoal e com maior atribuição de valor social, está na superfície do sujeito – na pele. (NOVAES, 2004, p. 45)

A cadeia é uma instituição total que tem por objetivo não só a exclusão social, mas o esvaziamento do sujeito. Ou seja, seus dispositivos tendem a apagar as diferenças. As presas aparecem como número nas estatísticas ou uma referência no código penal: “Esta é a 157”. Desde o uso dos uniformes a compartimentalização dos espaços e do tempo dentro da cadeia. Muito comum era ouvir: “Não quero me entregar a cadeia” ou “Tem mulher aqui que se entrega”. Se entregar a cadeia significava ficar absolutamente institucionalizada, ou seja, sem signos de diferença inscrito, em especial, no corpo. Diariamente construía-se algumas linhas de fuga dentro da cadeia. Linhas singulares. Entretanto uma era recorrente: o culto ao corpo. Se extra-muros o culto ao corpo pode estar inscrito no âmbito do biopoder e de uma alienação, dentro da cadeia, todavia este culto estava inscrito no contexto das linhas de fuga.

A imagem toma lugar do sujeito e, sem perspectiva de si mesmo, não há identidade possível – torna-se estrangeiro em seu próprio corpo, alienado em si mesmo, pois ele é, somente, enquanto imagem. (NOVAES, 2004, p. 46)

O culto ao corpo participa dos processos de subjetivação dos sujeitos. Subjetividade que, segundo Guattari (1996) é entendida enquanto essencialmente social e apropriada singularmente pelos sujeitos. Esta apropriação pode ser alienada, puro efeito de uma reprodução ou criativa, produto de processos de singularização.

O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o sujeito se submete à subjetividade tal qual como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade. (GUATTARI E ROLNIK, 1992, p. 33)

A esta reapropriação do culto ao corpo dei o nome de linhas de fuga⁶. Ou seja, a utilização do culto ao corpo enquanto uma estratégia de luta contra a maciça institucionalização.

⁶ Peço ao leitor que este termo seja lido a partir do significado aqui exposto, ou seja, enquanto uma possibilidade de fuga a maciça institucionalização. Maiores informações sobre este termo

Aqui eu me cuido, não quero me entregar a cadeia não. Eles podem tudo, até me matar. Mas enquanto não me matam eu passo batom sim, coloco anel e brinco (...) Um dia uma mulher aí de fora chegou aqui e ficou assustada com a gente toda arrumada e bonita. O que ela queria ver? Um monte de bichos enjaulados? (Giselle - Interna do Talavera Bruce)

Assim a fala de Giselle nos serve como chave de entendimento para reconhecer o quanto o culto ao corpo significava uma ousadia lícita. Segundo as presas, o culto ao belo estava associado à auto-estima. Auto-estima esta que ficava absolutamente comprometida com a prisão. Uma vez que não estavam “enjauladas” torna-se belas era estar viva, na ótica das presas. E mais, acredito haver uma associação entre civilidade e beleza, uma vez que, segundo Novaes (2004), o culto ao corpo é mais um item no âmbito da regulação social do corpo da mulher. A preocupação com a imagem é mais um signo do “etos burguês” que, conforme Novaes (2004) estabelecia a idéia de adequação através da apresentação contida no corpo e suas vestimentas. Todavia, a roupa e a imagem considerada “adequada” para as presas designava o conjunto de valores aos quais estavam associadas. Valores estes nos quais o corpo sexualizado era de suma importância. Assim, mostrar um corpo desejável sexualmente era o signo de beleza na cadeia. Os concursos de beleza eram para as presas um grande acontecimento no qual sua imagem ficava associada ao belo, ao desejável e, segundo o olhar delas, ao civilizado. Havia na beleza, a partir das inúmeras falas, uma relação de poder.

Outro poder que se fazia presente era na relação que as “mais bonitas” diziam ter com os agentes penitenciários. Segundo as presas, eles davam mais atenção e eram mais complacentes com seus pedidos. Neste jogo de sedução, permanecer o mais parecida possível com o que fora enquanto não estava presa era manter-se o mais longe possível da institucionalização. Institucionalização esta que as tornava menos mulheres e, aos seus olhos, menos gente: *O impacto que a feiúra tem sobre a imagem da mulher é justificado pelo discurso que diz que a feia é menos feminina* (NOVAES, 2004, p. 59). E nenhuma mulher ali queria ser menos mulher, umas poucas possuem trejeitos masculinos para marcar lugar de “marido” dentro da cadeia. Mas até mesmo estas possuíam uma preocupação com a imagem. Já ouvi “Maria Bonita” dizer que iria suprir o pão francês de sua alimentação para que permanecesse magra.

O leitor talvez pense que na cadeia as mulheres eram “esculpidas” tais quais as que vemos transcorrer diariamente nas ruas da cidade. Não, seus corpos não eram esculpidos e nem tampouco suas imagens eram as esperadas pelo “etos burguês”. Mas tentam, a partir da invenção do cotidiano, construir um corpo menos institucionalizado, um corpo que não tenha as marcas da exclusão que a cadeia constantemente se empenha em construir⁷.

Outro dado interessante no que tange ao conceito de civilidade e aceitação social através do corpo diz respeito ao conceito de raça e cor da pele. A grande maioria das mulheres presas pintavam seus cabelos de loiro e tentavam exibir uma aparência mais “branca” possível. Havia, no Talavera Bruce, um jornal concebido e construído pelas presas com a ajuda de uma Organização não-Governamental. É o jornal “Só Isso”. Este jornal era dirigido por uma presa alemã que fora presa, junto com sua mãe, por tráfico internacional de drogas. Ambas estavam presas no Talavera Bruce. Esta presa nunca quis me dar entrevista, todavia gostava muito de conversar comigo sobre o livro que lia repetidamente: “Ulisses”, de James Joyce. Ela, por muitas vezes, me convidou para sentar ao seu lado para ler para mim alguns trechos deste livro em alemão e, traduzia ao seu jeito, para o português. Após a tradução me convocava a refletir sobre o trecho atrelando sempre a realidade prisional. Sobre este meu encontro com a “Alemã” (nome dado pela mesma na cadeia) só poderei tornar público, a pedido da mesma, quando Alemã concluir sua pena e retornar, com sua mãe, para Alemanha. Esta presa sentia o que se chama de “paranóia de cadeia”: sentia medo de tudo. Respeitando-a, tornarei estas conversas públicas após a ida, em definitivo, da mesma para Alemanha. Sua pena terá fim em 2006.

Retomando o Jornal da cadeia, o “Só Isso”⁸. Neste, foi feito pela equipe do jornal uma pesquisa, no qual fora distribuído questionários visando responder: quem era a mulher do Talavera Bruce? Estes questionários continham, entre outros itens, um perguntando a cor de cada presa. O resultado desta pesquisa foi que mais de 80% das mulheres do Talavera Bruce se diziam “brancas”. A grande

⁷ A questão do culto ao corpo e sua relação com as formas de exclusão na contemporaneidade é profundamente discutida por Novaes (2004). Não pretendo aqui me ater às inúmeras formas em que o bio-poder se faz presente nos processos de “escultura” dos corpos. Apenas assinalo o culto ao corpo como uma forma de criação de linhas de fuga a institucionalização.

⁸ O Jornal “Só Isso” é absolutamente capturado pelo Estado, já que só pode ser publicado os informes e matérias aceitos pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro.

maioria da população negra e mulata se dizia branca. Como refutar isso? Dentro da cadeia esta era a verdade, não houve nenhum questionamento acerca disso. Ninguém, diante da imensa população negra encarcerada refutou tal resultado.

Tal fato, ao meu ver, reintera o ideal de recuperação atrelado à imagem do civilizado e “não-bandido” associado ao branco, preferencialmente rico e consumidor:

Ser diferente é ser uma exceção – ou seja, o negro “normal” é marginal, ignorante. O discurso ideológico da sociedade é introjetado e assimilado pelo Super Ego. Na formação do seu Ideal de Ego não lhe escapa nenhuma das características do modelo opressor: ser branco, rico e consumidor. (VILHENA, 2005-a, p. 23)

Vilhena (2005) fala de um “embranquecimento” físico e cultural. Uma vez que a raça supostamente honesta é “branca”. Talvez possamos inferir que seja este um dos motivos para que uma cadeia negra se designe branca. Há, de uma maneira implícita, a idéia de que a criminalidade é negra, fazendo necessário uma introjeção de modelos “brancos”. Voltamos ao tema de que cultura aceitável e, portanto cultura civilizada é concebida como algo branco. Nesta rede, o ideal é a imagem do colonizador europeu. Esta, em consequência, refuta tudo que foge ao ideal “branco de cabelo e nariz fino” (VILHENA, 2005-a, p. 24).

O culto ao corpo, ao meu ver, se une a questão da raça já que ambos buscam a aprovação aos olhos dos outros e constroem vínculos sociais. Se a questão racial trás sua marca desde a escravidão, a beleza, todavia se inscreve de maneira singular na contemporaneidade. Beleza e culto ao corpo são balizares de um *locus privilegiado da construção identitária feminina* (NOVAES, 2004, p. 10). Manter esta identidade assegurada é o objetivo das mulheres ao cultuarem seus corpos.

Lembro ao leitor que no Talavera Bruce há uma pequena sala com objetos bastante antigos que tentam se assemelhar a uma academia de ginástica: uma velha bicicleta ergométrica, alguns “pesinhos”⁹ de ferro, alguns colchonetes no chão, um espelho ocupando uma parede inteira e um aparelho de som. E mais, num mesmo horário (antes do “confere”) as presas se reúnem para “malhar”. Ou seja, algumas presas criam coreografias de “funk” em frente ao espelho, produzindo, em consequência disso, uma atividade aeróbica.

⁹ Matérias de ferro utilizado nas academias para promover “peso” e fortalecer a musculatura.

Como já fora dito por mim: *Meus cúmplices são os negros de todas as raças*. Negro aqui é signo de exclusão, pois há brancos que são negros por estarem em situação de exclusão, entretanto não há negro que, efetivamente, seja branco.

Minha entrada na cadeia e o especial acolhimento das presas se deu, ao meu ver, em grande parte por conta da minha raça. Enquanto afro-descendente minha imagem não se assemelhava ao do colonizador. O meu nariz “não-fino”, minha pele “cor de canela” e meu cabelo encaracolado sinalizava uma familiaridade aos olhos das presas¹⁰. Por mais distante socialmente que estivéssemos, em algum momento nos reconhecíamos no preconceito.

Como se fora brincadeira de roda
 Redescobrir o sal que está na própria pele
 Renascer da própria força, própria luz e fê
 Entender que tudo nosso e sempre esteve em nós
 Somos a semente, ato, mente e voz.
 Como se fora brincadeira de roda...
 (Redescobrir – Gonzaguinha)

E neste brincar cíclico oferecido pela brincadeira de roda, apresento, a seguir, algumas outras categorias recorrentes nas 154 falas: a família e religião.

5.3. Família e Maternidade: Projetos Futuros

A noção de família atravessava todas as falas, seja pela presença ou pela ausência da mesma. Nota-se, todavia, que a ausência de familiares consanguíneos era facilmente substituídos por outros sujeitos que, enquanto parentes “substitutos” ocupavam um lugar de importância da rede no qual as presas estavam inseridas. Muitas vezes eram amigos que diante da presença constante nas visitas eram identificados como “irmão” ou “irmã”. Outras tantas vezes eram amigos feitos na cadeia, enredados na dor construíam uma rede de sobrevivência pautado na amizade ou num “parentesco construído”. Entretanto, o modelo relacional vigente na cadeia era o modelo familiar.

¹⁰ Maiores informações sobre a integração e problematizações do negro dentro da sociedade capitalista ver: FERNANDES, F. “A Integração do Negro na sociedade de Classes” São Paulo, Dominus, 1986.

Eu não tenho ninguém neste mundo. Ninguém era por mim. Depois que entrei na cadeia eu fiz amigos. Amigos que são mais que família. Bem dizer, a cadeia me deu a família que eu não tive. (Luana – Interna do TB)

Perversamente a cadeia, local explícito de exclusão, tornava-se a única possibilidade de se construção de uma família. Não por ser uma “boa” a cadeia e sim pela dor que unia, pela dor que apaziguava algumas diferenças, pela dor que lançava fogo as possibilidades de existência individuais. Era a dor e não era a cadeia que unia algumas mulheres dentro do sistema carcerário. Mesmo com a presença de inúmeras brigas e desafetos era bastante comum ouvir que a cadeia era lugar de fazer amigos. E esta amizade, como já foi dito, era pautada nos signos familiares.

“Aquele ali, ô, é minha irmãzinha de cadeia”
“A “X” é minha filha de cadeia”

A cadeia feminina era composta de mulheres. Mulheres socialmente construídas. Construção esta que não se ausentava em função do delito cometido, ainda que este não tivesse contornos do que se esperava de uma mulher. A cadeia feminina era um grande espaço privado a reproduzir algumas regras e normas deste espaço.

Retomo Goffman (1961) e seu conceito de instituição total, no qual a prisão, enquanto instituição total era um espaço no qual os sujeitos realizavam integralmente sua vida dentro de um mesmo espaço. Neste espaço a cela era o espaço mais privado a que tinham acesso. Apesar da constante exposição, própria das instituições totais, a experiência de estar presa estava remetida a uma experiência de reprodução dos valores do espaço privado. E nesta reprodução, a família e, em especial, a maternidade era tema sacralizado. O documentário “O Cárcere e a Rua” apresenta bastante claro este tema. O documentário traz a vida de três presas no sistema carcerário de Porto Alegre (RS) e as dificuldades diante da vida extra-muros. Uma das presas foi presa por ter matado seu filho. Tal atitude a colocava em situação de eminente perigo de vida dentro da cadeia. Inúmeras presas tentaram matá-la dentro do cárcere.

Reintero que não estou aqui me remetendo a uma suposta natureza feminina alheia a construções sociais, ao contrário é a partir desta construção que as penso. A mulher é construída socialmente e sua subjetividade também. Assim sendo as presas o também o são. Ou seja, as presas não deixam de ser mulheres

historicamente construídas em função de serem delituosas, assim sendo, comungam dos mesmos elementos constitutivos de sua feminilidade, em outras palavras, participam dos mesmos modos de subjetivação.

Modos de subjetivação¹¹, numa perspectiva foucaultiana, participam da composição dos “jogos de verdade” que engendram o repertório existencial dos indivíduos. Ou seja, a maneira pelo qual os sujeitos se reconhecem. E assim, participam do modo como vivem e percebem tanto a si mesmo como o mundo que os cerca.

A mulher e todas as verdades acerca dela se dão a partir de uma certa construção social. Construção esta que, como já citamos anteriormente, a constitui, ou melhor, participam dos seus modos de subjetivação. A mulher presa é, em consequência, também produto desta construção que estabelece um lugar privilegiado ao espaço privado e a maternidade. Assim posto, esta construção atravessa a experiência de encarceramento. Pretendo sugerir que a experiência de estar presa está remetida a uma experiência do espaço privado. E, enquanto tal, os assuntos ali discutidos possuem uma hierarquia de valores. E nesta hierarquia de assuntos, a maternidade ocupou um lugar de destaque.

As celas, nos discursos informais, eram consideradas “casas” e as companheiras de cela consideradas “vizinhas”.

“Fui vizinha dela durante dois anos lá no Talavera Bruce.”
 “Moro no pavilhão 3”

Algumas relações dentro da cadeia reproduziam as relações familiares. Havia inúmeros grupos de mulheres que se uniam por algum tipo de afinidade. Assim, estas construíam uma célula relacional. Nesta célula, havia a reprodução de valores familiares – a casa. Em contraposição da casa, a rua não pôde ser efetivamente identificada por mim. Certamente a rua era o muro que dividia a parte interna da externa na cadeia. Fiquei atenta para identificar uma “rua” dentro dos muros da cadeia. Todavia não vi nenhuma separação clara.

A experiência de estar presa remetida ao espaço privado cria comportamentos e valores *que constituem a própria realidade e que permitem normalizar e moralizar o comportamento por meio de perspectivas próprias.* (DAMATTA, 1997, p. 48)

Assim, a realidade construída dentro da cadeia feminina constrói sua realidade ao redor do conceito de maternidade. O ideal de vida fora da cadeia é junto aos filhos. As mulheres se vêm amparando ou sendo amparadas pelos filhos. Entretanto a maternidade não é tão somente a gestação de um filho. Segundo o estudo antropológico de Fonseca (2000) o sistema matrifocal tem sua característica marcada no crescente poder da mãe com o aumento da idade dos filhos, tendo uma outra característica: o convívio.

...no sistema matrifocal, a autoridade materna cresce com a idade dos filhos, com os quais a mãe forma um bloco político. Mas tal processo ocorre somente quando a intimidade entre mãe e crianças continua durante a adolescência e a vida adulta dos seus filhos. (FONSECA, 2000, p. 64)

Não pretendo problematizar o convívio e nem tampouco as relações entre mães e filhos, entretanto é notório que a vida segue enquanto as mulheres estão presas. A vida e seus inúmeros acontecimentos não se enclausuram. A constância é o movimento. Movimento este sempre problematizado nas conversas e angústias das presas. O fato dos filhos estarem crescendo sem a presença da mãe era sempre motivo de dor. Umas diziam que pretendiam “ganhar” este tempo quando saírem de lá, outras, todavia, pretendiam ter outros filhos ao término da pena. Ante ao sofrimento freqüente, a tônica da maternidade é que constrói uma vida extra-muros, ou seja, um projeto futuro.

O filho aqui poderia ser lido como uma estratégia de sobrevivência, já que as famílias, segundo Fonseca (2000) são boas estratégias de sobrevivência das classes populares. Entretanto marco com bastante grifo que a mulher foi construída sobre a égide da maternidade. A maternidade é o lugar no qual encontram aceitação e pertencimento social. Negar este lugar é negar a própria reinserção após o cumprimento da pena.

Aproveito este estudo para marcar a necessidade do cuidado com os filhos das presas, em especial os filhos menores de idade. Filhos estes que são condenados pelo ventre a uma prisão social. Filhos que resgatam a senzala contemporânea em que vivemos. Onde estão estes filhos? Pouco se sabe. O juiz delega, burocraticamente, a guarda a alguém ou a um abrigo do Estado e não se fala mais disso. Como já fora dito, visitei um filho de uma detenta num abrigo de

¹¹ FOUCAULT (1984)

menores do Estado. Tratava-se de um menino de 12 anos. Absolutamente entregue a própria sorte.

Sobre este episódio retomarei na conclusão deste trabalho. Por hora, farei uma explanação sobre a última categoria destacada nas 154 entrevistas: a religião.

5.4. Religião: Tática de Sobrevivência

É preciso, portanto, especificar esquemas de operação. Como na literatura se podem diferenciar “estilos” ou maneiras de escrever, também se podem distinguir “maneiras de fazer”.(CERTEAU, 2003, p. 92)

A cadeia é um espaço completamente compartimentalizado no qual o poder coercitivo é explícito. No Talavera Bruce¹² este esquadramento existia de forma clara, ainda que todas as presas pudessem circular por alguns espaços livremente (área interna do presídio) e não ficassem 24 horas do dia em suas celas, tal qual ocorria do Nelson Hungria. Em estudos futuros, pretendo fazer um paralelismo dos atravessamentos da experiência carcerária nestas duas formas de encarceramento feminino: enclausuramento total e enclausuramento circulante¹³ (como ocorre no Talavera Bruce).

Uma vez que meu trânsito e maior contato se deu no contexto prisional do Talavera Bruce, foi deste regime circulante de aprisionamento que falei. Por regime circulante de aprisionamento designei o sistema do Presídio Feminino Talavera Bruce, no qual as presas podiam circular por uma área interna demarcada que compreendia: as galerias, as oficinas de atividades, ao salão de beleza, ao refeitório, a pequena academia de ginástica, ao pátio interno e a todo prédio espaço interno do prédio no qual ficavam os ambulatórios, a administração do presídio, as salas destinadas a atividades religiosas e educativas. Havia um templo evangélico dentro do Talavera no qual o trânsito livre era permitido.

Apesar da aparente “liberdade”, o trânsito das presas devia ser demarcado por uma disciplina. As presas deviam estar presentes nos “conferes” e, caso

¹²Dei destaque ao cotidiano do Talavera Bruce já que foi neste espaço que passei a maior parte da pesquisa. Sentindo-me, em consequência, mais capacitada para discorrer sobre o mesmo.

¹³ Estes termos: enclausuramento total e enclausuramento circulante foi criado por mim, dado as experiências nas duas formas de aprisionamento. Não há, na lei ou em qualquer outra bibliografia a que tive acesso, nenhuma menção a diferentes formas de encarceramento. Há a diferença, somente, para o regime fechado e o regime semi-aberto. Estes dois tipos de enclausuramento: “total ou circulante” dizem respeito ao regime de reclusão fechado.

desejassem, podiam fazer parte de atividades laborativas oferecidas dentro do espaço do Talavera Bruce.

O Talavera Bruce era dividido em galerias cuja divisão se dava, segundo o subdiretor do presídio, em função do comportamento das presas. Todavia, as que possuíam bom comportamento eram as evangélicas ou as que professavam publicamente “temor a Deus”. Suponha que se tratava de mais um mecanismo de disciplina. A outra galeria era ocupada pelas que, na fala do subdiretor, “davam trabalho”.

Dar trabalho significava brigar, fazer balbúrdias, desobedecer às regras disciplinares. Muitas das que “davam trabalho” ainda estavam remetidas ao tráfico de drogas, vendiam drogas intra-presídios através de celulares. Estas faziam o “movimento” de dentro da cadeia. As que “davam trabalho” e ainda permaneciam no tráfico, não estão associadas a lugares de “poder”, dentro do contexto do tráfico.

As presas que faziam o “movimento” não gostavam de dar entrevistas e me viam como uma “aliada” das evangélicas, dada minha aproximação com as mesmas. Entretanto, nunca fui hostilizada por nenhuma presa no Talavera Bruce. Ao contrário, todas, até mesmo as ditas mais indisciplinadas, me tratavam cordialmente. Travavam conversas informais comigo, mas não queriam ter suas vozes gravadas. Nossas relações foram espessas, já que eu só estava no presídio durante o dia. E estas dormem durante o dia e se mantêm acordadas à noite.

Pude visitar as galerias das evangélicas e das não-evangélicas. Por medida de segurança, só entrava na galeria das não-evangélicas com o vice-diretor do Talavera Bruce, durante o “confere” das 17 horas. Todavia não adentrei nas celas. As celas, no Talavera Bruce, eram individuais.

Nas galerias das ditas “evangélicas” pude circular com relativa liberdade. Cabe assinalar que uma boa parte das mulheres presas no Talavera Bruce que se diziam “evangélicas” ou “em processo de conversão”, o fazem, objetivando uma relação de convivência amigável com a equipe disciplinar. Ser evangélica, dentro da realidade do Talavera Bruce, era estar, aos olhos da direção e da equipe disciplinar, aberta a uma “nova vida”, em conseqüência, apta a reinserção no mundo dos viventes fora do mundo do crime.

As generalizações, no contexto carcerário, são perigosas. Cabe marcar que a presa considerada pela direção e toda equipe técnica do Talavera Bruce como a

“mais confiável” professava o Espiritismo como religião. Seria mais fácil estabelecer uma regra geral para a dinâmica interpessoal dentro do Talavera, entretanto isso não corresponderia com a realidade do que fora visto por mim lá.

A presa Espírita era a única que cuidava da sala da administração disciplinar. Nesta, havia algemas, armas, documentos importantes. Além de assuntos confidenciais discutidos naquele espaço e ouvido pela presa, diariamente. A presa era “faxina”, ou seja, responsável pela limpeza e organização da cadeia. Esta, em especial é “faxina” da equipe disciplinar. Trata-se de uma senhora de meia-idade. Muito queita. Figurava como um fantasma nas instalações da equipe disciplinar. Nada falava e parecia nada ouvir e em tudo obedecia. Curiosa com aquela senhora, pedi que a mesma me conferisse uma entrevista. Ela pediu autorização ao vice diretor e, após a autorização do mesmo foi conversar comigo no pátio do Talavera Bruce. Quem era aquele “corpo tão dócil”, eu queria saber. Ela escolheu seu pseudônimo: “Coração Frágil”.

Entrevista com “Coração Frágil”

Já que você me falou que só me concederia esta entrevista caso eu não tocasse no crime, vamos falar de outra coisa. O que você pretende fazer quando sair daqui?

A Coração Frágil chegou com um papel da VEP (Vara de Execução Penal) dizendo que ela ia sair em 09/12/2002.

Eu quero ir morar com meus netos e com minha filha. Reconstruir a família porque está tudo separado. Eu quero ficar perto da minha família porque meu sonho é esse. Quero trabalhar mas se eu não puder, minha filha me ajuda.

Você tem casa lá fora?

Tenho, tenho minha casinha.

E por que “Coração Frágil”?

Meus filhos me chamam de “Coração Frágil”. Eles não sabem se teriam a coragem que eu tive, pois eu fui direto ao Talavera Bruce.

As pessoas que estão lendo agora devem estar curiosas. Você não pode dizer a quem você foi acusada?

Fui acusada de matar meu marido depois dele ter chutado a barriga da minha filha com seis meses de gravidez de alto risco. Nós temos que encarar o problema de frente.

Mas você está encarando este problema de frente há muitos anos.

É... Nós temos que encarar o problema de frente e já estou encarando há 6 anos. Aqui dentro é um outro mundo. Aqui dentro você passa a conviver com coisas que você nem sonhava que existia. Você passa a conviver com pessoas usuárias e com quem trafica também. Você tem que ser muito forte e resistente a tudo e a todos.

Quando eu sair daqui eu quero curtir com minha família, fazer aquela festa, aquela coisa... Depois entrar na rotina, viver aquela vida por viver. Na minha idade, com 56 anos, eu só quero descansar.

Quem não tem uma estrutura lá fora se agarra ao portão da cadeia para não sair porque não tem para onde ir. Aí volta por um furto. Já vi menina indo e voltando várias vezes. Vai e volta, vai e volta. Não tem ninguém lá fora, o melhor é se

agarrar ao portão da cadeia. Agora mesmo tem uma aí que está voltando depois de ter tirado, na segunda cadeia, 3 anos. Ela tá voltando. Agora vai tirar o quê? “171” deve ser uns dois anos, sei lá. Ela tira a metade da pena, vai embora. Ela pode até ter aonde ficar, mas não tem quem dê força. E para uma ex-presidiária tudo fica ainda mais difícil. Sem família então impossível. Você sabe que o governo não faz nada. Então fica difícil pra pessoa. Porque elas saem daqui não tem emprego, aí vão traficar, tentar armar. Aqui elas tem teto e comida. Tem o que elas chama de “sapatório”. Aqui ninguém passa aperto por parte sexual.

Me explica, como é esse sapatório?

Ah, é mulher com mulher. Elas beijam, se abraçam, elas dizem que é uma relação. Só que para mim isso não funciona, pra mim isso é horrível. E assim elas vão indo, vão vivendo a vidinhas delas como podem. Se der sorte de sair viva, tá bom. Muitas saem daqui mortas. Por uma overdose, por briga, por um tombo de mal jeito. Uma agressão aqui dentro sempre tem uma desculpa.

Hoje falta menos que ontem, Eu sou uma árvore. A árvore é presa mas não amarga a sua prisão. Porque ela nos dá frutos, sombra e mesmo assim tem alguma pessoa que corta seu galhinho e ela fica calma. A árvore é livre? Não, ela é presa. Eu só perdi o direito de ir e vir. Como a árvore eu tenho meus galhos: meus filhos, meus netos. Assim eu fico de pé e vou vivendo. A árvore é presa e nem por isso amargou a sua prisão. Eu também não vou amargar a minha. A minha árvore está em pé. E assim eu vou vivendo. Hoje falta menos tempo que ontem.

A direção e a equipe administrativa do Talavera Bruce era composta, em sua maioria, por evangélicos, como já foi dito. Estes se empenhavam na manutenção de um “templo” evangélico dentro da cadeia. Este templo era bastante visitado pelos pastores evangélicos que dinamizavam este espaço com inúmeras atividades. Atividades estas freqüentadas por um grande número de presas: as evangélicas e as pseudo-evangélicas.

Cabe reinterar que havia reuniões kardecistas e visitas constantes da pastoral carcerária da Igreja Católica. Todavia, a presença constante era das igrejas protestantes.

Na cadeia Deus era evocado com freqüência. Segundo relatos de inúmeras presas, havia uma tradição de oferecer o salmo 91 da Bíblia Sagrada para todas que adentram o sistema prisional. Já que este salmo era o defensor das presas em situações de perigo eminente: brigas internas, rebeliões, “judiação” das agentes para com as presas.

SALMO 91

O justo confia em Deus.

Você que habita ao amparo do Altíssimo

E vive à sombra do Onipotente.

Diga a Javé:

“Meu refúgio, minha fortaleza, meu Deus, eu confio em ti”

Ele livrará você do laço do caçador

E da peste destruidora.

Ele o cobrirá com suas penas
 E debaixo de suas asas você se refugiará.
 O braço dele é escudo e armadura.
 Você não temerá o terror da noite,
 Nem a flexa que voa de dia.,
 Nem a epidemia que caminha nas trevas,
 Nem a peste que devassa ao meio-dia.
 Caiam mil a seu lado
 E dez mil a sua direita,
 A você nada atingirá.
 Basta que você olhe com seus próprios olhos
 Para ver o salário dos injustos
 Porque você fez de Javé o seu refúgio
 E tomou o Altíssimo como seu defensor.
 A desgraça jamis o atingirá
 E praga nenhuma vai chegar a tua tenda,
 Pois Ele ordenou aos seus Anjos
 Que guardem você em seus caminhos.
 Eles o levarão nas mãos
 Para que seu pé não tropece numa pedra.
 Você caminhará sobre cobras e víboras
 E pisará leões de dragões.
 Eu o livrarei porque a mim se apegou.
 Eu o protegerei, pois conhece o meu nome
 Ele me invocará e eu responderei:
 “Na angústia, estarei com ele
 Eu o livrarei e glorificarei.
 Vou sacia-los de longos dias
 E lhe farei ver a salvação.

Assim, evangélicas e “não-evangélicas” conferiam ao salmo um poder especial. Numa das conversas informais com as ditas “não-evangélicas”, ouvi o seguinte relato:

Quando entrei aqui, logo na primeira noite, recebia bíblia de uma presa evangélica que estava saindo da prisão. Ela me disse que se algo ruim me acontecesse, eu deveria pegar o salmo 91 e orar. Do lado da minha cela, tinha uma sapatona que queria me pegar. Orei o salmo 91 e ela nunca mais me perturbou. (Luana – interna do Talavera Bruce)

O salmo 91 era a arma lícita que as presas podem utilizar para se defender. Além da docilização dos corpos e da massificação imposta pelas igrejas evangélicas, havia, no cotidiano prisional, apropriações singulares da Bíblia. Como já disse, as evangélicas, efetivamente convertidas eram poucas. Todavia, havia uma apropriação da religião, na cadeia, enquanto uma tática de sobrevivência. E tática, segundo Certeau (2003) é a força do fraco:

... “tática”, um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível (...). Ela não dispõe de

base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias (...). O que ela ganha, não o guarda. Tem que constantemente jogar com os acontecimentos para os transformar em “ocasiões”. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos. (CERTEAU, 2003, p. 46)

Cabe ressaltar que as “não evangélicas” eram as mais abandonadas pelas famílias e as que possuem menos recursos materiais. A presença de familiares nas visitas estabelecia um outro “estar na cadeia”. Segundo o relato de uma presa “não-evangélica” que não recebia visitas desde que fora presa:

Não tenho ninguém não, neste mundo. Minha filha de dois anos eu nem sei onde está. Quando a pessoa recebe visita fica até mais fácil puxar a cadeia (...). Não gosto de fazer faxina pra ninguém e como não dá para viver na cadeia sem dinheiro eu ganho uns trocados “chupando” as vadias daqui. Elas adoram o que faço. Aí dá pra eu comprar um “bagulho” pra colocar na veia. (Maria das Dores – Interna do Talavera Bruce)

Na cadeia, estas mulheres sem visitas, absolutamente à deriva, eram nomeadas de “mendigas”. Caso se nomeassem “evangélicas” e passassem a freqüentar as atividades protestantes ocorridas na igreja seriam incorporadas: de “mendigas” tornariam-se “irmãs” recebendo ajuda das igrejas evangélicas. Muitas seguiam este percurso, como uma tática de sobrevivência ao mais absoluto abandono. Assim, tornava-se mais fácil construir relações que iriam se compondo no cotidiano da cadeia, no qual a religião, em especial, a evangélica tornava-se um laço social possível. Havia a necessidade de reinventar mundos dentro daquele mundo prisional. Tratava-se da criação de um estrato social no qual as relações de poder se operavam em outro âmbito: o do sobrenatural. Neste, não havia a repetição da eterna vitória dos ricos sobre os pobres e sim uma outra lógica que lança dos céus castigos e maldições para os inimigos (CERTEAU, 2003). Muitas vezes, frente a repetidas reedições de uma história sem mudanças, somente a legitimidade de um milagre pode perpetuar o desejo de se manter vivo:

No que dizia respeito à relação efetiva das forças, o discurso de lucidez trapaceava com as palavras falsificadas e também com a proibição de dizer, para mostrar em toda parte uma injustiça – não só a dos poderes estabelecidos, mas, de um modo mais profundo a história reconhecia, nesta injustiça uma ordem das coisas, em que nada autorizava a esperar a mudança. (CERTEAU, 2003, p. 77)

Muitas das presas que se incluíam na categoria de “evangélicas” o faziam para estabelecer uma outra forma de convivência com o cotidiano prisional.

Existiam, entretanto, algumas conversões que ocorriam no cárcere e quando isto ocorria, as convertidas construíam uma existência diferenciada das ditas “evangélicas” que se utilizavam deste título para adotar um “bom comportamento” dentro da prisão.

As efetivamente convertidas, num número reduzido, apresentavam comportamentos específicos: passavam a maior parte do tempo no templo evangélico dentro do Talavera Bruce, entoando cânticos. Distanciavam-se do templo somente para as atividades laborativas. A crença absoluta no Deus evangélico, segundo relatos, estabelecia uma outra experiência de encarceramento, já que o cárcere transformava-se num desígnio de Deus:

“Se não foi no amor, só na dor” (Ana – Evangélica convertida e interna no Talavera Bruce).

O delito era lido, por estas presas convertidas, como um “mau passo” absolutamente apagado do “livro¹⁴” de Deus. Um “mau passo” necessário para que na dor do cárcere a conversão fosse possível. Criavam uma realidade na qual havia uma porta cuja saída direta era o paraíso. Construíam um paraíso possível.

A seguir transcreverei a entrevista que fiz com uma presa no portão do Talavera Bruce, saindo da prisão. Tratava-se de uma mulher jovem que havia sido presa por seqüestro. Estava em pé, na porta da cadeia, esperando por familiares que haviam combinado de buscá-la. Próximo a ela um ventilador, duas sacolas e uma pequenina tv. Ela segurava bravamente a bíblia. Seus cabelos eram muito longos, assim como sua roupa era característica das evangélicas tradicionais. Quando pedi para a mesma escolher um pseudônimo, ela escolheu “Serva de Deus”.

Entrevista com a “Serva De Deus”

Puxa, você está saindo hoje da prisão. E aí, amiga, o que você vai fazer da vida? Vou pra minha casa cuidar das minhas filhas, foram 7 anos, fui condenada a 13 anos e fiquei 7 anos vivendo a minha vida de temente a Deus. A missão Dele na minha vida é muito grande, ele tem uma missão pra mim.

Assim, depois que você matar a saudade de todo mundo o que você vai fazer. Por exemplo, semana que vem: o que você vai fazer?

Eu pretendo trabalhar mas creio que é muito difícil conseguir um trabalho. Desejo uma vida diferente, uma vida com Jesus, pois Ele é a chave fundamental da

¹⁴ A palavra “livro” de Deus aparece não só na fala das convertidas como também nas das pseudo-evangélicas. Como se houvesse uma inscrição num certo livro sagrado de todas as atitudes executadas por nós, humanos na terra. Um outro “Processo Criminal” cujo juiz é Deus.

vida. Às vezes o ser humano pensa que ter as coisas materiais é tudo. Mas e Jesus? Primeiro é Jesus depois são as coisas materiais.

Você se converteu na cadeia?

Não, eu já era evangélica mas o diabo se apoderou de mim e do meu marido. O diabo envolveu meu marido para ele se envolver num seqüestro. Foi por isso que eu acabei vindo. Hoje em dia eu tenho mais experiência nas coisas de Deus e por isso não serei mais refém do diabo.

Vai ficar aí fora esperando quem?

Ah... estou esperando minha filha de 14 anos vir me buscar. Tenho medo de andar por aí, não sei mais nada, foram 7 anos fora do mundo.

Então boa sorte e tudo de bom nesta nova vida, tá?

A “Serva de Deus” pretende construir uma vida com Jesus que, segundo a mesma, é a “chave” fundamental para todo ser humano:

A conversão atribuiria ao sujeito um novo papel social, uma nova identidade. Ao aceitar Jesus, o convertido torna-se um novo homem, inserido numa cadeia de pertença. (VILHENA, 2003, p. 115)

Conforme Vilhena (2003) a religião possibilita a construção de uma linha de pertencimento. Linha esta que oferece não só uma rede de sociabilidade mas, em consequência disso, uma nova identidade. A autora conceitua identidade enquanto ... *uma imagem construída pelo seu meio social, nas relações com seus próximos, na cultura na qual o sujeito se insere são fatores de sua constituição como sujeito.* (VILHENA, 2003, p. 98)

Assim sendo, conforme Vilhena (2003) devemos fazer uma reflexão crítica acerca das inúmeras conversões. Reflexão esta que não se ancora numa apologia a conversão, mas sim ao total abandono do Estado no que tange as condições básicas de existência da população empobrecida que, desfilada e excluída socialmente, busca na igreja evangélica um sentimento de filiação pertencimento.

Outra característica do discurso religioso é atribuir o crime a figura do diabo. Este se torna a justificativa para as mazelas vividas. Mazelas estas que transformam os “pecados” em páginas viradas a partir do “aceite” de Jesus. Se o “mau passo” é obra do demônio, a entrada no bem é obra de Jesus.

Se a fala do diabo é aquela que dá sentido ao sofrimento e que explica as razões ao infortúnio é na fala do crente, em busca por Jesus, que a responsabilidade pela mudança se encontra – pois Jesus cura absolutamente tudo. Dos infortúnios mais banais como atraso na menstruação à inserção no mercado de trabalho. A conversão cria um elo privilegiado de comunicação direta com Deus que é fortalecido pelas orações e pelo compromisso de uma vida sem pecados. (VILHENA, 2003, p. 101)

Assim, as religiões evangélicas e seus seguidores fazem que os demais não conseguem: perdoar! Ou em outras palavras, os evangélicos acreditam, via Jesus, numa reinserção do preso dentro do seio da vida social.

Num mundo dicotômico que separa os vencedores dos vencidos, acreditar numa outra possibilidade de vida pode vir a ser uma utopia necessária. Nesta utopia felizes são os pobres porque é deles o reino dos céus. Ou segundo, Certeau (2003), pode ser uma forma de sustentação do que o autor chama de esperança:

Ali, numa linguagem necessariamente estranha à análise das relações sócio-econômica, podia-se sustentar a esperança que o vencido da história – corpo no qual se escrevem continuamente as vitórias dos ricos ou seus aliados – possa na “pessoa” do santo humilhado, Damião, possa erguer-se graças aos golpes desferidos pelo céu contra os adversários. (CERTEAU, 2003, p. 77)

A experiência de Deus na cadeia, se não apazigua a “alma” torna-se uma tática de sobrevivência ao cotidiano e as relações intra-muros. As formas não-oficiais de construção do cotidiano dentro da prisão transcende todo e qualquer processo de categorizações e/ou classificações. Trata-se de pequenos “fazeres” da cultura popular que ali se atualizam. Vendas de roupas, negociações de objetos íntimos, apropriação da cela enquanto lar, arrumação e disposição dos objetos na cela e outros tantos episódios adentram o espaço da cadeia. E assim tornam-se um caleidoscópio cujas imagens e composições montam e desmontam cenários vivos de vidas esquecidas.

6 CONCLUSÃO: A ESPERANÇA EQUILIBRISTA

Mas sei que uma dor assim pungente
não há de ser inutilmente a esperança.
Dança na corda bamba de sombrinha
Que em cada passo desta linha pode ser machucar.
Azar! **A esperança equilibrista**
Sabe que o show de todo artista tem que continuar.
(“**O bêbado e o Equilibrista**”- João Bosco)

Inspirada com a possibilidade de concluir, invoco aqui o Natal do ano 2004. Nesta época eu estava absolutamente envolvida com o cotidiano do Talavera Bruce. No dia 23 de dezembro de 2004, num dia melancólico e chuvoso fui visitar a cadeia. Não pude entrar, já que, segundo o diretor, chuva e Natal podia ser uma combinação perigosa. O mesmo havia saído para uma “missão” no Complexo Penitenciário, em uma das prisões masculinas. “Missão”, naquele contexto, era uma tarefa disciplinar a ser cumprida numa outra prisão. Nunca soube detalhes sobre esta “missão”, todavia tive que esperar o diretor na anti-sala da direção.

Sentei-me no sofá da anti-sala do diretor. O sofá era forrado por um material plástico vermelho, já rasgado. A secretária do diretor era uma mulher de cabelos brancos, usava óculos sem uma das hastes e tinha poucos dentes na boca. A chuva caía forte lá fora enquanto eu olhava para um pinheiro artificial pousado numa mesa velha, repleto de algodões por cima e bolas natalinas coloridas e brilhantes. O calor não dava trégua, apesar da forte chuva de verão que inundava Bangu.

Silenciosamente uma fila de mulheres se aproximou da anti-sala. Uma fila indiana de mulheres que caminhavam em silêncio e que pararam em frente, na porta da saleta. Levados por agentes penitenciários, as mulheres presas iriam fazer ligações telefônicas para seus familiares em função do Natal.

Pude ouvir algumas ligações, já que a secretária do diretor fazia as ligações neste local, assim como controlava o tempo das mesmas. Eu estava sentada em frente ao telefone e via aquele cenário. Em uma das imagens vi uma mulher negra, bastante magra com um lenço dobrado na mão. Limpava a testa, regada de

suor, enquanto conversava com os filhos. Fiquei inibida com a conversa, já que a mulher falava com muita emoção com seus filhos. Olhava para os pés da mulher para não cruzar com seus olhos, já que o teor da conversa me inibia. A mulher pedia para seu filho pegar um ovo “fiado” no mercado da favela. Ensinava-lhe a fazer uma farofa com um só ovo para seus irmãos. Seria a “ceia” para o Natal de sua família, enquanto a mesma estava encarcerada. A mulher, exaltada ante a uma desobediência, ameaçava dar uma surra em seu filho caso este ficasse na rua naquela chuva torrencial. O esforço da mulher em manter uma suposta ordem, mesmo frente ao seu encarceramento, era tamanho. Mandava dizer aos outros filhos que ela estava presa e não morta. Dizia repetidamente: “Vocês tem mãe!”

Aquela fala repetida me emocionava e constrangida permanecia olhando para os pés da mulher. Eram pés sofridos, cheio de calos, calçados por uma sandália de borracha já gasta. Era uma sandália de “verde sumido”. E eu ainda ouvia a conversa da mulher. Ouvi durante todo este trabalho e permanecerei ouvindo indefinidamente. Como uma canção composta por imagens, por pés, por ovos, por mães, por filhos... Ouvir imagens... Enxergar palavras... Concluir começando...

Concluir, verbo difícil de conjugar. Não me vejo concluindo este estudo, mas somente abrindo outras tantas discussões. Outras tantas possibilidades de abordar o tema mulher e reclusão. Possibilidades que guardam em si outros caminhos a serem trilhados em outros estudos por mim ou por outros estudiosos. Pretendo concluir abrindo um leque de debates, um inúmero infinito de caminhos a serem percorridos a partir das informações aqui contidas. Gostaria, todavia, de colocar em relevo alguns temas.

Este estudo pretendeu responder a seguinte pergunta: mulher presa constrói projetos futuros? Se o faz, em que se ancoram tais projetos?

Este objeto de estudo se deu em função dos exames criminológicos elaborados por psicólogos. Exames criminológicos que compõe os processos penais de homens e mulheres condenados em regime de reclusão fechado. Nestes exames há um item que descreve os projetos futuros das presas. Sendo o tema dos projetos futuros um dos itens importantes para a obtenção ou não do livramento condicional. Diante deste tema fui ao campo de pesquisa. Adentrei o espaço carcerário tendo como hipótese ser o trabalho e suas implicações o principal tema na construção de projetos futuros. Após inúmeras entrevistas, não ouvi aquilo que

eu esperava ouvir: o trabalho. Por não ouvir temas relativos ao trabalho, acreditei por um tempo que as mulheres não construíam projetos futuros. Entretanto, uma escuta mais cuidadosa me fez ouvir um coral polifônico sempre constante e presente na fala das mulheres presas: a maternidade. O tema da mulher reclusa refazia um cenário já conhecido por todos nós: a imagem da mulher-mãe.

Historicamente a mulher obteve visibilidade e lugar social a partir do valor dado a maternidade e aos cuidados com o infante. As mulheres presas reiteram esta construção histórica: é a partir da maternidade que conseguem construir um discurso possível que caiba numa suposta adequação social.

Esta suposta adequação social está imersa numa política de exclusão da pobreza, exclusão esta que compõe o Estado Penal. Nesta política não há o compromisso com a transformação social, ao contrário, pretende somente administrar as conseqüências de séculos de exclusão e assujeitamento de uma certa camada social. Esta administração não se compromete com questões públicas que envolvam a educação, a saúde moradia, dentre outros. Administrar teria como sinônimo vigiar e “higienizar”. Vigiar os pobres e “limpar” a cidade de sua presença, vista sempre como sórdida e suja. Assim sendo, na perspectiva do Estado Penal, o único “latifúndio urbano” possível para o pobre é uma cela fétida de cadeia. Todavia, antes ou depois da reclusão há uma rede eficaz de manutenção da exclusão e da criminalidade, ou seja, há um empenho (silencioso ou não) de fracassar com a reinserção da presa.

Este empenho se dá nas infinitas punições cotidianamente visíveis no espaço cívico, dentre elas o racismo e a negação das culturas populares. A negação da maternidade e o abandono dos filhos e filhas de mulheres reclusas inviabilizam uma reconstrução da vida pós-cárcere. Já que diante do emaranhado de exclusões, o sujeito negro, pobre e ex-presidiário só encontra lugar social na rede significacional da família.

Era só mais um “Silva” que a estrela não brilha
 Ele era funqueiro mas era pai de família.
 (“Funk” tocado nos bairros de periferia da cidade do Rio de Janeiro)

Assim, como mostra a música de funk – expressão da cultura das favelas e comunidades pobres do Rio de Janeiro – ser pai de família coloca o homem pobre num outro patamar de existência social. Ser chefe de família e ter carteira assinada é signo de prestígio e honestidade nas camadas pobres da população. A

mulher, entretanto não se ancora no trabalho, ainda que haja um número significativo de mulheres que trabalhem para manter suas famílias. Mas é a maternidade que confere a mulher pobre, mais especificamente, as presas entrevistadas, um lugar de existência possível fora dos muros da cadeia. Problematizar esta maternidade reclusa é o ponto de partida para a conclusão deste estudo.

Próximo do final deste estudo busquei alguns dados acerca do paradeiro dos filhos de presas. Encontrei alguns dentro dos abrigos do Estado, dentre estes tive a oportunidade de encontrar um menino de 12 anos. Este menino será nomeado de Matheus. Matheus está no abrigo para menores desde que sua mãe fora presa, há 3 anos. Ele tem um irmão de 2 anos, concebido numa das visitas íntimas de sua mãe, no sistema carcerário. Soube deste irmão de Matheus através da mãe reclusa, uma vez que esta está especialmente preocupada com o menino de 2 anos. Este foi enviado para um abrigo e, segundo a mãe, não há notícias sobre o mesmo. A mãe sempre me pede para que os dois irmãos fiquem juntos num mesmo abrigo, pois segundo a mulher presa, Matheus saberá cuidar do irmão que nem teve a oportunidade de conhecer. Todavia não consegui descobrir o paradeiro do menino de 2 anos, nem tampouco enviar um pedido formal para a aproximação efetiva dos dois irmãos. Entretanto fui, a pedido da mãe, visitar Matheus.

Matheus é um menino negro, com um metro e meio de altura, aproximadamente. Quando fui visitá-lo não me identifiquei enquanto “amiga” da sua mãe, já que, segundo as psicólogas do abrigo, Matheus sofre muito quando o tema é sua mãe. Nunca foi levado para fazer visitas a mãe. Está há três anos no abrigo, não recebe visitas de ninguém e não há possibilidades de visita à mãe. Uma vez que não há um responsável legal que o leve para visitas no sistema carcerário. Entregue a própria sorte, é mais um menino abandonado dentre os muitos do abrigo onde está. Entretanto, não está apto a adoção, já que possui mãe e a mesma não lhe entregou a adoção.

Entrei no abrigo e meu interesse por Matheus foi explícito. Este, sem entender a situação, me disse assertivamente: “Eu não posso ser adotado não, eu tenho mãe!”. A assertividade de sua voz se contrastava com a mão trêmula a segurar um copo de plástico. O medo de ser adotado ficava claro na truculência e no medo que Matheus sentia de mim. Me aproximei dele cuidadosamente e tentei travar uma conversa com aquele menino que tentava me amedrontar, dizendo que

iria me encher de “porrada” e que eu não era a mãe dele. A fragilidade do pequeno menino o fez urinar na bermuda velha e rasgada. Era a única que ele tinha. Naquela noite e durante outras tantas Matheus iria dormir no chão com aquela bermuda urinada. Afinal, não só sua mãe havia sido condenada, mas ele também. Condenado pelo ventre, o pequeno Matheus se afastou de mim, temendo que eu o afastasse definitivamente de sua mãe.

Há inúmeros Matheus, nos abrigos do Estado. Há outros tantos em outras situações. Situações estas que não figuram nas preocupações das políticas públicas. Não há uma só citação acerca dos filhos das mulheres presas. Onde estão? Como estão?

É com esta pergunta que empenho esta conclusão. Conclusão que é ponto de partida para outros estudos no qual o tema central sejam os filhos das mulheres presas.

Revisitei o campo movida pelas manhãs: produtoras, por excelência, de projetos futuros. E movida pelos primeiros raios do dia pretendia concluir este estudo, mas a realidade no qual os projetos futuros das presas estão imersos é muito sombrio. Tão sombrio que correm o risco de nos paralisar. Inertes não resistiremos. É na resistência que reinventamos outras possibilidades de luta. E na luta, vista por mim como uma estratégia plástica e dançante (tal qual as rodas de capoeira) podemos dar visibilidade a temas importantes, capazes de nos afetar e serem afetados por nós. Neste jogo de afetos, produzimos outras práticas. Em especial, outras práticas em psicologia. E o que seria da psicologia se não pudesse participar de rodas de capoeira e da plasticidade de suas lutas?

Convocar uma prática plástica e dançante em psicologia se faz necessário. Plástica porque não se ancora em formatações rígidas, submetidas por este ou aquele enquadre teórico. E dançante porque reinventa, no contato com o outro, infinitudes de arranjos móveis.

Os projetos futuros das mulheres presas estão ancorados em seus filhos, ou seja, na função que foi historicamente concedido a elas: a maternidade. Esta se torna uma tática na construção dos projetos futuros. E no que concerne a proteção integral à criança, estes filhos deveriam ter garantidos seu bem-estar. Nesta garantia reside nosso compromisso enquanto psicólogos. Compromisso este pautado numa prática psicológica cujo objetivo maior é a exaltação do contexto dinâmico das produções sociais. Enquanto dinâmico, capaz de transformações e

mudanças. Ainda que ínfimas e aparentemente insignificantes. Intervenções são necessárias e dentre elas a criação de políticas públicas que amparem os filhos e filhas de mulheres presas. Caso contrário, ficaremos entorpecidos por nossas práticas covardes e tão umbilicais. Covardes, acreditaremos que o conceito de infância só nos afeta quando apresentados em nossos grossos e caros compêndios de psicologia do desenvolvimento infantil.

A experiência de encarceramento sugere algumas práticas que são, cotidianamente, inventadas pelas presas. Dentre elas destaquei três categorias.

O culto ao corpo foi um tema bastante presente, não só nas 154 entrevistas mas também nos “fazer” estabelecidos no cárcere. As prisões femininas possuem salões de beleza e outras tantas práticas de culto ao belo. Este se faz, ao meu ver, como linha de fuga a maciça institucionalização que a prisão tenta imprimir no corpo das presas. Manter um corpo o mais parecido possível com o que tinham quando estavam soltas é o principal objetivo das mulheres presas. Segundo as presas, manter-se bela é manter-se viva. E mais, cultivar um corpo belo é aproximar-se de um padrão socialmente aceito. Um exemplo disso são os concursos de beleza que são organizados nos presídios femininos. Tal evento é considerado, pelas presas, uma conquista no que diz respeito a visão que a sociedade tem da cadeia feminina. Já que através destes concursos, segundo as presas, as pessoas “de fora” percebem que elas não são “bichos” e sim gente. E mais que gente, são mulheres como qualquer outra. Mulheres, produzidas com todas as insígnias que marcam socialmente o feminino na contemporaneidade.

O culto ao corpo, ao meu ver, se une a questão da raça já que ambos buscam a aprovação aos olhos dos outros e constroem vínculos sociais. Numa pesquisa interna no Presídio Feminino Talavera Bruce, a grande maioria das presas disse ser “branca”. Se a questão racial trás sua marca desde a escravidão, a beleza, todavia se inscreve de maneira singular na contemporaneidade. Beleza e culto ao corpo são balizares de um *locus privilegiado da construção identitária feminina* (NOVAES, 2004, p. 10). Manter este *locus* assegurado é o objetivo das mulheres ao cultuarem seus corpos.

A família é outra característica pregnante no contexto carcerário. As relações construídas pautam-se na tentativa de construção de um círculo aconchegante pressupondo uma ligação especial e um acordo tácito de sentimentos compartilhados. As mulheres procuram construir laços que são

nomeados por signos familiares: “mãe da cadeia”, “filha de cadeia”, “irmãzinha da cadeia”. As relações quando não amistosas constituem-se em desafetos explícitos. Entretanto, ao relatar a experiência no cárcere a imagem dos amigos dá sempre lugar ao esquecimento dos inimigos. Nas 154 entrevistas há explícita a importância de alguns amigos construídos dentro da prisão. Amigos estes que é atribuído um sentimento familiar, tendo em vista que a família é uma instituição de suma importância para as presas. Assim sendo, as suas próprias famílias, em especial os filhos, constituem um eixo de sustentação enquanto estão encarceradas. Os temas que envolvem morte ou abandono de filhos são sempre temas delicados dentro da cadeia. Pude observar que a dor mais respeitada entre as presas é a dor da morte de um filho. Assim sendo, é recorrente apoiar-se nos filhos como estratégia de sobrevivência e, em consequência disso, é a partir deles que as presas constroem projetos futuros. A maternidade é o único lugar lícito no qual podem se ancorar.

A religião surge como uma categoria transbordante dentro da cadeia. A presença das igrejas evangélicas é tanta que a prisão feminina se divide entre as evangélicas e as não-evangélicas. As evangélicas são aquelas que são ou não convertidas efetivamente. O que as caracteriza, todavia, é o bom comportamento e a ausência de problemas disciplinares.

Num mundo dicotômico que separa os vencedores dos vencidos, acreditar numa outra possibilidade de vida pode vir a ser uma utopia necessária. Nesta utopia, *felizes são os pobres porque é deles o reino dos céus*. A experiência de Deus na cadeia, se não apazigua a “alma” torna-se uma tática de sobrevivência ao cotidiano e as relações intra-muros.

Prestes a concluir procuro as manhãs. Não as encontro. Não há manhãs na absoluta desatenção que o Estado e a população oferece aos filhos das mulheres presas. Não há manhãs em abrigos para crianças. Não há manhãs na dor de dente. Não há manhãs na fome. Não há manhãs num barraco de papelão. Não há manhãs na dor e no abandono.

Mas para não deixar o leitor tomado por esta noite sombria, convoco em sua memória uma tarde que caia como um viaduto e junto a este, um bêbado trajando luto que nos fazia lembrar Carlitos. Bêbados e equilibristas é o que somos! É o que sou! Embriagada por este estudo sigo na linha tênue que me conduz a outros estudos, outras militâncias. Militante da vida, me equilibro numa esperança de

que temas como este possa contribuir para dar visibilidade, ainda que ínfima, a estas mulheres e seus filhos.

Minha embriaguez metamorfoseada de militância sai da academia e transita a rua, percorre a vida. É da vida que falo e para vida que vou: movida por uma esperança que se equilibra entre movimentos sociais e outros tantos dispositivos de transformação social. Afinal, “... a esperança equilibrista sabe que o show de todo artista tem que continuar.”

7 BIBLIOGRAFIA

ABREU, L. **Cultura Brasileira e Formas de Conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ÁVILA, M. B. **PAISM, um programa de saúde para o bem estar de gênero**. Tese (Doutorado em Medicina Social). Rio de Janeiro: UERJ, 1988.

AZEVEDO, F. “O problema da concepção consciente”. **Annaes Brasileiros e Ministério da Saúde** (Vol. 1, abril e junho de 1936). Brasília: Ministério da Saúde, 1988.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Brasília: Hucitec, 1999.

_____. **Cultura popular na Idade Média e no Renascimento – o contexto de François Rabelais**. Brasília: Hucitec, 1993.

BAPTISTA, L. A. **A Cidade dos Sábios**. São Paulo: Summus, 1999.

BAKHTIN, M. e VOLOSHINOV, V.N. “Discourse in life and discourse in art”. In: Freudism. **A Marxism Critique**. New York: Academic Press, 1976.

BARBOSA, M. **Contracepção: entre o técnico e o político**. Dissertação. I.M.S. Rio de Janeiro: UERJ, 1989.

BARRETO, L. **Recordações do Escrivão**. Petrópolis: Vozes, 1989.

BARRETO, N. **Se ele pode porque eu não? – Um estudo sobre o discurso médico e os modos de subjetivação da mulher**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Rio de Janeiro: Puc-Rio, 2001.

BARROSO, N. **Muito Barulho por Nada? Um estudo sobre as formas de inserção da mulher contemporânea no trabalho**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Rio de Janeiro: Puc-Rio, 2001.

BASTOS A. **De Infrator a Delinqüente: o Biográfico em Ação**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Niterói: UFF, 2002.

BENEVIDES, PASSOS e RAUTER. **Clínica e Política**. Rio de Janeiro: GTNM, 2002.

BENEVIDES, R. “Clínica e Social: polaridades que se opõem/complementam ou falsa dicotomia?”. In: **Clínica e Política**. Rio de Janeiro: Instituto Franco Baságli, 2002.

BENJAMIN, W. “O Narrador”. In: **Obras Escolhidas. Vol. I - Mágia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

- BERENSTEIN, E. **A Inteligência Hormonal da Mulher: como o ciclo menstrual pode ser aliado, e não inimigo, do equilíbrio feminino**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- BERQUÓ, E. “Sobre a política de planejamento social no Brasil”. In: **Revista Brasileira de Estudos da População**. v.4(1). Jan/Jul. Rio de Janeiro: ABEP, 1987.
- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BOSI, E. **História e Memória**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1984.
- CARMADELLA, M. C. e GOMES, S. (orgs.). “Resumo do III Encontro de Enfoques Feministas e as Tradições Disciplinares nas Ciências e na Academia”, realizado no período de 24 a 26 de setembro de 2001, Universidade Federal Fluminense. Niterói: EDUFF, 2001.
- CARVALHO, S. “O papel da perícia psicológica na execução penal”. In: **Psicologia Jurídica no Brasil**. Rio de Janeiro: Nau, 2005.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CANGUILHEM, G. **O Normal e o Patológico**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- CAUFIELD, S. “Que virgindade é esta?” A mulher moderna e a reforma do código penal no Rio de Janeiro, 1918 a 1940. In: **Revista do Museu Nacional**. jul, 2000. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano – Artes de Fazer**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CHAUÍ, M. **Conformismo e Resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CINTRA, A. **PAISM e suas ambiguidades**. Tese. ENSP. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.
- COIMBRA, C. **Operação Rio: o mito das classes perigosas**. Niterói: Intertexto, 2003
- _____. **Os Guardiões da Ordem**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- CORREIA, M. **Mulheres que Matam**. São Paulo, Cortez, 1983.
- COSTA, J. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- CUNHA, O. **Intenção e Gesto**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.
- DAMATTA, R. **A Casa e a Rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DEBRET, L. **Linguagem e Exclusão**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 1979.
- _____. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- _____. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- _____. **Nietzsche e a Filosofia**. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1976.
- DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- DREYFUS, H.L. e RABINOW, R. **Michel Foucault: sobre o estruturalismo e a hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

- ENGEL, M. **Meretrizes e Doutores**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ELIAS, N. **Os estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FAUSTO, B. **Crime e Cotidiano**. São Paulo: Edusp, 2001.
- FERNANDES, F. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Dominus, 1986.
- FERREIRA, E. **Mulheres: militância e memória**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- FLAMARION, L. **Os inúteis para o mundo**. Petrópolis: Vozes, 1976.
- FONSECA, C. **Família, Fofoca e Honra: Etnografia das Relações de Gênero e Violência em Grupos Populares**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- _____. **História da sexualidade II – O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- _____. **História da Sexualidade III – O cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal, 1984b.
- _____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 1999.
- _____. **O Nascimento da Clínica**. Rio de Janeiro: Graal, 1976.
- _____. **Resumo dos cursos do Collège de France**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. **História da Loucura**. Rio de Janeiro: Graal, 1982-v.
- _____. “Poder e Saber” (1977-a). In: **Ditos e Escritos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- _____. “A vida dos homens infames” (1977). In: **Ditos e Escritos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- _____. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002-a.
- FUGANTI. “Saúde, Corpo e Pensamento”. In: **Saúde e Loucura**. Vol. 2. São Paulo: Hucitec, 1990.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Tera, 1989.
- GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Martins Fontes, 1961.
- GUATTARI E ROLNIK. **Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- GUATTARI, F. **Caosmose**. São Paulo: Ed. 34, 1990.
- KOLKER, T. “A atuação dos psicólogos no sistema penal”. In: **Psicologia Jurídica no Brasil**. Rio de Janeiro: Nau, 2005.
- LANCETTI, A. “Saúde, Desejo e Pensamento”. In: **Saúde e Loucura 2**. Brasília: Hucitec, 1990.

- LÉVY, P. **As tecnologias da Inteligência**. São Paulo: Ed. 34, 1987.
- LOBO, L. **Os infames da História: as instituições das deficiências no Brasil**. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). 2º vol. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1997.
- LUDEMIR, J. **No Coração do Comando**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- HAHNER, L. **A Cidade e as Exclusões**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
- HERÉDIO DE SÁ, M. A. **A cópula, o onanismo e a prostituição**. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Univ. Rio de Janeiro, 1845.
- JACÓ-VILELA; CEREZZO; RODRIGUES, CONDE (orgs.). **Clio-Psyque (ontem) Fazeres psis na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Rumará, 2001.
- JAIRNILSON, S. “Obstáculos não superados na implantação do SUDS-BA”. In: **Saúde em debate**. Março. Rio de Janeiro: CEBES, 1990.
- LAMBROSO, **O Criminoso e sua Imagem**. Paris: Seuil, 1896.
- LACQUER, T. **Inventando o sexo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LAPASSADE, G. **Grupos, organizações e Instituições**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- LEFEBVRE, H. **A Cidade do Capital**. Rio de Janeiro: DPA Editora, 1999.
- LESSA, C. **O Rio de todos os Brasis**. São Paulo: Record, 2000.
- LIPOVESTKY, G. **A terceira mulher – permanência e revolução do feminino**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LUDMER, J. “Mulheres que Matam”. In: **Linguagens da Violência**. Rio de Janeiro, 2000.
- MACHADO, R. **Danação da Norma**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MARTIN, E. **The woman in the body – A cultural analysis of reproduction**. Boston: Beacon Press Books, 1987.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Programa de Assistência Integral à Saúde da mulher: bases de ação programática**. Brasília: 1984.
- MIRANDA, C. **Apolíneo e Dionisíaco**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.
- MUEL-DREYFUS, F. **Vychy et l’éternel féminin. Contribution à une sociologie politique de l’ordre des corps**. Paris: Seuil, 1996.
- NIETZSCHE. **Para além do bem e do mal**. São Paulo: Cortez, 1998.
- NOGUEIRA, L. **Nietzsche e a Afirmação da Vida**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). São Paulo: Puc-SP, 1999.
- NOVAES, J. **Sobre o intolerável peso da feiúra. Corpo, sociabilidade e regulação social**. Tese (Doutorado em Psicologia). Rio de Janeiro: Puc-Rio, 2004.
- _____. “Mulher e beleza: em busca do corpo perfeito. Práticas corporais e regulação social”. In: **Cadernos do Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 33, p37-54, 2001.

NUNES, S. **Medicina Social e Regulação do Corpo Feminino**. Dissertação (Mestrado em Medicina Social). Rio de Janeiro: IMS, UERJ, 1982.

_____. **O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ORLANDI, A. P., MASSARO, C., ZYGBAND, F. e RIBEIRO, I. “Diversidade - as razões que explicam a diferença entre homens e mulheres”. In: **Edição especial da revista “Isto é” – Especial Saúde da mulher** (setembro/outubro). Rio de Janeiro: Abril, 2001.

ORTEGA, F. **Amizade e Estética da Existência**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

PATTO, M. H. **A Produção do Fracasso Escolar**. São Paulo: Queroz, 1990.

PEIXOTO, A. **Psicopatologia Forense**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916.

PEREIRA, M. J. **Generalidades sobre o físico e o moral da mulher**. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Univ. Rio de Janeiro, 1852.

PERROT, M. **Mulheres Públicas**. São Paulo: UNESP, 1998.

PORTE, e TEICH (orgs.). **Conhecimento Sexual, Ciência Sexual**. São Paulo: UNESP, 1998.

PROST, A. “O Trabalho”. In: ÁRIES, P. e DUBY, G. **História da Vida Privada vol.5**”. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PRIORE, M. **Ao sul do corpo**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

_____. **Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil**. No prelo, 2000.

RAGO, M. **Do Cabaré ao Lar- a utopia da cidade disciplinar**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

RAUTER, C. **Criminologia e Poder Político no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Rio de Janeiro: Puc-Rio, 1982.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Lei de Execução Penal**. Rio de Janeiro: Saraiva, 1999.

ROCHA, A. **A Cidade Cerzida**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

ROCHA-COUTINHO, M. L. **Tecendo por trás dos panos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

RODRIGUES, H. **Vidas no Carandiru: Histórias Reais**. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

ROHDEN, F. **Uma ciência da diferença: sexo, contracepção e natalidade na medicina da mulher**. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2000.

_____. “Natalidade, nação e a raça no Brasil a partir das especialidades médicas em torno de sexo e reprodução”. Trabalho apresentado no **Simpósio Internacional: O Desafio da Diferença**. Grupo de Trabalho-GT1. Salvador: 2000-a.

RUSCHE e KIRCHHEIMER. **Punição e Estrutura Social**. São Paulo: Revan, 2004.

SCHIENBINGER, L. “Mamíferos, Primatologia e Sexologia”. In: **Conhecimento Sexual, Ciência Sexual**. São Paulo: UNESP, 1998.

SENNET, R. **Carne e Pedra: o Corpo e Pedra na Civilização Ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOHIET, S. **Condição Feminina e Formas de Violência**. Rio de Janeiro: Foreense Universitária, 1989.

_____. “A Imprensa e o Feminismo”. In: **Nossa História**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2004.

SOUSA, J. **A Urbanização que Exclui o Pobre**. Dissertação (Mestrado em Economia). Niterói: UFF, 1999.

SOUSA, E. **Por uma cultura da utopia**. No prelo, 2003.

THOMPSON, E. P. **As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

TRILLAT, E. **História da Histeria**. São Paulo: Escuta, 1991.

WACQUANT, L. **Punir os Pobres: A nova Gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2001.

_____. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001-a.

_____. **Os Condenados da Cidade**. Rio de Janeiro: Revan Editora, 2001-b.

VEYNE, P. **Como se Escreve a História: Foucault revoluciona a história**. Brasília: Editora UnB, 1992.

VERGNE, C. **A história dos rostos esquecidos: a violência no olhar sobre os moradores de favelas cariocas**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Rio de Janeiro: Puc-Rio, 2002.

VIANNA, F. **Considerações higiênicas e médico-legais sobre o casamento relativamente à mulher**. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fac. Med. Rio de Janeiro, 1842.

VILA, A. C. **Sex and Sensibility: Pierre Roussel’s Système physique et moral de la femme**. NY: Representations, 1995.

VIANNA, F. **Considerações higiênicas e médico-legais sobre o casamento relativamente à mulher**. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fac. Med. Rio de Janeiro, 1842.

VILHENA, J. “Da cidade onde vivemos a uma clínica do território. Lugar e produção de subjetividade”. **Pulsional – Revista de Psicanálise** – ano XV novembro/2002 - 163, 14-24, 2002.

_____. “A Arquitetura da Violência. Reflexões acerca da violência e do poder na cultura”. In: **Cadernos de Psicanálise**. Rio de Janeiro: SPCRJ, vol. 18, n. 21, 181-200, 2002-a.

_____. “Da cultura do medo à fraternidade como laço social”. In: Vilhena, Vieiralves e Zamora (orgs). **As cidades e as formas de Viver**. Rio de Janeiro: Ed. Museu da República, 2005.

_____. “Do bem e do mal no discurso dos evangélicos. Reflexões Psicanalíticas”. In: **Psychê. Revista de Psicanálise**. São Paulo: Ed Unimarco. Vol. VII, n. 11, 2003.

_____. “As cores da violência. Notas sobre o racismo”. In: **Cd-rom dos Anais do III Simpósio Clínico do Centro de Investigação e Atendimento Psicológico - CIAP**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005-a.

VILHENA e ZAMORA. “Infâncias Roubadas. La vida de los jóvenes en las favelas de Rio de Janeiro”. In: **Psicoanálisis y Hospital**. Buenos Aires. Psychos, XII, n 23, 2002.